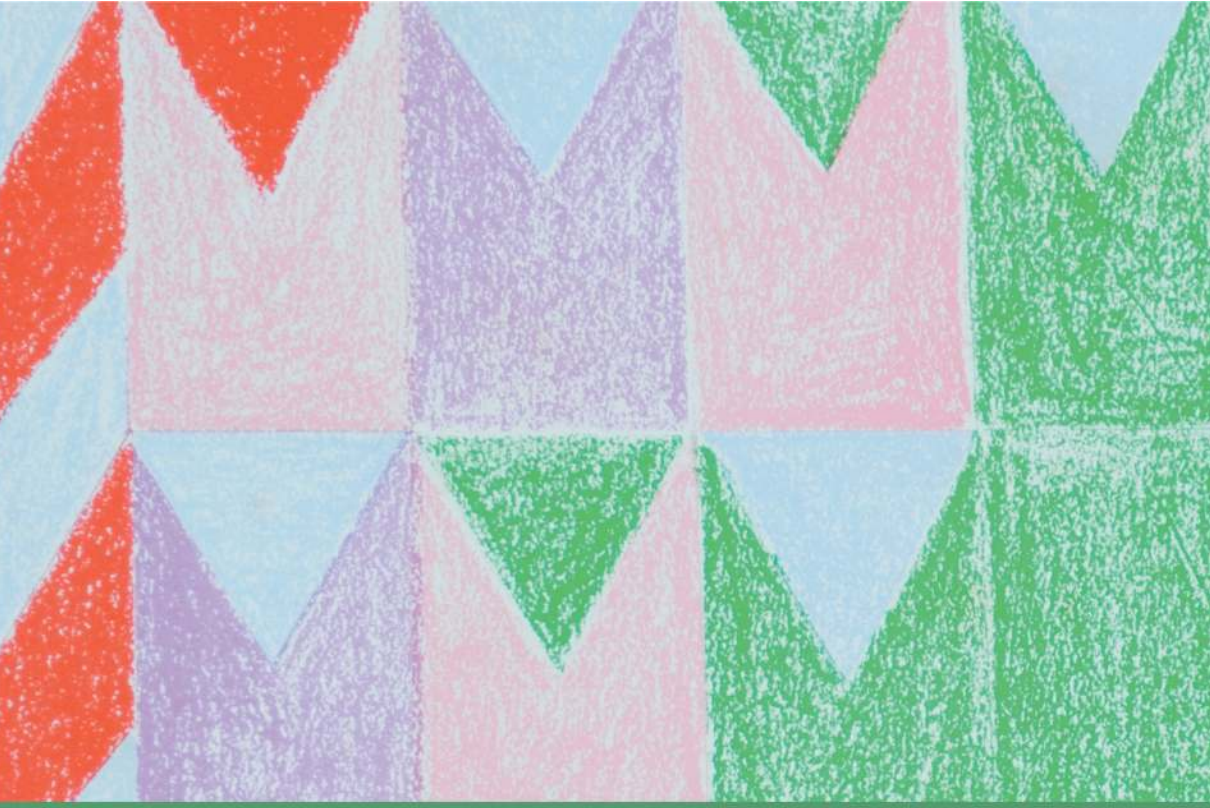
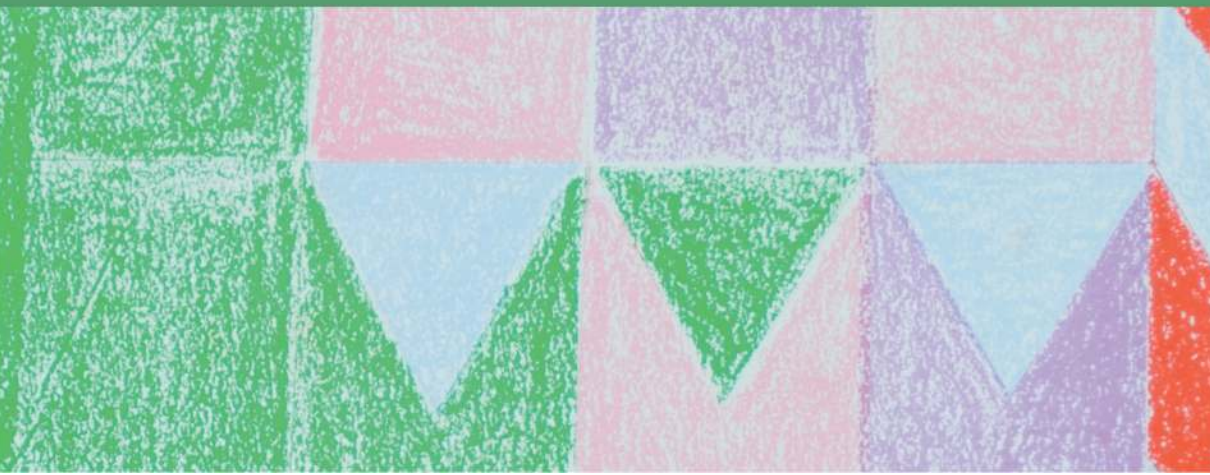


Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana

Volume 45
Número 1
2021

CIÊNCIA & TRÓPICO



CIÊNCIA & TRÔPICO

Volume 45
Número 1
2021

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Milton Ribeiro
Ministro da Educação

Antônio Ricardo Accioly Campos
Presidente da Fundação Joaquim Nabuco

Mário Hélio Gomes de Lima
Diretor de Memória, Educação, Cultura e Arte (DIMECA)

Elizabeth Mattos
Coordenadora de Gerenciamento de Projetos e Processos

Alexandrina Sobreira de Moura
Editora da Revista Ciência & Trópico Diretoria de Pesquisas Sociais

Antonio Laurentino
Setor de Serviços Editoriais Editora Massangana – Fundaj

Luis Henrique Lopes da Silva
Editor Assistente da Revista Ciência & Trópico

Conselho Editorial da Revista Ciência & Trópico

Cátia Lubambo
Fundação Joaquim Nabuco

Pedro Hespanha
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

José Paulo Chahad
Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo

Maria Cecília MacDowel Santos
Universidade de São Franscisco, Califórnia
e Centro de Pesquisas Sociais da Universidade de Coimbra

Marion Aubrée
Centro de Estudos Interdisciplinares de Fatos Religiosos / Escola de
Estudos Avançados em Ciências Sociais, França.

Maria do Carmo de Lima Bezerra
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Silvina Carrizo
Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

Juan Carlos Lerda
Universidade do Chile

Denilson Bandeira Coêlho
Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB)

© 2020, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br
http://www.fundaj.gov.br

Pede-se permuta
On demande l' échange
We ask for exchange
Pidese permuta
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Intershangho dezirata

Revisão linguística e tradução: Luis Henrique Lopes da Silva e Solange Carlos de Carvalho
Diagramação: Malorgio Studio
Projeto da capa: Antonio Laurentino | Editora Massangana
Ilustração da capa: Trabalho gráfico sobre Litogravura (s/ data) do artista plástico Alfredo Volpi - Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Ciência & Trópico/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no.1.(1973) – Recife: Editora Massangana, 1973 –
v.: il.

Semestral.
Textos em português, inglês, francês e espanhol.
Continuação de: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (jan. 1952 - out. 1972).
A partir de 1980 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais passou a ser denominado de Fundação Joaquim Nabuco.
A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão *on-line*.
ISSN 0304-2685/ ISSN Eletrônico 2526-9372.

1. Ciências Socais. 2. Ciências Humanas 3. Interdisciplinaridade.
I. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. II. Periódicos FUNDAJ.

CDU 3:061.6(05)

Sumário

Alexandrina Sobreira de Moura	7-11	Nota Editorial
Charles J. Fortin	13-24	Undercover Sentinels at the Drug Gates
Arlindo Souza Neto	25-41	Freyre e Freud: um ensaio (quase) psicanalítico da sociedade brasileira
Joaquim Falcão	43-52	Sobre o Manifesto Regionalista
Meire Cristina C. de Araújo Silva	53-65	O discurso da verdade jurídica e seus desdobramentos na convicção no sistema de justiça: uma análise a partir de Max Weber
Juliana R. Barreto Cavalcante Francisco H. Cunha Filho	67-84	Em defesa do pluralismo de ideias: uma discussão sobre a liberdade de cátedra no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do Supremo Tribunal Federal
José Paulo Zeetano Chahad	85-116	O futuro do trabalho pós Covid-19
Denise Regina Q. da Silva Karina Dias da Silva Marcos R. dos Santos Souza	117-126	Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero
Maria N. S. Araújo dos Santos Luís Henrique R. de Campos	127-157	Fundamentos da interiorização do Ensino Superior federal no Brasil: atrelamento aos Arranjos Produtivos Locais (APL)
Raphael Rodrigues de Andrade Luís Henrique R. de Campos Heitor Victor Veiga da Costa	159-190	Infraestrutura escolar: uma análise de sua importância para o desempenho de estudantes de escolas públicas
Roberta Duarte da Silva	191-205	As mulheres de Fernando: Uma leitura do cotidiano feminino no presídio de Fernando de Noronha (1850 - 1888)

ISSN 0304-2685
ISSN eletrônico 2526-9372

Ciência & trópico	Recife	v. 45	n. 1	p. 01-205	jan - jun	2021

Nota Editorial

No cenário internacional que pautou muitos debates da Ciência & Trópico desde sua criação em 1972, Charles Fortin analisa a produção ilícita de drogas e seu tráfico que se constituem como grande ameaça aos Estados Unidos e às frágeis sociedades da América Latina e Caribe (ALC). O artigo *Undercover Sentinels at the Drug Gates* salienta que as deportações dos Estados Unidos exacerbam essa tragédia. Em 1996, o Congresso americano aprovou uma lei que requer que todos os sentenciados estrangeiros devam ser deportados aos seus países de origem se seus sustentos estiverem envolvidos com o crime organizado. Por lei, ao Departamento de Administração de Repressão às Drogas (DEA em inglês) só é permitido operar nos Estados Unidos sem poder investigar e prender, unilateralmente, traficantes de drogas no exterior. Diante das deficiências de controle na redução da produção de drogas nos países produtores, a Organização dos Estados Americanos por meio da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas – CICAD, disponibiliza troca de informações e capacitação para os funcionários no combate às drogas. Charles Fortin, em artigo atual e bem fundamentado, focaliza a eficácia de três iniciativas: o controle dos portões de entrada aéreos, a interrupção do fluxo de insumos para a produção de drogas e o tráfico via internet

Na sequência, dois ensaios com abordagens distintas remetem ao pensamento do sociólogo fundador do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Gilberto Freyre. O primeiro, elaborado por Arlindo Souza Neto, traça interessante paralelo entre *Freyre e Freud: um ensaio (quase) psicanalítico da sociedade brasileira*. A partir da ideia de "paisagem social brasileira", cunhada por Gilberto Freyre, e da concepção de "desamparo", presente na obra de Sigmund Freud, o autor desenvolve interpretações sociopsicanalíticas referentes à sociedade brasileira contemporânea. De forma muito criativa, realiza algumas especulações interpretativas no que tange à formação social do Brasil e do modo de ser brasileiro, considerando os mecanismos e arranjos sociais que, ao longo de décadas, foram estabelecidos na/pela sociedade e no/pelo psiquismo dos brasileiros, resultando em uma civilização de contrastes. O segundo ensaio, que resgata o pensamento freyriano, é escrito por Joaquim Falcão. *Sobre o Manifesto Regionalista* e a sua contemporaneidade brasileira procura fazer um contraste entre a expressão das características da nossa cultura com uma incorporação excessiva do que vem de fora, a exemplo da culinária brasileira. Ao admitir a exaltação da culinária estrangeira, ofusca-se o poder da culinária para compreender a nós mesmos. O autor argumenta que a obra de Freyre antecipou diversos fenômenos na vida brasileira, como a inclinação ao globalismo, o equilíbrio dos contrários e diversos aspectos da vida privada, além de elementos como o urbanismo, a arquitetura e a culinária. O texto colabora não apenas para estimular a valorização do que é brasileiro, mas acena para o que pode ser melhor aproveitado no âmbito da gastronomia nacional.

Os aspectos interdisciplinares da Ciência & Trópico se evidenciam desde a sua criação. Ainda que o enfoque recaísse sobre as áreas de Sociologia, Antropologia, Economia e Geografia, em uma etapa posterior, na década de 1980, direito e política integraram muitos artigos inovadores no âmbito da Sociologia Jurídica, onde os

aspectos sociais não se desvinculam das ações do judiciário, permitindo o pluralismo de interpretações, de ideias e de soluções de conflitos que vão além do ordenamento jurídico posto pelo direito positivo estatal. Nessa linha, dois artigos enfeixam reflexões relativas ao sistema de justiça brasileiro.

O primeiro, *O discurso da verdade jurídica e seus desdobramentos na convicção no sistema de justiça: uma análise a partir de Max Weber,* de autoria de Meire Cristina Cabral de Araújo Silva, busca reconhecer o modo como o discurso da verdade jurídica se efetiva no sistema de justiça brasileiro. O estudo efetua-se a partir das elaborações de Max Weber referente à Sociologia da Dominação, em que, entre outros temas, investiga os liames não aparentes nas relações que se estabelecem entre política e direito. A compreensão que se tem a partir deste estudo é de que o fenômeno da verdade jurídica é construído por emanações do poder e de discursos da verdade. A eficácia dessa convicção, como algo a ser seguido sem desconfiança e capaz de obter a adesão social, requer um especializado aparato burocrático.

O segundo artigo alia as normas jurídicas aos preceitos democráticos que são basilares na construção do pensamento crítico e no fortalecimento da coesão social. Juliana Barreto Cavalcante e Francisco Humberto da Cunha Silva argumentam sobre a importância da liberdade de cátedra nas universidades brasileiras com o artigo intitulado.

Em defesa do pluralismo de ideias: uma discussão sobre a liberdade de cátedra no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do Supremo Tribunal Federal. A referida ação objetivava evitar e reparar lesões a preceitos fundamentais resultantes de atos do Poder Público dentro de universidades públicas e privadas no contexto das eleições presidenciais do ano de 2018, pautadas por decisões de juízes eleitorais de várias regiões do Brasil. Concluiu-se que o cerceamento do pluralismo de ideias e o controle do pensamento político crítico dentro das universidades podem ocasionar consequências comprometedoras da própria ordem democrática, tendo em vista que a difusão do conhecimento possibilita transformação e impacto positivos nas questões sociais, culturais, econômicas e políticas do país. Nesse sentido, argumentam os autores, a liberdade de cátedra não pode ser violada e nem usada como instrumento de limitação do direito à educação.

O futuro do trabalho pós Covid-19, de José Paulo Zeetano Chahad, constata que a pandemia trouxe consigo profundas consequências no campo econômico, na vida social e cultural, no modo de vida tradicional dos indivíduos e das famílias, na vida profissional, e no relacionamento entre os atores sociais, afetando, principalmente, o mercado de trabalho. O autor aborda o futuro do trabalho pós Covid-19, fundamentando-se na vasta literatura já existente sobre o tema. Inicialmente apresenta uma visão geral da origem e da natureza das modificações que ocorrerão no mundo do trabalho, devido ao impacto global da pandemia e da recessão que se seguiu. Três tópicos se destacam sob a ótica do futuro do trabalho: (a) trabalho remoto, home office e teletrabalho; (b) tecnologia, digitalização e automação; e (c) produtividade do trabalho. A constatação geral é de que a Covid-19 aumentou o risco, bem como elevou os custos sociais e econômicos do contato físico entre os seres humanos. Como consequência, acelerou os processos de automação, do trabalho remoto, do uso da inteligência

artificial, da digitalização e da robotização, todos culminando por promover uma redução geral na demanda de trabalho (elevando o desemprego), contribuindo, assim, para diminuir o ritmo de crescimento dos salários. O efeito mais perverso talvez seja o que o isolamento social tem causado na educação das populações jovens. Isso tem levado à evasão e ao baixo rendimento escolar, juntamente com a erosão do capital humano provocado pelo aumento do desemprego de longo prazo. Estes tem sido fortes elementos a induzirem ao baixo nível de crescimento da produtividade do trabalho, quando não da sua estagnação. Todos esses impactos somados parecem estar levando a um mundo ainda mais desigual, afetando negativamente o desenvolvimento humano, bem como promovendo um avanço ainda maior dos níveis de pobreza.

Como parte dos artigos deste número da Ciência & Trópico guardam uma relação com a avaliação e melhoria de políticas públicas, um estudo bibliográfico qualitativo sobre sexualidade e gênero, sob uma perspectiva sociocultural, é realizado por Denise Quaresma da Silva, Karina Dias da Silva e Marcos Rogério dos Santos Souza. Com a proposta de romper com o discurso heteronormativo e machista promovido pelos agentes públicos do executivo federal brasileiro, o artigo *Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero* propaga os direitos humanos como sendo direitos inerentes a todas as pessoas, não importando raça, cor, sexo, credo, etnia, idioma e qualquer outra condição. É preciso, portanto, eliminar discursos que excluam os sujeitos e apregoar o direito à vida e à liberdade sem qualquer tipo de discriminação. Os dirigentes públicos devem, portanto, combater práticas que violem os direitos humanos.

Os dois artigos seguintes abordam temas relativos à educação. De forma clara e com base em pesquisas, o primeiro abrange as Instituições Federais de Ensino Superior no interior do Brasil e sua relação com os Arranjos Produtivos Locais e o segundo, com base em estudos econométricos, busca analisar, em escolas de Recife, Pernambuco, a influência da infraestrutura escolar no desempenho de alunos do 6º ano do ensino fundamental.

O artigo intitulado *Fundamentos da interiorização do Ensino Superior Federal no Brasil: atrelamento aos Arranjos Produtivos Locais (APL)*, de autoria de Maria Nainam Silvino Araújo dos Santos e Luís Henrique Romani de Campos, avalia que a abertura de unidades federais de ensino superior no interior do Brasil atrelada à presença de Arranjos Produtivos Locais apresenta-se como uma política includente de oportunidade educacional capaz de favorecer o desenvolvimento do local e da região onde estão inseridas. Partindo desse entendimento, os autores buscaram identificar de que forma esse processo de expansão está fundamentado, considerando os seguintes critérios de análise: desdobramentos sobre a adequação das estruturas políticas de funcionamento, relações de cooperação, aprendizagem e cultura da inovação no contexto de Arranjos Produtivos Locais. Os resultados obtidos apontam para uma necessidade de aproximação das Instituições Federais de Ensino Superior com os diferentes atores que compõem as aglomerações produtivas, por meio de, entre outros aspectos, práticas de pesquisa e extensão, cooperação e parcerias locais e internacionais, identificação, reconhecimento e esforços que caminhem na direção de promover a atenção às realidades e necessidades locais a partir do olhar para as suas demandas e singularidades. Por fim, concluem os

autores, percebe-se que os efeitos observados em cada *campus*, em uma análise primária, aparentam ser derivados do capital social presente na região onde estão inseridos.

Ainda no âmbito das políticas educacionais, o artigo *Infraestrura escolar: uma análise de sua importância para o desempenho de estudantes de escolas públicas* aborda até que ponto a infraestrutura afeta o desempenho escolar dos alunos, a partir do caso particular da rede pública de ensino, e estima o efeito das variáveis de infraestrutura e outras influências educacionais sobre esse processo de aprendizagem, por meio do Modelo de Regressão Linear Múltipla. Para tanto, os autores Raphael Rodrigues de Andrade, Luís Henrique Romani de Campos e Heitor Victor Veiga da Costa utilizaram os bancos de dados gerados pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), examinando uma amostra do desempenho dos alunos do 6º ano do ensino fundamental (antiga 5ª série) das escolas públicas da cidade do Recife, com a aplicação de duas provas de matemática, ao início e ao final do ano de 2013, e do Censo Escolar 2013, para as demais variáveis ausentes na base de dados da Fundaj. Para estimação das variáveis de Infraestrutura e outras influências educacionais, foram utilizados o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e o método de seleção de variáveis de Akaike (AIC). De acordo com o modelo econométrico, os índices estudados: espaço pedagógico (bibliotecas, laboratórios, quadras e auditórios); computadores, internet e equipamentos; e serviços de utilidade pública (abastecimento de água**,** energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo), mostram aumentar o desempenho escolar dos alunos, apenas quando associada a outras variáveis, que atendam às condições pré-estabelecidas. A principal conclusão do artigo demonstra que as decisões de investimento em infraestrutura não devem ser dissociadas de outras políticas educacionais.

O artigo *As mulheres de Fernando: Uma leitura do cotidiano feminino no presídio de Fernando de Noronha (1850 - 1888),* de Roberta Silva, traz uma narrativa cuidadosa da ilha-presídio, sem celas, sem algemas e sem muros. Militares e sentenciados conviviam com um certo de tipo de cooperação. O artigo ressalta como viviam as mulheres inseridas em um contexto patriarcal de sociedade, ocupadas com o trabalho doméstico, em Fernando de Noronha no período imperial, dentro de uma perspectiva de gênero. Por meio de estudos e interpretações primárias e secundárias, o artigo ressalta a presença feminina no universo carcerário, "em que suas artes de fazer humanizaram as relações sociais e o cotidiano desse presídio". Trata-se de um resgate histórico extremamente relevante para a compreensão do papel feminino em um universo carcerário.

A contribuição da Revista Ciência & Trópico como periódico semestral desde que substituiu o Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, pela Resolução 267 de outubro de 1972, tem sido multidisciplinar, contando com artigos internacionais, tendo em vista a parceria dos seus profissionais com diversas instituições de ensino e pesquisa da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina. Vale salientar que o projeto de nº 2960 de 1961 da Câmara dos Deputados previu, em suas disposições gerais e transitórias, que o antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais deveria contar com uma revista científica para publicações de pesquisadores da Instituição ou estrangeiros.

Ao concluir mais um número, resultado de fluxo contínuo, além de cumprir uma missão institucional, estamos ampliando horizontes temáticos, fortalecendo debates de todos os matizes e garantindo a liberdade de expressão de todos os que submetem seus artigos à apreciação dos inúmeros pareceristas que merecem nossos agradecimentos pelo trabalho sério que garante a continuidade e a renovação da Ciência & Trópico.

Na qualidade de Editora-chefe e pesquisadora da Fundaj, agradeço o trabalho do Editor assistente, Luis Henrique Lopes, aos colegas da Iconografia, em nome de Albertina Malta, que está sempre pronta a promover o acervo artístico da Fundaj, à Editora Massangana e a todos que compartilham ideias, cores e a força do compromisso de seguir adiante.

Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Editora-chefe

Undercover Sentinels at the Drug Gates

Sentinelas disfarçados nos portões das drogas

Centinelas encubiertos en las puertas de la droga

Charles J. Fortin[1]

Abstracts

FORTIN, Charles. Sentinelas disfarçados nos portões das drogas. **Rev. C&Trópico**, v. 45, n. 1, p. 13-24, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art1.

The illicit production and trafficking of drugs are a major threat to the United States and insidious to the people and fragile societies of Latin America and the Caribbean (LAC). Deportations from the U.S. exacerbate this tragedy. Congress approved a law in 1996 requiring all non-U.S. convicts to be deported to their home countries where making a living often involves interacting with organized crime. By law, the Drug Enforcement Administration (DEA) operates only in the U.S. and cannot unilaterally investigate and arrest high-level drug traffickers overseas. Given enforcement deficiencies of reducing drug supplies in producing countries, the Organization of American States (Inter-American Drug Abuse Control Commission - CICAD) provides a vehicle to LAC drug enforcement officials for capacity building and international information exchange. This article reflects on the effectiveness of three such initiatives: jetway surveillance, interruption of the flow of precursor chemicals used in drug production, and trafficking via the Internet.

Keywords: Drug enforcement. Training. Jetway surveillance. Precursor chemicals. Internet drug trafficking. Silk Road. Organization of American States (OAS).

Resumo

FORTIN, Charles. Sentinelas disfarçados nos portões das drogas. **Rev. C&Trópico,** v. 45, n. 1, p. 13-24, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art1.

A produção ilícita de drogas e seu tráfico se constituem em grande ameaça aos Estados Unidos, assim como aos povos e às frágeis sociedades da América Latina e Caribe (ALC). As deportações dos Estados Unidos exacerbam essa tragédia. Em 1996, o Congresso americano aprovou uma lei que requer que todos os sentenciados

1 Charles Fortin earned his doctoral degree through the Institute of Development Studies (IDS) at the University of Sussex in the United Kingdom. He completed his MSc in urban and regional planning at the University of Wisconsin, Madison, after graduation from the University of Notre Dame. Having taught for 18 years at the Federal University of Pernambuco in Recife, he joined the Inter-American Development Bank as evaluation officer assessing the environmental impacts of IDB programs and projects. Later, as independent consultant, he has continued evaluation work collaborating with government ministries and international agencies in Latin America and the Caribbean. Email: cjfortin62@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7565-4197

estrangeiros devam ser deportados aos seus países de origem se seus sustentos estiverem envolvidos com o crime organizado. Pela lei, o departamento intitulado Administração da Repressão às Drogas (DEA em inglês) só pode operar nos Estados Unidos e não pode investigar e prender, unilateralmente, traficantes de drogas de alta periculosidade no exterior. Dadas as deficiências de controle na redução da produção de drogas nos países produtores, a Organização dos Estados Americanos (Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas - CICAD) disponibiliza a troca de informações e capacitação para os funcionários no combate às drogas, ALC. Este artigo busca refletir sobre a eficácia de três dessas iniciativas: controle dos portões de entrada aéreos; interrupção do fluxo de insumos para a produção de drogas; e o tráfico via internet.

Palavras-chave: Aplicação da lei contra drogas. Treinamento. Vigilância aos portões de entrada. Produtos químicos precursores. Tráfico de drogas via Internet. Silk Road. Organização dos Estados Americanos (OEA).

Resumen

FORTIN, Charles. Centinelas encubiertos en las puertas de la droga. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 13-24, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art1.

La producción y el tráfico ilícitos de drogas son una amenaza de gran magnitud para los Estados Unidos y de gran insidia para las personas y las frágiles sociedades de América Latina y el Caribe (ALC). Las deportaciones de Estados Unidos exacerban esta tragedia. El Congreso aprobó una ley en 1996 que exige la deportación de todos los convictos no estadounidenses a sus países de origen, donde ganarse la vida a menudo implica interactuar con el crimen organizado. Por ley, la Administración de Drogas y Narcóticos (DEA) opera solo en EE. UU., y en el extranjero no puede investigar y arrestar unilateralmente a narcotraficantes de alto perfil. Dadas las deficiencias en la aplicación de la ley para reducir el suministro de drogas en los países productores, la Organización de los Estados Americanos (Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas - CICAD) proporciona a los funcionarios antinarcóticos en ALC un medio para la capacitación y el intercambio de información internacional. Este artículo reflexiona sobre la eficacia de tres iniciativas de este tipo: la vigilancia de puentes de embarque, la interrupción del flujo de precursores químicos utilizados en la producción de drogas y el tráfico através de Internet.

Palabras clave: Aplicación de la ley contra drogas. Entrenamiento. Vigilância de puentes de embarque. Productos químicos precursores. Tráfico de drogas a través de la Internet. Silk Road. Organización de los Estados Americanos (OEA).

1. Marriage Proposal on the Silk Road

> "During a training session we each had a computer work station in St. Kitts and Nevis with instructions to initiate an illicit drug transaction through the online black-market website, Silk Road. Falsifying my real identity, I chose to present myself as female. The elaborate menu of products and services was diverse and designed to meet a wide range of customer demands. Before making my payment in bitcoins I halted the bogus drug transaction. However, in the process, I did receive a trafficker's proposal of marriage to become his "green card" bride." (Author)

Most of us have come to realize that the production, distribution, and illicit trafficking of drugs and related contraband are a major threat to the United States. They are also insidious to people of Latin American and Caribbean countries that, as it happens, are unable to draw upon U.S. resources for assistance. By law, the Drug Enforcement Administration (DEA) operates only in the U.S. and cannot unilaterally investigate and arrest high-level drug traffickers overseas.

Whatever success is achieved reducing drug supplies depends upon host nation law enforcement cooperation such as intelligence sharing. Specific countries, however, currently lack self-sustaining counter narcotics police institutions, budgets, manpower, and effective criminal justice systems to adequately address counterdrug efforts.

Anti-drug agencies respond as best they can with what they have. But it isn't much. Under the best of circumstances countries face plenty of drug challenges. Priorities and limited budgets, however, are normally skewed to address other urgent needs. One military general questioned in frustration, "What can you expect from a country that has a total national drug enforcement budget of $700,000 per year?" He said that if they could put a stop to only 15 percent of the drug traffic, the police would consider their efforts successful; the very best they could do. Success, however, requires good intelligence. Not so easy when the *National Center* for criminal drug data continues its dependence on manual typewriters.

Popular films can color impressions of vicious drug lords (*Clear and Present Danger*), crooked cops, desperate addicts, scorched poppy fields, and mules, including drugs hidden in pedigree puppies and human swallowers (*Maria Full of Grace*). I had notions about recreational inhalation but nothing about intractable addiction. Only later did I learn of brain cell disintegration in 15-year-olds, meth mouth, the intricate and crafty drug supply chain, systemic violence, and the collateral costs to fragile societies of Latin America and elsewhere.

This national turmoil, especially in smaller countries of Central America, is attributed in part to the transnational transmission of crime. A measure, approved by the U.S. Congress in 1996, "Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act," requires that non-U.S. convicts have to be deported to their home countries. As

reported by the International Crisis Group: "Most deportees will struggle to make a living without interacting with organized crime, which owes its prevalence in Central America to previous waves of U.S. deportations."[2]

Apparently oblivious and indifferent to the social erosion afflicting their own countries, I interviewed officials who regarded the drug trade as a problem for the United States, not their own. To their advantage, however, several countries have tagged the value of their money to that of the American dollar. The "dollarization" of the national currency has the effect of facilitating money laundering, that is, transforming drugs into wealth and power, and more violence.

2. The Challenge of Corruption

> U.S. federal prosecutors have filed motions saying that Honduran President Juan Orlando Hernández took bribes from drug traffickers and had the country's armed forces protect a cocaine laboratory and shipments to the United States… (a bribe of) more than $1 million from Mexican drug trafficker Joaquín "El Chapo" Guzmán… The document quotes Hernández as saying he wanted to **'shove the drugs right up the noses of the gringos'** by flooding the United States with cocaine." (Emphasis mine). Source: Claudia Torrens, Associated Press, Tampa Bay Times, Sunday, January 10, 2020, p. 14 A.

"Only in the area of money laundering, our member states seize over a *billion dollars* a year," remarks the Secretary General of the Organization of American States. The stakes are high. A prominent informant confided to me that the top official in one country had indeed sanctioned the repression of drug traffickers but had given specific instructions *not* to interfere with currency transactions.

Informants schooled me in how traffickers employ sophisticated technology, insider intelligence and corrupted informants. They possess the latest weaponry, diversified and well-financed transshipment options (fleets of fishing vessels, super-fast boats, submersibles and squadrons of aircraft). Adapting to police response time, traffickers can off-load boats on the beach or planes on airstrips in 7-10 minutes and be on their way.

Once drugs enter circulation, military operations have little effect, except for photo opportunities. A lieutenant colonel lamented "that once drugs are dispersed, police intervention, in the best of circumstances, is isolated and too late, and in the

2 Sofía Martínez Fernández, "Mass Deportations Only Fuel a Cycle of Violence and Migration," International Crisis Group, OP-ED Latin America & Caribbean, June 25, 2018. This same source reports that between 1998 and 2005, for example, Central America absorbed 46,000 deportees with a criminal record. U.S.-bred gang culture permeated El Salvador which has the highest population in gang members – some 65,000 – with a further half million people considered sympathizers or dependents. This swelling of the ranks of violent criminal groups are responsible for the extortion of 70% of businesses in that country.

worst, a waste of time and money." By then the producers and traffickers have already satisfied one of their key markets, the narco-terrorists. They rely on drugs to support their causes with money, weapons, ammunition and food.

The demand for drugs in the United States appears intractable. Enforcement of marijuana is increasingly slack, and its use (recreational and medical) is permitted in several jurisdictions. By contrast, in 2018, hard drugs resulted in 67,367 overdose deaths and during the period 2012-2018 the rate of cocaine-related deaths tripled. Overdose deaths by psychostimulants (including meth) increased fully five times over that time span.[3] Moreover, in 2020, the monetary costs due to abuse of illegal drugs totaled $198 billion and prescription opioids, $78.5 billion.[4]

This brief account describes my 2012-2013 experience evaluating a series of regional counterdrug capacity building activities related to so-called jetway surveillance, precursor chemicals to process and produce illicit substances, and internet drug commerce.[5]

Organization of American States (Inter-American Drug Abuse Control Commission – CICAD): Given the enforcement deficiencies (budgets, manpower, corruption) of reducing drug supplies in producing countries and DEA international restrictions to directly intervene overseas, the Organization of American States (OAS) provides a vehicle for capacity building and international information exchange with the sponsorship, support, and active participation of other sister drug control institutions.[6]

In 2013, the OAS invited me to conduct an evaluation of several anti-drug training programs among Latin American and Caribbean law enforcement officials.[7] The assessment included the content and results of three jetway surveillance seminars, five precursor chemicals, and four internet sales of drugs seminars typically of four-day durations.[8]

Training focused on the **supply reduction** of drugs from crops, such as cocaine, heroin, and marijuana; synthetic drugs such as methamphetamine and ecstasy, and pharmaceuticals diverted from licit distribution channels as well as the commandeering of chemical substances used in illegal drug production.

Drug Supply: Prior to the training seminars beginning in 2012, available data indicated that annual **cocaine** production had reached 885 metric tons worldwide

3 Holly Hedegaard, M.D., Araldi M. Miniño, M.P.H., and Margaret Warner, Ph.D. CDC - Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Health Statistics, NCHS Data Brief No. 356, January 2020.

4 John Elflein, Statista, "Number of drug overdose deaths in the United States in 2017, by drug type." November 14, 2019. The amounts, however, are still dwarfed by the abuse costs of alcohol ($249 billion) and tobacco ($300 billion).

5 Participants included detectives, customs and excise officers, senior law enforcement, security screeners, forensic investigators, image interpreters, crime narcotics agents, health officials, chemists and pharmacists, public prosecutors, police, and airport authority officials.

6 These include the Royal Canadian Mounted Police, Colombia's National Police, Peruvian Antidrug Police, the Narcotics Affairs Section of the United States, the Drug Control Administration of the United States, the Alliance for Commercial Security Program, the United Nations Office on Drugs and Crime, the International Criminal Police Organization (Interpol), and others.

7 Training seminars took place in Barbados, Mexico, Jamaica, Bahamas, Trinidad & Tobago, Grenada, Costa Rica, and St. Kitts and Nevis.

8 An earlier assignment with OAS had involved a nine-country assessment of policies, strategies, and programs to combat drug abuse in the western hemisphere.

(1,950,540 lbs.) of which only 42% was seized each year before reaching domestic and foreign markets. **Heroin** production, originating just from Colombia and Mexico, amounted to approximately 20 metric tons (44,092 lbs.).

By 2005, **methamphetamine** consumption had risen to 165 pure unadulterated metric tons (363,763 lbs.). Supplies to the U.S. market rely on meth production by small toxic labs, domestic super labs using diverted bulk ephedrine or pseudoephedrine from the U.S. and Canadian pharmaceutical industry, and importation of meth produced outside the United States as finished product.

Image 1: Domestic Meth Production



Source: South Dakora Department of Agriculture and Natural Resources, Waste Management.

The amount of **marijuana** available in the United States – including that produced both domestically and internationally – is unknown. Supply estimates are difficult to calculate but consumption between 2001 and 2006 ranged between 4,200 (9,259,415 lbs.) and 5,200 metric tons (11,464,000 lbs.).

Image 2: Canine Inspection



Source: United States Drug Enforcement Agency, DEA.

Jetway Surveillance: Most of us are familiar with some overt jetway surveillance tactics such as canines sniffing for drugs and explosives, one-way mirrors, and TSA checks. Others are less obvious, even undercover such as profiling and observance of unusual behaviors from afar. A seated woman, for instance, who has difficult tying a shoelace may be packing drugs in her midsection.

Couriers can also be identified by means of ticket anomalies, snitches, and simply from observation or a "cold stop" without any independent predicating information. Telltale signs that raise suspicion include passport and luggage characteristics, deceptive and nonverbal behavior, as well as verbal and group indications of deception involving accomplices. Law enforcement is able to sift through the traveling public to identify persons of interest for further questioning.[9]

Image 3: Drug Traffic Surveillance



Source: United States Drug Enforcement Agency, DEA.

The results of the jetway surveillance training greatly increased the efficiency and effectiveness of customs and law enforcement officers on the job.

> The Jetway training has streamlined the process of profiling for me personally and has given a better understanding of the connectors to crime committed at the airport. Proven guidelines to follow lay the foundation for the customizing and building of practical protocols to be set in place.
> The increase in the sharing of information helps establish a baseline for all personnel who operate at the airport making it easier to justify suspicion and, as justification against complaints made, when action is taken against passengers, that is, when personnel act on indicators gleaned from the Jetway program, superior officers accept its legitimacy as justification. (Seminar participant)

9 "Behavior Indicators of Drug Couriers in Airport," Naval Research Laboratory, Washington, D.C., April 30, 2015.

Tracking Precursor Chemicals: Among professionals it is generally accepted that once drugs have been produced and distributed to their retail consumers, eventual seizures along the way fail to reduce the overall quantity of drugs destined for domestic and international markets. Oftentimes, piles of law-enforcement captured and packaged cocaine or marijuana stacked on the tarmac provide merely the backdrop for promotional photo opportunities. On the other hand, capacity building for the identification and elimination of precursor chemicals is designed to interrupt the supply chain that could lead to the manufacture of synthetic drugs in the first place.

The processing and production of cocaine, heroin, and methamphetamine have their own centers of gravity where drugs are formulated. Preemptively, law enforcement can act by seizing "upstream" large quantities of legal chemicals used for a wide range of products, like medicine, perfumes, plastics, and cosmetics. Many of these can be diverted for the preparation of illicit substances often in hazardous environments. Meth labs are notoriously dangerous where explosions and fires are frequent. Police raids require hazmat garb and specialized training to deal with volatile chemicals – all dealt with extensively during the OAS training.

For example, cocaine production requires chemical potassium permanganate used for oxidation. Methamphetamine requires several chemical substances such as hydriodic acid, hypo-phosphorous acid, and iodine. Amphetamine production utilizes some of these same chemicals but also red and white phosphorus, hydrochloric and sulfuric acids.

The conversion of raw product to heroin requires the availability of acetic anhydride and other chemicals such as acetone, ammonium chloride, ammonia solution, charcoal, hydrochloric acid and sodium carbonate. Large amounts of water and wood would also be necessary.

So-called "designer" drugs are synthesized drugs produced by changing the properties of a drug that comes from a plant (e.g. cocaine, morphine, or marijuana) with the intent of developing substances that differ slightly from controlled substances in their chemical structure while retaining their pharmacological effects. MDMA (ecstasy), ketamine, and methamphetamine are examples of designer drugs. In 2017, over half of the death certificates for cocaine or heroin overdose death involved a synthetic opioid such as fentanyl with an analgesic potency approximately 100 times greater than morphine.

> "I learned how drugs are transported, the ways containers are opened, the identification of chemicals, the effects of drugs, and recognition of persons under the influence of drugs. This will help me in my work. This course was instrumental in exposing my institution to the trafficking modalities of criminal organizations involved in precursor chemical diversion. This seminar has been one of the highlights of my career." (Seminar participant)

Image 4: Meth Mouth



Source: American Dental Association, ADA.

> I have shared the information given with my superiors and we are in the process of educating the members of our specialist teams. The information added to my personal capacity and confidence to think more quickly, seeing things as actual indicators of possible criminal activity. It brought a fresh approach to simple techniques that can be employed as a cost effective and necessary ingredient in our activities as law enforcement officers. (Seminar participant)

Internet Drug Commerce: The Silk Road derives its name from the lucrative trade in silk carried out along its length from east Asia to southern Europe beginning in the Han dynasty in China (207 BCE–220 CE). At the time of the 2012-2013 OAS training seminars, the Silk Road also referred to an online black market and the first modern darknet market, best known as a platform for selling illegal drugs. As part of the dark web, it was operated as a Tor hidden service, such that online users were able to browse it anonymously and securely without potential traffic monitoring.[10]

Silk Road Downfall: Coincidentally, during the period of the training seminars, the FBI had already become aware of an online black-market website (Silk Road) where users could buy and sell goods, including computer hacking services, fake documents, poisons, illegal drugs and weapons – even murders for hire were discussed.

10 Wikipedia.

Image 5: Packages containing small quantities of illegal drugs coming through the international mail hub at Chicago's O'Hare Airport, attributed to Silk Road.



Source: Federal Bureau of Investigation, FBI; United State District Court for the Southern District of New York.

Remarkably, just prior to the preparation of this article, for the first time the FBI finally revealed details and openly described their efforts to hunt and capture website perpetrators. The following is my summary, paraphrase and editing of their findings based on FBI interviews.[11]

The site was run by an individual known only as the Dread Pirate Roberts, named after a character from the classic film "The Princess Bride." An elite FBI cyber taskforce worked to infiltrate the site and identify its founder: Ross Ulbricht, a 29-year-old, computer science engineer and Penn State graduate.

According to the Federal Bureau of Investigation, Silk Road (the Amazon of drug sites), accessed anonymously by users on the dark web, brought in approximately $1 billion in sales, according to investigators, with Ulbricht making millions by taking a cut of each transaction. The investigation led FBI agents from Iceland to New York to San Francisco in search of the shadowy figure behind the website.

It would take multiple law enforcement agencies more than two years of following dead ends and false leads to unmask the identity of Dread Pirate Roberts. The website domain was called "onion." The onion router or Tor refers to the multiple layers to get to the center, multiple computers that one has to go through in order to reach that content, the center of the onion.

Sommers and Bernstein, authors of the CBS News report, revealed that the Tor network was created for the purpose of allowing people to communicate on the Internet without anyone having the ability to know who or where they were. These websites do not accept PayPal or Visa or MasterCard or any other types of credit cards because all that's traceable. The system employed the cryptocurrency, bitcoin.

By the end of 2011, Silk Road was processing orders worth half a million dollars a month selling drugs and other illicit goods and services. Some drug buyers and sellers

11 Caroline Sommers and Emily Bernstein produced the report for CBS News, dated November 10, 2020, "Inside the FBI takedown of the mastermind behind offering drugs, guns, and murders for hire."

were arrested as law enforcement redoubled their efforts to figure out their identities. Probing from a new perspective, prosecutors asked the New York FBI cyber branch to join the hunt. This was an elite team – with experience working inside the dark web and with Tor – also known as the onion router – where Silk Road was hidden.

FBI reporting indicated that Ross Ulbricht had a girlfriend, Julia Vie. Their relationship ended in 2011 after several years of dating. Julia was convinced that one of the main reasons for the breakup was Ulbricht's "insane" pressure to keep the website secret. But in the summer of 2012, Julia got an unexpected visit from Ross, who told her he was moving to San Francisco.

Circumstances took a turn in the spring of 2013 when a vendor threatened to expose the personal information of thousands of users. Without anonymity of sellers and buyers, the website would collapse. Ross decided to hire someone he believed was a member of a Hell's Angels biker gang to find and kill the blackmailer and his associates. He paid $650,000 from his bitcoin account to get the job done.

According to FBI interviews, early in the summer of 2013, after nearly a year of trying to crack the inner workings of the Silk Road website, agents in the FBI's New York Cyber Branch finally got a break. They noticed a coding error on the site. Agents learned that in just two-and-a-half years, around 1.2 million transactions had been processed on the Silk Road site with bitcoin, generating the equivalent of approximately $1 billion in revenue. The agents also found information and communications Dread Pirate Roberts believed would never be discovered.

By now, law enforcement agencies investigating Silk Road had several pieces of the puzzle: the FBI had found the server, the IRS had identified Ross Ulbricht's name in a personal email address, and Homeland Security had an undercover agent in direct contact with Dread Pirate Roberts. But no one was seeing the whole picture … yet.[12]

To make the prosecution "stick," however, they had to catch him red-handed, that is, with his computer open and, at that moment, linked to the dark website.

From a Starbucks, Ulbricht went to a public library where FBI undercover agents had taken up their stations. He headed upstairs and was observed entering the science fiction section. He sat down at a table there but, although agents in the library could see him typing, he was not yet online to the dark website. A couple hundred feet away just outside of the library, unbeknownst to Ulbricht, was the person with whom he was communicating.

The FBI agent outside directed Ulbricht to go look at his message on the website, knowing that he had to log on in order to actually access it. Once he got to the post, at that very moment, the order to execute the arrest was given. The cyber team made sure the laptop stayed open. They found a treasure trove of evidence: fake identities, chats, even his personal journal. Most damning, the computer's username was "frosty".

12 **Author's note.** Precisely on September 29, 2013, I arrived in St. Kitts and Nevis to conduct the evaluation of the training seminar on the internet sale of drugs. Less than a month later, in October 2013, members of the FBI cyber security team traveled to San Francisco to arrest the man they believed was the mastermind behind Silk Road, Ross Ulbricht.

3. Epilogue

FBI reporting confirms that Ross Ulbricht was charged with seven counts, including narcotics trafficking, computer hacking, money laundering, and a kingpin statute usually reserved for mafia dons and cartel leaders. In January 2015, four years after Silk Road started, Ulbricht's trial began. The defense admitted while he had created Silk Road, he had handed it off to others, who then lured him back in order to take the fall.

Ross Ulbricht had operated the website for nearly three years from 2011 to 2013. He collected $18 million in bitcoins through commissions on tens of thousands of drug sales. Prosecutors cited at least six deaths to overdose from drugs bought on Silk Road. Ulbricht had made efforts to arrange the murder of five other people he deemed as threats to his business.

After a 12-day trial and less than four hours of deliberations, a jury found Ross Ulbricht guilty on all counts. Ultimately, he received two life sentences plus 40 years. And the federal system does not allow parole.[13]

> All of the information was new to me and in this computer age we need to be on a technical par with the new breed of criminals out there. Having participated in this training has greatly increased my awareness and knowledge of the use of the internet for purchasing illegal drugs. I now have a much better understanding and appreciation of the threat this new form of engagement between users and traffickers have employed. (Seminar participant)

13 Taken from reporting at the time of the trial: CBS Interactive Inc., May 30, 2015, "Silk Road founder Ross Ulbricht gets life in prison."

Freyre e Freud: um ensaio (quase) psicanalítico da sociedade brasileira

Freyre and Freud: an (almost) psychoanalytical essay of brazilian society

Freyre y Freud: un ensayo (casi) psicoanalítico sobre la sociedad brasileña

Freyre et Freud: un essai (presque) psychanalytique de la société brésilienne

Arlindo Souza Neto[1]

Resumo

NETO, Arlindo Souza. Freyre e Freud: um ensaio (quase) psicanalítico da sociedade brasileira. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 25-41, 2020. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art2

Neste ensaio, a partir da ideia de "paisagem social brasileira", cunhada por Gilberto Freyre, e da concepção de "desamparo" presente na obra Sigmund Freud, os autores desenvolvem algumas interpretações sociopsicanalíticas referentes à sociedade brasileira contemporânea. Como se trata de um ensaio, são realizadas algumas especulações interpretativas no que tange à formação social do Brasil e do "modo de ser brasileiro", bem como dos mecanismos e arranjos sociais que, ao longo das décadas, foram estabelecidos na/pela sociedade e no/pelo psiquismo dos brasileiros, desembocando na civilização dos contrastes.

Palavras-chave: Freyre. Freud. Brasil. Sociedade. Psicanálise.

Abstract

NETO, Arlindo Souza. Freyre and Freud: an (almost) psychoanalytical essay of brazilian society. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 25-41, 2020. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art2

In this essay, based on the idea of "Brazilian social landscape", coined by Gilberto Freyre, and the concept of "helplessness" present in the work Sigmund Freud, the authors develop some socio-psychoanalytical interpretations referring to contemporary Brazilian society. As this is an essay, some interpretative speculations are made regarding the social formation of Brazil and the "way of being Brazilian", as well as the mechanisms and social arrangements that over the decades have been established in/by society in/by the Brazilian psyche, leading to the civilization of contrasts.

Keywords: Freyre. Freud. Brazil. Society. Psychoanalysis.

1 Sociólogo, Mestre e Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Realizou Pós-doutorado em Desenvolvimento Urbano pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Atualmente desenvolve uma pesquisa sobre o conceito de sociedade na obra de Sigmund Freud. E-mail: arlindosociologo@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8033-2504

Resumen

NETO, Arlindo Souza. Freyre and Freud: an (almost) psychoanalytical essay of brazilian society. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 25-41, 2020. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art2

En este ensayo, basado en la idea de "paisaje social brasileño", acuñada por Gilberto Freyre, y el concepto de "desamparo" presente en la obra de Sigmund Freud, los autores desarrollan algunas interpretaciones sociopsicoanalíticas sobre la sociedad brasileña contemporánea. Al tratarse de un ensayo, se realizan algunas especulaciones interpretativas sobre la formación social de Brasil y el "modo de ser brasileño", así como los mecanismos y arreglos sociales que, a lo largo de las décadas, fueron establecidos en / por la sociedad y en / por la psique de los brasileños, conduciendo a la civilización de los contrastes.

Palabras clave: Freyre. Freud. Brasil. Sociedad. Psicoanálisis.

Résumé

NETO, Arlindo Souza. Freyre et Freud: un essai (presque) psychanalytique de la société brésilienne. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 25-41, 2020. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art2

Dans cet essai, basé sur l'idée de «paysage social brésilien», inventée par Gilberto Freyre, et le concept «d'impuissance» présent dans l'œuvre Sigmund Freud, les auteurs développent des interprétations socio-psychanalytiques faisant référence à la société brésilienne contemporaine. Comme il s'agit d'un essai, certaines spéculations interprétatives sont faites concernant la formation sociale du Brésil et la «façon d'être brésilien», ainsi que les mécanismes et les arrangements sociaux qui au fil des décennies ont été établis dans/par la société et/par le Brésil. psychisme, conduisant à la civilisation des contrastes.

Mots-clés: Freyre. Freud. Brésil. Société. Psychanalyse.

1. Introdução

Diante da limitação do espaço de mais ou menos duas dúzias de páginas, este ensaio apresenta um punhado de coordenadas analíticas para o estudo da sociedade brasileira à luz de duas perspectivas interpretativas. A primeira consiste na concepção de "paisagem social brasileira", presente na obra de Gilberto Freyre[2], especificamente em *Casa-Grande & Senzala* (1933), e em *Sobrados e Mucambos* (1936); e a segunda, no conceito de "desamparo", presente na obra de Sigmund Freud[3].

Com o diálogo entre essas duas perspectivas analíticas pensaremos a relação entre sociedade e subjetividade[4] na composição da "paisagem social brasileira" contemporânea, a fim de propormos uma leitura (quase) psicanalítica do Brasil.

Nas obras de Freyre, a formação social do Brasil foi descrita predominantemente a partir de dois sistemas: (1) o patriarcado rural, analisado pelo autor em *Casa-Grande & Senz*ala; e, (2) o desenvolvimento do urbano, em *Sobrados e Mucambo*s. Esses dois sistemas possuem características sociais e urbanísticas[5] próprias, em que as edificações decorrentes desses sistemas refletem os valores e crenças sociais de suas épocas. A vida social e a construção do espaço estão intimamente ligadas, como assertivamente destacou Mitscherlich (1970), ao dizer que a maneira como damos forma ao ambiente que nos cerca é uma expressão do que somos interiormente.

As cidades são constituídas social e subjetivamente por uma série de valores, práticas e concepções do período histórico ao qual fazem parte. É pela arquitetura que os fatores sociais e subjetivos de uma sociedade se materializam. O que propomos é realizar um exercício ensaístico de pensar a sociedade brasileira, e como esta pode ser entendida a partir de uma dimensão subjetiva.

Nesse sentido, argumentaremos aqui que a "paisagem social brasileira" é composta essencialmente por dois paradigmas: (1) *as casas-grandes e senzalas*, típicas dos séculos dezessete e dezoito; e, (2) *os sobrados e mucambos*, do século dezenove e vinte. Esses dois paradigmas ilustram, de certa forma, o desenvolvimento da sociedade brasileira do final do século dezessete até o início do século vinte. Nossa hipótese de trabalho parte desses dois paradigmas para propor um terceiro: (3) *os condomínios fechados e as favelas.*

2 Gilberto Freyre, sociólogo e antropólogo recifense, teve sua extensa produção traduzida para vários idiomas. Freyre é um dos cientistas sociais brasileiros que mais obteve reconhecimento internacional pela originalidade de sua obra. Muitas vezes associada aos estudos das relações raciais no Brasil, ela vai além dessa dimensão. Um de seus principais interesses consistia justamente em perceber as relações entre *espaço e subjetividade*. Para Freyre era fundamental compreender o fenômeno urbano no Brasil, o qual, naquele momento, estava se desenvolvendo – vide *Sobrados e Mucambos*.

3 Sigmund Freud, médico e criador da psicanálise, mudou radicalmente os estudos psicológicos do século 20, ofereceu ao mundo uma nova perspectiva de compreensão da natureza humana. A partir da psicanálise, que se propõe a ser teoria, método e ciência, Freud desenvolveu todo um aparato teórico-metodológico que ainda mantém seu potencial analítico.

4 O termo *subjetividade* é entendido aqui em sentido psicanalítico, ou seja, consiste no modo como é organizado e caracterizado o psiquismo humano, conforme foi descrito por Lúcia Leitão (2014).

5 Embora seja frequentemente utilizado como sinônimo de urbano, o termo *urbanístico*, neste ensaio, refere-se exclusivamente à expressão material da cidade, à sua configuração física e arquitetônica. Essa compreensão vai além do sentido do termo *urbano* utilizado por Gilberto Freyre, que o entendia como o modo de vida definido como aquele que se diferencia radicalmente do viver no campo.

Segundo nossa interpretação, o modo de edificar reflete muito da subjetividade moderna e dos modos de como os indivíduos veem a si mesmos e aos outros. A "paisagem social brasileira" do final do século vinte ao momento atual é em grande parte formada por condomínios fechados e favelas[6]. Essa constituição, em sentido subjetivo, é muito similar com os outros dois paradigmas citados, mesmo que urbanisticamente tenham suas particularidades[7]. Vale, então, questionarmos se existe ou não uma subjetividade coletiva no modo de conceber os espaços na sociedade brasileira. Será que se mudam as formas, mas os conteúdos psíquicos que caracterizam os brasileiros e o Brasil permanecem, mesmo que de modo latente, atuando na constituição da paisagem social? É o que tentaremos responder.

Neste ensaio, buscaremos desconstruir a pseudo inutilidade que se estabeleceu ao redor das análises freyriana e freudiana. Especialmente, no que se refere à análise da sociedade brasileira contemporânea, bem como o receio das ciências sociais, de modo geral, de dialogar com a psicanálise. De tal modo, argumentamos que, embora a sociedade brasileira em sua totalidade não seja mais patriarcal, latifundiária e escravocrata, ela ainda mantém as estruturas psicossociológicas motrizes dessas características. Em sentido Freudiano, podemos dizer que a psique dos brasileiros é embasada em estruturas históricas, caracterizadas pela violência, pela desigualdade e pelo patriarcalismo do século retrasado. E mesmo que os sistemas econômico e político tenham mudado, o desejo de dominação e controle do outro ainda permanece, seja em sentido simbólico ou literal.

2. Freyre, Freud e a Psicanálise

Freyre e Freud estão na lista dos principais autores do século 20. Eles estão entre aqueles que os franceses denominam de *incontournable*. É impossível estudar Ciências Sociais e Humanas, sobretudo teoria social, e não esbarrar em suas obras.

Sigmund Freud, inventor de uma infinidade de conceitos, propôs uma disciplina científica, a psicanálise: uma teoria geral da psique humana capaz de explicar o funcionamento da mente. A análise da psique elaborada por Freud mudou radicalmente a maneira como a ciência da época compreendia a humanidade. Freud ajudou a constituir um posicionamento teórico que questionou as atitudes e ações humanas como meros arranjos psicológicos subjacentes. Embora existam diversas críticas à abordagem psicanalítica, o que nos interessa da obra freudiana é mais sua potencialidade heurística de analisar fenômenos sociais e menos seu valor terapêutico.

6 Vale destacar o nosso cuidado com as generalizações aqui apresentadas. Propomos este ensaio, justamente, para identificar as rupturas e continuidades da "paisagem social brasileira contemporânea". As generalizações dar-se-iam não como dominância, mas como ocorrências de um fenômeno que se repete ainda que de modo diverso tanto no Nordeste como no Sul, e nas demais regiões do Brasil. Assim, não queremos dizer que se encontre um modelo igual, repetido, em todas as edificações, mas, sim, um mesmo modo de conceber e vivenciar o espaço edificado na sociedade brasileira. Vide Lúcia Leitão (2009).

7 Essa interpretação advém sobretudo dos estudos e escritos de Lúcia Leitão, mas também derivam de uma pesquisa de pós-doutorado, vinculada ao Nusarq, desenvolvida por Arlindo Souza Neto. A pesquisa, entre outras etapas, mapeia fontes bibliográficas, históricas e da imprensa, e, igualmente, a partir de entrevistas com estudiosos da temática, desenvolve um banco de dados, a fim de produzir uma síntese contemporânea dos modos subjetivos de conceber e vivenciar o espaço edificado no Brasil.

A teoria psicanalítica pode contribuir para a compreensão de um estado de coisas que perduram por gerações, e que podem explicar os contextos sociopolíticos atuais na América Latina, em especial no Brasil. De alguma forma, os brasileiros conciliam paradoxalmente o peso de um passado sofrido, consequência de uma violenta colonização, com um desejo de futuro promissor, que muitas vezes paralisa e dissemina a ideia de um Brasil que sempre está por vir[8].

Em *Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana* (2006 [1901]), Freud argumenta que para compreender a história de qualquer nação, é preciso antes de tudo levar em conta os mecanismos pelos quais as lembranças dolorosas de um povo são esquecidas. As sociedades humanas são capazes de apagar toda uma memória social penosa, tendo como "justificativa" o estabelecimento de um sentimento nacional deleitante. A teoria psicanalítica freudiana pode ajudar na compreensão de um "dilema da sociedade brasileira": a crença na possibilidade de um futuro glorioso constituído com as práticas do passado, ou, ainda, o porquê do esvaziamento da memória social tão característico da sociedade brasileira. Sabemos que uma nação não se deita no divã, essa não é nossa intenção, mas é certo que a psicanálise tem algo a evidenciar sobre os elementos "ocultos" e que se fazem presentes no imaginário particular de qualquer nação.

Por sua vez, Freyre não foi um inventor de conceitos, com exceção do "luso-tropicalismo"[9]. Ele foi sobretudo um escritor que tinha no Brasil sua maior inspiração. O que encontramos em seus escritos são propostas de interpretações de longo alcance: Freyre concebeu um Brasil, escreveu sua própria versão.

Há tempos, outras versões ganharam destaque, e o Brasil se tornou "Brasis". A nação do futuro, tão desejada pelos intelectuais do século 20, ao que tudo indica, ainda não chegou. Mas, apesar de todas as críticas, o Brasil de Freyre ainda é todo passado?

É possível dizer que Freyre teve como um de seus objetivos principais esboçar uma compreensão da psique do brasileiro. Entender como a sociedade brasileira foi constituída em sentido ontológico e como esse "modo de ser brasileiro" se desenvolveu a partir das estruturas fundantes de nosso país, forjadas há mais de 500 anos. Em última instância, Freyre buscou a gênese do presente no passado. Esse passado não apenas como a decorrência sucessiva de fatos históricos, mas um passado constituinte de modos de agir, pensar, comunicar, viver, comer, sentir, ou seja, de um ser que deseja. Mais que isso, Freyre arriscou um esboço explicativo, a partir da família patriarcal do século 19, para "diagnosticar" porque o Brasil é como é. Nada de acasos e imponderáveis. A sociedade brasileira é como é, graças à disseminação de violências, sadismos, complexos e perversões.

8 Evidentemente, as interpretações das marcas do colonialismo não se restringem à América Latina. Nela, as marcas podem se apresentar em estados extremos. Contudo, é certo que nas sociedades pós-modernas a violência está quase sempre presente em seu modo simbólico. Ela apresenta-se como um mal-estar na cultura contemporânea.

9 O "luso-tropicalismo" foi um conceito abrangente, desenvolvido por Freyre, sobre a relação de Portugal com os trópicos, daí o termo ser derivado da junção das palavras "lusitano" e "tropical". Freyre partiu da concepção de que os portugueses foram os responsáveis pela primeira civilização moderna nos trópicos, graças à uma capacidade adaptativa e à empatia inata. Devido à uma plasticidade social intrínseca dos portugueses, o Brasil foi colonizado de modo miscigenado, o que permitiu, segundo Freyre, a interpenetração de culturas, e, consequentemente, o surgimento da singular sociedade brasileira.

Sabemos que Freyre leu Freud, mas apenas o citou explicitamente em *Casa-grande & Senzala* (FREYRE, 2006, p. 462) uma única vez, ao caracterizar o que denominou de "sadismo brasileiro". Mas, de modo geral, Freyre aparentava ter alguma intimidade com a teoria psicanalítica, demonstrando que lia os principais escritos sobre o assunto, quando em *Sobrados e Mucambos* (FREYRE, 2004, p. 99), por exemplo, "desdenha", de modo velado, da recente publicação de Luís Martins, ao afirmar que se tratavam de "páginas inteligentes, ainda que algumas um tanto prejudicadas pelo exagero de doutrina dentro da qual as escreveu - a doutrina psicanalítica." De todo modo, Freyre nunca poupou críticas nem se furtou em expor suas opiniões, também não foi adepto a cultivar discípulos, para ele, se sentir um mestre já era o bastante.

A escolha pelas obras de Freyre se justifica pela riqueza de detalhes, especialmente, no que se refere à repercussão sócio urbanística da negação do espaço público, graças à primazia da casa, na configuração espacial contemporânea das cidades brasileiras[10]. Nesse sentido, entender como os aspectos da vida social são elementos fundantes na construção do espaço social e coletivo, é também entender como e em que medida nós nos reconhecemos como seres sociais[11].

Segundo Leitão (2009), a cidade desempenha uma função psíquica de natureza substitutiva e, como tal, é parte importante na constituição da subjetividade. Nesse sentido, há que se refletir sobre o modo como edificamos a sociedade – e como dela nos apropriamos. Nos períodos históricos analisados por Freyre, o contexto socioantropológico estava relacionado às famílias patriarcais e suas estruturas de funcionamento um tanto fechadas em si, onde as relações sociais se desenrolavam em torno das casas-grandes e das senzalas. Mais adiante, Freyre descreve a decadência desse sistema patriarcal rural e o início do desenvolvimento urbano, no final do século dezenove. A partir de então, a centralidade da "paisagem social brasileira" passa a ser a urbana, dos sobrados e dos mucambos, onde a organização das cidades começou a ser central na vida social, repercutindo, consequentemente, no modo como se organiza o psiquismo humano na vida em sociedade[12].

10 A escolha por Gilberto Freyre se justifica pela riqueza de detalhes sobre a arquitetura e o urbanismo do Brasil patriarcal ao longo da sua obra, e não por minimizar a importância de outros autores que se debruçaram, com muito brilho, sobre a formação da sociedade brasileira. Evidentemente que os trabalhos de outros pesquisadores são igualmente relevantes - vide os de Nestor Reis Filho, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Raimundo Faoro, Paulo Prado, Roberto DaMatta apenas para citar alguns.

11 Outra justificativa relevante e que não nos furtaremos em citar, consiste na geopolítica do conhecimento, como bem demonstram Burke e Pallares-Burke ao analisar a obra de Freyre a partir de sua recepção fora do Brasil, a qual ganha a marca de "literatura para estrangeiro ler"; como um autor latino-americano de língua portuguesa, Freyre foi muitas vezes negligenciado. Burke e Pallares-Burke descrevem assertivamente no trecho que segue como a geopolítica do conhecimento influenciou na divulgação das obras Freyre: "Um dos argumentos centrais deste livro é que as histórias de narrativa histórica - aquelas que enfatizam contribuições do "centro" ou, em outras palavras, da Europa e da América do Norte -, precisam ser redesenhadas de modo a incluírem o trabalho pioneiro desse talentoso sociólogo-historiador da periferia. No entendo, ter sido um pioneiro em abordagens que são hoje aceitáveis ou, até mesmo, ortodoxas não é a única razão, nem mesmo a melhor razão, para que se leia hoje o herege de outros tempos. Algumas de suas ideias são mais chocantes atualmente que quando ele as apresentou pela primeira vez. Outras não foram adotadas, ou adotadas e depois abandonadas. Mesmo assim, ainda podemos aprender com elas." (BURKE; PALLARES-BURKE, 2009: 26.)

12 Segundo Leitão (2009), a cidade desempenha uma função psíquica de natureza substitutiva e, como tal,

Um novo modelo de paisagem social está vivo, definindo lógicas sociais, econômicas, políticas e subjetivas. A violência, por exemplo, a priori, pode ser considerada como um importante fator que contribui para o atual estilo de desenvolvimento urbano brasileiro. Nesse aspecto, se nas reflexões de Freyre, em *Casa-grande & Senzala*, a família patriarcal e suas estruturas sociais eram o mote para as relações sociais, e já em Sobrados & Mucambos a lógica social era organizada pela decadência da sociedade patriarcal e rural, é apropriado perguntar qual o contexto e quais as causas da atual "paisagem social" da sociedade brasileira. Seriam os *condomínios* e as *favelas* o desdobramento das *casas-grandes* e das *senzalas*, dos *sobrados* e dos *mucambos*?

O conceito de desamparo presente na teoria psicanalítica freudiana talvez nos ajude a tentar responder a essa questão. A ideia de desamparo consiste na concepção de que todos os seres humanos independente de sua origem de classe, cor, gênero ou nacionalidade, ao nascer, compartilham uma experiência estruturante da subjetividade psíquica humana: a noção de desamparo.

De modo geral, o desamparo é uma experiência. Através dela, os seres humanos singularizam-se, descobrem sua finitude e a contingência de suas vidas. O desamparo se estrutura na descoberta de um sentimento de incapacidade, na qual, sozinho, o indivíduo não conseguirá encontrar uma alternativa para abrandar ou sublimar essa experiência.

Diante dessa descrição não seria inconveniente tentar costurar a ideia de que o brasileiro em sua origem, enquanto nação colonizada, habitada por povos que abandonaram suas origens, experienciaram o desamparo, tanto em sentido freudiano, como também um desamparo material. De toda forma, aqui nos deteremos analiticamente no sentido do desamparo psíquico.

Como dizíamos, as primeiras gerações de brasileiros herdaram ontologicamente, pelo menos em sentido narrativo, a ideia do desamparo, ou seja, aquele ou aquela que abandona sua "origem", seu estado natural, e, portanto, abandona um tempo onde "tudo era bom" para ir viver uma vida singular em um lugar que não é o seu. Pois bem, tal experiência suscita duas consequências imediatas e não excludentes: (1) o desenvolvimento de uma subjetividade aberta, ou seja, uma subjetividade aberta à alteridade; mas, ao mesmo tempo, (2) uma subjetividade narcísico-identitária, na qual o passado tem mais valor em detrimento do presente vivido.

De tal modo, os imigrantes e seus primeiros descendentes, "desterrados" ao desembarcar no Brasil, viviam a experiência da perca da autonomia que acreditavam ter. Como um animal retirado de seu habitat natural, os primeiros estrangeiros que no Brasil chegaram, e os primeiros que no Brasil nasceram, cultivaram psiquicamente a narrativa de seus pais, colonizadores "desterrados" que logo se viram colonos.

Esses primeiros brasileiros tiveram suas experiências estruturantes baseadas no desamparo. Como já bem colocou o psicanalista italiano radicado no Brasil, Contardo Calligaris, em *Hello Brasil! e outros ensaios: psicanálise da estranha civilização brasileira*, publicado originalmente no final dos anos de 1980, ao pontuar uma concepção simbólica sutil observada entre os brasileiros: a ideia de *colono e colonizador*. Segundo

é parte importante na constituição da subjetividade. Nesse sentido, há que se refletir sobre o modo como edificamos a cidade dos homens – e como dela nos apropriamos.

Calligaris (2017), os brasileiros seriam ao mesmo tempo colonos e colonizadores, ou seja, desertados na própria terra em busca de colonizá-la. Não é estranho o Brasil ser conhecido como o "país do futuro". Um Brasil que ainda está por vir, por ser "descoberto", por ser "inventado"[13].

3. Freyre, Freud e o Brasil

As análises freyrianas da sociedade brasileira podem ter os problemas levantados pelos seus comentadores. Mas, uma coisa é certa: Freyre acertou quando disse que à energia do sangue, que imprime os traços característicos de um povo, também há uma força primitiva e misteriosa, capaz de enlaçar aqueles que convivem juntos, encadeando o ritmo da organização social brasileira.

Segundo nossa interpretação, a sociedade brasileira contemporânea é constituída por um dilema psíquico nacional. Os brasileiros experimentam o desamparado em seu próprio país, desejam uma nova nação, um futuro mítico e mágico, o qual será o redentor de todos os males, e promissor de todas as benesses.

A nação brasileira incorporou o desejo por um "pai" bondoso e generoso que fará todos os gostos e mimos possíveis e impossíveis para satisfazê-lo. A busca por algo que cumpra a função psíquica de "pai" não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas tipicamente sul-americano, basta observar o caudilhismo e as personagens das últimas décadas. Não é de se estranhar que as narrativas à lá "Antônio Conselheiro" ou a volta de "Dom Sebastião" estejam ainda presentes em alguns meios.

Enquanto coletividade, a sociedade brasileira foi constituída psiquicamente por elementos ontológicos herdados da colonização: por um passado de violência e incivilidades. Mesmo após transcorridos mais de 500 anos, o Brasil ainda apresenta em sua identificação psíquica enquanto sociedade as mesmas forças que estavam presentes no início de sua fundação. Com isso, não queremos dizer que a violência e a incivilidade sejam inatas aos brasileiros, jamais. Contudo, esses elementos são as motrizes das relações sociais. É regra inicial que a sociedade legitime ações e comportamentos incivilizados. Em suma, o Brasil não foi constituído para ser um país democrático por natureza.

Uma análise psicanalítica da sociedade brasileira, ou do modo de ser brasileiro, é uma análise da intimidade, da vida doméstica, das crenças, dos símbolos e significados íntimos que constituem o cotidiano de viver e ser brasileiro em sociedade. Para Freyre é na rotina social, tendo a Casa-grande como continuidade social, que o caráter de um povo se expressa, "o estudo da história íntima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana." (FREYRE, 2006, p. 44).

13 Alguns trabalhos sobre esta temática já foram publicados e merecem destaque. Aqui citamos dois: O Elogio do vira-lata e outros ensaios, de Eduardo Giannetti, publicado 2018; e, Autoimperialismo: três ensaios sobre o Brasil, de Benjamin Moser, publicado em 2016. Em ambos escritos, os autores criticam a visão costumeira que se tem sobre a sociedade brasileira, no que tange à desigualdade, à corrupção e à ideia de uma nação do futuro. Cada um a sua maneira, argumenta que para compreender o Brasil é necessário entender como e o quanto da colonização foi importante na constituição da concepção vigente de país e o que significa ser brasileiro contemporaneamente.

Freud em *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana* (2006 [1901]), igualmente elegeu o cotidiano como objeto de análise. Aqui, encontramos o principal ponto de contato entre Freyre e Freud: ambos demonstraram a importância do ordinário, meio pelo qual todos sentem, expressam-se, comunicam e compartilham, mas que revela estruturas e mecanismos a muito presentes e originários dos indivíduos e sociedades contemporâneas. Freyre evidencia este aspecto assertivamente na seguinte passagem, ainda no prefácio de *Casa-grande & Senzala*:

> Estudando a vida doméstica dos antepassados sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o "tempo perdido". Outro meio de nos sentirmos nos outros - nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos. (FREYRE, 2006, p. 45).

Com lucidez, Freyre compreende que por meio de "uma aventura de sensibilidade" conseguiria atingir o âmago da discussão que se propôs fazer: penetrar a intimidade do passado para entender o presente. A compreensão freudiana da psicanálise, em última instância, não está distante dessa compreensão freyriana da pesquisa sociológica.

Freyre foi buscar nas histórias cotidianas, nos jornais da época, nas estórias de famílias, nas anedotas, nos livros de receitas, na literatura de então, nas religiões cristãs com seus confessionários, procissões, promessas e crenças, nas religiões de matriz africana com sua musicalidade, culinária e cores. Foi pelos "sentidos" que Freyre escolheu acessar o passado íntimo da sociedade brasileira.

> O humano só pode ser compreendido pelo humano – até onde pode ser compreendido; e compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade à subjetividade. Pois tratando-se de passado humano, há que se deixar espaço para a dúvida e até para o mistério [...]. (Freyre, 2004: 41).

Freyre intuiu que a exterioridade do povo brasileiro é do modo que é, por causa de sua interioridade constituinte. Segundo ele, os brasileiros seriam caracterizados como um povo de uma psique mista porque a mistura de culturas e povos que para cá vieram resultou numa amalgama sociocultural singular. Freyre não deixou de notar também como um certo tipo de paisagem social era capaz de influenciar na constituição de determinado tipo social de homem:

> O sobrado, mais europeu, formando um tipo, o mucambo, mais africano ou indígena, formando outro tipo social de homem. E a rua, a praça, a festa de igreja, o mercado, a escola, o carnaval,

> todas essas facilidades de comunicação entre as classes e de cruzamento entre as raças, foram atenuando os antagonismos de classe e de raça e formando uma média, um meio-termo, uma contemporização mestiçamente brasileira de estilos de vida, de padrões de cultura e de expressão física e psicológica de povo. (FREYRE, 2004, p. 35).

A sociedade brasileira, segundo o psicanalista Contardo Calligaris, em decorrência de sua colonização, tornou-se o modelo por excelência de uma "sociedade moderna", na qual "[...] o que importa não é onde e como nasci, mas como consigo me distinguir." (CALLIGARIS, 2017, p. 262.). A sociedade brasileira é marcadamente centrada na imagem psíquica, portanto, subjetiva, do colono: aquele que precisa ter e fazer para ser. Diferentemente do colonizador, o colono não nasceu em berço esplendido, mas busca tê-lo às custas da riqueza obtida de modo obscuro - vide a escravidão e a corrupção presentes na vida social brasileira. A ascensão social do colono possui a mesma lógica do mundo moderno: a incessante procura por riqueza (seja ela material ou simbólica) e a paixão pelo novo. Ambas as características da modernidade gerariam, segundo Calligaris, instabilidade simbólica, democrática e das relações interpessoais. Essas relações tornam-se fluidas e o dilema de todos contra todos impera.

A mera semelhança com o atual momento brasileiro não é mera coincidência. A destruição das instituições democráticas, o desmatamento da Amazônia, o descaso com os incêndios no Pantanal, com a saúde e o Corona Vírus, e, evidentemente, o descaso com a educação, são reflexos de uma subjetividade colonizada: onde o novo estará sempre disponível para ser "descoberto" pelo colonizador e o "outro" estará disponível para ser colonizado.

O Brasil não é o único país a ter colonos com "cabeça" de colonizadores, mas, de certo, é o principal. Sociedade singular já apontada por Freyre na década de 1930, no Brasil, a modernidade se apresenta como uma nova "organização psíquica". Trata-se de uma subjetividade histórica, mas também contingencial, ou seja, contexto histórico mais o momento histórico estavam (a colonização do Brasil) e estão (o enfraquecimento das instituições democráticas) alinhados. Esse cenário evidencia o velho dilema brasileiro: um país que nunca foi, e que tenta se inventar com as armas do passado, ou seja, "aquele que deseja, mas não age, engendra pestilência", como escreveu Wiliam Blake. Em termos psíquicos, a sociedade brasileira continua praticamente a mesma.

A sociedade brasileira, ainda que constituída por um "sistema democrático", possui no cotidiano acontecimentos dignos do século 18 ou 19. Talvez a pulsão de morte colocada por Freud surja vez ou outra na sociedade brasileira como resquício incontestável de um passado não tão distante, um passado filogenético que ainda vive nos corpos e almas dos brasileiros, como um vírus a espreitar o melhor momento para atacar quando o sistema imunológico vacila.

A história social do Brasil está repleta de "pseudo-heróis", aqueles que cumpriam a identificação do imaginário sentimental e místico dos brasileiros: que busca

por um tutor, um homem providencial e paternal, capaz de proezas morais, econômicas e políticas inimagináveis, ausente no restante da sociedade. Mas que no fundo não eram nada mais que projeções egoicas. Exemplos não faltam: Dom Pedro, Getúlio Vargas, Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva, Sérgio Moro e, mais recentemente, Jair Messias Bolsonaro. Vide a passagem freyriana que segue, embora um pouco extensa, ilustra assertivamente o que estamos descrevendo:

> Como família patriarcal, ou poder tutelar, porém a energia da família está quase extinta no Brasil; e sua missão bem ou mal cumprida. Suas sobrevivências terão, porém, vida longa e talvez eterna não tanto na paisagem quanto no caráter e na própria vida política do brasileiro. O patriarcal tende a prolongar-se no paternal, no paternalista, no culto sentimental ou místico do pai ainda identificado, entre nós, com as imagens de homem protetor, de homem providencial, de homem necessário ao governo geral da sociedade; o tutelar – que inclui a figura da mãe de família – tende a manifestar-se também no culto, igualmente sentimental e místico, da Mãe, identificada pelo brasileiro com imagens de pessoas ou instituições protetoras: Maria, mãe de Deus e senhora dos homens; a igreja; a madrinha; a mãe – figuras que frequentemente intervêm na vida política ou administrativa do país, para protegerem, a seu modo, filhos, afilhados e genros. (FREYRE, 2004, p. 78.)

Como visto, Freyre também destacou a figura da "mãe de família". Não seria estranho destacarmos dois exemplos desse *maternalismo* citado por ele, vide a configuração que ganhou no imaginário brasileiro a figura da princesa Isabel e, mais recentemente, a figura da ex-presidente Dilma Rousseff apresentada pelo seu partido como a "mãe do PAC" e do Brasil.

Dentre as características desse sistema é possível encontrar o domínio por vezes do "homem sádico" no exercício do poder ou do mando, como aparece em *Sobrados e Mucambos*. Diante do cenário político tortuoso que vive o Brasil desde sua Independência, os brasileiros vivenciam, segundo Freyre, inspirado em Freud, um "sadismo brasileiro", ou seja, a ideia de uma perversão caracterizada pela obtenção de prazer com a humilhação ou sofrimento alheio. Nas palavras do próprio Freud:

> A verdade, porém, é que nós [elite branca] é que fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques e mulatas o elemento passivo. Na realidade, nem o branco nem o negro agiram por si, muito menos como raça, ou sob a ação preponderante do clima, nas relações do sexo e de classe

> que se desenvolveram entre senhores e escravos no Brasil. Exprimiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho; e a que insistentemente temos aludido neste ensaio. (FREYRE, 2006, p. 462.)

Os brasileiros seriam sádicos porque se satisfazem quando tudo "dá errado". É como um "carma" que insiste em se mostrar no imaginário da sociedade, e quando, porventura, as coisas desandam é comum ouvirmos: "aqui é o Brasil". As ilusões, as fantasias e as decepções vividas pela sociedade brasileira são as principais características da psique do colono que não se furta a bradar que "este país não presta", que é preciso "inventar-se" outro. Esquizofrenicamente, as coisas não dão certo no Brasil porque elas foram constituídas para não darem, ou seja, nenhuma sociedade onde a psique é embasada na violência, no desrespeito, na injustiça, no sentimento de não pertencimento pode usar da "pulsão de vida" a seu favor. A "pulsão de morte" estará ali, sempre a expiar, e ao menor vacilo, ela se torna a força social propulsora de cenários obscuros e difíceis de explicar que só "acontecem no Brasil".

O "sadismo brasileiro" freyriano a lá Freud pode ser observado empiricamente" na relação sádica que a família Bolsonaro estabeleceu com grande parcela da população brasileira. Como uma família tipicamente sádica, a família Bolsonaro, e em especial Jair Bolsonaro, responde à uma demanda básica da sociedade: como ser brasileiro? Todo cidadão, seja de qual país for, precisa de modelos identificatórios, como já descreveu Freud. O cerne da questão consiste em entender quais características são consideradas para essa identificação. Alguns psicanalistas, como Calligaris (2017), argumentam que a colonização, ou o status de colônia, transformou o Brasil num filho desgarrado, em que a perversão e o sadismo imperam, sem a supervisão de um "pai".

Com isso, queremos dizer que muito do apoio dos brasileiros ao desastroso cenário político produzido pelo atual governo, advém de uma certa identificação com o perfil do atual presidente. Bolsonaro é sobretudo sádico, e o infeliz cenário de uma pandemia em meio a seu governo foi um meio ideal para que ele, mas não só ele, pudesse expressar todo o ressentimento e sadismo que habitam seu psiquismo, levando milhares a um processo identificatório. Como um sádico, Bolsonaro se satisfaz em destruir o que foi construído democraticamente, tudo aquilo que foi coletivamente erguido. Para ele, o Brasil ainda pertence ao colonizador e, como tal, buscar a partir da destruição do que está aí para que o "novo" nasça. Em outras palavras, Bolsonaro tenta com todas as forças retirar o país das mãos dos colonos, os verdadeiros "donos" da terra, os brasileiros que têm o Brasil verdadeiramente como sua nação.

Não é incomum encontrarmos termos psicanalíticos[14] na obra freyriana - sem considerar suas dimensões patológicas - preferindo as explicações sociológicas, econômicas e sexuais às explicações psicanalíticas em sentido duro do termo. Podemos dizer que Freyre, em certo sentido, assaltou Freud, levando-lhe os termos, mas deixando-lhe o conteúdo analítico. Freyre era audaz, não se sentia constrangido em roubar uma "boa forma" quando os termos lhe pareciam bem, e em troca revendê-los recheados de novos conteúdos.

4. A paisagem social brasileira contemporânea

Em *Casa-Grande & Senzala* (1933), Freyre descreve como eram compostos os espaços privados e públicos[15] na sociedade essencialmente rural, onde a casa-grande, moradia da família patriarcal, era o ambiente de poder da classe dominante; e a senzala, o ambiente exclusivo dos escravos simbolicamente renegada e impura para o convívio social.

Já em *Sobrados & Mucambos* (1936), Freyre mostra como a decadência da organização social do patriarcado, acelerada pela crescente urbanização, deslocou as famílias patriarcais para os sobrados urbanos. Estes, igualmente às casas-grandes, eram a moradia dos poucos que tinham privilégios sociais; e os mucambos, a morada da população que não detinha capital e prestígio social.

Comparativamente, podemos observar que o modelo de desenvolvimento social descrito por Freyre ainda predomina nas cidades brasileiras, especialmente nas capitais: não mais as casas-grandes e as senzalas nem os sobrados e os mucambos, mas sim os condomínios fechados[16] e as favelas. A paisagem social brasileira foi historicamente concebida a partir dos mesmos mecanismos citados por Freyre: o centralismo, a domesticidade e o privativismo. Essa tríade é ainda central na sociedade brasileira.

Mais uma vez regatamos a ideia de desamparo em Freud para desdobrarmos nossa argumentação. Como já apontado por Leitão (2009), a situação de desamparo se põe como causa da razão de a cidade se mostrar tão ameaçadora, muito possivelmente é contra esse desamparo inconsciente, arquetípico, que surge a necessidade de criar um órgão protetor, não apenas em sentido material, mas sobretudo em sentido psíquico. Nesse sentido, a cidade e, em especial, a casa, tornam-se elementos da expressão de maturidade da civilização e caracterizam-se como o modo de viver essencialmente humano.

A casa é onde a sociedade permanece viva no seu menor núcleo de existência, é na casa que as hierarquias, os antagonismos e os modos de vida social primeiramente se manifestam. Sem dúvidas, ela foi e continua sendo uma das maiores influências na

14 Como, por exemplo, "libido", "obsessão", "sadismo", "masoquismo", "perversão" e "complexo".

15 Aqui a expressão "espaço público" é compreendida em seu sentido urbanístico, referindo-se, portanto, à rua, à praça, ao pátio, etc., considerados como ambientes físicos, ainda que definidos socialmente, e não no sentido mais amplo que a expressão adquire quando tratada por disciplinas cujo estatuto epistemológico as diferencia do urbanismo. Tal percepção tem por base a compreensão teórico-metodológica de Leitão (2009), e Merlin & Choay (2000).

16 Desde o começo dos anos de 1970, o mercado imobiliário se expandiu com a multiplicação de condomínios fechados, como o Alphaville, originário em São Paulo, mas que atualmente tem empreendimentos por todo o Brasil.

formação do psiquismo do povo brasileiro. A partir de seus cômodos e interiores, seus os costumes e os valores que impõe, é na casa brasileira que se encontram as diferenças, mas também as harmonias e as continuidades. Como uma espécie de laboratório social, a casa brasileira foi um celeiro de material empírico para Freyre. "A fisionomia da nossa cultura", como ele a chamava, contemporaneamente ainda reflete a subjetividade constituinte da paisagem social brasileira.

Isso aparece muito claramente em *Sobrados e Mucambos* (1936), quando Freyre descreve as transformações urbanas, mas enfatiza as continuidades simbólicas e de relações sociais que acompanhavam essas mudanças da paisagem. Com vivacidade, Freyre demonstra que:

> Quando a paisagem social começou a se alterar entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criado, as moças namorando das janelas para a rua, as aldeias de mucambos, os 'quartos', os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles, (...) aquela acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distâncias sociais, começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa-grande e a casa-pequena. (...) Maiores antagonismos entre dominadores e dominados. (FREYRE, 2006, p. 31).

Em *Quando o ambiente é hostil*, Lúcia Leitão (2009), à luz de *Sobrados & Mucambos*, lança mão da ideia de que o modo como a sociedade brasileira se desenvolveu produziu dinâmicas e ambientes urbanos de exclusão e hostilidade, tanto em sentido espacial como em sentido psíquico. Essa concepção decorre justamente de a "paisagem social brasileira" ser concebida em torno do espaço privado, representado pela casa em oposição ao espaço público (a rua).

O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1987), inspirando-se também em Freyre, observou em sentido sociológico que a relação dicotômica entre a casa e a rua ainda se mostra presente na constituição da sociedade brasileira. As observações de DaMatta centram-se basicamente numa análise sociológica, e apontam para as possíveis consequências dessa dicotomia no comportamento cotidiano dos brasileiros. Leitão (2009) avança nessa análise e aponta para o caráter psíquico da sociedade brasileira, argumentando que a origem da organização social brasileira estaria justamente assentada na oposição subjetiva entre a casa e rua, ou seja, entre a preferência do privado em detrimento do público, como resposta à uma demanda psíquica originária. A consequência dessa oposição psíquica, se assim podemos chamar, consiste no modo de como as cidades brasileiras foram desenvolvidas, a partir da casa como um espaço privilegiado e a rua como um espaço inferior. É nessa característica essencialmente brasileira, ou *brasileirinha da silva* como define Leitão (2009), que a paisagem social contemporânea está assentada.

A constituição simbólica das antigas casas-grandes e dos sobrados urbanos partiam da exclusão do ambiente exterior qualificado como impuro e sem prestígio. Com a decadência do patriarcado rural e a crescente urbanização, os sobrados substituíram as casas-grandes. Comparativamente, é possível perceber uma continuidade simbólica.

Contemporaneamente, encontramos nos condomínios fechados a manifestação da mesma lógica que concebeu as casas-grandes e os sobrados. Os condomínios de prédios ou casas têm dominado o mercado imobiliário brasileiro. A ascensão desse tipo de moradia se deve em grande parte pelo fenômeno da violência nos grandes centros urbanos. Mas não seria o aumento da violência urbana também mais uma consequência do modo brasileiro de conceber os espaços edificados?

A paisagem social brasileira decorre da legitimação do espaço privado em detrimento do espaço público. Nas casas-grandes, como já destacou Leitão (2009), havia uma valorização do espaço privado, as plantas baixas dos sobrados brasileiros privilegiam o interior da habitação, onde apenas a sala de visitas seria caracterizada como um espaço aberto de interação com o público. Nesse sentido, torna-se hegemônica a ideia que a vida da casa deve preservada e afastada da rua. Mais que isso, essa separação é resultado de uma ordem social e subjetiva, à qual ainda é central na arquitetura das cidades.

Na sociedade brasileira, os usos dos espaços privados se dão de forma exclusiva e excludente, como é o caso dos condomínios fechados do Brasil, são espaços que se fecham contra a rua. Os valores compartilhados nesses espaços, em grande parte, continuam os mesmos que eram compartilhados nos primeiros sobrados urbanos, onde a rua era qualificada como violenta, feia, suja e pouco valorizada, ou seja, um ambiente hostil[17].

5. Considerações finais ou porque, ainda, Freyre e Freud

A ação humana de habitar foi uma das molas propulsoras para que nossa espécie se desenvolvesse como uma espécie social. Como consequência, as sociedades foram criadas, juntamente com as relações de poder, as relações econômicas e políticas, e, claro, as desigualdades, opressões e violências, as quais se transformaram em meios de dominação.

Este ensaio buscou ampliar a compreensão da "paisagem social brasileira" em sentido socioantropológico e subjetivo. Como resposta às nossas inquietações iniciais, chegamos ao entendimento de que para além de qualquer ocupação urbana existem condicionantes psíquicos e subjetivos que definem tendências e constituem novas dinâmicas socioespaciais.

No Brasil, os mecanismos de construir e perceber a realidade pouco mudaram, conforme vimos aqui. A atual "paisagem social brasileira", como a apresentamos, é consequência de estruturas fundantes da psique dos brasileiros. De tal modo, os "condomínios fechados" e as "favelas" que compõem predominantemente a paisagem social brasileira contemporânea, são decorrentes de um modo histórico de conceber

17 Em sentido urbanístico, o desprestígio da rua advém dos seus usos iniciais, os quais, de certo modo, permanecem até hoje, gerando violências, hostilidades e o mau uso dos espaços públicos. As consequências urbanísticas desse mau uso, entre outras coisas, está o desperdício dos equipamentos urbanos e o crescimento exponencial dos espaços privados como os condomínios e os shoppings center.

simbolicamente os espaços públicos e privados, eles são consequências de um modo de ser. Geração após geração, o Brasil tornou-se uma sociedade obrigada a conviver com o centralismo, a domesticidade e o privativismo dos espaços e das coisas públicas.

Freyre pensou a casa, Freud pensou o inconsciente. Freyre foi um sociólogo da microssociologia, Freud um médico interessado nas particularidades da mente humana. Freyre e Freud, cada qual a sua maneira, já haviam destacado que os estilos ou os modos de vida social e o desenvolvimento do espaço urbano refletem os valores, desejos e crenças tanto individuais quanto coletivas. Exemplos históricos disso são as construções na Alemanha nazista, o Egito antigo ou, até mesmo, a própria construção de Brasília.

Assim, consideramos que propor uma reflexão sobre os modos de agir e de conviver em sociedade, foi um exercício de compreensão da realidade que nos rodeia, e da qual fazemos parte. Como todos nós, Freyre e Freud não escaparam à cultura patriarcal dominante de seus tempos. Entretanto, ambos realizaram o que muitos dos cientistas sociais não conseguem fazer, que é perguntar como e por que alguma coisa que existe passou a existir da maneira como é.

Muitas vezes, a teoria psicanalítica de Freud e a perspectiva interpretativa do Brasil proposta por Freyre, podem soar reducionistas, mas com certeza elas não deixam de sugerir caminhos analíticos para explicar as relações entre indivíduo e sociedade, entre o particular e o universal, entre a agência e a estrutura. Aonde chegamos com tudo isso? Que relevância uma análise (quase) psicanalítica da sociedade brasileira tem para a teoria social?

Poderíamos dizer que as implicações da ideia de uma psique humana, ou mesmo de um "eu" coletivo na vida social já seria o bastante. Diante do que expomos aqui, acreditamos que o papel que a psique desempenha na vida social pode ser observada por qualquer pessoa que acompanhe os acontecimentos sociais e políticos de seu país. Mas isto é apenas a ponta de um grande iceberg.

Referências

BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. ***Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre.*** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CALLIGARIS, Contardo. ***Hello, Brasil! e outros ensaios: psicanálise da estranha civilização brasileira***. São Paulo, Três Estrelas, 2017.

FREYRE, Gilberto. ***Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano***. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. ***Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal***. São Paulo: Global, 2006,

FREUD, Sigmund.Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. ***In***: _____. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. 6, Rio de Janeiro: Ed. Imago, 2006.

LEITÃO, Lúcia. ***Quando o ambiente é hostil: uma leitura urbanística da violência à luz de Sobrados e Mucambos***. Recife: Editora da UFPE, 2009.

LEITÃO, Lúcia. ***Onde coisas e homens se encontram: cidade, arquitetura e subjetividade.*** São Paulo: Annablume, 2014.

MERLIN, Pierre.; CHOAY, Françoise. ***Dictionnaire de l´urbanisme et de l´aménagement.*** Paris: Puf, 2000.

MITSCHERLICH, Alexander. ***Psychanalyse et urbanisme:*** réponse aux planificateurs. Paris: Gallimard, 1970.

Sobre o Manifesto Regionalista

concernig to Regionalist manifesto

Relativo al manifiesto regionalista

Joaquim Falcão[1]

Resumo

FALCÃO, Joaquim. Sobre o Manifesto Regionalista. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 43-52, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art3

O presente ensaio reflete sobre a contemporaneidade brasileira à luz do legado de Gilberto Freyre deixado por seu Manifesto Regionalista. Argumenta-se que a obra de Freyre antecipou diversos fenômenos na vida brasileira como a inclinação ao globalismo, o equilíbrio dos contrários e diversos aspectos da vida privada, além de elementos como o urbanismo, a arquitetura e a culinária. Acerca deste último aspecto, debruça-se sobre o impacto de dois pratos eminentemente brasileiros, vindos de Pernambuco: o escondidinho e o arrumadinho.

Palavras-chave: Manifesto regionalista. Globalismo. Urbanismo. Culinária. Vida privada.

Abstract

FALCÃO, Joaquim. concernig to Regionalist manifesto. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 43-52, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art3

This essay exams the Brazilian contemporaneity through the legacy left by Gilberto Freyre in his Manifesto Regionalista [The Regionalist Manifesto]. Freyre's work anticipated several phenomena in Brazilian society, such as the inclination towards globalismo, the balance of the opposites and aspects of the private life. Also, elements of urbanism, architecture and gastronomy are observable through the lens of the Regionalist Manifesto. About this last aspect, this work exams the impact of two dishes eminently Brazilian, which came from Pernambuco: the escondidinho and the arrumadinho.

Keywords: Regionalist manifesto. Globalism. Urbanism. Gastronomy. Private life.

1 Doutor em Educação péla Universidade de Genebra; Membro da Academia Brasileira de Letras, Conselheiro da Transparência Internacional e Professor de Direito Constitucional. E-mail: joaquim.falcao@academia.org.br Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8926-4595. Este texto é uma expansão a partir de FALCÃO, Joaquim. Não é só arroz doce: regionalismos e globalização. **In:** FREYRE, Gilberto. Manifesto Regionalista. Recife: Fundaj, 2016, 7-22.

Resumen

FALCÃO, Joaquim. Relativo al manifiesto regionalista. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 43-52, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art3

Esto ensayo refleta acerca de la contemporaneidad brasileña a la luz del legado de Gilberto Freyre en su Manifesto Regionalista. El trabajo de Freyre anticipó diversos fenómenos en la sociedad brasileña, por ejemplo la inclinación al globalismo, el equilibrio de contrarios y aspectos de la vida privada. También ha predijo acerca de elementos de urbanismo, arquitectura y culinaria. Respeto a este ultimo aspecto, este trabajo se centra en dos platos eminentemente brasileños, que vieron de Pernambuco: el escondidinho y el arrumadinho.

Palabras clave: Manifesto Regionalista. Globalismo. Urbanismo. Culinária. vida privada.

1. Introdução

Gilberto Freyre sempre disputou com os professores sociólogos da USP o trono de Imperador das Ideias (FALCÃO, 2010). Quem seria o melhor e verdadeiro intérprete do Brasil? Não me espantaria se essa disputa, ao mesmo tempo de fundo psicológico na área das ciências sociais, tivesse sido grande estímulo ao Manifesto Regionalista.

Do ponto de vista cultural e geográfico, pode-se falar de uma região Norte ou de uma região Nordeste. Aí existem suficientes homogeneidades integradoras. Sobretudo ambiental. Talvez até exista uma região Sul, devido à hegemonia da colonização germânica.

Mas dificilmente se pode afirmar que exista cultural e sociologicamente uma região Sudeste, unindo, como iguais, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Pode-se até falar, como alguns historiadores falaram, de pactos políticos temporários, com base em economias complementares, como a república do café com leite. Mas entre estes estados, são muitas as diferenças culturais, raciais, geográficas, e mesmo econômicas.

Ao contrário, diz o Manifesto, "somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de 'Estados', uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente".

Ao levantar o tema dos regionalismos, Gilberto teria tentado ocupar uma casa no jogo de xadrez das ideias, que São Paulo dificilmente poderia. Antirregionalismo tem sido, muitas vezes, a marca de São Paulo.

São Paulo não é regional. Nem se acredita regional. A grande São Paulo se acredita, sobretudo, cosmopolita. São Paulo não faria a defesa dos regionalismos. Nunca fez. São Paulo sempre foi ator principal na guerra econômica entre estados. Na guerra fiscal, diríamos hoje. O ego paulista, muitas vezes, é maior que regionalismos.

Raymundo Faoro (2004) dizia que existe um "mistério cultural nordestino, para quem vê do sul para o norte (...) O mistério está além da geografia e das particularidades regionais".

2. O Manifesto tenta desvendar e explicar este mistério

Freyre coloca o regionalismo como uma barreira à imitação "cega e desbragada" da novidade estrangeira que São Paulo e Rio de Janeiro praticavam. O culto aos estrangeirismos. Francesismos. Uma barreira, diria Sergio Tavolaro (2013), a favor da descentralização da influência europeia por aqui, nos trópicos.

Entretanto, como hoje não é ontem, para compreender o Manifesto Regionalista, é melhor irmos além desta disputa. Às vezes explicita, às vezes não, sempre latente.

O que nos interessa é o grau de perenidade do Manifesto, 95 anos depois. O que teria a dizer, por exemplo, sobre a globalização de hoje? Pós-Trump, pós-Brexit, pós-pandemia?

Gilberto não era somente produtor, difusor e sedutor de ideias. Foi principalmente estrategista do pensamento. A sua flexibilidade, contradições autodeclaradas e antecipadas deixavam o interlocutor, muitas vezes, perplexo. O que, a si, proporcionava sabor imenso.

"Sou inacadêmico." "Sou e não sou sociólogo." "Não explico, apenas compreendo." "Sou regional, mas não antinacional." "Meu método de pesquisa são todos, e nenhum". E por aí vamos. Foi sempre alvo móvel. O interlocutor sem poder capturá-lo.

Sua capacidade de ver as contradições, teses e antíteses sociologicamente – o senhor e escravo, e, politicamente, o nacional, o regional e o estadual, por exemplo, sem necessariamente chegar a sínteses fechadas – incomodava a muitos.

Vivíamos época em que interpretar o Brasil era, sobretudo, fazer sua síntese. Mas fazer sínteses, para Gilberto, seria como parar o tempo, fechar a história, descartar a possibilidade.

Sua flexibilidade analítica e metodológica tinha muito de convicção. Mas tinha também muito de estratégia intelectual competitiva.

Na tentativa de reduzir as contradições de que tanto gostava, alguns de seus competidores tentaram vincular sua obra a um só destino: a defesa do equilíbrio das contradições sociais. Ao equilíbrio das trocas, e até dos afetos, desiguais. Gilberto seria o porta-voz, o intérprete conservador do aparente equilíbrio social.

A contradição inclusive de classes sociais não tenderia ao equilíbrio ou composição, mas à explosão, à revolução burguesa, como anunciava Florestan Fernandes.

Melhor teria sido vincular sua interpretação do Brasil como a busca do instável equilíbrio dos contrários. Ou do mutável equilíbrio dos contrários. Ou do equilíbrio desequilibrável dos contrários.

Compreender o Brasil, a partir do Brasil, com precisão empírica, fatos somando aos fatos, através da sociologia do cotidiano, com equilíbrios e desequilíbrios, e apenas sugerir e insinuar movimentos e processos mais amplos, quase sempre inconclusos, mas que poderiam ter sido conclusos, não foi erro metodológico. Foi matriz estratégica.

A tão louvada plasticidade da obra de Gilberto não dizia respeito apenas às formas literárias com que revestiu formas sociais. Diz respeito também ao movimento temporal de sua interpretação do Brasil, de teses sem antíteses. De antíteses sem sínteses. De equilíbrios repletos de desequilíbrios. Tudo aberto ao possível. No caso, ao futuro.

Daí a pertinência da pergunta há pouco feita. O Manifesto Regionalista esteve, está ainda, aberto ao mundo pós-global que parece se avizinhar? Qual sua permanência ou impermanência?

"Claro que sim. O Manifesto é uma antecipação da globalização. Mas com muitas limitações e imperfeições", Gilberto poderia ter, imaginariamente, respondido com brilho nos olhos. Com sorriso malandro, a antecipar xeque mate.

Encontramos no Manifesto clara oposição a um globalismo desvairado e a algumas antecipações.

Sua estratégia intelectual era descritiva e interpretativa. Mas prescritiva quanto à visão de futuro para o Brasil, lugar ao mundo, na civilização híbrida, tropical, miscigenada. Lugar próprio.

O caráter antecipatório de seus estudos socioantropológicos e históricos se dava através da ênfase de algumas variáveis já observáveis, mas até então escondidas. Despercebidas.

O Manifesto é uma antecipação de pautas nunca dantes nos trópicos valorizadas.

3. O manifesto

Quais são estas antecipações? Antes, importa sublinhar o método a partir do qual o Manifesto foi elaborado. O método é começo de tudo. Foi antecipação também. Alguns até o consideram antecipação mundial, global mesmo, nas ciências sociais e históricas.

O Manifesto é: "Dize-me de teu método e dir-te-ei quem és".

Sua estratégia não foi deduzir o Brasil a partir da dogmatização que ele identificava no culto dos estrangeirismos. Do padrão civilizatório europeu depois americanizado. Não foi a universalização da Europa. Nem mesmo sua tropicalização.

Seu método lhe permitiu escapar da interpretação do Brasil a partir de sua organização política e pública em voga, como Evaldo Cabral de Mello (2001) certeiramente apontou. Gilberto inovou através da história social da vida privada. Do cotidiano do brasileiro. No caso, do alagoano, baiano, pernambucano, sergipano. Do nordestino. Do regional.

A compreensão da vida privada deveria ser o ponto de partida, a matriz da organização nacional. E não vice-versa. A força de seus argumentos vem da descoberta e da valorização deste cotidiano, aqui gerado. E não, *ailleurs*. Ou melhor, acolá. Inverte o jogo.

Por isto, o Manifesto não é um documento sobre importação dos vanguardismos europeus. É um documento de exportação de tradições e invenções tropicais observáveis. É como se Gilberto quisesse desenhar um autônomo "*Brazilian way of life*". Ambição demais!

Demais?

A atual globalização, cada vez mais contestada pelas competições nacionalistas, foi moldada pela hegemonia do "*American way of life*" a partir da Segunda Grande Guerra. Inicialmente, expande-se pragmaticamente como organização integradora dos mercados. Através do controle da informação, tecnologia e finanças.

O Manifesto vai do máximo ao mínimo. "Nosso movimento não pretende senão inspirar uma nova organização do Brasil." Até uma sugestão mínima: "Que alguém tome a iniciativa de estabelecer, no Recife, um café ou restaurante em que não falte a cor local - umas palmeiras, umas gaiolas de papagaios, um caritó de guaiamum".

O que se diga logo, pode até ter soado exótico para a época: um caritó de guaiamum na entrada do restaurante! Mas não seria para os dias de hoje. Pois os franceses assim fazem com suas atraentes bancadas de ostras na entrada de suas *brasseries*. Os italianos com suas vitrines de peixes frescos na entrada de seus restaurantes de comida mediterrânea. Os japoneses com seus balcões de sushi. Os portugueses com suas pastelarias. O Brasil com seus botequins de pés encharcados no chão batido da realidade nossa.

A descoberta do quotidiano é mais do que apenas novo método de se compreender a história social. Tem sido o poderoso instrumento a partir do qual se organiza a economia e a cultura global. É o começo, o fim e o meio, diriam Paulo Coelho e Raul Seixas, de um sistema, inclusive industrial, de produção global.

Não é apenas a busca de uma etérea "identidade nacional", como muitos leram na obra de Gilberto. Não é só arroz doce.

É estímulo concreto a determinado tipo de consumo que desencadeia o desenvolvimento econômico dos países na dianteira de sua produção. Move *hearts and minds*. Não por menos, a China e os países asiáticos se inserem na globalização protegendo mais e mais seus *"Asian ways of life"*.

Só se engana quem quer. Estamos assistindo vertiginosa universalização da estética chinesa, no vestir, na arquitetura, no design, nos sentimentos e valores sociais, na culinária, no corpo apolíneo, não mais dionisíaco do *McDonald's*, e por aí vamos. Em vez de tapetes, tatames.

A opção de Gilberto pela história social da sua vida privada e sua tentativa de generalizá-la para o Brasil foi o método necessário para produzir sua obra. Mas não foi a condição suficiente.

A condição suficiente foi que a própria história social da vida privada brasileira começasse pela vida pessoal. Do próprio Gilberto. Foi história social através de sua própria vida privada. Gilberto foi o sociólogo ou o antropólogo de si mesmo e com ambições e manias de grandeza. De muita grandeza. E isto lhe antecipou *insights* e lhe levou à fama. E à guerra.

O patriarcalismo estava nele próprio. No anel de pesado ouro e brasões, usada com orgulho. Anel de coronel, como se chamava, ou heráldico? Ou os dois? Gilberto não fez a sociologia da vida cotidiana dos outros, como fazem em nome da objetividade, da indispensável separação entre sujeito e obra, a maioria de cientistas sociais que se pretendem exatos. Gilberto assumiu fazer a sociologia da vida cotidiana de si mesmo. E muda tudo. Saiu do armário onde o sujeito pretendia se esconder e desaparecer dentro do objeto. Ilusão à toa, hoje sabemos.

Foi nesta condição, ser seu auto intérprete, ato e fato, aliada ao famoso e nunca escondido egocentrismo, que moldou o intelectual e sua obra. Foi um ególatra confesso e satisfeito. Valorizava mais receber em Apipucos do que ser recebido no Catete ou no Planalto. Nas ciências sociais, fez sua própria psicanálise.

No programa de televisão de Barbosa Lima, dizia que suas relações com Deus eram boas e com Deus conversava de igual para igual. Para o repórter Geneton Moraes Neto, declarava-se o único e mais importante brasileiro vivo. Sendo os mortos, competidores, apenas Villa-Lobos e Santos-Dumont.

Muitos viram essa egolatria como patética, folclore ou desvio de personalidade. Pode até ter sido também. Mas, antes de tudo, foi um impulso decisivo para a criação de um novo método: o da história social da vida privada pessoal. Onde o sujeito, o autor, se dilui no objeto e na obra. E assim pode identificar o patriarcalismo e o patrimonialismo, que, em diferentes versões, estava presente em sua e na nossa história também. Como bem ou como mal. Sob diversas alcunhas. Até hoje.

Gilberto teve vida pública. Foi deputado e constituinte. Foi criador, gestor de instituto governamental de pesquisa. E mais tarde militante político. Mas não transformou nenhuma destas atividades de seu cotidiano em objeto de suas pesquisas. Como o fez com sua casa.

O objeto sempre foi sua vida privada, a casa, as relações de parentesco, a comida, as relações de dominação sociais, econômicas, a sexualidade, o afeto, o vestir, a religiosidade, as raças e por aí fomos. O desejo. O que Mangabeira Unger chamaria de sentimentalismo das trocas desiguais.

Seu autocentrismo vai lhe dar *insights* e descobrir ou antecipar hábitos que lhe fizeram peculiar. Lembro-me de conversa com o "*metteur en scene*" dos filmes de Luchino Visconti. Dizia que o segredo de Visconti ter sido o grande intérprete e ao mesmo tempo o grande crítico da burguesia italiana do século passado, através, por exemplo, do clássico "O Leopardo", tinha sido o fato de o próprio Visconti ter pertencido a essa burguesia. Conhecia como o tecer de dentro se prolongava no tecer para fora.

Como o chileno Humberto Maturana acreditava, o observador é aquele que é, e o que é, está em seus olhos.

Paulo Augusto Franco diz que Gilberto começava a fazer sociologia sobre o "outro", e terminava por falar de si mesmo. Ou terá sido o contrário?

Não é por menos que uma principal antecipação do Manifesto em relação à globalização é justamente a questão do urbanismo. Da diferenciação entre as cidades e da sua adequação ao meio geofísico. É a ecologia urbana. Tão em voga e urgente agora na discussão sobre as "*smart cities*".

Sua memória pessoal era plena de casas-grandes e senzalas e, na cidade, de sobrados e mocambos. Saindo de sua vida privada, não ia para a organização política pública ou econômico-empresarial. Abrindo o portão, ia para a rua do social, como vai sublinhar mais tarde Roberto DaMatta. Encontrava a sociedade e não o governo.

Seu primeiro texto para o Iphan é sobre a defesa dos mocambos como exemplo de ecologia urbana.

O Manifesto investe com força contra os engenheiros simplistas, místicos do cimento armado e mistagogos. Contra as avenidas largas e a gente que há anos nos domina, que só sabe derrubar igrejas. Defende as ruas estreitas, mais afeitas às sombras, mais protetoras do homem do que "o vidro nos países de pouca luz e de sol parecido com a lua".

O Manifesto é contra "gente que não gosta de árvores".

Estaria Gilberto, neste caso, criticando Oscar Niemeyer ou mesmo Lúcio Costa? Provavelmente não. O manifesto é de 1926, e o Iphan só veio a ser criado em 1937. Mas, claramente, já antecipa os caminhos divergentes que vieram a trilhar.

Lúcio Costa comandou com mão de ferro, autoritária mesmo, o Iphan. Transformou-o numa organização de ideologia arquitetônica única. A do sincretismo, ou *mélange*, entre o barroco luso-mineiro e o modernismo franco-carioca. Ambos de casas-grandes. Sem mocambos.

Em nome deste monopólio ideológico, permitiu a construção de uma curvilínea passarela de pedestres, por debaixo de um agressivo viaduto na Praça XV, no Rio de Janeiro. Ambos faziam um crucifixo que se ajoelhava aos pés da entrada principal do Paço Imperial.

Já o Manifesto defendia uma ecologia urbana mais protetora dos habitantes sob o implacável sol dos trópicos. Foi contrário aos modernistas quando defendiam que as cidades deviam ser todas "abertas ao sol e aos olhos dos turistas".

Quem hoje pode pensar em uma cidade sustentável sem pensar em sua ecologia urbana? Nesta trilha, Gilberto, mais tarde, avançaria e, com Jayme Lerner, iria defender o "rurbano", a integração campo-cidade.

Outra antecipação de pauta global é, sem dúvidas, a gastronomia. Ou, simplesmente, a comida. A tal ponto que diz: "...uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se".

Hoje constata-se a feroz competição global entre o *hot dog*, a pizza, o sushi, o taco, a *pâtisserie*, a esfirra, o miojo e por aí vamos.

"Não só com os problemas de belas artes, de urbanismo, de arquitetura, de higiene, de engenharia, de administração deve-se preocupar o regionalista: também com os problemas de culinária, de alimentação, de nutrição."

O ESCONDIDINHO E O ARRUMADINHO

Para Gilberto Freyre, a culinária é uma das permanências de nossa identidade. Não seria modernismo alienígena. Sobretudo a culinária, da nossa maioria, que emerge dos pés nus do chão batido, de nossa pobreza. Criada, expandida e saboreada aqui no Brasil. Não copiava a arte e literatura europeias. Como a Semana de 22, já veio de sapatos.

Gilberto morava em casarão no Bairro de Apipucos. Onde mais tarde a Fundação Joaquim Nabuco vai se instalar e se espraiar. Em torno do Açude de Apipucos, onde reinavam plácidas baronesas.

À beira do Açude, numa ponta, atrás da Igrejinha de Apipucos, reinavam três belas frondosas mangueiras. Dona Carminha, em sua casa, começou a inventar uns pratos. A cozinha e as panelas ao ar livre. Improvisada. Servia almoço a poucos, comida caseira, digamos, regional. À tarde, cachaça com caldinho de feijão, para muitos.

Um dos pratos, ali criado, era o hoje famoso concêntrico Arrumadinho.

"Dona Carminha, bote uma comida boa que a senhora vai ganhar dinheiro!", disse um freguês fiel. "Bora inventar", disse Dona Carminha para sua secretária. "A gente

cozinha o feijão, a gente fez a charque cortadinha que nem a gente fazia, a gente fez a verdurinha que a gente fazia. E agora, para a gente colocar num prato, como é que vai ser? (...) Botemos o feijão, espalhemos, aí fizemos uma farofinha, botamos em cima. A verdurinha a gente colocava ao redor. Ficava o centro livre. Aí a gente pegava a charque, assava, e colocava lá."

O sucesso foi imediato. Em pouco tempo a cozinha caseira foi para o quintal. Vinte cinco mesas. Houve uma eleição entre os clientes para escolher o nome. Concorriam Açude e Mangueirão. Nasceu então o Mangueirão, ao ar livre, verde. Dona Carminha comprou sua casinha e um automóvel. Cultura e economia.

Nesta mesma época, em Olinda, outro prato popular começava sua carreira. O agora famoso Escondidinho. Desenhada não por horizontais círculos concêntricos, mas por verticais andares sobrepostos. No subsolo, purê de macaxeira. Macaxeira é nossa, a batata é inglesa. No solo, a camada de charque cortadinha ou desfiada. Finalmente, no primeiro andar queijo catupiry, tradicional marca brasileira. O forno a todos unia.

Paralelamente, nesta época, Edméa Falcão, Hélcio Santos e outros pesquisavam. Espiavam, diria Aloisio Magalhaes, o Nordeste, sua culinária e sua cachaça. A procura de nós mesmos. No Brasil profundo.

Encontraram o Escondidinho e o Arrumadinho em gestação. Aperfeiçoam. Criam então no Leblon, Rio de Janeiro, o pioneiro bar e restaurante Academia da Cachaça. No teto, a bandeira brasileira, como bandeirinhas de São João, reinventada pela designer Gisela Magalhães. O Escondidinho e o Arrumadinho fizeram aí seu pouso. Seu porto de exportação. Daí, ganharam o Brasil. Foram e estão muito além do regional. Ajudaram a fazer o Brasil.

Os quadros de Tarsila, de Di Cavalcanti, de Anita Malfatti, os textos de Mário de Andrade, de Oswald de Andrade, a música de Villa-Lobos são os bens que simbolizam a Semana de 22. O Mangueirão e a Academia da Cachaça desenharam, pintaram e cantaram outros bens imateriais: o Escondidinho e o Arrumadinho. Propagam as ideias do Manifesto Regionalista. A quem mais tarde vão se juntar à tapioca, ao acarajé, ao frevo e a tantos outros brasis.

4. Considerações finais

A ambição das cozinhas locais, sua organização e a exploração mercantil global, traduz-se hoje nas cotações da Bolsa de Nova York, ou de São Paulo, das ações dos conglomerados globais alimentícios como Nestlé, Ambev, Coca-Cola, Heinz, Burger King, Starbucks.

Não é só arroz doce.

Agora, se estas e outras ambições, antecipações, *innuendos*, insurgências do Manifesto foram tão imensas quanto o prazer que tinha para consigo mesmo ao descobri-las, é outra história. O que podemos apenas dizer é que foram, e continuam, extremamente ricas para nos ajudar a compreender melhor a nós mesmos. Ontem, hoje, talvez amanhã.

Referências

FALCÃO, Joaquim. A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP. ***In:*** FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. O Imperador das Ideias: Gilberto Freyre em questão, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2010.

FAORO, Raymundo. Prefácio. In: FALCÃO, Joaquim. ***A Favor da Democracia.*** Pernambuco: Massangana/Bagaço, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. ***O "ovo de Colombo" gilbertiano***. In: FALCÃO, J.; ARAÚJO, Rosa Maria. O imperador das ideias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

TAVOLARO, Sergio B. F. ***Freyre e nossa 'modernidade tropical'***: Gilberto entre a originalidade e o desvio. Sociologias (UFRGS. Impresso) , v. 15, p. 282-317, 2013.

O discurso da verdade jurídica e seus desdobramentos na convicção no sistema de justiça: uma análise a partir de Max Weber

The discourse of legal truth and its consequences on the conviction in the justice system: an analysis based on Max Weber

El discurso de la verdad jurídica y sus consecuencias sobre la condena en la justicia: un análisis a partir de Max Weber

Meire Cristina Cabral de Araújo Silva [1]

Resumo

SILVA, Meire Cristina Cabral de Araújo. O discurso da verdade jurídica e seus desdobramentos na convicção no sistema de justiça: uma análise a partir de Max Weber. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 53-66, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art4

A proposição central deste artigo é reconhecer o modo como o discurso da verdade jurídica se efetiva no sistema de justiça brasileiro. O estudo efetua-se a partir das elaborações de Max Weber referente à Sociologia da Dominação, onde, dentre outros temas, investiga os liames não aparentes nas relações que se estabelecem entre política e direito. A compreensão que se tem, a partir deste estudo, é de que o fenômeno da verdade jurídica é construído por emanações do poder e de discursos da verdade. A eficácia dessa convicção, como algo a ser seguido sem desconfiança e capaz de obter a adesão social, requer um especializado aparato burocrático.

Palavras-chave: Dominação. Discurso Jurídico. Sistema de Justiça.

Abstract

SILVA, Meire Cristina Cabral de Araújo. The discourse of legal truth and its consequences on the conviction in the justice system: an analysis based on Max Weber. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 53-66, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art4

The central proposition of this article is to recognize the way in which the discourse of legal truth takes effect in the Brazilian justice system. The study is based on Max Weber's elaborations on the sociology of domination, where, among other themes, he investigates the unseen links in the relations established between politics and law. The understanding we have from this is that the phenomenon of legal truth is built by emanations of power and discourses of truth. The effectiveness of this conviction,

1 Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília. Especialista em Direito Penal. Corregedora no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Email: meirecris1973@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7991-1397

as something to be followed without suspicion and capable of obtaining social support, requires a specialized bureaucratic apparatus.

Keywords: Domination. Legal Discourse. Justice System.

Resumen

SILVA, Meire Cristina Cabral de Araújo. El discurso de la verdad jurídica y sus consecuencias sobre la condena en la justicia: un análisis a partir de Max Weber. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 53-66, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art4

La propuesta central de este artículo es reconocer la forma en que el discurso de la verdad jurídica entra en vigencia en el sistema de justicia brasileño. El estudio se realiza a partir de las elaboraciones de Max Weber sobre la sociología de la dominación, donde, entre otros temas, investiga los vínculos invisibles en las relaciones que se establecen entre política y derecho. El entendimiento que tenemos, basado en esto, es que el fenómeno de la verdad jurídica se construye por emanaciones de poder y discursos de verdad. La efectividad de esta convicción, como algo a seguir sin sospechas y capaz de obtener apoyo social, requiere de un aparato burocrático especializado.

Palabras clave: Dominación. Discurso legal. Sistema de justicia.

1. Introdução

O sociólogo Jacques Commaille, no ensaio intitulado *A Political Sociology of law*, traz uma declaração da então ministra de justiça, na França, durante a fase preparatória do voto relativo à lei de reforma do divórcio no país: "eu descobri então o que fazer do direito, trata-se de fazer política" (COMAILLE, 2013 p. 1).

Assim como ao autor do ensaio, a declaração também me chamou atenção. De um lado, por vir de alguém que nomeadamente fazia parte da burocracia estatal e, de outro lado, por realçar uma dimensão do direito e de seu trabalho hermenêutico ao espaço político e, nesse sentido, assumir o campo de luta simbólico que ocorre ao se dizer e determinar a ordem, no contexto de atos e relações sociais de autoridade, no qual o direito se inscreve. Essa dimensão se distingue à que historicamente o direito se arrima, ou seja, um corpo normativo impessoal, autônomo e independente das coerções.

Ocorre que agentes operadores do direito, como advogados, juízes e o corpo funcional do sistema de justiça, pouco se perguntam acerca da racionalidade da atividade que exercem. Quando o fazem, em algum momento, é apenas para afirmá-la em seu conteúdo interno sem questionar de onde procede, como se estrutura e para que serve. Nessa acepção, vê-se que o funcionamento da justiça, os seus agentes e as instituições são alicerçados na crença da legitimidade da judicatura, no direito de mando e na ordem estatuída.

Para compreender como se operacionaliza essa convicção, retomo a teoria sociológica de Max Weber, posto entender ser esta propícia ao objetivo deste trabalho, qual seja: reconhecer o modo como o discurso da verdade jurídica se efetiva no atual sistema de justiça brasileiro. Para a análise utilizo, como embasamento teórico principal, a obra Economia e Sociedade do autor, enfocando o conceito de dominação.

De pronto, já realço que perspectiva não é esmiuçar a vida, a obra e toda análise sociológica de Weber, disto já cuidam muitos trabalhos acadêmicos. Busco extrair desta obra clássica o aclaramento, a partir de conceitos-chave do que seja e como se efetiva a racionalidade do direito e seus desdobramentos de convicção no sistema de justiça. É assim que, primeiramente, dedico-me ao exame dos elementos de Sociologia do Direito, onde realço o esquema teórico contínuo que vai da ação social à ordem legítima, a qual se materializa na convenção direito e Estado. No ponto seguinte, exponho a sociologia da dominação legítima weberiana, com ênfase na dominação legal. Por fim, correlaciono os aspectos racionais e burocráticos do direito, através do mapeamento dos sujeitos insertos nas atividades jurídicas-estatais brasileira, relacionando-os a um quadro administrativo simbólico que valida o discurso de verdade jurídica, tido como necessário ao exercício da justiça. Com este traçado arremato ao entendimento de que o fenômeno da crença no sistema de justiça é construído por emanações do poder e de discursos da verdade.

Convém destacar que este artigo, num primeiro momento, quer favorecer a reflexão sobre a racionalidade que opera a atividade jurídica, fornecendo a possibilidade de, em um só tempo e de forma objetiva, visualizar como esta é construída. Quero crer que essa apreensão seja um ponto de partida para a reflexão de que a verdade imanente ao sistema de justiça é uma construção política e, nesse sentido, solapar a resistência a mudanças em sua estrutura.

2. Variante sociológica de compreensão e análise do direito no seio Estatal: a ideia de dominação legal

A interface política e a racionalidade do direito, já há algum tempo, têm sido um dos temas centrais da sociologia. Entretanto, o ponto de partida, praticamente indiscutível, em relação ao estudo da racionalidade jurídica do direito moderno, atrelado ao sentido de ordem legítima, advém das análises de Max Weber. A teoria sociológica que desenvolve é atravessada pela noção de Direito enquanto fenômeno social expressivo, verificado em todas as formações sociais. Para entender a relação de ordem normativa no seio do Estado e conduta social é importante que sejam realçados alguns conceitos-chave weberianos que favorecem a compreensão de ordem legítima.

2.1. Da ação social à ordem legítima

Fariñas Dulce (1991, p.25) lembra que para Weber não existe nada na vida social que não seja produzido pelos homens em suas ações e relações sociais, sendo o direito fonte de ordem normativa da conduta social. A legitimidade de uma ordem é forjada

em disputas que subjazem às diversas manifestações sociais, sendo as mais importantes o poder, o domínio e a disciplina. Compreensões fundamentais como o de ação social, relação social, Estado e legitimidade são consideradas essenciais nesta abordagem.

Por "ação", Weber entende uma conduta humana, a qual pode consistir num fazer externo ou interno, o qual pode apoiar-se num ato, omissão ou permissão, desde que os sujeitos da ação a ela vinculem um sentido subjetivo. Já a "ação social", é uma ação na qual o sentido pensado pelo sujeito refere-se à conduta de outros, orientando-se por esta no seu desenvolvimento. (Max Weber, 2015, p. 3)

Cohn chama a atenção para o fato de que a análise sociológica "opera com base no fato empiricamente constatável de que existem certas regularidades na ação social, ou seja, de que certos processos de ação se repetem ao longo do tempo, tornando-se rotina e incorporando-se ao cotidiano de múltiplos agentes" (COHN, 1991, p. 29). Nessa perspectiva, no esquema teórico weberiano, o que proporciona essa passagem para o nível de análise sociológica, representa um desdobramento do conceito de ação social: é o de relação social.

Weber explica que a relação social "se refere à conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo específico do próprio sentido das suas ações" (MAX WEBER, 2015, p.21).

Na ação social, a conduta do agente está orientada, substancialmente, pela conduta de outro. Já na relação social, a conduta de cada qual, entre vários agentes envolvidos, inclusive sem contato direto entre si no momento da ação, orienta-se por um conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado. Ressalte-se aqui que reciprocidade não é solidariedade. Julien Freund alerta "Dois adversários orientam reciprocamente seu comportamento, um em relação ao outro, precisamente porque dão o mesmo conteúdo significativo à relação que se lhes opõe." (FREUND, 1987, p. 92).

Cohn (1991, p. 30) destaca que, seguindo o traçado de Weber, a relação social, cujo conteúdo de sentido é incorporado pelos agentes como uma regra orientadora da sua conduta, na medida em que é aceito como legítimo, corresponde à passagem para um tipo específico de relação social. Nesse caso, o conteúdo de sentido assume a forma de validação de uma ordem legítima. Weber denomina ordem legítima a institucionalização da conexão de sentido das ações sociais dos indivíduos, de tal forma, que as pessoas orientam suas ações sociais pela "representação" da existência de uma ordem legítima (WEBER, 2015, p. 19).

A representação, segundo Freund, pode localizar-se numa delegação que um indivíduo possui de direito ou numa missão permanente ou temporária de um ou vários indivíduos como base em critérios definidos ou num estatuto. "De qualquer maneira, a representação introduz uma hierarquia na relação social" (FREUND, 1987, p.96).

É importante ressaltar que essa racionalização da ordem legítima não pretende camuflar o campo de luta que ocorre na relação social sob várias formas: política, econômica, erótica, ideológica ou outra qualquer. "A luta é eterna e não se poderia imaginar meio capaz de suprimi-la definitivamente. Assim, também, a regulamentação mais pacifista não passa de uma maneira de tolerar certos meios e certas orientações

da rivalidade, com a exclusão dos outros". (FREUND, 1977 p. 97-98). A luta exprime a orientação de uma atividade com vistas a fazer triunfar sua vontade sobre a dos outros. Em outras palavras, a ordem legítima é tensionada e acaba por demandar um aparato burocrático para sua mantença.

Weber explicita ainda que há formas típicas da ordem legítima, que são a convenção e o direito. A convenção significa que uma regularidade do acontecer social se acha garantida externamente pela probabilidade de que, dentro de um determinado círculo de pessoas, uma conduta discordante tropeçará com uma, relativa, reprovação geral. Já o direito significa que a validade da ordem está garantida externamente pela probabilidade da coação, física ou psíquica, exercida por um quadro de indivíduos instituídos com a missão de castigar os infratores, forçando-os a observação da ordem. (WEBER, 2015, p. 21).

Um e outro podem ser respeitados em virtude da tradição (validade do que foi), ou então de uma crença de caráter afetivo (validade de uma revelação ou de um exemplo), ou ainda de uma crença racional por valor (validade de uma convicção) como a justiça, a liberdade, a igualdade e, finalmente, em virtude de uma crença racional por finalidade (validade da legalidade). Este último tipo de fundamento da legitimidade de uma ordem, volta-se à estruturação interna e nos Estados modernos cada vez mais ganha predomínio. Assente-se, então, que o Estado é necessário. O discurso construído é de que sem uma ordem estatuída a relação social seria um caos.

Nesta altura, sobressai o conceito de Estado, que é de fundamental importância para os propósitos deste trabalho, cujo foco se concentra sobre a dominação racional legal. Weber entende o Estado como "um instituto político de atividade continuada, quando e na medida em que seu quadro administrativo mantenha com êxito a pretensão ao monopólio legítimo da coação física para a manutenção da ordem vigente" (WEBER, 2015, p. 9). O Estado é a comunidade humana que, dentro de um determinado território (o território é elemento definidor), reclama com êxito o monopólio da violência física legítima.

A característica do denominado Estado moderno, enquanto forma da associação política, está para Weber no fato de

> Ser uma ordem jurídica e administrativa – cujos preceitos podem modificar-se - pela qual se orienta a atividade [...] do quadro administrativo (por sua vez regulada por preceitos estatuídos) que pretende validez não só frente aos membros da associação [...] mas também com respeito a toda ação executada no território a que se estende a dominação [...] (WEBER, 2015, p. 35)

Nesse conceito de Estado dois elementos sobressaem: a legitimidade e o monopólio da força. Este último não é suficiente, se não gozar de legitimidade. Desta forma, o poder só pode perdurar na medida em que seja considerado legítimo.

Neste ponto, a meu ver, sobressai o direito, enquanto conjunto de normas formais estatuídas com vistas a normatizar a relação social, as quais são aplicadas por um quadro de funcionários, ou seja, de burocratas, cujas ações estão fixadas previamente por regulamentos.

Há um paralelismo importante entre o conceito de Estado e de Direito em Weber. Em ambos, Weber ressalta, como já foi colocado, o aspecto coercitivo, ou melhor, a necessidade da existência de um quadro administrativo destinado a exercer o poder de coação com vistas a fazer valer o direito estatuído. (FARIÑAS DULCE, 1991 p. 205). Estado e Direito se retroalimentam.

A legitimidade é decisiva, portanto, no conceito de Estado, da mesma forma que a de um ordenamento jurídico. Ambos dependem da legitimidade. Por conseguinte, um Estado ou um ordenamento jurídico são eficazes, porque são legítimos.

Farinãs Dulce observa que "o elemento da legitimidade, tal qual que na definição do conceito de direito, implica uma aceitação do ordenamento em seu conjunto, isto é, do Estado. E esta aceitação não é mais que uma justificação interna ou autojustificação da obediência dos dominados aos dominantes" (FARINÃS DULCE, p. 211-212). Eis aqui um ponto crucial que subjaz as reflexões de Weber: a relação que se estabelece entre a conduta social e a legitimidade de uma ordem guarda congruência com a relação dominados e dominantes, e nesse sentido, uma relação de poder, como sendo no dizer de Weber "...a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade" (WEBER, 2015, p.33). Já por dominação, segundo Weber, "deve entender-se a possibilidade de encontrar obediência para um mandato de determinado conteúdo entre pessoas dadas" (WEBER, 2015, p.33).

Conforme observa Amorim (1996, p. 114), Weber vê a temática da dominação à luz dos dominantes, isto é, das estratégias que estes utilizam para assegurar sua dominação valorizando especialmente as crenças que permitem aos dominados aceitarem sua submissão.

A dominação, ou seja, a probabilidade de se encontrar obediência a um mandato determinado, pode se fundar em diversos motivos: pode depender diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações utilitárias de vantagens ou inconvenientes parte do que obedece; pode depender também do mero costume, (tirar vírgula) e do cego hábito a um comportamento inveterado, ou pode fundar-se, por fim, no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito. Entretanto, a dominação que só se fundou em tais motivos seria relativamente instável. É necessário ver que nas relações entre dominantes e dominados existe, costumeiramente, um apoio em bases jurídicas nas quais se fundamentam sua legitimidade e o abalo na crença nesta legitimidade, normalmente, acarreta consequências de grande importância (WEBER, 2015 p. 706-707). Desta forma, a característica típico-ideal do Estado é a ordem jurídica e administrativa, no que Weber denomina de dominação racional-legal, a ser discutida no próximo ponto.

2.2. A ideia de dominação legal

Weber destaca que a probabilidade de se encontrar obediência a um mandato determinado pode ser localizada em três classificações de dominação: a dominação legal, a dominação tradicional e a dominação carismática. Para efeito deste trabalho abordo apenas a dominação legal. Esta é o tipo de dominação em que está configurada

a forma moderna de Estado, onde a dominação está baseada na crença, por parte dos dominados, na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação. Neste tipo de dominação sobressai algumas características típicas. Uma delas se traduz pelo fato de que todo o direito pode ser estatuído racionalmente e, em sua essência, é um cosmo de regras abstratas. O Direito assim estabelecido, em termos típico-ideal, denota o caráter essencial do Estado moderno e, pelo menos ao nível formal, paira acima do soberano, o que conferiria o caráter de impessoalidade à administração. As seguintes ideias entrelaçadas consubstanciam esse tipo de dominação:

> 1. que todo o direito, mediante pacto ou imposição, pode ser estatuído de modo racional – racional referente a fins ou racional referente a valores (ou ambas as coisas) – com a pretensão de ser respeitado pelo menos pelos membros da associação, mas também, em regra, por pessoas que, dentro do âmbito de poder desta (em caso de associações territoriais: dentro do território), realizem ações sociais, declaradas relevantes pela ordem da associação;
> 2. que todo o direito, é segundo sua essência, um cosmos de regras abstratas, normalmente estatuídas com determinadas intenções; que a judicatura é aplicação dessas regras ao caso particular e que a administração é o cuidado racional de interesses previstos pelas ordens da associação, dentro dos limites das normas jurídicas e segundo princípios indicáveis de forma geral, os quais encontram aprovação ou pelo menos não são desaprovados nas ordens da associação;
> 3. que, portanto, o senhor legal típico, ou "superior", enquanto ordena e, com isso, manda, obedece por sua parte à ordem impessoal pela qual orienta suas disposições;
> Isto se aplica também ao senhor legal que não é "funcionário público", por exemplo, o presidente eleito de um Estado.
> 4. que – como se costuma expressá-lo – quem obedece só o faz como membro da associação e só obedece ao "direito";
> Como membro de uma união, comunidade, igreja; no Estado: como *cidadão*;
> 5. que se aplica, em correspondência com o tópico 3, a ideia de que os membros da associação, ao obedecerem ao senhor, não o fazem à pessoa deste mas, sim, àquelas ordens impessoais e que, por isso, só estão obrigados à obediência dentro da *competência* objetiva, racionalmente limitada, que lhe foi atribuída por essas ordens (Max Weber, 2015, p. 142).

Para Weber, o sistema burocrático responde a sua teoria da dominação, ou seja, à sua sociologia política. Na verdade, o poder burocrático forma parte do poder do Estado, o qual é exercido no Estado moderno através do Direito. Trata-se, portanto, de uma dominação legal burocrática, no sentido de que a lei se expressa por intermédio da maquinaria burocrática.

A administração puramente burocrática, enquanto o tipo mais puro de dominação legal, é, segundo toda a experiência, a forma mais racional de exercício da dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade - isto é, calculabilidade. A calculabilidade é o aspecto fundamental do conceito de racionalização. A burocracia, portanto, atravessa todas as áreas e estruturas sociais, "como o Estado, Igreja, exército, partido, empresa econômica, associação de interessados, união, fundação, e o que mais seja" (WEBER, 2015, p. 35).

Amorim (1996, p.137) destaca que Weber, na obra Economia e Sociedade, deixa pressentir suas preocupações com o destino do homem sob a direção de uma organização social marcada pela frieza da racionalidade instrumental que caracteriza a burocracia. Por isso, Weber adverte, não sem uma ponta de contida e dissimulada lamentação, "...que ninguém se deixasse enganar, nem por um momento, por quaisquer instâncias aparentemente contrárias, sejam, estas representações colegiadas de interessados ou comissões parlamentares ou ditaduras de comissários ou funcionários honoríficos ou juízes leigos, ao fato de que todo trabalho contínuo de funcionários realiza-se em escritórios" (WEBER, 2015, p. 146). Toda a nossa vida cotidiana está encaixada nesse quadro. Pois uma vez que a administração burocrática é por toda parte a mais racional do ponto de vista técnico-formal, ela é pura e simplesmente inevitável para as necessidades da administração de massas.

Guerreiro Ramos (2006) comenta a insatisfação resignada de Weber ante a inevitabilidade da burocracia. Weber a trata com certa melancolia, pois via os seus efeitos negativos sobre a personalidade "... um mundo em que não haverá mais a aventura, mundo em que cada vida deverá transcorrer dentro de uma carreira" (GUERREIRA RAMOS, 2006, p. 273).

O mesmo Guerreiro Ramos esclarece que a dominação racional-legal se apoia na legalidade definida por normas e regimentos jurídicos objetivos. De forma que resume a elaboração de Weber quanto a esse tipo de dominação:

> a) o soberano não exerce o mandato segundo o seu arbítrio, mas está subordinado a leis conforme as quais pauta os seus atos;
> b) a obediência do soberano não é entendida como uma obediência a sua pessoa, mas a uma ordem impessoal;
> c) existe uma separação entre o patrimônio público e o patrimônio privado. Os funcionários não se apropriam dos cargos e estão sujeitos à prestação de contas;
> d) rege o princípio da competência e da hierarquia administra-

> tivas. A cada autoridade é atribuído um conjunto de funções, como também um certo grau da escala administrativa;
> e) os casos são resolvidos mediante a aplicação de regras técnicas e de normas;
> f) exige-se dos funcionários um saber profissional e o recrutamento dos mesmos é realizado de modo competitivo, tendo-se em vista o mérito e a capacidade dos candidatos. (GUERREIRA RAMOS, 2006, p. 272-273).

Na burocracia em sua forma pura, o funcionário não pode decidir nada que não seja suscetível de solução por meio da pura técnica. O funcionamento da organização restringe-se a uma relação técnico-científica de adequação de meios a fins. Aqui lembro que uma boa parte dos que operam o direito entende que julgar é subsumir o fato à norma.

É assim que essa organização racional-legal, com seus cargos ocupados por especialistas, cujas funções estão objetivamente determinadas, apresenta-se como uma maquinaria perfeita de dominação, podendo ser utilizada a qualquer momento por qualquer direção política.

Amorim (1996) chama a atenção para o fato de que se por um lado pressupõe pela impessoalidade a possibilidade do império da lei contra o despotismo, por outro lado abre oportunidade para apropriação e operacionalização do poder político em qualquer circunstância. Para substanciar os aspectos racionais e burocráticos do direito até aqui verificados, no ponto seguinte, apresento os sujeitos insertos nas atividades jurídicas-estatais brasileira, relacionando-os a um quadro administrativo simbólico que valida o discurso de verdade jurídica, examinado até aqui como parte de uma ordem que se impõe.

3. A racionalidade do direito e seus desdobramentos na composição judiciária: o aparato burocrático do sistema de justiça brasileiro

O funcionamento da justiça, seus agentes e instituições já há algum tempo têm entrado no raio de observação das ciências sociais, seja como espaço onde se desenvolvem relações sociais em que se mobiliza o poder, seja como viés político-institucional. Sadek (2002) lembra que, no Brasil, estudos sobre o judiciário e sobre outras instituições que compõem o sistema de justiça foram incorporados na agenda das ciências sociais apenas na década de 1990, ocasião em que o regime democrático passou a ser considerado um valor em si mesmo, jungido às mudanças constitucionais.

É desse caráter institucional formal e sua vinculação à organização jurídico-constitucional do poder que a ideia de sistema de justiça é alicerçada. Assim define a autora: "entendemos por sistema de justiça o conjunto de instituições encarregadas de garantir os preceitos constitucionais, de aplicar a lei e de distribuir justiça." (SADEK, 2002, p.237). Observe-se que a definição comporta a crença na ordem estatuída, no direito de mando e na legitimidade da judicatura.

Também já se sabe que essa convicção é racionalizada a partir das relações de forças que se concretizam em um tipo de dominação nomeada por Weber de dominação racional-legal. A esse poder-dever de estabelecimento de uma ordem legítima, um corpo institucional burocrático se forma. Operacionalmente, o que seria um sistema de justiça? Um quadro de pessoas especialmente ocupadas em garantir o cumprimento da ordem. O decisivo no conceito de direito aqui é a existência de um quadro coativo.

É pertinente avivar aqui o quadro burocrático delineado por Weber que exprimiria o tipo mais puro de dominação legal. Estes funcionários possuem o seguinte perfil:

1. são pessoalmente livres, obedecem somente às obrigações objetivas de seu cargo;
2. são nomeados (e não eleitos) numa hierarquia rigorosa de cargos;
3. têm competências funcionais fixas;
4. em virtude de um contrato, portanto, (em princípio sobre a base de livre seleção segundo
5. a qualificação profissional - no caso mais racional: qualificação verificada mediante prova e certificada por diploma;
6. são remunerados com salários fixos em *dinheiro,* na maioria dos casos com direito a aposentadoria; em certas circunstâncias (especialmente empresas privadas), podem ser demitidos pelo patrão, porém sempre podem demitir-se por sua vez; seu salário está escalonado, em primeiro lugar, segundo a posição na hierarquia, e além disso, segundo a responsabilidade do cargo e o princípio da correspondência à posição social;
7. exercem seu cargo como profissão única ou principal;
8. têm a perspectiva de uma carreira: "progressão" por tempo de serviço ou eficiência, ou ambas as coisas, dependendo do critério dos superiores;
9. trabalham em "separação absoluta dos meios administrativos" e sem apropriação do cargo;
10. estão submetidos a um sistema rigoroso e homogêneo de *disciplina* e controle do serviço (WEBER, 2015, p. 144).

Mendes (2012) efetuou uma breve descrição em relação ao que denominou de campo jurídico brasileiro, querendo se referir ao sistema de justiça, posto realçar a atividade jurídico-estatal a um aparelho administrativo. Com as descrições efetuadas por Weber, não é difícil observar que a composição do sistema de justiça é perfeitamente identificável na estrutura burocrática do sistema de justiça brasileiro. Vejamos:

Uma das características do campo jurídico brasileiro é o de que é constituído por agentes iniciados em um saber, com atributos específicos que estão nele hierarquizados. No vértice dessa organização estão os juízes, que detêm o poder de interpretar e decidir sobre o direito. É a chamada competência jurisdicional. Já se verifica aqui pelo menos três características do quadro burocrático weberiano: qualificação profissional, competências funcionais fixas e hierarquia.

Seguidamente estão os doutrinadores que assenhoram-se de prestígio singular, e são intérpretes das leis, bem como das práticas autorizadas pelo campo. Seu escopo de atuação é na formação e na reprodução do saber pertinente ao campo.

Uma camada de operadores concursados compõe o campo. Estes operadores, uma vez aprovados em concurso público, recebem o mandato para o exercício das funções judiciais e extrajudiciais, ou seja, a administração da justiça como atividade. São eles: os membros dos Ministérios Públicos, nos níveis estadual e federal, respectivamente reconhecidos como promotores de justiça e procuradores da República. Estes recebem papel de destaque, sobretudo em processos penais, vez que a ação penal condenatória é sua atribuição exclusiva. Também detêm a competência constitucional para a defesa da denominada ordem jurídica[2], do regime democrático e dos interesses indisponíveis[3], sejam eles individuais, coletivos ou difusos .

Ainda como parte do campo tem-se os defensores públicos que ocupam posição ligada à garantia constitucional de acesso à justiça, uma vez que são advogados públicos que suprem a capacidade postulatória daqueles que não têm um advogado.

Pelas pessoas de direito público requerem os procuradores dos estados e dos municípios, em atribuições simétricas aos advogados da União, defendendo interesses patrimoniais das pessoas jurídicas de direito público às quais estão vinculadas.

O campo do direito é dependente, na esfera do Poder Judiciário, de uma máquina burocrática formada por servidores concursados, como oficiais de justiça, serventuários de cartórios, assistentes e técnicos judiciários, que desempenham funções auxiliares para a entrega da prestação jurisdicional. Nos demais órgãos jurídicos estatais – Ministérios Públicos, Procuradoria e Defensorias – contam de forma semelhante com máquinas burocráticas de gestão.

Uma outra categoria de atores integra o campo: são os advogados, que atuam suprindo a capacidade postulatória[4] das partes – cidadãos ou pessoas jurídicas – defendendo o interesse destas em juízo. São afiliados a uma corporação – a Ordem dos Advogados no Brasil – que passa a integrar o judiciário através de indicações para o preenchimento do chamado quinto constitucional. Estes têm um saber mercantilizado, e o valor de seus serviços no mercado é estipulado pelo saber, pelo prestígio e pelo reconhecimento que alcança no campo.

O campo ainda abriga os estagiários, bacharéis em formação, que emprestam seus serviços, quase sempre gratuitamente ou com pequenas remunerações, com atividade exercida por exigência curricular obrigatória dos cursos de graduação em direito.

Essa descrição breve demonstra que o sistema de justiça é estabelecido através de um aparato burocrático, mediante documentação que serve como um distintivo de formalidade e, por sua vez de verdade. Conhecido é o brocardo jurídico: o que não está nos autos não existe. Para Weber (2015, p.145) esse aparato é a forma mais racional de exercer a dominação, porque se alcança, tecnicamente, o máximo de rendimento, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade.

2 A expressão ordem jurídica comumente é associada como sinônimo de direito, cuja acepção volta-se à instrumentalização e à estrutura normativa que regem uma sociedade, portanto, ligados a um sistema de lei objetivo.

3 São os direitos dos quais a pessoa não pode abrir mão, como o direito à vida, à liberdade, à saúde e à dignidade.

4 Os cidadãos comuns, assim como as pessoas jurídicas, não podem estar em juízo sem a representação de um advogado. Exceção aberta pelas leis nº 9.099/95 e nº 10.259/2001, que dispensa a assistência de advogado no âmbito dos juizados especiais.

4. Considerações finais

O funcionamento da justiça é alicerçado na crença da legitimidade da judicatura, no direito de mando e na ordem estatuída. A composição normativa, autônoma, impessoal que se consubstancia o direito é, em verdade, uma organização racional. A convicção na ordem jurídica é operacionalizada mediante um aparato burocrático, corporificada em um quadro administrativo definido.

Weber elucida esse esquema da racionalidade do direito, tomando-o como parte da sociedade e desfazendo o jargão de neutralidade ao qual ao direito se presume. Para tanto situa o direito no esquema prático das relações sociais.

A percepção Weberiana sobre dominação ganha um significado quando inserido no Estado moderno. Impõe-se uma ordem que se consubstancia num campo de luta. A dominação se efetiva de forma racional-normativa, técnica que assegura a efetividade da ordem estabelecida. O aparato burocrático estabelecido para dar efetividade, inclusive, pode servir a qualquer direção política.

O quadro administrativo do sistema de justiça brasileiro dá conta de que Weber não se equivocou em suas análises. O sistema de justiça, com seu aparato é construído por emanações de poder e de discursos de verdade. As elaborações weberianas reverberam no tempo, fruto de um atento estudo das relações sociais, que apesar de admitir que o conceito não dá conta da realidade, também considera que sem este a realidade não se explicaria.

A sociologia de Max Weber é um instrumento necessário para que os que fazem parte do sistema de justiça adquiram consciência de suas relações estruturais e deste modo atuem como seres potencializadores de mudanças da estrutura em que faz parte.

Referência Bibliográfica

AMORIM, Aluízio Batista de. Os desdobramentos da dominação legal na atualidade a partir de Max Weber. ***Dissertação de mestrado.*** Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

BOBBIO, Noberto. ***Dicionário de política.*** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12ª ed. V. 1, 2004.

COHN, Gabriel. ***Max Weber:*** Sociologia. 5. Ed. São Paulo: Ática, 1991. Séria Grandes Cientistas Sociais.

COMMAILLE Jacques. Uma sociologia política do Direito. ***Rev. Fac. Dir. Univ. São Paulo.*** V. 108. p. 929-933 jan/dez.2013.

FARIÑAS DULCE, Maria José. ***La sociologia del rerecho de Max Weber.*** Madri: Civitas, 1991.

FREUND, Julien. ***Sociologia de Max Weber***. 4. Ed. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1987.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática na administração pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. p. 267-282, Abr/Jun 2006.

MENDES, Regina Lucia Teixeira Mendes. Verdade real e livre convencimento: o processo decisório judicial brasileiro visto de uma perspectiva empírica. DILEMAS: ***Revista de Estudos de Conflito e Controle Social***. V. 5, nº 3 – jul/ago/set 2012. Pp 447-482.

REZENDE, Afonso Celso. ***Vocabulário jurídico e multidisciplinar***. Campinas, SP: Copola Livros, 2002.

SADECK, M.T.A. Estudos sobre o sistema de justiça. ***In:*** S. Miceli, ed. O que ler na ciência social brasileira. V. 4. São Paulo: Sumaré. 2002.

WEBER, Max. ***Economia e Sociedade:*** fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

Em defesa do pluralismo de ideias: uma discussão sobre a liberdade de cátedra no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do Supremo Tribunal Federal

In defense of pluralism of ideas: a discussion on the freedom of chair in the judgment of Claims of Non-compliance with a Fundamental Precept (ADPF) nº 548 of the Supreme Federal Court

En defensa del pluralismo de ideas: una discusion sobre la libertad de catedra en el juicio de la Arguiçao de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 del Tribunal Supreme

Juliana Rodrigues Barreto Cavalcante[1]
Francisco Humberto Cunha Filho[2]

Resumo

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues Barreto; FILHO, Francisco Humberto. Em defesa do pluralismo de ideias: uma discussão sobre a liberdade de cátedra no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do Supremo Tribunal Federal. **Rev. C&Trópico**, v. 45, n. 1, p. 67-84, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art5

O presente trabalho busca fazer uma reflexão acerca da necessidade de garantia da liberdade de cátedra no contexto educacional brasileiro à luz do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do Supremo Tribunal Federal. A pesquisa é descritiva com relação aos objetivos almejados. Quanto à metodologia, caracteriza-se como bibliográfica e documental, estimulando o alcance de seu resultado a partir da análise da mencionada decisão. A referida ação objetivava evitar e reparar lesões a preceitos fundamentais resultantes de atos do Poder Público dentro de universidades públicas e privadas no contexto das eleições presidenciais do ano de 2018, pautadas por decisões de juízes eleitorais de várias regiões do Brasil. Concluiu-se que o cerceamento do pluralismo de ideias e o controle do pensamento político crítico dentro das universidades podem ocasionar consequências comprometedoras da própria ordem democrática, tendo em vista que a difusão do conhecimento possibilita transformação e impacto

1 1 Mestra em Direito Constitucional e Teoria Política (UNIFOR). Advogada. Pesquisadora. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4348-5074. E-mail: julianacavalcanteadv@gmail.com Orcid:

2 Professor dos programas de graduação, mestrado e doutorado em Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); na mesma Universidade lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais. Visiting Fellow com estudos pós-doutorais pela Universidade de Milão – Bicocca (Itália); membro do Colégio de Docentes do Doutorado em Ciências Jurídicas da Universidade de Sassari (Sardenha – Itália), na Área "Direito e Cultura". Advogado da União. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2770-6532. E-mail: humbertocunha@unifor.br

positivos nas questões sociais, culturais, econômicas e políticas do país. Nesse sentido, a liberdade de cátedra não pode ser violada e nem usada como instrumento de limitação do direito à educação, em sentido amplo.

Palavras-chave: Liberdade de Cátedra. Educação. ADPF nº 548.

Abstract

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues Barreto; FILHO, Francisco Humberto. Em defesa do pluralismo de ideias: uma discussão sobre a liberdade de cátedra no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do Supremo Tribunal Federal. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 67-84, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art5

The present work seeks to reflect on the need to guarantee the freedom of professorship in the Brazilian educational context in the light of the judgment of the Claims of Non-compliance with a Fundamental Precept (ADPF) nº 548 of the Supreme Federal Court. The research is descriptive in relation to the desired objectives. As for the methodology, it is characterized as bibliographic and documentary, stimulating the achievement of its result from the analysis of the aforementioned decision. This action aimed to avoid and repair injuries to fundamental precepts resulting from acts of the public power within public and private universities in the context of the presidential elections of the year 2018, guided by decisions of electoral judges of several regions of Brazil. It was concluded that the curtailment of pluralism of ideas and the control of critical political thought within universities can cause compromising consequences of the democratic order itself, considering that the dissemination of knowledge enables positive transformation and impact on the country's social, cultural, economic and political issues. In this sense, the freedom of the chair cannot be violated nor used as an instrument for limiting the right to education in a broad sense.

Keywords: *Freedom of Chair. Education. ADPF nº 548.*

Resumen

CAVALCANTE, Juliana Rodrigues Barreto; FILHO, Francisco Humberto. Em defesa do pluralismo de ideias: uma discussão sobre a liberdade de cátedra no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do Supremo Tribunal Federal. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 67-84, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art5

El presente trabajo pretende hacer una reflexión sobre la necesidad de garantizar la libertad de catedra en el contexto educativo brasileño a la luz de la sentencia de la Arguiçao de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) Nº 548 de la Corte Suprema. La investigación es descriptiva en relación con los objetivos deseados. En cuanto a la metodología, se caracteriza por ser bibliográfica y documental, estimulando el alcance de su resultado a partir del análisis de la mencionada decisión. Esta acción tenía como objetivo evitar y reparar lesiones a preceptos fundamentales

resultantes de actos del Poder Público dentro de universidades públicas y privadas en el contexto de las elecciones presidenciales del año 2018, guiadas por decisiones de jueces electorales de regiones de Brasil. Se llegó a la conclusión de que la reducción del pluralismo de las ideas y el control del pensamiento político crítico dentro de las universidades pueden causar consecuencias comprometedoras del propio orden democrático, considerando que la difusión del conocimiento permite transformación positiva y el impacto en las cuestiones sociales, culturales, económicas y políticas del país. En este sentido, la libertad de catedra no puede ser violada o utilizada como un instrumento de limitación del derecho a la educación, en un sentido amplio.

Palabras clave: *Libertad de Cátedra. Educación. ADPF nº 548.*

1. Introdução

A liberdade de cátedra, no sistema jurídico brasileiro, tem elevadíssima importância porque possibilita a difusão dos saberes e fomenta o pluralismo das concepções pedagógicas, retroalimentando, em consequência, o conjunto dos princípios norteadores do ensino, previsto na Constituição de 1988. Essa liberdade, portanto, não pode ser concebida de forma isolada, pois se relaciona com o direito à educação e com todos os elementos e atores que levam à construção do conhecimento.

Ocorre que, durante a corrida eleitoral brasileira de 2018, para preenchimento de cargos públicos nos âmbitos estadual (governadores e deputados) e federal (presidente, deputados e senadores), houve diversas decisões de juízes eleitorais de vários estados do país, que determinaram, no geral, o recolhimento de objetos, cartilhas e materiais políticos nas dependências de universidades, em virtude das eleições, assim como tutelaram atos do Poder Público, expedidos no sentido de impedir aulas, palestras e rodas de debates promovidos entre docentes e discentes.

Inserida nesse contexto, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 do STF foi proposta em 26 de outubro de 2018 pela Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, visando a contrariar tais decisões e evitar que ocorressem lesões a preceitos fundamentais, bem como reparar violações já perpetradas.

Em virtude da ampla dimensão e das consideráveis variações que a liberdade de expressão assume e da sua importância envolvendo o ensino nas universidades, o presente trabalho propõe uma reflexão à luz do posicionamento da Corte Constitucional brasileira e com base nas doutrinas relacionadas aos direitos humanos e fundamentais no sentido de corroborar e colaborar com o pluralismo das ideias.

Para tanto, fez-se um estudo acerca da liberdade no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como uma breve aproximação etimológica do termo "cátedra" (gr. *kathedra*). Em seguida, averiguou-se a criação das universidades com base principal no estudo do historiador Jacques Le Goff (1924-2014), acerca da ligação do intelectual medieval com a cidade, bem como os desdobramentos ao longo do tempo, daí resultantes.

Posteriormente, abordaram-se movimentos contemporâneos reafirmadores da liberdade *lato sensu* e da relevância da difusão do conhecimento político dentro do meio universitário; e, por fim, analisou-se o julgamento da ADPF nº 548, do STF, de modo a enfrentar a problemática da limitação da liberdade de cátedra no país.

2. Liberdade de cátedra

Conhecido o intento do estudo, previamente à descrição da lide constitucional que o anima ao conhecimento e à análise da solução que para ela foi dada, como premissa indispensável, convém evidenciar ao menos alguns dos aspectos mais importantes da definição, da história e da positivação, no Brasil, relativamente à liberdade de cátedra.

2.1. Definição

Uma aproximação etimológica da palavra "cátedra" (gr. *kathedra*) faz referência, em primeiro plano, a um assento específico para escritórios litúrgicos ou cadeiras de autoridades eclesiásticas[3]. Com o decorrer dos anos, por extensão do sentido, passou-se a compreender também o termo como posição do educador de ensino superior - o posto mais alto da hierarquia do magistério - tendo em vista que, em tempos passados, os professores costumavam lecionar sentados, colocando-se em um plano acima dos alunos.

Certamente, com a ascensão do iluminismo, a liberdade de cátedra se desprendeu totalmente dessa origem religiosa, migrando de um ambiente educacional no qual o dogmatismo era absoluto, para outro em que livremente trabalhar com a dúvida e a obrigação de se aproximar constantemente da verdade se impunha, inclusive como regra moral ou, como diria Kant, um imperativo categórico (FERRY; CAPELIER, 2017).

Todavia, a autonomia adquirida quanto à origem não significa a possibilidade de exercício ilimitado do direito em apreço, mesmo porque todos os direitos são balizados pelo perfil jurídico que lhe traça a normatividade, pela convivência com outros direitos e pelo exercício do mesmo direito por outras pessoas (CUNHA FILHO, 2018, p. 34).

Assim, por perceber que liberdade de cátedra se inter-relaciona com a de aprender, bem como com o direito de previamente planejar a educação própria ou dos filhos, é que a doutrina, compartilha que se trata de "um direito do professor, que poderá livremente exteriorizar seus ensinamentos aos alunos, sem qualquer ingerência administrativa, ressalvada, porém, a possibilidade da fixação do currículo escolar pelo órgão competente" (MORAES, 2007, p. 786-787).

Para conferir precisão ao tema no direito positivo brasileiro, dos escritos de Celso Ribeiro Bastos, infere-se que a liberdade de ensinar é ampla e envolve não apenas as pessoas naturais, mas as próprias instituições de educação, sendo que está diretamente relacionada "com os princípios da liberdade de cátedra dos docentes, que consiste na faculdade de manifestarem o seu pensamento livremente, sem qualquer tipo de barreira ou cerceamento" (BASTOS; MARTINS, 1998, p. 436).

3 Dicionário Larousse Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

Conclui-se que o planejamento educacional das Instituições de Ensino Superior (IES) desenvolvem suas atividades de modo a atender às disposições do Plano Nacional de Educação. Criar um projeto pedagógico institucional não significa limitar a liberdade de cátedra, mas garantir que ela seja conferida com o mesmo valor da liberdade de aprender.

2.2. Histórico mínimo

Há muito vem se estudando sobre liberdade, e não há que se falar em apenas uma definição para compreendê-la. Norberto Bobbio (2000, p. 101), ao se debruçar sobre o pensamento de Kant (1724-1804), verificou que existem dois modos de se tratar acerca da liberdade dentro da linguagem política – o primeiro decorre "da faculdade de cumprir ou não certas ações, sem o impedimento dos outros que conosco convivem ou da sociedade – e o segundo, demonstra que 'ser livre' não significa não haver leis, mas criar leis para si mesmo".[4]

Uma liberdade que reúne essas duas facetas certamente é a de cátedra, a qual se desenvolve a partir de uma baliza de planejamentos e conteúdos previamente definidos, mas que alberga a possibilidade para a criação metodológica por parte do professor. Tais movimentos, geralmente exercidos por diferentes pessoas, fornecem ambiente propício a embates nos quais, como sói acontecer, perde o lado mais frágil, razão pela qual demanda um sistema de garantias.

Desde a antiguidade constata-se não ser tarefa simples ensinar (com) liberdade, emanando da Grécia o exemplo mais eloquente, consubstanciado no julgamento e na condenação capital de Sócrates, efetivada a partir de três acusações julgadas procedentes, sendo uma delas a de corromper a juventude[5], ou seja, seus alunos, simplesmente por fazer uso do agora famoso método maiêutico, pelo qual, a partir de uma sucessão de perguntas lógicas, os aprendizes poderiam desenvolver raciocínio próprio e, com esta capacidade, fazer a diferença entre o argumento falacioso e o verdadeiro (WILSON, 2013).

Desde a percepção da absurda injustiça praticada contra Sócrates, foi se materializando a consciência de que se deveria construir um ambiente de formação capaz de congregar e impulsionar os distintos saberes, tarefas somente possíveis diante do reconhecimento de liberdades. A instituição resultante dessa demanda veio a se chamar *universidade*, que precisa ser visitada em sua origem e em momentos de reafirmação das liberdades educacionais.

No trabalho realizado pelo historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014), sobre a ligação do intelectual medieval com a cidade, percebe-se que a origem da universidade se deu em um ambiente urbano, convivendo com ruídos e problemas reais. No final do séc. XIII pessoas se agrupavam em ofícios e corporações – que depois se balizaram pelo método universitário – para discutir e resolver problemáticas.

4 Entre nós, José Afonso da Silva faz construção aproximada: "A Constituição prevê a liberdade de fazer, a liberdade de atuar ou liberdade de agir como princípio. Vale dizer, o princípio é o de que todos têm a liberdade de fazer e de não fazer o que bem entenderem, salvo quando a lei determine o contrário. A extensão dessa liberdade fica, ainda, na dependência do que se entende por lei". (SILVA, 2010, p. 236).

5 As duas outras acusações foram: impiedade, ou seja, não adoração dos deuses da cidade e introdução de novos deuses.

Assim, o intelectual da Idade Média nasceu na cidade. "Foi com o desenvolvimento urbano ligado às funções comercial e industrial (...) que ele apareceu como um desses homens de ofício que se instalavam nas cidades nas quais se impôs a divisão do trabalho" (LE GOFF, 2006, p. 29).

O homem de ofício intelectual - aquele que tinha sede de conhecimento - passou a ter consciência sobre a importância da sua função no meio em que se inseria e reconheceu a ligação entre a ciência e o ensino. "As escolas são oficinas de onde são exportadas as ideias, como as mercadorias. Sobre o canteiro urbano, o professor acompanhava, com igual ímpeto produtor, o artesão e o mercador" (LE GOFF, 2006, p. 89). O impulso urbano do sec. XII refletiu em corporações de mestres e estudantes, e posteriormente (séc. XIII), nas universidades.

A partir da percepção de que a universidade representava poder, ocorreu sua apropriação pelos detentores do domínio social, criando-se figuras de adaptação com influência de fatores políticos. Com o entendimento de que o conhecimento livre e significava poder, houve a transferência da universidade do ambiente urbano para o campo – daí a ideia de *campus* – sendo este isolado, abstrato e sem muito contato com a realidade, problema que persiste até o cenário atual, em que também se verifica que um dos grandes desafios da universidade é sua inserção social. Ela pode ser, por muitas vezes, tão apartada, que é necessário medir sua produção acadêmica e realizar provas de que avança para além das salas de aula no sentido de elaborar alternativas voltadas às demandas fáticas da comunidade.

Essas certamente são razões em face das quais estudiosos do tema como Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 43) entendem que a produção científica advinda do conhecimento universitário tradicional se encontra descontextualizada da realidade, mas, em se tratando, como ele designa, de conhecimento pluriuniversitário, que tem aplicação extramuros, a iniciativa de formulação e análise de problemas, por meio dos alunos, causa impactos positivos na sociedade. Esse tipo de conhecimento é transdisciplinar e obriga um diálogo com diversas áreas.

Axiologicamente, observa-se que a universidade moderna se fundou na conquista da ideia de autonomia do saber científico em face da religião e do Estado, um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão (CHAUI, 2003, p. 5).

Logo após a universidade ter sido concebida como instituição republicana, sobretudo em razão dos ideais da Revolução Francesa (1789-1799) e de lutas sociais desencadeadas a partir dela, a educação e a cultura passaram a ser compreendidas como direitos dos cidadãos, razão pelo qual tornou-se uma instituição social agregada às ideias de democratização e laicização do saber, como fez questão de evidenciar Victor Hugo, na condição de parlamentar francês:

> Eh bien, messieurs, à ce point de vue restreint, mais pratique, de la situation actuelle, je veux, je le déclare, la liberté de l'en-

> seignement; mais je veux la surveillance de l'Etat; et comme je veux cette surveillance effective, je veux l'Etat laïque, purement laïque, exclusivement laïque. [6]

Diferenciada por sua autonomia intelectual, a universidade deve se relacionar diretamente com a sociedade. Tanto que seu ambiente é propício para o desenvolvimento de opiniões e projetos conflitantes com determinados posicionamentos defendidos pela comunidade que a cerca.

O exemplo mais marcante aconteceu em 1968, em França, no auge do capitalismo do pós-guerra, quando houve uma onda de protestos que se iniciou a partir de reinvindicações de estudantes e professores sobre reformas no setor educacional do mencionado país. O movimento ganhou tanta força, que a ele se agregaram outras manifestações e evoluiu para uma greve de trabalhadores, ameaçando o governo do presidente de então, Charles de Gaulle.

> O Maio de 1968 tratou-se muito mais de um período de efervescência social e política global que criou efeitos de disjunturas nas culturas políticas locais, nacionais e globais, criticando as mudanças técnico-produtivas e de mercado que se iniciam nos países centrais e se expandem aos países em condições semi-periférica e periférica, permitindo o surgimento de inúmeros protestos de resistência (HUGO, 2013, p. 47; ALMADA, 2016, p. 125).

Frente ao posicionamento dos alunos e do sindicato dos professores universitários, "o reitor da prestigiosa universidade Sorbonne decidiu fechá-la. Em 03 de maio a violência irrompeu e houve vários enfrentamentos. No dia seguinte, os cursos foram suspensos na Sorbonne. Os estudantes das universidades de toda a França saíram em seu apoio" (WOODS, 2016, p. 102-103).

A onda de ocupações estudantis aflorou a sensibilidade de diversos segmentos da sociedade francesa no sentido de atentá-los às tensões cumuladas com o desenvolvimento das grandes indústrias ante a opressão do trabalhador. Um ponto de inflexão se formara para moldar a Greve Geral de 13 de maio de 1968.

O movimento também reverberou no Brasil devido à radicalização política ocasionada pelo regime militar (1964-1985). Entidades estudantis foram fechadas, houve repressão dos protestos por uma reformulação da educação pública, e, consequentemente, surgiram inúmeras dificuldades de se manter a liberdade, em suas distintas manifestações.

A censura imposta pelo quinto Ato Institucional (AI-5), publicado em novembro de 1968, durante o governo Costa e Silva, não só suspendeu metodologias de ensino contrárias à sua cartilha como também censurou diversas manifestações intelectuais e artísticas.

6 Tradução: "Bem, senhores, deste ponto de vista estrito mas prático da situação atual, desejo declarar a liberdade de ensinar; mas eu quero a supervisão do estado; e como quero essa vigilância eficaz, quero o estado laico, puramente laico, exclusivamente laico".

No Brasil, o sentimento de universidade pulsante "emerge na medida em que o ideal republicano nasce no final do século XIX" (BRITO, CUNHA, 2014, p. 43). Ele surge durante a construção do pensamento de República independente, com mudanças econômicas e propostas com vistas a acelerar e reforçar o processo de criação de identidade.

> A necessidade de se ter estudos superiores no Brasil teve inicialmente uma intenção bem fechada e aristocrática. Se isso por um lado denunciou as verdadeiras intenções políticas da época a respeito da presença/ausência de Universidade no Brasil, por outro, confluiu para o fortalecimento do movimento provocado por pensadores liberais a respeito da necessidade de se fazer presente o espaço universitário brasileiro como forma de organização política e intelectual num país que crescia rumo à democracia (BRITO, CUNHA, 2014, p. 49).

Com o passar dos anos, novas universidades surgiam, sob a ótica de um pensamento diferente, o das liberdades, como a Universidade de São Paulo (USP), em 1934, logo após a fundação do Ministério da Educação. Forjava-se, a partir de então, um corpo docente engajado com o ensino superior e com a pesquisa, e efervescente nas discussões políticas do país, muitas das quais pugnavam por um diálogo que promovesse "o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado" (FREIRE, 1987, p. 455).

2.3. Positivação no Brasil

Cinquenta anos depois do maio de 1968, muitas questões relacionadas à liberdade de cátedra voltaram à tona no Brasil. Em virtude do descontentamento com o governo Temer e com a polarização direita *versus* esquerda dos principais candidatos à Presidência da República, no ano de 2018 observou-se, em várias universidades públicas e privadas, atos de protesto por parte de alunos e professores, envolvendo rodas de debates, palestras promovidas por docentes o uso de bens e objetos que conteriam negação a propostas de candidatos e projetos de grupos políticos em equipamentos universitários, o que surtiu em buscas e apreensões dentro das instituições de ensino. Estes atos foram compreendidos, de pronto, como violação constitucional, o que levou ao ajuizamento da ação que protagoniza esse estudo.

Com efeito, desde exatos 22 anos antes da atual Constituição do Brasil, a Organização das Nações Unidas – ONU ao formular o documento intitulado "Recomendação Relativa à Condição Docente", sem utilizar *ipsis litteris* a expressão, assim principiou a identificação e delimitação da liberdade de cátedra:

> 61. No exercício de suas funções, aos docentes deverão ser asseguradas liberdades acadêmicas. Estando tecnicamente qualificados para avaliar os recursos e métodos de ensino mais adequados aos alunos, caberá aos professores desempenhar papel de destaque na seleção e adaptação de recursos didáticos, na escolha dos materiais pedagógicos e dos métodos no âmbito dos programas aprovados com a colaboração dos coordenadores e gestores escolares (UNESCO, 1966).

Por seu efetivo turno, a Constituição de 1988 rege o princípio da liberdade na seara criativa quando determina que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença". [7] No que diz respeito ao âmbito dos direitos culturais, contextualiza-se que "a liberdade cultural protegida pela Constituição brasileira se assenta, sobretudo, nas atividades que envolvem as ideias de criação e expressão" (CUNHA FILHO, 2018, p. 18), que permeiam a liberdade de cátedra.

Tal direito, como já mencionado, é indispensável na esfera das universidades, que são ambientes próprios para reflexão e universalização de saberes, fundamentando a autonomia para ensinar e para aprender. Além disso, o direito à educação[8] se insere no texto constitucional como instrumento de inclusão social que visa o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Para tanto, são sugeridos princípios gerais segundo os quais o processo educacional brasileiro deve balizar-se, quais sejam, dentre outros: pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. [9]

A liberdade de cátedra também pode ser incluída no contexto do art. 207 da CRFB/88 quando o dispositivo trata acerca da autonomia didático-científica das universidades, bem como na amplitude desenhada pelo legislador no que concerne às liberdades envolvendo expressão do pensamento, atividade intelectual e científica, e comunicação.

> A liberdade de cátedra traz a oportunidade de expor que, dentre todas as tentativas de construção de verdades científicas sobre o tema de quem ensina e de como ensina, algo é pacífico, o de que há uma inquietude humana natural que nos remete ao aprendizado e, a produção de tal resultado, advém das pessoas em suas relações. Assim, são os seres humanos que educam outros homens e, esse parentesco entre 'ensinantes' e ensinados é a grande essência da liberdade de cátedra, pois a principal matéria da educação é ensinar ao homem a própria humanidade (TOLEDO, 2017, p. 2).

7 Art. 5º, inc. IX, CRFB/88.
8 Art. 205, CRFB/88.
9 Art. 206, CRFB/88.

Em termos legais, a liberdade de cátedra é reafirmada na Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo artigo 2º estabelece que a educação no Brasil deve ser "inspirada nos princípios de liberdade", as quais estão especificadas no Art. 3º, II, como sendo " liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber".

Deste modo, percebem-se matrizes internacionais, abrigo constitucional e legal para a liberdade de cátedra no Brasil, a despeito de não se utilizar literalmente essa expressão, certamente por ser indispensável ao desenvolvimento humano, sobremodo no que atine ao campo científico.

3. Da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 548 do Supremo Tribunal Federal

Abordadas as bases semiótica, histórica e jurídica da liberdade de cátedra, o passo a ser doravante encetado é o de conhecer os fatos e a ambiência que deram origem à ação que dá título ao presente tópico, as manifestações dos núcleos sociais diretamente interessados no desfecho representados pelos amici curiæ, o entendimento do relator, os acréscimos dos demais ministros e, por fim, a decisão a ser analisada.

3.1. Origem da lide

A importância do trabalho do professor reflete diretamente na condição de desenvolvimento social e cultural do aluno, assim como na sua formação para o exercício da cidadania e ingresso no mercado, estimulando suas potencialidades e suas competências metacognitivas a partir da universalização dos saberes.

A este respeito, inclusive, discute-se, atualmente, o ensino com conteúdo político no Projeto de Lei nº 7.180, de 2014 (apensado ao PL n. 867/2015), que ganhou repercussão em 2018 e pretende incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional, o programa "Escola sem Partido".

O projeto foi apresentado em 23 de março de 2015 pelo, à época, deputado Izalci Lucas Ferreira, filiado ao PSDB-DF, com o objetivo de combater uma possível "doutrinação política e ideológica", reconhecendo a vulnerabilidade do educando como "parte mais fraca na relação de aprendizado" e tendo sido reforçado em 2018 pela influência do pleito presidencial.

No contexto de projeção do Programa, constatou-se um cenário de intolerância, por parte do Poder Público, dentro de universidades brasileiras, ocorrendo, em alguns casos, de modo tutelado por decisões judiciais desprovidas de fundamento válido, e, em outros, presumidamente, sem respaldo da Justiça. Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a polícia militar procedeu com a retirada de possível material eleitoral do *campus* Santa Mônica e coletou irregularmente depoimentos de alunos, professores e funcionários, assim como cessou aulas.

Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), os policiais recolheram, sem apresentação de mandado judicial, faixas que homenageavam a vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018, contendo os dizeres "Direito Uerj Antifascismo"; na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) houve a interrupção de atos de manifestação de pensamento e de preferências políticas ou de contrariedade a ideias, bem como de atividade disciplinar docente e discente.

Em virtude de tais atos irregulares do Poder Público, foi distribuída, aos 26 de outubro de 2018, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 548 ao stf. A ADPF é uma das ações que constituem o controle concentrado de constitucionalidade, e seu principal objetivo é evitar que haja lesões aos preceitos fundamentais, bem como reparar violações já perpetradas.

A previsão constitucional da ADPF está no art. 102, § 1º da CRFB/88, cuja competência para apreciação pertence ao STF. De acordo com a Lei nº 9.882/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, a legitimidade para arguir é a mesma para propor ação direta de inconstitucionalidade (CF, art. 103).

A ação fora ajuizada em face dos juízes eleitorais das seguintes zonas do país: 17ª zona de Campina Grande, 199ª zona do Rio de Janeiro, 18ª zona de Mato Grosso do Sul, 20ª zona eleitoral do Rio Grande do Sul e 30ª zona de Belo Horizonte, que haviam proferido decisões de modo a determinar a entrada de agentes públicos para cumprir ofícios de busca e apreensão de objetos, cartilhas e materiais políticos nas dependências de universidades, assim como impedir aulas, palestras e rodas de debates promovidos por docentes e discentes.

A primeira decisão do STF foi proferida em 27 de outubro de 2018, em caráter liminar, no sentido de deferir a medida cautelar pugnada para "suspender os efeitos dos atos judiciais ou administrativos, emanados de autoridades públicas", que determinaram o acesso dos agentes nas imediações do ambiente universitário, entendendo a Ministra Cármen Lúcia que "a liberdade é pressuposto necessário para o exercício de todos os direitos fundamentais". Nesse sentido a atividade disciplinar dos docentes e discentes deve ser respeitada com base na livre manifestação e divulgação do pensamento.

A decisão foi importante, pois verificou que a finalidade da norma que regula a propaganda eleitoral e impõe proibição de comportamentos em determinados períodos é de "impedir o abuso do poder econômico e político, e preservar a igualdade entre os candidatos no processo." Contudo, no caso abordado, as providências adotadas pelo Poder Público teriam ferido também a autonomia das universidades e as liberdades dos docentes e discentes. Nesse sentido, o exercício da autoridade não poderia se converter em ato de autoritarismo.

Para contribuir com as discussões, foram admitidos, de acordo com o art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/1999, para figurarem como amici curiæ (amigos da Corte): a) Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); b) o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES); c) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); d) da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos

de Ensino (CONTEE); e) da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA-SINDICAL); f) da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); e, g) do Partido dos Trabalhadores PT, se posicionando a favor do pleito contido na ADPF.

3.2. As manifestações dos amici curiæ

"A expressão latina 'amicus curiae' significa 'amigo da corte'" (*friend of the court ou Freund des Gerichts*). As origens do instituto remontam ao direito romano, mas foi certamente no direito norte-americano que a figura interventiva se desenvolveu" (CABRAL, 2003, p. 114), levando em consideração o impacto dos precedentes judiciais no sistema do *commom law.*

De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro[10], a figura do *amici curiae* é aceita pelo juiz ou relator considerando a relevância da matéria, a representatividade dos postulantes, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia. Seu fundamento "é o permissivo de manifestação de terceiros quando o caso puder afetar toda a sociedade, permitindo que sejam trazidos ao processo elementos que sejam relevantes para a cognição do órgão julgador" (CABRAL, 2003, p. 114).

No sentido de fornecer subsídios à decisão da Corte Constitucional, as instituições admitidas como *amici curiæ* se posicionaram, unanimemente, pela defesa da liberdade de cátedra e da livre manifestação de ideias em universidades. O Sindicato Nacional –ANDES manifestou-se favoravelmente à ação, entendendo que as universidades devem ser reconhecidas como espaços plurais, onde o pensamento e a liberdade são imperativos necessários à população docente e discente.

A Unicamp demonstrou seu interesse institucional em colaborar com a questão, tendo em vista os crescentes projetos de inclusão social, de ações afirmativas e de programas que buscam assegurar a permanência estudantil. Dessa forma, os atos impeditivos da manifestação do pensamento no interior das universidades, além de mostrar-se incompatíveis com as próprias finalidades da educação superior elencadas no artigo 43 da Lei nº 9.394/1996, revelariam nítido desrespeito à universidade, ante a incompreensão de seu fundamental papel para a sociedade.

CONTEE e FASUBRA-SINDICAL, enquanto entidades sindicais representantes de trabalhadores que integram a categoria de profissionais da educação, posicionaram-se em defesa dos preceitos constitucionais da liberdade de expressão e de reunião, assim como das autonomias sindical e universitária.

De mesmo modo AMB, ANDIFES e PT opinaram, sendo que o partido político refletiu acerca da proteção da liberdade acadêmica, desde que não ocorra a divulgação de material integrante de propaganda político-partidária em que seja possível manifestamente a identificação de determinado candidato a cargo eletivo específico.

10 Art. 138, CPC/2015.

Para atingir aos objetivos deste trabalho, faz-se necessário verificar o conteúdo dos votos dos ministros da Corte Constitucional brasileira a respeito do julgamento da ADPF nº 548, decisão bastante recente e de grande relevância nacional, especialmente levando-se em consideração o atual momento de tensão política.

Após referendar a liminar outrora conferida pela ministra-relatora, o ministro Alexandre de Moraes considerou inconstitucionais as condutas de autoridades públicas que desrespeitam a autonomia universitária constrangem ou inibem as liberdades de expressão e de cátedra, e o livre debate político, "realizado democraticamente e com respeito ao pluralismo de ideias no âmbito das universidades, tradicionais centros autônomos de defesa da democracia e das liberdades públicas". [11]

De acordo com o entendimento do ministro Roberto Barroso, as decisões que tutelaram os atos do Poder Público nos estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Belo Horizonte, confundiram liberdade de expressão com propaganda eleitoral. Dessa forma, não se pode permitir que, a pretexto do exercício do poder de polícia sobre a propaganda eleitoral, as liberdades de manifestação do pensamento, acadêmica e de crítica nas universidades sejam restringidas, sobretudo quando essas manifestações visam à preservação da democracia.

Ainda de acordo com o posicionamento de Barroso, a Corte não considera razoáveis ou legítimas cenas de policiais entrando em salas de aula para interromper palestras ou a retirada de faixas que refletem a manifestação dos alunos. Nas palavras do ministro: "esses atos são inequivocamente autoritários e incompatíveis com o país que conseguimos criar e remetem a um passado que não queremos que volte".

O voto do ministro Edson Fachin considerou que as decisões impugnadas continham dispositivos que implicavam o cerceamento prévio da liberdade de expressão. Fachin salientou que o Tribunal tem reiterado o *status* deste direito fundamental como preferencial no âmbito do Estado Democrático de Direito, e relembrou que, "embora a liberdade de expressão possa, eventualmente, ser afastada, é necessário que a decisão judicial que a restrinja demonstre estar protegendo outro direito fundamental".

Na mesma linha de raciocínio, o ministro Gilmar Mendes votou pela confirmação da liminar, e propôs outras medidas para proteger a liberdade de cátedra e as liberdades acadêmicas, inclusive no âmbito das relações privadas, individuais ou institucionais.

O ministro citou o caso de incitação à violação à liberdade de cátedra pela deputada estadual Ane Caroline Campagnolo (PSL/SC), que abriu um canal para que alunos registrassem denúncias em face de professores que supostamente estivessem instigando manifestações político-partidárias em sala de aula. Mendes enfatizou que "a política encontra na universidade uma atmosfera favorável que deve ser preservada. Eventuais distorções na atuação política realizada no âmbito das universidades mereceriam ser corrigidas não pela censura, mas pela ampliação da abertura democrática".

O posicionamento da ministra Rosa Weber, que também ocupa o cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi no sentido de ressaltar que a liminar

11 Supremo Tribunal Federal. ADPF nº 548. Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. STF. Min.rel Cármen Lucia.DJ nr. 232 31/10/2018.

em apreciação reafirmava os objetivos da Constituição Federal e destacou que a liberdade é sempre o "valor primaz" da democracia.

De acordo com a ministra, a Justiça Eleitoral não poderia se ater aos direitos, às liberdades e aos princípios fundamentais assegurados na CRFB/88, "em particular as liberdades de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, o pluralismo de ideias e a autonomia didático-científica e administrativa das universidades".

Em seu voto, o ministro Ricardo Lewandowski acompanhou os colegas e relembrou que, em agosto de 1964, o STF havia deferido um *habeas corpus* (HC 40910) visando trancar ação penal contra um professor responsável pela disciplina de Introdução à Economia, da Universidade Católica de Pernambuco, acusado de ter distribuído em sala de aula um "papelucho" criticando a situação política do país no contexto do regime militar, no qual afirmava que os estudantes tinham a responsabilidade de defender a democracia e a liberdade.

Por sua vez, o ministro Celso de Mello, afirmou que o Estado não pode cercear e a liberdade fundamental de expressão unicamente para aplicar a regra da Lei das Eleições, que veda a propaganda eleitoral em áreas sob responsabilidade da administração estatal. Salientou, por fim, que a universidade é, por excelência, o espaço do debate, da persuasão racional, da veiculação de ideias, o que torna intolerável a censura em suas dependências.

De acordo com o posicionamento do ministro, "todos sabemos que não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão, de comunicação, de informação, mostrando-se inaceitável qualquer deliberação estatal, seja ela executiva, legislativa ou judicial, cuja execução importe em controle do pensamento crítico, com o consequente comprometimento da ordem democrática".

Finalmente, o presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, também acompanhou o voto da relatora e seguiu a mesma linha de raciocínio que os demais colegas, destacando os precedentes do Supremo citados com relação à garantia da liberdade de expressão.

Percebeu-se, com base na leitura dos votos, que a Corte Constitucional brasileira não considerou as providências adotadas pelo Poder Público referente às decisões dos estados de Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Belo Horizonte corretas, devido ao nítido ferimento à autonomia das universidades e às liberdades dos docentes e discentes, fazendo, por meio do julgado, valer o ideal do pluralismo de ideias e garantindo a liberdade de cátedra dentro das universidades.

3.3. A decisão

Aos 31 de outubro de 2018, houve julgamento unânime no sentido de referendar a liminar concedida inicialmente pela ministra relatora, que suspendeu os atos dos juízes eleitorais que autorizavam a busca e apreensão de materiais nas universidades e proibiram aulas com temática eleitoral, e reuniões e assembleias de natureza política. Dessa forma, o STF desenvolveu precedente favorável à democracia que deverá ser utilizado como parâmetro para as decisões dos Tribunais de todo o país.

4. Conclusão

Depreende-se, a partir do estudo, que a liberdade de cátedra é uma garantia à livre exteriorização dos saberes do professor, transmitidas aos alunos, sem qualquer ingerência administrativa, ressalvada a possibilidade da fixação do currículo escolar pelo órgão competente. Criar um projeto pedagógico institucional não significa limitar a liberdade de cátedra, mas garantir que ela seja conferida nos mesmos termos da liberdade de aprender.

Tal liberdade pode ser incluída no contexto do art. 207 da CRFB/88 quando o dispositivo trata acerca da autonomia didático-científica das universidades, bem como na amplitude desenhada pelo legislador no que concerne às liberdades envolvendo expressão do pensamento, atividade intelectual e científica, e comunicação.

A ideia de que os professores podem trabalhar segundo suas convicções, inclusive apresentando disposições políticas, não significa, necessariamente, uma doutrina de alienação, pois ninguém pode ser obrigado a pensar deste ou doutro modo, mas sim há de desenvolver habilidades para analisar criticamente os conteúdos que lhe são apresentados no decorrer da vida. As manifestações de pensamento nas universidades devem ser protegidas e, ao mesmo tempo, balizadas de acordo com a consciência de cada um, de modo a não interferir na liberdade subjetiva do outro.

Diante de movimentos ao redor do mundo que explodiram devido à radicalização política ocasionada por regimes políticos de tendências autoritárias, entidades estudantis foram fechadas e houve repressão de protestos. Não se pode duvidar que, por meio da metodologia de ensino é possível chamar a atenção dos alunos para temas de significação sociológica e política, fazendo-os pensar de forma crítica, desenvolvendo suas potencialidades como cidadãos, fazendo um contraponto com as diretrizes do projeto de lei da "escola sem partido" que insere o aluno em uma posição vulnerável e fraca, por omitir que, no fundo, trata-se apenas de uma posição política defensora da apatia e da falta de criticidade cidadã.

Percebeu-se, a partir da leitura dos votos dos ministros, durante o julgamento da ADPF nº 548, do STF, que a Corte Constitucional brasileira não considerou as providências adotadas pelo Poder Público corretas, devido ao nítido ferimento à autonomia das universidades e à liberdade dos docentes e discentes. Nesse sentido, a Corte entendeu corretamente que o exercício da autoridade não poderia se converter em ato de autoritarismo.

A partir do conteúdo dos votos e do resultado do julgamento da ação, o Tribunal Supremo desenvolveu precedente favorável à democracia, que deverá ser utilizado como parâmetro para as decisões dos Tribunais de todo o país. Nesse contexto, cabe ressaltar que a universidade precisa ter sempre reafirmada a sua autonomia, de modo a integrar os problemas da sociedade ao seu próprio planejamento, instigando relações vivas entre seus componentes.

Por fim, conclui-se que o cerceamento do pluralismo de ideias e o controle do pensamento político crítico dentro das universidades podem ocasionar consequências comprometedoras da própria ordem democrática, tendo em vista que a difusão do conhecimento possibilita transformação e impacto positivos nas questões sociais, culturais, econômicas e políticas do país.

Referências

ALMADA, Pablo. A árvore de maio: resistência estudantil e sua atualidade (Brasil e Portugal). ***Mediações***, Londrina, v. 21 n. 2, p. 123-143, jul./dez. 2016. DOI: 10.5433/2176-6665.2016v21n2p123. Acesso em 10 nov. 2020.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. ***Comentários à Constituição do Brasil:*** promulgada em 5 de outubro de 1988, v. 8. São Paulo: Saraiva, 1988.

BOBBIO. Norberto. ***Teoria geral da política:*** a filosofia política e as lições dos clássicos. São Paulo: Elsevier, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. ***Diário Oficial da União***, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ***ADPF nº 548.*** Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. STF. Min.rel Cármen Lucia.DJ nr. 232 31/10/2018. Disponível em: https://bit.ly/2RZBoHn. Acesso em 2 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. ***Diário Oficial da União***, Brasília, DF, DOU de 23.12.1996. Disponível em:https://bit.ly/1OgopZ0. Acesso em 22 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do §1o do art. 102 da Constituição Federal. ***Diário Oficial da União,*** Brasília, DF, DOU de 6.12.1999. Disponível em: https://bit.ly/2EOLhWe. Acesso em 2 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.105, de março de 2015. Código de Processo Civil. ***Diário Oficial da União***, Brasília, DF, DOU de 17.3.2015. Disponível em: https://bit.ly/1CpD2H2. Acesso em 2 nov. 2020.

BRASIL. ***PL 8667/2015*** apensado ao PL 77180/2014, de proposição de Izalci Lucas Ferreira, em 23.03.2015. Ementa: Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: https://bit.ly/2OC17Do. Acesso em 3 nov. 2020.

BRITO, Talamira Taita Rodrigues; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. ***Aprender*** - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, [S.l.], v. 1, n. 12, out. 2014. Disponível em: https://bit.ly/2su7MHe. Acesso em: 15 jan. 2021.

CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A Intervenção do Amicus Curiae, um Terceiro Especial. ***Revista Dir. Administrativo FGV***. Rio de Janeiro, 234: 111-141,2003. Disponível em: https://bit.ly/2HtvLRf. Acesso em 22 jan. 2021.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. ***Revista Brasileira de Educação***, 2003, nº 24. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002. Acesso em 14 jan. 2021.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. ***Teoria dos Direitos Culturais***. SP: Edições Sesc, 2018.

Dicionário Larousse Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

FERRY, Luc; CAPELIER, Claude. ***A mais bela história da filosofia***. Kindle. Tradução: Clóvis Marques, Difel, 2017.

FREIRE, Paulo. ***Educação como Prática da Liberdade***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido***. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUGO, Victor-Marie. ***Oeuvres complètes-122 titres (Annotés et illustrés).*** Kindle. Arvensa Editions (French Edition), 2013. Disponível em: https://amzn.to/2T9kXJg. Acesso em: 22 jan. 2021.

LE GOFF, Jacques. ***Os Intelectuais na Idade Média***. Tradução: Marcos de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2006.

MORAES, Alexandre de. ***Direito constitucional.*** 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. ***A Universidade no Século XXI:*** para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Anderson Lima da; PARRO, Ricardo. Michel Foucault esteve na USP em períodos decisivos da política. Portal da USP. Disponível em: <https://bit.ly/2TJZxCq>. Acesso em 10 jan. 2021.

SILVA, José Afonso da. ***Comentário contextual à Constituição***. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

TOLEDO, Cláudia Mansani Queda de. Direito à liberdade de cátedra. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: https://bit.ly/2r-DYOGV. Acesso em 12 dez. 2020.

UNESCO, Recomendação Relativa à Condição Docente aprovada pela Conferência Intergovernamental Especial sobre a Condição Docente, de 5 de outubro de 1966. Paris: ***UNESCO***, 1996. Disponível em: https://bit.ly/2FTlHOM. Acesso em 22 jan. 2021.

WILSON, Emily. ***A Morte de Sócrates***. São Paulo: Record, 2013.

WOODS, Alan. A revolução francesa de maio de 1968, em In: ***Defense of Marxism.*** 2008. Disponível em: https://bit.ly/2Qz2sk0. Acesso em 08 dez. 2020.

O futuro do trabalho pós Covid-19

The future of work after Covid-19

El futuro del trabajo posterior a covid-19

José Paulo Zeetano Chahad[1]

Resumo

CHAHAD, José Paulo Zeetano. O futuro do trabalho pós Covid-19. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 85-113, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art6

Desde o final do ano de 2019, a humanidade convive com a pandemia da COVID-19, que faz parecer que estamos próximos do Apocalipse, tamanha é a velocidade de contaminação do vírus, deixando um grande rastro de infectados e de mortos por onde passa. Esta pandemia trouxe consigo profundas consequências no campo econômico, na vida social e cultural, no modo de vida tradicional dos indivíduos e das famílias, na vida profissional, e no relacionamento entre os atores sociais, afetando, principalmente, o mercado de trabalho. Este artigo abordará o futuro do trabalho pós COVID-19. Para tanto se fundamentará na vasta literatura já existente sobre o tema. Inicialmente será apresentada uma visão geral da origem e da natureza das modificações que ocorrerão no mundo do trabalho, devido ao impacto global da pandemia, e da recessão que se seguiu. Três tópicos serão abordados, pois são aqueles que mais tem se destacado sob a ótica do futuro do trabalho: (a) trabalho remoto, home office e teletrabalho; (b) tecnologia, digitalização e automação; e (c) produtividade do trabalho. A constatação geral é que a COVID-19 aumentou o risco, bem como elevou os custos (sociais e econômicos) do contato físico entre os seres humanos. Como consequência acelerou os processos de automação, do trabalho remoto, do uso da inteligência artificial, da digitalização e da robotização, todos culminando por promover uma redução geral na demanda de trabalho (elevando o desemprego), contribuindo, assim, para diminuir o ritmo de crescimento dos salários. O efeito mais perverso seja, talvez, o fato de que o isolamento social tem causado na educação das populações jovens. Isto tem levado à evasão, e ao baixo rendimento escolar, juntamente com a erosão do capital humano provocado pelo aumento do desemprego de longo prazo. Estes tem sido fortes elementos a induzirem ao baixo nível de crescimento da produtividade do trabalho, quando não da sua estagnação. Todos estes impactos somados parecem estar levando a um mundo ainda mais desigual, afetando negativamente o desenvolvimento humano, bem como promovendo um avanço ainda maior dos níveis de pobreza.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. COVID-19. Teletrabalho. Trabalho Remoto. Automação. Produtividade do Trabalho.

1 Professor Titular da FEA/USP (aposentado) e Pesquisador Sênior da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). E-mail: jpchahad@usp.br Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9421-3757. O autor agradece à Secretária Amira Canário pelo competente trabalho de elaboração das figuras, gráficos e tabelas deste texto. Erros e omissões são de responsabilidade do autor.

Abstract

CHAHAD, José Paulo Zeetano. El futuro del trabajo posterior a covid-19. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 85-113, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art6

Since the end of 2019, humanity has lived with the pandemic of COVID-19, which makes it seems that we are close to the Apocalypse; such is the speed of contamination of the virus, leaving a large trail of infected and dead wherever it goes. This pandemic has had profound consequences in the economic field, in social and cultural life, in the traditional way of life of individuals and families, in professional life, and in the relationship between social actors, affecting mainly the labor market. This article will address the future of work post-COVID-19. To do so, it will be based on the vast existing literature on the subject. Initially, an overview of the origin and nature of the changes that has occurred in the world of work will be showed, due to the global impact of the pandemic, and the recession that followed. Three topics will be addressed, as they are the ones that have stood out the most from the perspective of the future of work: (a) remote work, home office and telework; (b) technology, digitization and automation; and (c) labor productivity. The general finding is that COVID-19 increased the risk, as well as the costs (social and economic) of physical contact between human beings. The consequence is to accelerated the processes of automation, remote work, the use of artificial intelligence, digitalization and robotization, all culminating in promoting a general reduction in the demand for work (increasing unemployment), thus contributing to reduce the pace of the wage growth. The most perverse effect is, perhaps, the fact that social isolation has caused on the education of young populations. This has led to dropout, and low school performance, coupled with the erosion of human capital caused by rising long-term unemployment. These have been strong elements to induce the low level of growth in labor productivity, if not its stagnation. All these impacts combined seem to be leading to an even more unequal world, negatively affecting human development, as well as promoting an even greater advance in the levels of poverty.

Keywords: Labor Market. COVID-19. Home Office. Teleworking. Automation. Labor Productivity.

Resumen

CHAHAD, José Paulo Zeetano. The future of work after Covid-19. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 85-113, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art6

Desde finales de 2019, la humanidad ha vivido con la pandemia de COVID-19, lo que hace que parezca que estamos cerca del Apocalipsis, tal es la velocidad de contaminación del virus, dejando una gran estela de infectados y muertos por donde pasa. Esta pandemia ha tenido profundas consecuencias en el ámbito económico, en la vida social y cultural, en el modo de vida tradicional de las personas y familias, en la vida profesional y en la relación entre actores sociales, afectando

principalmente al mercado laboral. Este artículo abordará el futuro del trabajo posterior a COVID-19. Para ello, se basará en la vasta literatura existente sobre el tema. Inicialmente, se presentará una descripción general del origen y la naturaleza de los cambios que ocurrirán en el mundo del trabajo, debido al impacto global de la pandemia y la recesión que siguió. Se abordarán tres temas, ya que son los que más se han destacado desde la perspectiva del futuro del trabajo: (a) trabajo a distancia, home office y teletrabajo; (b) tecnología, digitalización y automatización; y (c) productividad laboral. El hallazgo general es que COVID-19 aumentó el riesgo, así como también aumentó los costos (sociales y económicos) del contacto físico entre seres humanos. La consecuencia aceleró los procesos de automatización, trabajo a distancia, uso de inteligencia artificial, digitalización y robotización, todo ello culminando en promover una reducción generalizada de la demanda de trabajo (aumento del desempleo), contribuyendo así a reducir el ritmo de trabajo. El efecto más perverso es, quizás, el hecho de que el aislamiento social ha provocado la educación de poblaciones jóvenes. Esto ha llevado a la deserción escolar y al bajo rendimiento escolar, junto con la erosión del capital humano causada por el aumento del desempleo de larga duración. Estos han sido elementos fuertes para inducir el bajo nivel de crecimiento de la productividad laboral, si no su estancamiento. Todos estos impactos combinados parecen estar conduciendo a un mundo aún más desigual, afectando negativamente el desarrollo humano, además de promover un avance aún mayor en los niveles de pobreza.

Palabras clave: Mercado de Trabajo. COVID-19. Teletrabajo. Trabajo Remoto. Automatización. Productividad del Trabajo.

1. Introdução

Desde o final do ano de 2019 a humanidade convive com a pandemia da COVID-19 que nos faz parecer que estamos próximos do apocalipse, tamanha é a velocidade de contaminação do vírus desta doença, deixando um grande rastro de infectados e de mortos por onde passa.

Hoje todas as regiões e países do mundo estão assolados pelo Coronavírus, o patógeno que tem disseminado essa praga. Esta situação, que ainda está longe de acabar, jogou o mundo numa crise sem precedentes, tanto em sua dimensão, quanto em seu escopo, fazendo a comunidade internacional se engajar num esforço coletivo para enfrentar o impacto humano devastador decorrente desta pandemia.

A COVID -19 trouxe consigo profundas e marcantes consequências no campo econômico, na vida social e cultural, no modo de vida tradicional dos indivíduos e das famílias, na vida profissional, no relacionamento entre os atores sociais, afetando, principalmente, o mundo do trabalho.

A recessão global trazida pela pandemia impactou profundamente o mercado de trabalho, fazendo com que milhões de trabalhadores, em todo mundo, estejam

experimentando mudanças que tem transformado as suas vidas para além do seu trabalho, do seu bem-estar e da sua produtividade. A situação é mais grave do que aparenta devido à assimetria com que a pandemia incide sobre os trabalhadores, impactando com maior velocidade e ferocidade nas populações mais vulneráveis.

Não obstante o amplo espectro de impactos trazidos pela pandemia e pela recessão, as alterações mais substanciais se darão no mercado de trabalho, criando bastante incerteza, bem como acelerando mudanças no futuro do trabalho. Nesta perspectiva, os governos, os trabalhadores, e as empresas terão que contribuir, e se moldarem, aos novos padrões do trabalho humano decorrentes das drásticas mudanças impostas ao **status quo** atual:

> The COVID-19 pandemic will have profound, long-term consequences for our economies and societies, including for the future of work. As part of The Great Reset needed to support the transition to a fairer, more sustainable post-COVID world, companies have a responsibility, and a rare opportunity, to rethink their organizational and workplace structures to invest in their workforces as core drivers of long-term resilience and future success. Having recognized the COVID-19 crisis as a defining leadership and transformation moment, chief people officers and other human resources (HR) and business leaders are now called on to build on what they have learned from the immediate crisis response to reset their organizations' future of work agendas and lead the way towards better and more human-centric work, workplaces and workforces. (World Economic Forum, 2020a, p. 3).

Assim como é difícil se prever como, e quando, a pandemia irá terminar, é igualmente difícil exaurir todos os possíveis desdobramentos sob a ótica do futuro do trabalho. Já existe, contudo, uma vasta literatura sobre o tema, de onde emergem diversos tópicos, havendo uma convergência sobre as transformações no mundo do trabalho sobre vários deles. É sobre isto que este texto tratará, selecionando temas onde o consenso é maior, onde as mudanças são aquelas que, de fato, vieram para ficar.

Inicialmente, porém, será apresentada uma visão geral da origem, e da natureza das modificações que ocorrerão no mundo do trabalho, originadas do impacto global da pandemia. Em seguida, os seguintes tópicos serão abordados: (a) trabalho remoto, home office e teletrabalho; (b) tecnologia, digitalização e automação; e (c) produtividade do trabalho.[2]

2 Diante do amplo espectro de mudanças no mundo do trabalho decorrente da COVID-19 é muito difícil abordar todas eles. Os impactos da pandemia no futuro do trabalho são os mais imediatamente perceptíveis e estão longe de exaurir as alterações promovidas no mercado de trabalho. Temos outros tópicos de muita importância, como questões de desigualdades; efeitos sobre o trabalho formal, informal e precário; considerações sobre o futuro da "gig economy"(mercado de trabalho onde prevalece contratos de curto prazo ou trabalho free-lance); necessidades de novas habilidades, qualificação e treinamento dos trabalhadores, face à aceleração da automação; e o que ocorrerá com o paradigma das relações de trabalho,

Antes, entretanto, de analisar as consequências da COVID-19, em cada um dos tópicos listados, será apresentada a dimensão atual da pandemia, onde essas transformações estão ocorrendo, e continuarão a ocorrer.

2. Estatísticas atuais da pandemia da COVID-19

Embora a apresentação da dimensão global da pandemia não altere as tendências sobre o futuro do trabalho, os dados fornecerão uma ordem de magnitude na qual essas mudanças no futuro do trabalho estão ocorrendo.

Tabela 1: Situação Atual da COVID-19 no Mundo (em 1.000 habitantes)

Regiões	Nº de Casos	%	Nº de Mortes	%
Américas	61.853	41,2	1.506	47,7
Europa	51.615	34,4	1.079	34,1
Sudoeste da Ásia	21.847	14,6	272	8,6
Mediterrâneo Oriental	9.065	6,0	182	5,8
África	3.301	2,2	83	2,6
Pacífico Ocidental	2.429	1,6	37	1,2
Total	**150.110**	**100,00**	**3,159**	**100,00**

Fonte: Painel da WHO Coronavírus Disease (COVID19). Dados do dia 30/04/2021, ás 14h41 CEST.

Em 30/04/2021 o mundo já havia presenciado mais de 150 milhões de pessoas contaminadas pela COVID-19, sendo 41,2% nas Américas, e 34,4% na Europa. Destes, 3,2 milhões vieram a morrer, sendo 47,7%, nas Américas, e 34,1 na Europa, revelando números impactantes da pandemia nessas regiões.

O mais surpreendente desta tabela, e que poderia ser considerada como uma situação altamente improvável refere-se ao baixo contágio (3,5%), e a pequena letalidade na África (2,5%). Trata-se de um continente com mais de 1,4 bilhões de habitantes, e se na Europa e nas Américas, a pandemia teve efeitos devastadores, o temor era que haveria uma tragédia ainda maior no continente africano, o mais pobre do planeta. Ademais possui precárias instalações de saneamento e abastecimento de água, um sistema hospitalar incipiente, e que tem sido palco de conflitos internos sangrentos, e, num passado recente, sofreu com as mais variadas epidemias.

Afinal, o que explica esse cenário de aparente resistência ao vírus e que fez com que, pelo menos até agora, não se confirmasse uma tragédia na África, conforme anunciada por pesquisadores e autoridades de saúde? As principais razões são as seguintes: (i) o fato de ter uma população jovem; (ii) a experiência adquirida no enfrentamento

entre outros tantos impactos da pandemia no futuro do trabalho.

de doenças como o ebola, a dengue e a varíola; (iii) atuação conjunta entre os países na estratégia de combate ao vírus; (iv) adoção de medidas mais severas no início da pandemia; (v) a população africana tem sido exposta a outras cepas de COVID-19, o que condicionou seu sistema imunológico na defesa da doença; e (vi) a baixa testagem a que tem sido submetida a população (Chahad, 2020, p. 3/4).

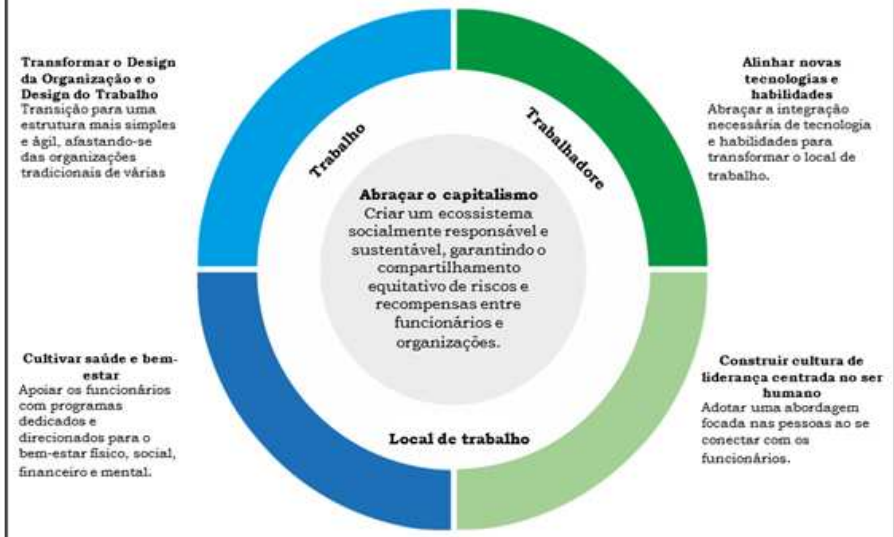
3. Como a pandemia da COVID-19 mudará globalmente a forma de utilização do trabalho humano?

3.1. Visão geral sobre a natureza das transformações em curso

A utilização do trabalho humano será a área em que a pandemia causará seus maiores impactos, pois se trata de uma crise que afetará praticamente todos os segmentos da força de trabalho, bem como o local de trabalho diretamente. Do lado das empresas, e seu relacionamento com os trabalhadores, elas terão agir com mais flexibilidade e maior rapidez. Deverão, também, se adaptar rapidamente às mudanças, e começar imediatamente a erigir um novo conjunto de boas práticas necessárias para institucionalizar o novo *modus vivendi*, no contexto onde as rupturas tem uma alta probabilidade de serem mais frequentes, e persistirem por anos.

A **Figura 1**, extraída da publicação *World Economic Forum (2020a)*, reúne os principais imperativos para retomar uma agenda sobre o futuro do trabalho, centralizando a discussão nos trabalhadores, nas empresas, e o comportamento e atitudes no local de trabalho.

FIGURA 1
Imperativos para redefinir o futuro da agenda de trabalho



Fonte: World Economic Fórum (2020a). Adaptação do autor.

Apesar de esta figura ser autoexplicativa é interessante destacar alguns pontos. Nada prosperará sem o fortalecimento do capitalismo empreendedor, e ambientalmente sustentável, o qual assegure que riscos e recompensas possam ser distribuídos, equitativamente, entre os empregados e as organizações empresariais.

Como a pandemia é fundamentalmente uma crise com impactos imediatos e diretos sobre a força de trabalho, e o local de trabalho, ela atingirá fortemente as empresas, força motora do capitalismo, obrigando as organizações a aprenderem rápido e agir com celeridade.

Ao se adaptarem rapidamente à crise, as empresas devem começar a definir, de forma crescente, quais serão as novas boas práticas necessárias para institucionalizar as mudanças, e sacramentar quais os enfoques que adotarão para lidar com as rupturas que surgirão numa corrida tipo maratona, e não tipo sprint.

Outra forma de se observar os fatores que afetarão a natureza futura do trabalho humano, e a forma como ele deverá ser exercido, é apresentada na **Figura 2** que se segue.

Figura 2: O futuro do Trabalho depois da COVID-19: Impactos globais de longo prazo	
Impactos	**Descrição**
1. A dimensão física do trabalho representa um novo fator moldando o futuro do trabalho, tendo como elemento principal aspectos relativos a saúde e segurança.	Estudos mostraram que os impactos se concentrarão em quatro conjuntos de ocupações onde a proximidade física é alta: (i) Lazer e Turismo; (ii) Varejo e Hospedagem; (iii) Trabalhos de escritório com uso de computação e (iv) Produção e armazenagem.
2. Pandemia acelerou três tendências que poderão persistir após seu término, com diferentes implicações para o trabalho.	(i) Aumento/Aceleração do Trabalho remoto hibrido casa/escritório. (ii) Afetam o equilíbrio entre o e-commerce e a delivery economy. (iii) Empresas tenderão a acelerar a automação e a IA para enfrentar a COVID-19, elevando a utilização permanente da robotização.
3. As transições na força de trabalho poderão ser em maior escala do que prevista antes pandemia e o emprego na categoria de baixos salários pode declinar.	Estas tendências terão impactos mais significativos em grupos mais vulneráveis como trabalhadores sem estudo superior, minorias étnicas, mulheres, analfabetos e jovens.
4. Empresários e policy makers podem acelerar inúmeros comparativos sobre o futuro do trabalho que já estavam claros antes da pandemia.	As empresas têm novas oportunidades de rever como, e onde, o trabalho pode ser feito. Devem privilegiar mais o recrutamento baseado em qualificação e experiência no trabalho, e não na graduação acadêmica. Policy Makers devem priorizar o acesso equitativo à infraestrutura digital, assim como novas formas de facilitar a mobilidade ocupacional.

Fonte: *MacKinsey Global Institute (2021). Elaboração do autor.*

Apesar do conteúdo elucidativo, alguns comentários adicionais fortalecem a mensagem que se quer passar. Talvez a principal implicação se refira a dimensão física como um aspecto a moldar o trabalho humano.

Outra observação é que a pandemia só fez acelerar as principais tendências que já vinham ocorrendo no mercado de trabalho: maior utilização do trabalho remoto, valorização do *e-commerce*, aumento da automação e da utilização da inteligência artificial (IA), tópicos que serão explorados adiante.

Uma prática já consolidada será a necessidade de distanciamento físico na execução de atividades produtivas. Isto nos revela um cenário de rupturas, em curto prazo, durante a pandemia da COVID-19. A previsão é que neste, e em outras áreas, esses efeitos de distanciamento físico tenderão a ser duradouros.

A importância que o distanciamento físico exercerá no local de trabalho pode ser assim resumida:

> "COVID-19 elevated some elements often overlooked in work: the physical to one another and to costumers, the level of human interactions required, and the physical environment in which work takes place. Physical space and how employees do their

> jobs whiten it came into sharp focus as companies considered how best to ensure the health and safety of the workforce and customers in the early days of pandemic. Occupations that requires more human interactions, physical proximity, and on-site the most disruption during the pandemic…and these factors also may partly determine changes in how and where work is done after the pandemic recedes" (Mckinsy Global Institute, 2021, p. 23).

Outro fato observável é que, ao se forçar as empresas, e os consumidores a se adaptarem rapidamente à necessidade de menos inteirações humanas, e menor contato físico, a COVID-19 afetará duas tendências em adição ao trabalho online, as quais terão efeitos duradouros sobre o futuro do trabalho: a utilização de ferramentas e tecnologias digitais nas transações, aconselhamento e cooperação; e a adoção, em larga escala, da digitalização, automação e inteligência artificial, nos locais de trabalho. Um resultado desta última tendência é que haverá um grande aumento da utilização de robôs em todas as atividades econômicas, bem como nos locais de trabalho.

A publicação *The Future of Jobs Report* (World Economic Forum, 2020b) apresenta outras tendências que moldarão o futuro do trabalho durante, e após a pandemia. Entre elas destacam-se: (a) a ritmo da adoção de novas tecnologias permanecerá forte e irá se acelerar em algumas áreas devido à COVID-19; (b) a automação simultaneamente com a recessão provocada pela pandemia da COVID-19, está criando um duplo cenário de rupturas para os trabalhadores; e (c) na ausência de esforços proativos a desigualdade será, provavelmente, exacerbada pelo duplo impacto decorrente do avanço tecnológico e da recessão pandêmica:

Para esta Instituição:

> "The COVID-19 appears to be deepening existent inequalities across labour markets, to have reversed the gain in employment made since the Global Financial Crisis in 2007-2008, and to have accelerated the arrival of the future of work. The changes heralded by the COVID-19 pandemic have compounded the long-term changes already triggered by the Fourth Industrial Revolution which has, consequently, increased in velocity and depth" (World Economic Forum, 2020b, p. 9).

3.2. O planejamento dos negócios em resposta à pandemia

A pandemia ainda está em curso a nível mundial, mas é certo que o ambiente de negócios mudará significativamente. As empresas passarão, maciçamente, a privilegiar o trabalho remoto no planejamento de suas atividades, mesmo sabendo que se defrontarão com problemas legais enquanto um novo marco jurídico não for erigido. Por outro lado, elas se afastarão, paulatinamente, de adaptações pós-pandemia que

envolva a utilização de força de trabalho.

A **Figura 3** contém as principais ações que as empresas pretendem tomar durante, e após a COVID-19. Acelerar a digitalização e fornecer maiores oportunidades de trabalho remoto aos seus colaboradores despontam, amplamente, como principais componentes do planejamento estratégico das organizações. Já o aumento na utilização da força de trabalho desfruta de pouco interesse das empresas.

FIGURA 3
Medidas de negócios planejadas em resposta ao COVID-19



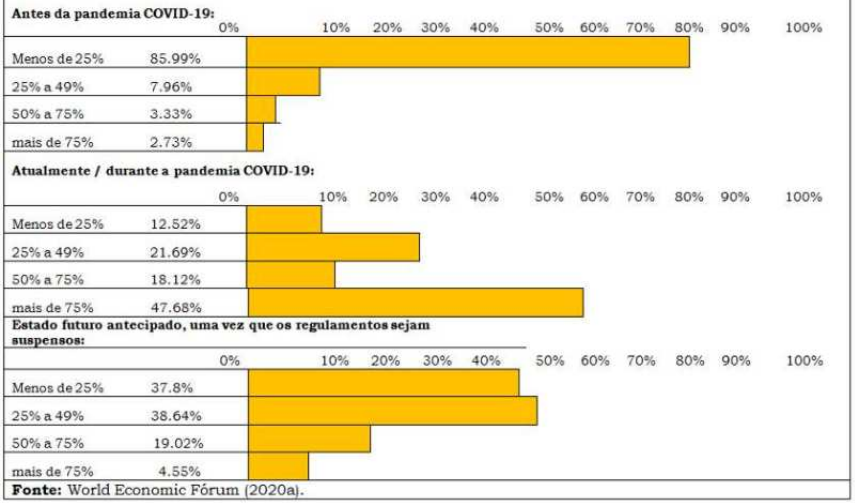
Fonte: World Economic Fórum (2020a).

Outra transformação no comportamento das empresas decorrente da COVID-19 tem sido, como já mencionada, sua atitude com relação ao trabalho remoto. Antes da pandemia esta forma de trabalho era um conceito distante, tanto para as empresas, quanto para os trabalhadores.

A pandemia modificou drasticamente este cenário. Antes de seu surgimento a grande maioria das empresas ofereciam menos 25,0% de oportunidades de utilização do trabalho remoto. Somente uma minoria de estabelecimentos oferecia um alto percentual (mais de 75,0%) de oportunidades de trabalho remoto, conforme a **Figura 4** nos revela.

FIGURA 4

Impacto do COVID-19 nas práticas de trabalho remoto



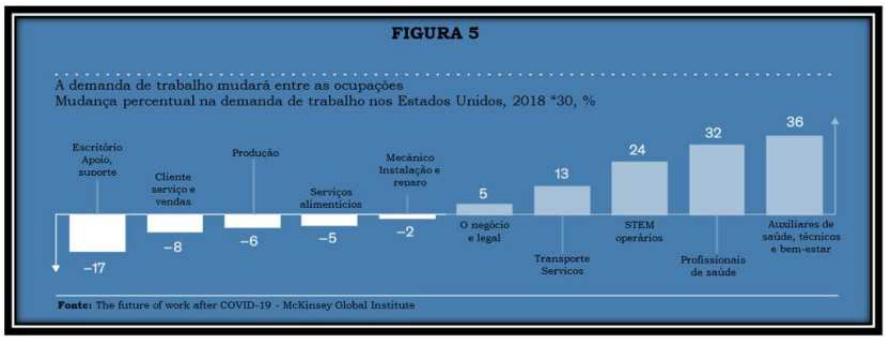
Fonte: World Economic Fórum (2020a).

No mundo pandêmico tem ocorrido uma mudança significativa na oferta de possibilidades de utilização do trabalho remoto. Agora a grande maioria das empresas pesquisadas está planejando oferecer mais oportunidades de trabalho remoto.

3.3. Alterações no perfil da demanda de trabalho durante e após a COVID-19

Uma tendência que já vinha se desenhando era alteração na estrutura setorial das ocupações. A **Figura 5** nos revela a mudança na demanda de trabalho que já vinha ocorrendo no caso americano, e que deverá ganhar mais força pós-pandemia, disseminando-se por outros países.

FIGURA 5



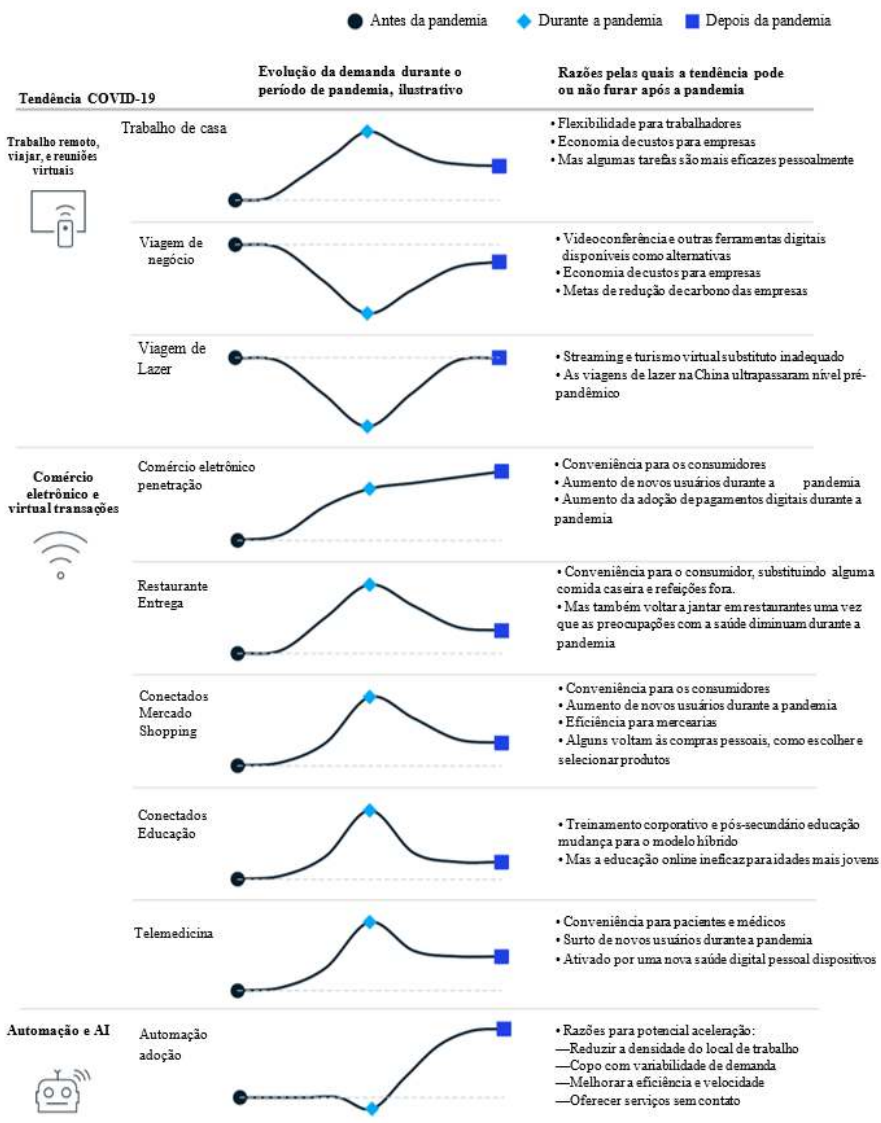
De fato, a figura mostra a mudança do eixo setorial na demanda com um forte declínio nas ocupações voltadas para trabalho em escritórios e atividades correlatas, e um grande aumento das necessidades de ocupações em setores da área da saúde.

Essas alterações na demanda setorial decorrem de três fatos já mencionados: (i) as mudanças no trabalho remoto e suas inteirações virtuais; (ii) o maior uso do *e-commerce* e de outras plataformas digitais; e (iii) os desdobramentos sobre o trabalho decorrentes da automação e da IA.

> "In each case, the pandemic pushed companies and consumers to rapidly adopt new behaviours. We consequently see a sharp discontinuity between the level of adoption before and during the pandemic. The extent to which trends persist after the pandemic remain to be seen, but there is growing evidence that many of new behaviours will persist, even if at somewhat lower levels than the peak." (Mckinsy Global Institute, 2021, p. 6).

A **Figura 6**, que se segue, oferece uma ilustração da prevalência dessas tendências antes, durante e depois da pandemia da COVID-19.

FIGURA 6



Fonte: McKinsey Global Institute (2021).

Com relação ao trabalho remoto tem havido, e isto persistirá, mas em menor intensidade, um aumento do trabalho domiciliar. Já viagens de negócios e de lazer têm sofrido forte queda, e sua recuperação pós-pandêmica não fará retornar,

provavelmente, aos níveis anteriores. Já o comércio eletrônico, e a automação, continuarão crescendo fortemente pós-pandemia, enquanto setores como entregas de restaurantes e telemedicina, por exemplo, se elevarão inicialmente para caírem após o pico da pandemia, mas se estabilizarão em níveis maiores que na fase anterior à COVID-19.

4. Trabalho remoto, home office e teletrabalho[3]

4.1. A percepção dos agentes econômicos

A abrangência dos impactos do Coronavírus sobre o mundo do trabalho é enorme, seja se observando o curto prazo, ou longo prazo, sendo impossível exaurir estes impactos. Há, contudo, um predomínio na literatura recente, dos principais impactos detectados posteriormente ao início da pandemia.

Certamente o impacto mais perceptível da COVID-19 sobre a força de trabalho tem sido o dramático aumento de empregados trabalhando remotamente. Conforme nos mostrou a seção 2.1, esta é uma tendência que veio para ficar. Embora o teletrabalho, e outras formas de trabalho remoto, vinham sendo utilizadas a longo do tempo, com a chegada da pandemia ele cresceu rapidamente, em decorrência dos desdobramentos trazidos pelas novas soluções digitais como, por exemplo, instrumentos de vídeo conferências, possibilidade de compartilhamento de documentação, e expansão da capacidade da computação pelo sistema de "nuvem".

Sob a ótica das empresas, a adoção do trabalho remoto possibilitou que elas continuassem operando, e garantissem, de forma rápida, a saúde e a segurança dos empregados, ainda que de forma embrionária. Mas, sob a ótica dos trabalhadores, e de sua vida familiar, o impacto dessa nova forma de trabalhar trouxe algumas vantagens, mas muitos problemas, pois as linhas entre tempo de trabalho e o tempo da vida familiar ficaram embaralhadas.

Esta nova situação para os trabalhadores aparece bem descrita na frase abaixo:

> "Among some workers, COVID-19 will be forever remembered as the virus that turned their homes into office spaces. When the pandemic started, employees working remotely even part time were few and limited largely to advanced Western economies. Working from home was primarily something done when a child was sick or a household repair person was at work....

3 Com o advento da pandemia da COVID-19 acelerou-se a utilização em larga escala do trabalho remoto. Este é um rótulo genérico para diversos tipos de trabalhos realizados de forma online. Dois se destacam: *teletrabalho* e home office. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, ou seja, escritório, loja, ou outro local físico, com o uso de tecnologias de informação e comunicações que, por sua natureza, não se constituem como trabalho externo. Por outro lado, o *home office* constitui modalidade de trabalho à distância, executada no domicílio do empregado, de forma eventual, e utilizando tecnologias de informação e comunicação. Isto, porém, não o impede de efetuar tarefas em outros locais de trabalho. Existe, ainda, dois outros tipos de trabalho remoto. O *trabalho móvel*, quando não há um lugar fixo, de forma que o trabalho pode ser realizado em qualquer localidade, e o trabalho em telecentro, quando o empregado, em lugar de ir à sede da empresa, se dirige a um escritório compartilhado.

> legions of workers cleared off their kitchen counters and dining room tables to make room for laptops, screens, and key boards, while their employers scrambled to deploy digital tools to help them maintain the productivity they had in the office (Mckinsey Global Institute, 2021, p. 37).

Nesse sentido, alguns especialistas veem com ceticismo o futuro do trabalho remoto, como representando um avanço no mercado de trabalho causado pela pandemia. Para eles haverá um tempo em que as pessoas darão conta de que o trabalho remoto, em todas suas formas, nada tem a ver com o "paraíso" com que sonhavam, onde haveria uma fácil conciliação entre a vida pessoal, a familiar e a profissional. Ou seja, o trabalho à distância traz novas pressões, pode levar a um novo tipo de isolamento, assim como dificulta, significativamente, a comunicação entre colegas e equipes. A dimensão social do trabalho (socialização) poderá ficar comprometida.

Para outros, porém, esta transformação decorrente do home office, com todas suas mazelas, veio para ficar. Esta tendência, que já vinha se esboçando antes da pandemia, encontrou nessa um poderoso acelerador para sua consolidação. Essa nova realidade fez sucesso num grande contingente de trabalhadores, além de oferecer ao setor empresarial um tutorial sobre as limitações e os benefícios do trabalho remoto.

O vírus fez superar muitas barreiras tecnológicas e culturais que freavam o deslanche do trabalho remoto no passado, provocando uma drástica mudança estrutural sobre o local onde a atividade de trabalho deve ocorrer, pelo menos para uma parcela de indivíduos engajados no mercado de trabalho.

De qualquer forma, há uma clara percepção de que a execução de trabalho remoto abrange uma fatia limitada da força de trabalho. O mencionado relatório do Mckinsey Global Institute realizou um amplo estudo procurando detectar onde o trabalho remoto pode ser realizado, e com chance de prosperar. Dentre suas principais conclusões merecem destaque as seguintes:

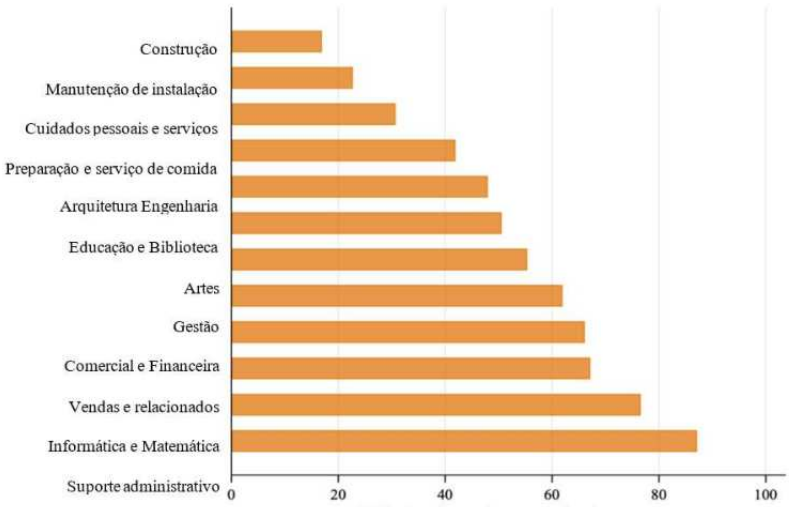
1. São as ações, as tarefas e as atividades, e não as ocupações, que determinam o potencial para a utilização do trabalho remoto;
2. Este potencial depende do mix de atividades desenvolvidas em cada ocupação, e seu contexto espacial, físico e interpessoal. Isto depende se o trabalhador necessita estar presente fisicamente para realizar as tarefas; se é preciso interagir com outros membros da equipe; ou se precisa utilizar máquinas e equipamentos que estão alocadas no espaço físico de trabalho;
3. A pandemia mostrou que se, uma atividade possa ser realizada remotamente, ela é mais bem desempenhada ao ser feita pessoalmente no local físico da empresa. Alguns exemplos são: negociar e tomar decisões críticas, realizar ensinamentos e treinamentos; solucionar problemas que envolvem criatividade e pessoalidade, e desenvolver bons relacionamentos com colegas e clientes, entre outros; e

4. Dentre estas atividades a mais emblemática seja, talvez, a atividade "educacional". Teoricamente ela pode ser realizada remotamente, mas parece ser mais efetiva quando realizada de modo presencial. Uma observação recorrente entre os principais envolvidos, pais, professores e alunos é que a qualidade da educação sofreu uma queda durante a fase de isolamento social provocada pela pandemia, sendo isto mais grave entre as crianças e alunos portadores de necessidade especiais.

4.2. O alcance do trabalho remoto – a ótica setorial

Muito embora a penetração do trabalho seja um fato consumado, bem como representa uma nova realidade que veio para ficar, seu alcance entre setores é bastante desigual, conforme nos revela a **Figura 7**. Ela foi obtida a partir de uma enquete entre trabalhadores que tiveram que responder à seguinte pergunta: "*to what extent can your work be done from home?*" (Blundell e Machin, 2020, p. 7).

FIGURA 7
Capacidade de trabalhar em casa por ocupação



Fonte: Blundell e Machin(2020).

Nota-se que existe uma variação muito grande, entre setores, na extensão em que o trabalho remoto pode ser realizado, a partir do domicilio do trabalhador. Enquanto trabalhadores na indústria de construção afirmaram que somente 17,0% de suas tarefas poderiam ser realizadas a partir de casa, esta cifra é de 87,0% nos serviços de escritórios e nos trabalhos administrativos.

A principal implicação deste diferencial de possibilidades de execução das tarefas, a partir da residência do trabalhador, será o de promover uma desigualdade de renda, na medida em que o trabalho remoto será cada vez mais valorizado. Aqueles engajados em setores e ocupações com dificuldades de serem realizadas remotamente deverão ser menos valorizados, auferindo, provavelmente, menores rendimentos.

4.3. Vantagens e desvantagens do trabalho remoto

Apesar de haver um amplo consenso de que o trabalho remoto, que já era uma tendência antes da pandemia, deverá permanecer, e se ampliar após ela, um balanço entre as vantagens e desvantagens aponta uma ligeira prevalência desta última, conforme mostra a **Figura 8.**

Figura 8: O Alcance do trabalho remoto durante e após a pandemia

Vantagens destacadas	**Desvantagens destacadas**
• Melhoria na produtividade; • Reuniões com mais foco; • Mais tempo com a família; • Mais tempo livre (sem o deslocamento para o trabalho); e • Redução de custos para a empresa (aluguel e etc) e para o funcionário (alimentação e transporte). • Perda de concentração por causa da família e das tarefas do lar; • Falta de infraestrutura (scanner, impressora e etc); • Perda da noção do todo (presencialmente é mais fácil entender o que está acontecendo; e reforçar o alinhamento de objetivos é fundamental); • Sensação de trabalho onipresente, sem hora para acabar; • Menos participação de algumas pessoas em reuniões (algumas não ligam a câmera e só ouvem); e • É preciso ser mais ativo, mais empreendedor, caso contrário as coisas não andam.	• Falta de contato pessoal com os colegas de trabalho; • Perda de concentração por causa da família e das tarefas do lar; • Falta de infraestrutura (scanner, impressora e etc); • Perda da noção do todo (presencialmente é mais fácil entender o que está acontecendo; e reforçar o alinhamento de objetivos é fundamental); • Sensação de trabalho onipresente, sem hora para acabar; • Menos participação de algumas pessoas em reuniões (algumas não ligam a câmera e só ouvem); e • É preciso ser mais ativo, mais empreendedor, caso contrário as coisas não andam.

Fonte: Miceli et alli (2020). Elaboração do autor.

Dentre as vantagens aparecem os ganhos com o tempo de transporte. Certamente este é mais destacado benefício nos médios e grandes centros urbanos, sempre sujeitos a grandes congestionamentos. Para a grande massa de trabalhadores, e moradores em áreas mais afastadas do centro, experimentando muitas horas desperdiçadas no deslocamento, o trabalho remoto tem promovido um desejado ganho de horas de lazer e tempo para dispender com a família. Além disso, a redução dos gastos com transporte, proporcionará mais tempo livre para atividades físicas,com consequências positivas para a melhoria da saúde do individuo.

Outra vantagem que merece destaque, diz respeito ao fato de que o trabalho remoto proporciona mais flexibilidade nos horários de trabalho, sendo muito valorizado como requisito na busca por uma vaga de emprego. Este requisito tem sido apontado como uma nova moeda de negociação na fase de recrutamento de profissionais, bem como se mostrado útil para elevar a rentabilidade das empresas e, também, no recrutamento dos melhores talentos.

Dentre as desvantagens do trabalho remoto despontam três: (i) falta de espaço adequado para conciliar vida profissional e vida familiar; (ii) falta de infraestrutura para o exercício do trabalho; e (iii) perda de foco.

Os escritórios são aparelhados para o pleno desempenho da atividade de trabalho. Já o exercício desta atividade no domicilio trouxe dificuldades, pois as famílias tiveram que se adaptar até mesmo em seus aposentos (quarto, sala, e espaço de lazer) para permitir a utilização do computador e outras informáticas. Este improviso foi desenhado sem qualquer preocupação com aspectos sanitários, de segurança ou mesmo bem-estar dos trabalhadores dentro do domicílio.

Com relação à vida familiar, os desafios têm sido ainda maiores, pois envolve o elemento humano, com destaque para o cuidado com os filhos na fase de isolamento social. Os pais tiveram que mudar rotinas, horários e espaços para dar suporte às aulas online, e ainda dar total atenção aos filhos praticamente 24 horas por dia. Até mesmo os computadores precisaram ser divididos entre pais e filhos. No caso da mãe-trabalhadora o quadro tem sido ainda mais dramático.

Adiciona-se, também, que o home office traz externalidades negativas decorrente do compartilhamento do mesmo espaço para trabalhar e o convívio em vida familiar. Tornou-se uma constante os participantes de eventos online ouvirem gritos, choro, correrias, portas batendo, ou crianças chamando em altos brados, aspectos de difícil controle na fase embrionária da utilização do trabalho em casa com maior frequência.

Por fim, temos a desvantagem da perda de foco assim definida pela MIT Technology Review:

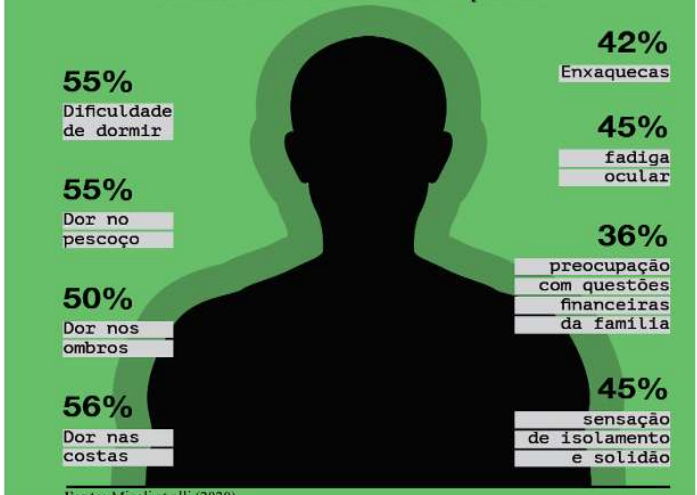
> "No cenário comum dos escritórios das empresas, com uma divisão clara entre casa e trabalho, os trabalhadores estavam acostumados a ver suas casas como um espaço de descanso e lazer. Quando este mesmo ambiente passa a incluir também o trabalho, fica mais difícil fazer a separação e manter o foco durante o horário de expediente. No cenário da pandemia, considerando que muitos destes trabalhadores ainda têm que lidar com filhos em casa, fica mais difícil ainda achar essa concentração nas atividades de trabalho". (Miceli, A.L. et alli, 2020, p. 41)

4.4. Os impactos psicológicos decorrentes do home office

A grande consequência dessa dupla militância entre trabalho e vida familiar dentro do mesmo recinto tem sido o aparecimento de tensões e pressões entre os trabalhadores. Como vimos é difícil conciliar crianças subindo em você, cachorros latindo, aspirador de pó em operação e ter um bom desempenho no trabalho. Isto gera muita ansiedade e cansaço. A **Figura 9** traz uma síntese dos principais sintomas psicológicos, emocionais, mentais e físicos que tem sido detectados pela pratica do home office.

FIGURA 9

Sintomas físicos, emocionais e psicológicos que se intensificaram no home office durante a pandemia:



Fonte: Miceli et alli (2020).

Além disso, outras dificuldades que surgem são um aumento do stress emocional, a elevação dos riscos à saúde mental, bem como uma debilitação da saúde física, todos representando fatores que se potencializam.

4.5. As expectativas sobre o futuro do trabalho remoto após a pandemia

Como será o futuro do trabalho remoto após a pandemia? Mesmo com ela ainda em andamento, o mundo dos negócios já vai ensaiando um retorno às atividades presenciais. As empresas já estão preparando o retorno presencial de parcela de seus empregados às fabricas e aos escritórios. Essa reabertura dos locais de trabalho, bem como da economia em geral, não será, contudo, estática. Além disso, existe o revés causado pelas novas ondas da pandemia, indicando que este retorno não ocorrerá da

noite para o dia. É quase certo que o controle do vírus levará muito tempo, e persistirá, longamente, em sua forma endêmica.

De acordo com o ILO (2020, p. 27):

> "Governments and social partners will have to plan for several scenarios, in which restrictions will be increased or eased according to epidemic is advancing or receding on their territory and prepare for teleworking arrangements to once again become generalized on short notice. During the next, highly uncertain period, workers, employers, and governments will have to adapt to the new way of living and working, which will require new behaviors and new norms. It most likely will evolve a hybrid or blended form of isolation (i.e., teleworking) and deconfinement (i.e., the possibility to use the workplace but with controlled conditions based on physical distancing)."

Mesmo diante de tantas incertezas, a própria Instituição procura estimular a crescente adoção do trabalho remoto, em todas suas categorias. Para isso tem feito inúmeras recomendações para que esta forma de trabalhar seja uma importante resposta à pandemia da COVID-19.

A **Figura 10**, que se segue, revela aquilo que tem sido chamado de um conjunto de "*boas práticas*" empresariais visando tornar o trabalho remoto mais eficaz. Estas práticas contemplam, entre outras, um forte suporte gerencial das empresas, a utilização de ferramentas e treinamentos apropriados, que haja expectativas claras entre as partes intervenientes e, sobretudo, uma forte dose de confiança mútua.

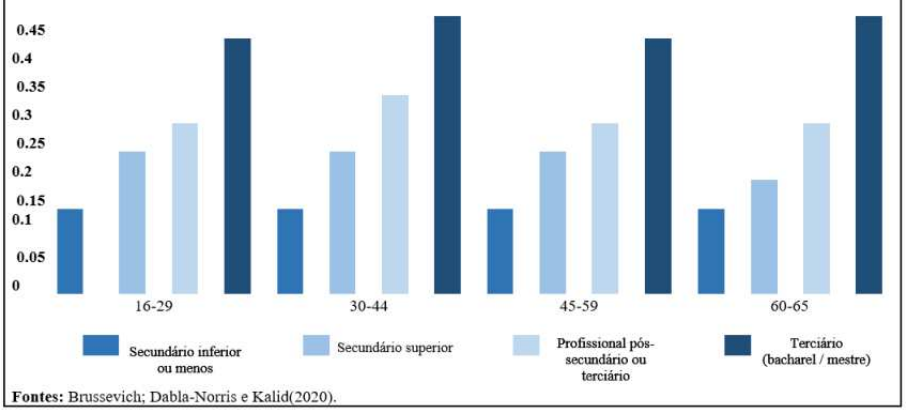
Figura 10: OIT- as boas práticas para tornar o trabalho remoto mais eficaz	
Item	**Descritivo**
1. Apoio de gerenciamento	Da alta gerência às (aos) supervisoras (es) de linha de frente. Pesquisas mostram que a resistência de gerentes ao teletrabalho é um grande obstáculo para que essa prática seja eficaz. Gerenciar quem trabalha remotamente de maneira eficaz exige uma abordagem de gerenciamento baseada em resultados. Isso requer definir metas, objetivos e tarefas e, em seguida, monitorar e discutir o progresso, sem impor a apresentação em excesso de relatórios. Como muitas escolas e creches estão fechadas nesse momento, talvez seja necessário fazer alguns ajustes nas metas de desempenho de trabalhadoras(es) com responsabilidades de cuidar de outras pessoas.
2. Ferramentas e treinamento apropriados	Isso inclui ter acesso a equipamento adequado, laptop, aplicativos de teletrabalho, suficiente assistência técnica e treinamento para gerentes e trabalhadoras (es) remotos. Dado o risco real de isolamento social associado ao teletrabalho em tempo integral, todos os esforços devem empreendidos para manter a(o) profissional em contato com supervisoras(es), colegas e a instituição como um todo.
3. Expectativas claras	Todas as partes precisam saber o que é esperado daquelas pessoas que trabalham em casa, suas condições de emprego, horários em que podem ser contatas e como monitorar progresso e relatar os resultados. Por exemplo, é essencial estabelecer regras básicas claras sobre quando as(os) funcionárias(os) precisam ou não estar disponíveis para trabalhar; e respeitá-las.
4. Ser capaz de controlar o seu tempo	O teletrabalho pode oferecer às (aos) trabalhadoras (es) flexibilidade para realizar suas tarefas no momento e no local que melhor lhes convier, desde que permaneçam disponíveis durante o horário normal de trabalho da instituição. Essa flexibilidade é essencial para que o teletrabalho seja eficaz, pois permite que quem trabalha remotamente organize seu trabalho remunerado de acordo com suas responsabilidades pessoais, como cuidar de crianças, pais idosos ou parentes doentes.
5. Uma estratégia pessoal para trabalhar melhor	Mesmo que as expectativas estejam claras, ainda é essencial que as pessoas em sistema de teletrabalho criem suas próprias estratégias pessoais para um gerenciamento eficaz da fronteira entre o trabalho remunerado e a vida pessoal. Isso inclui a delimitação de um espaço de trabalho silencioso e a possibilidade de se desconectar em horários específicos reservados ao descanso e à vida pessoal.
6. Confiança	A "cola" que mantém tudo isso junto. Gerentes, teletrabalhadoras (es) e colegas precisam confiar uns nos outros. Sem isso, o teletrabalho não é eficaz.

Fonte: OIT Brasil (2020). Elaboração do autor.

No campo das expectativas futuras sobre o teletrabalho, exacerbado pela COVID-19, existem argumentos baseados em estudos estatísticos (Brussevich, Dabla-Norris e Khalid, 2020), de que sua maior utilização pode ampliar a desigualdade intergeracional de renda dos trabalhadores.

Com base num conceito denominado *índice de teletrabalho (tele trabalhibilidade)*, eles avaliaram a capacidade dos indivíduos trabalharem remotamente, segundo a idade e a educação conjuntamente. Os resultados se encontram na **Figura 11** apresentada a seguir.

FIGURA 11
O trabalho remoto pode amplificar a desigualdade intergeracional
Jovens sem educação universitária são os mais vulneráveis
Índice de tele trabalhabilidade por faixa etária e nível de escolaridade



Fontes: Brussevich; Dabla-Norris e Kalid(2020).

Eles encontraram, na média, que ter escolaridade universitária melhora muito a probabilidade de trabalhar remotamente entre todos os grupos etários. Do mesmo modo, os trabalhadores mais velhos com baixo nível de escolaridade ainda possuem um alto *índice de teletrabalho*, refletindo os efeitos do ciclo de vida, uma vez que há uma progressão natural para ocupações mais seniores ao longo da carreira do trabalhador.

Estes resultados sugerem que os ganhos de renda e gaps de renda entre gerações que já haviam sido exacerbados pela crise financeira global, podem se ampliar ainda mais devido à pandemia, penalizando trabalhadores jovens menos educados.

5. A COVID-19 acelerou os processos de automação e digitalização

5.1. Os processos de automação

Ao forçar os trabalhadores, consumidores e empresários a se adaptarem rapidamente à necessidade de menos contato físico, bem como inteirações humanas, a COVID-19 afetou duas tendências, em adição à disseminação do trabalho remoto, com efeitos duradores sobre a força de trabalho: (i) a utilização de ferramentas digitais para consultoria, transações e colaboração e (ii) a adoção da automação, da inteligência artificial, e da robótica nos locais de trabalho, conforme já mencionado.

Especificamente com relação ao avanço da inteligência artificial, Smith e Smith (2020, p. 1) qualificam da seguinte forma sua relação com a pandemia:

> "*We are here to suggest there is a new AI among us now.* 'AI' is not an acronym for 'artificial intelligence', but 'AI' now could be an acronym for 'An Infection". It's not news to say that coronavírus is having a huge impact on the world of world. As we bring these words together, it's worth a step back to understand that perhaps this virus marks the beginning of the Forth Industrial Revolution, the age of AI, and that we are at the beginning of a new normal."

A necessidade de amplas inteirações buscando reduzir o contato físico entre as pessoas acabam tendo efeitos perversos sobre a economia. Algumas estimativas disponíveis mostram que 1/4 dos empregos no mercado de trabalho requerem interações físicas e, desta forma, são diretamente afetados pela pandemia. O exemplo mais latente disso ocorre no setor de saúde, onde enfermeiros, médicos e pacientes estão, frequentemente, em contato entre si, elevando drasticamente o risco de contraírem a doença (Korinek e Stiglitz, 2021).

Sob a ótica econômica, os impactos da COVID-19, em decorrência da necessidade de reduzir o contato entre pessoas, podem ser entendidos sobre a ótica dos custos econômicos:

> "In economic language, covid-19 has added a 'shadow cost' on labour that requires proximity. This shadow cost reflects the dollar equivalent of all the costs associated with the increase risk of disease transmission, including the costs of the adaptations required for covid-19. It consists of losses of both quality adjusted life days from increased morbidity and quality adjusted life years from increased mortality, as well as the cost of measures to reduce these risks, such as extra protective equipment and distancing measures for workers." (Korinek e Stiglitz, 2021, p. 1)

Estes custos adicionais acabam por acelerar o desenvolvimento de novas tecnologias para automatizar o trabalho humano. Esta automatização não está sujeita a contrair doenças, especialmente em época de pandemia como hoje vivemos.

A própria mudança para o trabalho remoto passou a exigir mais automatização e digitalização no seu fluxo de trabalho. Mesmo as empresas com dificuldades na utilização de trabalho remoto, tiveram que adotar medidas para diminuir seus riscos modificando inteirações do tipo *trabalhador-trabalhador* por inteirações do tipo *trabalhador-máquina*, contribuindo, assim, para aumentar a automação.

Outro elemento a impulsionar tecnologias de automação se deve ao fato de que as atividades produtivas, em todos os ramos da economia, buscam depender cada vez menos do trabalho humano devido às recorrentes pandemias. Uma consequência disto é a postura empresarial, em escala crescente, em robotizar as rotinas de trabalho, pois:

> "...robots don´t get sick. Robots and algorithms can´t catch Coronavírus and so are less likely to spread it. The pandemic could therefore lead businesses to adopt those technologies in order to reduce the risk of contagion and protect both workers and consumers." (Wallace-Stephens e Morgante, 2020, p. 21)

Essas afirmações de aumento da automação decorrente da COVID-19 foram corroboradas por uma enquete realizada pela Mckinsey Global Institute, cujos resultados encontram-se na **Figura 12** que se segue.

Foram entrevistados 800 executivos de negócios de nove países, para os quais foi feita a seguinte pergunta: *Since the start of the COVID-19 oubreak, how was your company's or business area's adoption of the following technology trends changed?*

FIGURA 12
Enquete sobre processos de automação e digitalização



Fonte: McKinsey Global Institute (2021). Elaboração do autor.

Os resultados mostram que 68,0% dos executivos entrevistados indicaram que possuem planos de incrementar adoção da automação e da inteligência artificial. No caso da digitalização voltada para colaboração e inteiração de trabalhadores esta cifra chega a 85,0%. Foi detectado, também, que uma ampla parcela dos executivos indicou esperarem mais desdobramentos das ferramentas digitais voltadas para o trabalho, da plataforma de *e-commerce*, bem como plataformas digitais nas cadeias de abastecimento.

5.2. A digitalização e o avanço do e-commerce

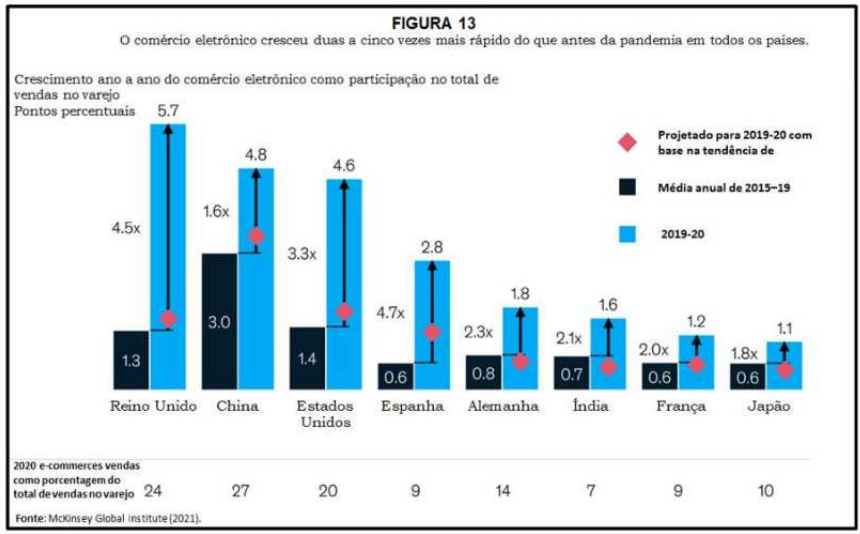
Uma das consequências de novos processos de digitalização foi acelerar as compras e vendas na modalidade de *e-commerce* muito além das previsões mais otimistas, produzindo novas ocupações do tipo *delivery*, as quais contribuíram para compensar as perdas de empregos em outras ocupações.

Este crescimento do *e-commerce* durante a pandemia provocou a demissão de muitos trabalhadores em vendas no varejo e prestadores de serviços, ao mesmo tempo em que criou um vigoroso aumento da demanda para trabalhadores tipo *delivery*, assim como de outros serviços com tecnologias semelhante.

A **Figura 13** revela o resultado do avanço do e-commerce para um conjunto de países selecionados. No conjunto desses oito países, a participação do e-commerce no total das vendas a varejo aumentou de duas a cinco vezes, em 2020, relativamente à média observada nos cinco anos anteriores. Essa onda de e-commerce ocorreu mais significantemente nos serviços online das lojas de departamentos, nos mercados, e na entrega de alimentos, como reflexo das pressões exercidas pelos consumidores devido à pandemia.

FIGURA 13

O comércio eletrônico cresceu duas a cinco vezes mais rápido do que antes da pandemia em todos os países.



Fonte: McKinsey Global Institute (2021).

As evidências disponíveis na literatura sobre o tema indicam que o aumento pelos serviços *e-commerce* é muito improvável de desaparecerem. A expansão sustentada dessa modalidade promoverá uma significativa alteração entre as ocupações, com a demissão de caixas e assistentes de vendas, e criará ocupações nos setores de transportes, comunicações e armazenamento. Além disso, muitas ocupações que eram exercidas dentro das lojas muito provavelmente não retornarão. **(Mcknsey Global Institute, 2021)**.

6. As implicações da COVID-19 para a produtividade do trabalho

6.1. A trajetória recente da produtividade global do trabalho e os efeitos da chegada da pandemia

Para falar dessas implicações é preciso rememorar que antes do surto da COVID-19, a economia global já vinha experimentando forte declínio nos níveis de produtividade. A produtividade global do trabalho cresceu lentamente desde o inicio dos anos 2.000, tendo alcançado seu pico (2,8%) em 2007, logo antes da crise financeira global que a fez cair para o patamar de 1,4%, em 2016, estabilizando-se abaixo de 2,0% nos anos de 2017 e 2018[4].

A COVID-19 atingiu a economia global num momento de alta vulnerabilidade mundial, com volumes recordes de dividas, o que pode agravar as perdas de produtividade decorrente da própria pandemia. Nesse sentido, a pandemia do Coronavírus, e a severa recessão resultante, somente vieram aumentar o risco de uma queda mais acentuada no ritmo das melhorias de longo prazo buscando favorecer o crescimento da produtividade.

Assim, o provável impacto adverso da pandemia na produtividade se revela muito preocupante, pois ela é determinante para o crescimento da renda, e fundamental para a redução global e regional dos níveis de pobreza e iniquidade.

Olhando os impactos do ponto de vista das forças econômicas, a cadeia de eventos desencadeados pela COVID-19 pode ser assim resumida:

> "Severe global biological disasters such as COVID-19 can damage labor productivity affecting both supply and demand. Adverse supply side effects can occur through the depletion of labor force; the tightening of financial conditions; and the disruption of supply chain, which are an important measure for the diffusion of innovation. The COVID-19 pandemic is also weighing sharply on aggregate demand, by depressing consumer demand for goods and services, eroding business confidence and investment, and financial costs. Weaker aggregate demand can reduce the incentive for product innovation, quality improvement, slow technological progress and lower productivity." (World Bank Group, 2020, Introduction, p. 21)

Um sumário dos principais impactos negativos sobre a produtividade do trabalho da COVID-19 pode ser observado na Figura 14.

4 Estas estatísticas aparecem na publicação World Bank Group (2020).

Figura 14: Impactos negativos da COVID-19 para a produtividade do trabalho
Razão
Enfraquecimento do comércio exterior e queda nos investimentos: A incerteza sobre a duração da pandemia e a paisagem econômica global que eventualmente emerge dela pode desencorajar o investimento. As preocupações sobre a viabilidade em longo prazo e a resiliência das operações podem levar a um recuo das cadeias de valor globais - o que obstruiria um canal importante para a transmissão de tecnologia internacional - e desestimular o investimento estrangeiro que muitas vezes está relacionado a tais processos de produção. O investimento e o comércio desempenham papéis importantes na promoção do aumento da produtividade.
Mudança no mercado de trabalho e erosão do capital humano: Grandes perdas de renda e interrupções na escolaridade, que afetaram mais de 90 por cento das crianças do mundo, podem aumentar as taxas de evasão e reduzir o acúmulo de capital humano para uma geração de crianças. A educação continua sendo um fator crítico do crescimento da produtividade.
Lentidão das realocações no mercado de trabalho: Desde 1995, a realocação da mão-de-obra de setores de baixa produtividade para setores de alta produtividade respondeu por cerca de dois quintos do crescimento geral da produtividade nos países emergentes e em desenvolvimento. As restrições de mobilidade podem retardar a realocação de trabalhadores de empresas e setores de baixa produtividade para outros de alta produtividade, o que muitas vezes envolve a realocação de áreas rurais para áreas urbanas. As perdas de empregos induzidas por pandemia podem cair desproporcionalmente naqueles anteriormente ocupados em serviços de baixa remuneração e empregos no setor informal, possivelmente aumentando a desigualdade de renda e corroendo o capital humano.
Pesado volume da dívida: Governos e corporações venceram a pandemia COVID-19 com altas dívidas já esticadas. Os balanços patrimoniais das empresas podem eventualmente dobrar em recessões induzidas pelo COVID-19, sobrecarregando os balanços dos bancos a tal ponto que pode desencadear crises financeiras. Isso levaria à obsolescência do capital, bem como grandes perdas de empregos. Perdas de produtividade duradouras decorrentes de crises financeiras estão bem documentadas e confirmadas em diversos estudos.

Fonte: World Bank Group(2020). Elaboração do autor.

Dois desses impactos se destacam. As incertezas quanto à dimensão e a duração da pandemia tendem a enfraquecer o comércio internacional, ao mesmo tempo em que os investimentos também estão caindo, sendo estes elementos fundamentais para estimular o crescimento da produtividade do trabalho.

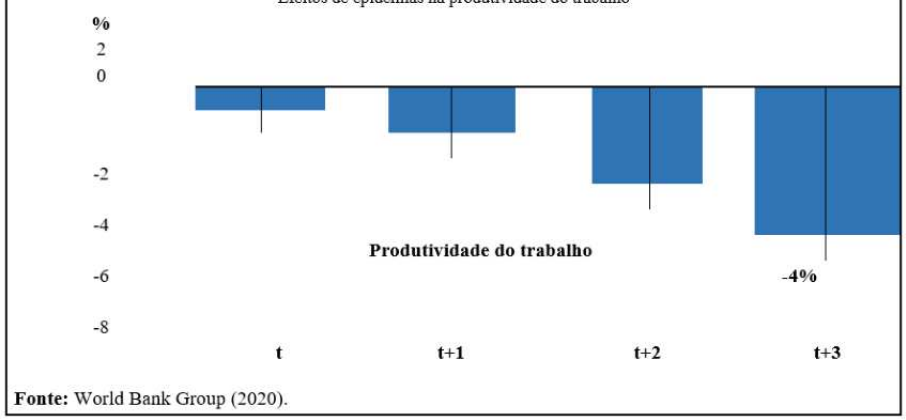
Além disso, a pandemia tem levado, também, a profundas mudanças no mercado de trabalho, tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, levando a uma erosão do capital humano da força de trabalho. A população de jovens e crianças tem experimentado um aumento da evasão escolar, contribuindo, assim, para a redução do acumulo de capital humano, elemento fundamental para aumentar a produtividade do trabalho.

A queda da qualidade da educação, associada à deterioração do capital humano de toda uma geração, tem efeitos deletérios na produtividade do trabalho, que podem durar gerações. De acordo com a OECD a suspensão das atividades escolares provocada pela COVID-19 deverá causar impactos de longo prazo na economia mundial, as quais podem durar até o final do século XXI:

> "Because learning loss will lead to skill loss, and the skills people have related to their productivity, gross domestic product (GDP) could be 1.5% lower on average for the remainder of the century. The present value of the total cost would amount to 69% of current GDP for the typical country." OECD (2020a, Introduction, p. 4).

Outro aspecto a ser mencionado é que desastres severos, incluindo aqueles de natureza biológica, causam danos duradouros sobre a produtividade do trabalho. Epidemias ocorridas desde o ano 2.000 (SARS, MERS, Ebola e Zika, entre outras) tiverem efeitos negativos sobre a produtividade do trabalho. Conforme mostra a **Figura 15** elas reduziram a produtividade do trabalho em cerca de 4,0% depois de 4 (quatro)anos.

FIGURA 15
Efeitos de epidemias na produtividade do trabalho



Fonte: World Bank Group (2020).

A pandemia do Coronavírus pode gerar efeitos significantemente piores do que os desastres biológicos anteriores, porque ela tem uma amplitude global e, também, pela forma de combatê-la, por meio do distanciamento social, e outras medidas bastante restritivas de contenção do vírus.

6.2. As atividades em home office melhoraram a produtividade?

O trabalho em home office já ocorria antes da COVID-19, e esta só fez acelerar desorganizadamente esta forma de exercer atividades laborais. Embora difícil de mensurar, a produtividade do trabalho em casa pode ter aumentado. O texto de Miceli, A.L. et ali (2020) traz uma resenha bastante discursiva sobre o tema, a partir da visão de empresários e trabalhadores que experimentaram essa modalidade de trabalho remoto.

Dentre as opiniões se mencionam a seguintes:[5]

5 Apesar de se tratar de uma revista produzida por uma Universidade de ponta (MIT), a discussão sobre o

- Para avaliar as mudanças trazidas pelo home office forçado durante a pandemia, uma empresa com sede na Califórnia (sic!) mediu a produtividade dos seus funcionários, chegando ao resultado de aumento de 47,0% na produtividade do trabalhador;
- No cenário da COVID-19, uma pesquisa da unidade brasileira da consultoria global da KPMG perguntou a 722 empresários de todo Brasil qual foi o impacto do home office na produtividade dos funcionários. Para a maioria (83,5%) ela se manteve igual ou cresceu;
- Cerca de 94,0% das empresas brasileiras afirmam que atingiram, ou superaram suas expectativas de resultados com o home office, segundo a "Pesquisa de Gestão de Pessoas na Crise da COVID-19", realizada pela Fundação Instituto de Administração, em abril de 2020, com 139 empresas brasileiras de grande, médio e pequeno porte;
- Para Nicholas Bloom, Professor do Departamento de Economia da Universidade de Stanford, a partir de uma conversa com dezenas de CEOs, gerentes seniores e formuladores de políticas sobre o futuro do trabalho, reuniu dados mostrando que, para muitos profissionais, trabalhar em casa foi um desastre para a produtividade. Isso aconteceu, entre outros motivos, devido à falta de um local apropriado para o exercício do trabalho em casa (como um aposento preparado para isso), bem como a presença de filhos na rotina de trabalho; e
- Segundo este mesmo Professor, o equilíbrio da vida profissional e pessoal, um espaço confortável e especialmente desenhado para o trabalho em domicílio, limites definidos, pausas estratégicas, e horárias de interação da equipe, representam alguns aspectos que definem os funcionários e as empresas que conseguem maximizar a produtividade de forma inovadora.

Muito embora pareça haver um predomínio de opiniões com viés para o aumento de produtividade na modalidade de home office, isto é apenas um fato em busca de um rigoroso tratamento estatístico para sua real comprovação.

7. A COVID-19 afetará muito o desenvolvimento humano

O mundo tem presenciado inúmeras crises sanitárias nos últimos 50 anos como, por exemplo, Sars, Mers, Zika, Ebola, assim como as de natureza econômica e financeira, como a crise de 2008/2009. Todas elas atingiram o desenvolvimento humano devastando milhões de vidas.

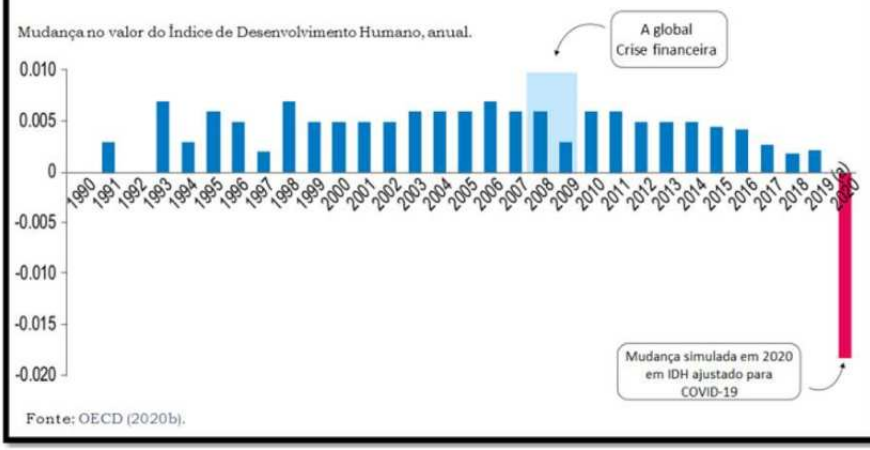
Mas, a humanidade, contudo, no global tem tido ganhos na área do desenvolvimento humano, ano após ano, desde o inicio da década de 1990. A pandemia deverá afetar drasticamente esta tendência, conforme mostra a **Figura 16**.

tema é evasiva com relação a mencionar a fonte completa das informações nela destacadas. Ainda assim se optou em apresenta-las para ilustrar esta seção.

Isto porque a COVID-19 é distinta das crises precedentes uma vez que ela atinge, simultaneamente, o tripé renda, saúde e educação, elementos fundamentais que alicerçam o desenvolvimento humano. Como resultado as estimativas disponíveis revelam que, devido às medidas de isolamento que tem sido tomada, desde que se deu o alerta de pandemia global, indicam uma forte queda no índice de desenvolvimento humano (IDH).

FIGURA 16

Os impactos do COVID-19 podem levar ao maior declínio do Índice de Desenvolvimento Humano desde 1990



Fonte: OECD (2020b).

8. Síntese conclusiva

Desde o final de 2019 a humanidade convive com a pandemia da COVID-19, e que nos faz parecer que estamos próximos do Armagedon, tão grande é a velocidade de contaminação por Coronavírus. Este texto abordou o futuro do trabalho sob a ótica dos impactos da COVID-19 no mercado de trabalho, assim como nas relações de emprego.

Esta pandemia aumentou o risco, bem como elevou os custos (sociais e econômicos) do contato físico entre os seres humanos. Como consequência acelerou os processos de automação, do trabalho remoto, do uso da inteligência artificial, da digitalização e da robotização, todos culminando por promover uma redução geral na demanda de trabalho (elevando o desemprego), contribuindo, assim, para diminuir o ritmo de crescimento dos salários.

A produtividade do trabalho também não passará incólume aos efeitos da pandemia. Aqui, porém, os resultados globais não são tão claros. Os novos processos tecnológicos tendem a elevar a produtividade do trabalho, especialmente para o grupo dos trabalhadores qualificados que comandarão a condução desses novos processos.

Mas, por outro lado, os efeitos que o isolamento social tem causado na educação, levando à evasão e ao baixo rendimento escolar, juntamente com a erosão do

capital humano provocado pelo aumento do desemprego de longo prazo, e as dificuldades de treinamento profissional, são fortes elementos a induzirem a um baixo nível do crescimento da produtividade, quando não sua estagnação.

Todos estes impactos somados parecem estar levando a um mundo ainda mais desigual, afetando negativamente o desenvolvimento humano, bem como um avanço ainda maior dos níveis de pobreza. Dentre os principais elementos a corroborar esta afirmação, temos o fato de que a pandemia impactou fortemente aqueles indivíduos, trabalhadores e famílias mais vulneráveis, vivendo em situações de baixa qualidade de vida, preenchendo empregos precários e vivendo na informalidade. Eles ficarão à margem dos avanços tecnológicos, dada sua baixa qualificação profissional.

Vimos, como exemplo, que o próprio trabalho remoto, especialmente, o home office, poderá ser um elemento de desigualdade intrageracional de renda, pois o trabalhadores jovens, aqueles pouco educados, os menos experientes possuem um baixo índice de teletrabalho. Isto os leva a auferirem rendas menores relativamente àqueles com maiores possibilidades de realizarem trabalho remoto.

Além disso, a possibilidade de realizar trabalho remoto varia muito entre os setores da atividade econômica. Uma consequência disto é que deverá haver um diferencial de renda em desfavor daqueles setores e ocupações que possuem maiores dificuldades em exercerem o trabalho em sua residência.

Referências

Blundel, J. e Machin, S. (2020), Self-employment in the Covid-19 crisis, ***A CEP Covid-19 analysis***, Paper No.003, Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science, May, London. https://cep.lse.ac.uk/pubs/download/cepcovid-19-003.pdf

Brussevich, Dabla-Norris e Khalid, S. (2020), Who will Bear the Brunt of Lockdown Policies? Evidence from Tele-workability Measures Across Countries, ***IMF Working Paper***, WP/20/88, Asia and Pacific Department, June, Washington. https://www.imf.org/~/media/Files/Publications/WP/2020/English/wpiea2020088-print-pdf.ashx

Chahad, J.P.Z (2021), A Pandemia da Covid-19 e a Recessão Global: Dimensão e Impactos Socioeconômicos, ***Boletim Informações FIPE***, No.482, Novembro, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo. https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif482.pdf

ILO (2020), ***Teleworking during the COVID-19 pandemic and beyond -A practical guide,*** Geneva: International Labour Office, July 2020. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/instructionalmaterial/wcms_751232.pdf

Korinek, A. e Stiglitz, J.E., (2021), Covid-19 driven advances in automation and artificial intelligence risk exacerbating economic inequality, ***BMJ 2021***; 372: n. 367, March, USA. https://doi.org/10.1136/bmj.n367

Miceli, A.L. et alli (2020), Work Anywhere, ***MIT Technology Review***, ano 01, número 01, Special Edition Home Office, Dezembro. https://mittechreview.com.br/wp-content/uploads/2021/01/mit_trbr_special_edition_home_office.pdf

Mckinsy Global Institute (2021), ***The future of work after COVID-19***, The postpandemic economy, February, USA. https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-work/the-future-of-work-after-covid-19

OECD (2020a), ***The impact of COVID-19 on education - insights from education at glance 2020***, Andreas Schleicher (org), OECD Publishing, Paris. https://www.oecd.org/education/the-impact-of-covid-19-on-education-insights-education-at-a-glance-2020.pdf

OIT Brasil (2020), ***Chaves para teletrabalho eficaz durante a pandemia COVID-19***, Março, Brasília. https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740097/lang--pt/index.htm.

Smith, E. e Smith, R. (2020), ***Artificial Intelligence (AI) and An Infection: how Covid-19 is accelerating the future of work***, International Development LSE blog, London School of Economics and Political Science, London.

Wallace-Stephens, F. e Morgante, E. (2020). ***Who is at risk, work and automation, in the time of Covid-19***, Royal Society of Arts, manufactures and commerce, October, London.

World Bank Group (2020), ***Global Productivity – Trends, Drivers and Policies***, Edited by Alistair Dieppe, Advance Edition, Washington, USA.

World Economic Forum (2020a), ***Resetting the Future of Work Agenda:*** Disruption and Renewal in a Post-COVID World, White Paper, October, Genève.

World Economic Forum (2020b), ***The Future of Jobs Report***, October, Genève. http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2020.pdf. São Paulo, maio de 2021.

Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero

Women, Family, and Human Rights Ministry Palace: Sexuality and Gender

El Palácio del Planalto y el Ministerio de la Mujer, de la Familia y de los Derechos Humanos: la Sexualidad y el Género

Denise Regina Quaresma da Silva[1]
Karina Dias da Silva[2]
Marcos Rogério dos Santos Souza[3]

Resumo

SILVA, Denise Regina Quaresma da. SILVA, Karina Dias da; SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. Palácio do Planalto e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Sexualidade e Gênero. **Rev. C&Trópico**, v. 45, n. 1, p. 117-126, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art7

O presente estudo propõe, a partir de estudo bibliográfico qualitativo dialético, refletir sobre a temática sexualidade e gênero na perspectiva sociocultural e sob as lentes do Palácio do Planalto e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nesse sentido, rompemos com o discurso heteronormativo e machista promovido pelos agentes públicos do executivo federal brasileiro e propagamos os direitos humanos, como sendo direitos inerentes a todas as pessoas, não importando raça, cor, sexo, credo, etnia, idioma e qualquer outra condição. Precisamos romper com os discursos que excluam os sujeitos e apregoar o direito à vida e à liberdade, e sem nenhum tipo de discriminação. Portanto, reforçarmos que os dirigentes públicos devem combater toda e qualquer prática que viole os direitos humanos.

Palavras-chave: Educação. Gênero. Sexualidade. Governo Federal. Direitos Humanos.

Abstract

SILVA, Denise Regina Quaresma da. SILVA, Karina Dias da; SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. Women, Family, and Human Rights Ministry Palace: Sexuality and Gender. ***Rev. C&Trópico***, v. 45, n. 1, p. 117-126, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/etropicov45n1(2021)art7

1 Pós Doutora em Estudos de Gênero. Docente do PPG em Educação da Universidade LaSalle , Canoas-RS. https://orcid.org/0000-0002-3697-8284; E-mail: denise.silva@unilasalle.edu.br

2 Mestranda em Educação pela Universidade LaSalle Canoas/RS e Docente da Rede Privada de Educação de São Leopoldo/RS. https://orcid.org/0000-0001-7304-3982 E-mail: karinadias.psicop@hotmail.com

3 Mestrando em Educação pela Universidade LaSalle Canoas/RS. https://orcid.org/0000-0003-4444-0721. E-mail: marcossouzas@yahoo.com.br

Based on a dialectical-qualitative literature research, the following study proposes to reflect on sexuality and gender issues in a social-cultural perspective and from the point of view of Women, Family, and Human Rights Ministry Palace. In this respect, we intend to break with the hetero-normative, chauvinist discourse promoted by federal government executive officials, so aiming to diffuse human rights as being inherent to all people regardless of race, color, gender, religion, ethnicity, language or any other condition. We need to break up excluding speeches and ensure the right to life and freedom, without distinction of any kind, as well as to reinforce that public officials must counteract any discriminatory practices that go against human rights.

Keywords: Education; Gender; Sexuality; Federal Government; Human Rights.

Resumen

SILVA, Denise Regina Quaresma da. SILVA, Karina Dias da; SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. El Palácio del Planalto y el Ministerio de la Mujer, de la Familia y de los Derechos Humanos: la Sexualidad y el Género. ***Rev. C&Trópico***, v. 45, n. 1, p. 117-126, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art7

El presente estudio se propone, mediante el estudio bibliográfico cualitativo dialéctico, acerca del tema sobre la sexualidad y género en la perspectiva sociocultural y abajo de la vista del Palacio do Planalto y del Ministerio de la Mujer, de la Familia y de los Derechos Humanos. En este sentido rompemos con el discurso heteronormativo y machista promovido por los agentes públicos del ejecutivo federal brasileño y propagamos los derechos humanos, como siendo los derechos inherentes a todas las personas, independientemente de la raza, el color, el género, el credo, la etnia, el idioma y cualquier otra condición. Tenemos que romper con los discursos que excluyen los sujetos y pregonar el derecho a la vida y a la libertad y sin ningún tipo de discriminación y fortalecemos que los líderes públicos deben luchar contra toda y cada una de las prácticas que violen los derechos humanos.

Palabras clave: Educación. Género. Sexualidad. Gobierno Federal. Derechos Humanos.

1. Introdução: Construindo e desconstruindo enlaces culturais sobre gênero

No contexto histórico e político em que nos situamos, observam-se definições de papéis sociais e comportamentais que são constituídos desde a infância, sob a visão heteronormativa e machista que geram marcas e enraizamentos nos sujeitos que os reproduzem ou que rompem com a visão heteronormativa do ser homem e do ser mulher. Essas definições precisam ser debatidas, questionadas, e não tomadas como verdades absolutas, uma vez que os sujeitos, no espaço e no tempo, são resultados das experiências e construções as quais são submetidos. Diante disso, necessitamos construir paradigmas acerca das conjecturas que se montam sobre sexo, sexualidade e gênero, por meio do contexto sociocultural em que o sujeito esteja inserido.

A atual conjuntura política brasileira, instaurada a partir das eleições de 2018, trouxe rupturas frente às conquistas alcançadas na temática "sexualidade e gênero" nos mais diversos espaços sociais. Com a posse do então presidente Jair Messias Bolsonaro, e ainda, com a nomeação de alguns ministros de posição fortemente conservadora e radical, no que se refere ao tema sexualidade e gênero, estes manifestam forte oposição propagando uma ideologia de gênero difundida durante o processo eleitoral, que ainda é insuflada pela política do executivo federal provocando a violência contra os diferentes. Nesse contexto, vale ressaltar com a reportagem veiculada pela Gaúcha ZH[4] o pensamento ideológico do governo, "[...] é uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa", disse a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora evangélica Damares Alves.

Salienta-se que o discurso da ministra é uma manifestação equivocada, ou sem embasamento teórico de estudos e pesquisas sobre sexualidade e gênero consagrados no âmbito nacional e internacional, pois a senhora ministra em seu discurso evidencia o legado do patriarcado, da política heteronormativa e binária, na qual dita os papéis de homens e mulheres dentro do espaço social, como sendo verdades universais e incontestáveis. Nesse sentido, "[...] estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens" (SCOTT, 1995 p.75). O discurso da ministra é reflexo sociocultural de uma ideologia que não concebe a construção de gênero, a partir das relações histórico culturais, que vivenciamos nos espaços e tempos, como também, enquanto sujeitos individuais, singulares e autônomos que se constroem e reconstroem ao longo da vida.

No contexto social, criam-se conceitos culturais sobre a infância, o brincar e consequentemente sobre as manifestações direcionadas aos papéis de gênero, por meio do sexo biológico, evidenciando uma visão binária de homem e mulher. Assim, define-se quem brinca de carrinho e quem brinca de boneca. Dessa forma, se reflete o que preconiza (LOURO,2000, p. 8): "[...] aparentemente se deduz uma identidade de

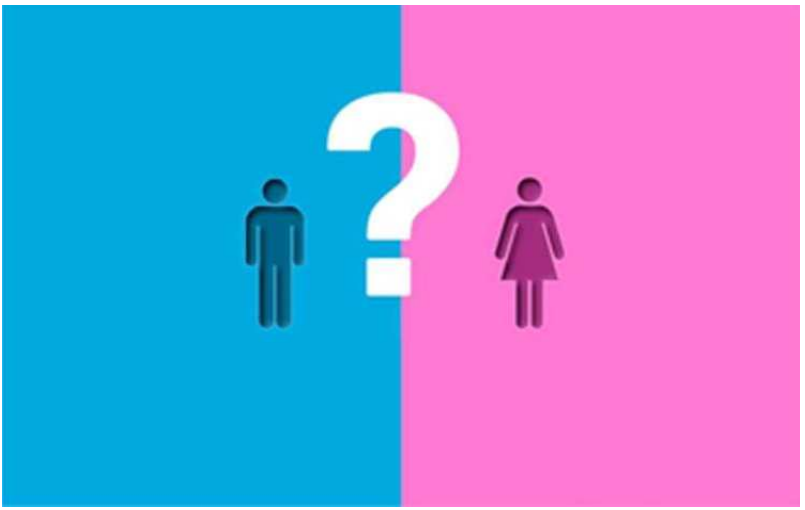
4 Reportagem da Gaúcha ZH. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/maternidade/noticia/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-maes-opinam-sobre-a-fala-da-ministra-e-a-criacao-de-seus-filhos-cjqwoyelc0003accnagv30r8h.html. Acesso em: 5 de ago. 2020.

gênero, sexual ou étnica de "marcas" biológicas; o processo é, no entanto, muito mais complexo e essa dedução pode ser (e muitas vezes é) equivocada". Em conformidade com Quaresma (2015), a autora descreve: "[...] as práticas cotidianas do professorado estão relacionadas a padrões heteronormativos e a condutas resultantes de discursos sexistas que estão presentes na cultura e que são reproduzidos acriticamente" (QUARESMA, et al. p.1, 2015).

Sob o mesmo ponto de vista, Scott (1995) já considerava o gênero como um elemento presente nas relações sociais que eram percebidas e diferenciadas pelo sexo. Scott (1995, p. 86) afirma que "[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder", o gênero é constituído pelas representações simbólicas e culturais (SCOTT, 1995, p. 86).

Desse modo, levantam-se questionamentos: Menino veste azul e menina veste rosa? Seria essa uma verdade absoluta? Estaríamos em pecado se o contrário fosse verdade? Que bases teóricas sustentam o discurso da ministra e do senhor Jair Messias Bolsonaro? Enfim, se a **Figura 1** a seguir for definidora de gênero basta então os pais continuarem vestindo seus filhos meninos de azul e suas filhas meninas de rosa, para livrá-los de toda uma constituição psíquica que nos torna sujeito/pessoa de desejo e fantasias.

Figura 1: menino veste azul e menina veste rosa?



Fonte: Chá revelação. Disponível em: https://www.google.com/search?q=nascimento+menino+e+menina+-com+roupas+rosa+e+azul&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjssMTqvoTrAhV1GbkGHdy--AJ8Q_AUoAXoECA0QAw&biw=1366&bih=625#imgrc=PeIAQD1F92j2jM . Acesso em: 5 de Ago 2020.

De fato, o comentário da ministra causou muitas polêmicas sobre uma temática que ainda passa por resistências no século XXI. Louro (2008), reflete sobre as frases que os pais gestantes costumam dizer, sendo elas: "É uma menina!" ou "É um

menino!", frases que causam muitas expectativas em pais de plantão, num momento curioso para saber o sexo biológico do bebê. Quando o/a médico/a fala: "Vai ser uma menina!", os pais arrumam o quarto todo cor de rosa e, se for menino, todo azul, o pai entusiasmado fala: "Se for menino, vai ser jogador de futebol!". Assim, legitimando o que o senso comum define como rosa de menina e azul de menino.

Segundo Louro (2008 apud BUTLER, 1993), essa expectativa dos pais em relação ao sexo biológico do bebê, desencadeia um processo de "fazer", de um corpo que assume uma identidade podendo ser feminino ou masculino, corpos com características físicas diferentes "[...] as quais se atribui significados culturais". (LOURO, 2008 p.15). Quem disse que a menina, possuidora de um sexo biológico feminino, será de fato uma mulher? Com características específicas femininas? Corrobora, nesse sentido, Butler (2019) descrevendo que o gênero é flutuante, assim, o homem com características masculinas, pode se apropriar tanto de uma identidade de gênero feminina, quanto de uma identidade de gênero masculina. Também, a mulher feminina pode se apropriar de uma identidade feminina ou masculina. Desse modo, compreende-se que o corpo é assexuado, biologicamente possui um sexo que o definiu culturalmente como homem ou mulher, sua identidade de gênero será assumida pelo corpo que é assexuado. Portanto, "[...] o gênero são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo". (BUTLER, 2003, p. 24).

2. Contextualizando os conceitos de gênero

A origem da palavra gênero[5] etimologicamente vem do Latim genere que significa nascimento. Biologicamente se usa a palavra gênero na classificação de seres vivos por famílias e raças. Como também, identificação do sexo biológico utilizado culturalmente para sexo feminino, sexo masculino ou identidade de gênero, atribuindo papéis sociais ou sexuais. No entanto, gênero pode ser um simples jeito de ser ou um estilo de vida, modo de pensar e agir. Sendo a palavra gênero usada também para definições literárias de acordo com os assuntos, características afins, como lírico, drama, poético e musical. Culturalmente gênero parece ser um "drama" incompreensível socialmente quando se fala das diferenças sexuais, das desigualdades de gênero e da discriminação de pessoas pelo seu jeito de ser e de viver. Segundo Scott:

> [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1995, p.88).

5 Conceito de gênero. Disponível em: https://www.dicio.com.br/genero/. Acesso em: 9 de Agosto 2020.

Os primeiros conceitos de gênero surgiram em meados de 1955, século XX, introduzidos pelo sexólogo John Money como conceito científico. A construção apresentada por Money relaciona-se "[...] à ideia de que não existe uma relação natural entre o sexo anatômico de uma pessoa e sua identidade sexual", esta diferente relação veio a se chamar identidade de gênero (LATTANZIO; RIBEIRO, 2018, p. 411). Neste sentido, complementa Louro (2000):

> Num longo e sutil exame da evolução dos conceitos de corpo e gênero, dos gregos até o século XX, Laqueur sugere que tem havido modificações fundamentais nos modos como nós vemos a relação entre o corpo masculino e o corpo feminino. Ele argumenta que, até o século XVIII, o discurso dominante "construiu os corpos masculino e feminino como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um único sexo" (LOURO, 2000 apud LAQUEUR, 1990, p.40)

Nos movimentos feministas, reuniram-se mulheres na busca pelos direitos, na conquista de políticas públicas e no direito ao sufrágio feminino em meados de 1932. Logo, as feministas apresentaram ao mundo, de modo subversivo, a normatividade que difere do sexo biológico, mostrando as relações de gênero. Segundo Butler (2019), a representação são termos polêmicos, serve como meio para se buscar visibilidade às mulheres e facilitar sua emancipação. Para Foucault, no sistema jurídico e em ambientes de poder, os sujeitos passam a representar-se. (BUTLER, 2019 apud FOUCAULT, 1980).

Já as construções conceituais sobre gênero foram tomando formas por diversos autores e pesquisadores, a exemplo de Beauvoir quando disse: "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher!". Assim, corrobora Louro (2000) quando diz que se buscou "[...] através de múltiplas estratégias e táticas, 'fixar' uma identidade masculina ou feminina 'normal' e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero 'normais' a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (LOURO, 1997-1998, p. 17).

Diante dessas reflexões, as construções sobre sexualidade e gênero propõem desconstruir os conceitos normatizados pela sociedade em que homens e mulheres possuem seu sexo biológico definido, assim como seus papéis definidos. A construção da identidade do sujeito faz parte do livre arbítrio, podendo ser construído culturalmente pelo imaginário dos pais, por exemplo. A esse respeito, Butler (2003), ressalta as palavras de Beauvoir que gênero é tão variável e volitivo, que torna-se uma escolha. "Para Beauvoir, o gênero é 'construído', mas há um agente implicado em sua formulação, um cogito[6] que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro" (BUTLER 2003, apud BEAUVOIR, p. 27). Nesse contexto, reforça Scott (1995) ao descrever gênero como identidade instável:

6 Cogito: Vem do verbo cogitar. Pensar insistentemente sobre alguma coisa; refletir acerca de: cogitamos uma maneira de o convencer; cogitava no... Disponível em: https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=-cogito. Acesso em: 9 ago 2020.

> [...] a identificação de gênero, mesmo que pareça sempre coerente e fixa, é, de fato, extremamente instável. Como sistemas de significado, as identidades subjetivas são processos de diferenciação e de distinção, que exigem a supressão de ambigüidades e de elementos de oposição, a fim de assegurar (criar a ilusão de) uma coerência e (de) uma compreensão comum. A idéia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos - do potencial do sujeito para a bissexualidade - e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. (SCOTT, 1995, p.80).

Então, o reconhecimento do sujeito pelo sexo biológico para distinguir as diferenças, implica nas questões das desigualdades e hierarquias dos papéis previamente definidos, assim, estabelecem estreitamente o poder enraizado na sociedade e no espaço e tempos (LOURO, 2000).

3. Gênero e Educação

Falar e discutir sobre gênero na educação é fazer prevalecer os direitos humanos para todos e todas independente de raça/etnia, credo, sexo, sexualidade, promovendo dessa forma a equidade de justiça e respeito social. "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação aos outros com espírito de fraternidade", e o artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009) complementa: "[...] todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação". Segundo Quaresma (2007), é de grande importância a implementação de políticas públicas nas escolas para falar sobre gênero e sexualidade, temáticas relevantes no processo de construção de identidades. De acordo com os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs), cabe ao professor, trabalhar sobre a diversidade atribuindo valor às diferenças por meio de ações educativas que propiciem uma aprendizagem significativa para a formação de cidadãos que possam trazer consigo a equidade no convívio social. Assim, trabalhar a autoestima dos alunos e alunas em sala de aula e contexto escolar é de suma importância.

Para Foucault (1982), a biologia da sexualidade como formas de controles modernos impede a livre escolha de identidade. O sujeito caracterizado pela sua identidade primária, pelo sexo biológico, possui profundos elementos relacionados a outro sexo que podem vir a aparecer, quando o indivíduo apresenta características muitas vezes oposta ao sexo biológico. Por isso, falar sobre gênero e sexualidade é respeitar a diversidade e fazer desenvolver habilidades em todos e todas sem discriminação por sexo.

Rompendo com o paradigma social que começa na educação infantil quando já se define papéis a partir do sexo biológico. É possível trabalhar o empoderamento da mulher para que, na adolescência, sinta-se capaz e não diminuída diante dos obstáculos que se montam nos discursos heteronormativos e machistas que circulam nos espaços, tempos, e discursos políticos.

Na educação, para que esse tema seja abordado de maneira significativa possibilitando espaço de escuta e diálogos, Quaresma (2012) salienta que é necessário haver articulações, por meio de reformulações nas formações iniciais de professores, bem como formações continuadas para que se promova o senso crítico sobre as hierarquias de gênero e sexualidade presentes no espaço social e escolar.

Para tanto, o processo de formação de professores deve ser contínuo como forma de desconstruir enlaces culturais do tempo do patriarcado, a fim de que os valores levados aos alunos/as, futuros profissionais de diversas áreas, possam promover a equidade no seu ambiente trabalho com sua família e na sociedade, fazendo prevalecer a igualdade de direitos. Ainda em Quaresma (2012), os estudos sobre gênero e sexualidade na educação se iniciam na formação de professores, profissionais atuantes no campo da educação, promovendo uma política sustentável que ultrapassa o ambiente escolar, no qual professor e alunos podem multiplicar valores contra a homogeneidade como forma de promover a diversidade e o convívio social em outros espaços de maneira saudável, respeitando as diferenças e os diferentes.

4. Considerações Finais

Este artigo nos leva a concluir que é preciso que todos os cidadãos que defendem os direitos humanos façam reverberar os direitos inerentes à pessoa humana. Além do mais, os discursos que ferem esses princípios devem ser negados por todos e todas que lutam a favor da equidade, propagando uma visão crítica acerca de governos autoritários e arbitrários.

Outro ponto relevante reside no fato de que os sujeitos possam viver livremente, cabendo aos agentes públicos assegurar políticas públicas que possam consagrar direitos e libertar os sujeitos das amarras construídas historicamente. Torna-se necessário e urgente que exista um executivo que promova a igualdade e privilegie a equidade a fim de inserir os cidadãos socialmente.

Todos e todas são cidadãos de direitos iguais e livres para viver sua identidade de gênero, todos/as merecem ser respeitados/as, esses discursos devem partir da presidência da república e dos ministros/as, no sentido de promover a educação brasileira e a igualdade em direitos, mas infelizmente se percebe a falta de conhecimento sobre esta temática, na qual culturalmente, no dito popular, o sujeito é identificado pelo seu sexo biológico, ou seja, rosa menina e azul menino como preconiza a senhora, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora evangélica Damares Alves.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da educação para descontruir esses enlaces culturais sobre as identidades dos sujeitos, construídas a partir do sexo biológico. Afinal, por que não menina vestir azul e menino rosa? Por fim, o espaço escolar tem papel primordial na construção de direitos e de vivências, de experiências das mais variadas possíveis. A escola e seus agentes devem promover concepções de gênero, sexualidade, raça, etnia pautadas na equidade e na diversidade social em que os sujeitos estejam inseridos.

Por fim, é importante criarmos espaços para que se possa refletir sobre a naturalização da cultura machista e heteronormativa, e assegurar que todos e todas possam fazer parte dos espaços sociais, e que as condições de acesso aos direitos não seja única e exclusiva para homens brancos e héteros. É necessário que os governantes ocupem os cargos públicos e não façam desses espaços currais eleitorais e excluam as minorias, já historicamente excluídas de direitos.

Referências

BRASIL. ***Parâmetros curriculares nacionais:*** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. (p.01 a 79)

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS – ***DUDH. UNIC*** / Rio / 005 - Agosto 2009. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Senac%20UCs/DUDH.pdf. Acesso em 11 de Out. 2020.

BUTLER. Judit. ***Problemas de gênero:*** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER. Judit. ***Problemas de gênero:*** Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LATTANZIO. Felippe Figueiredo. RIBEIRO.Paulo de Carvalho. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. ISSN 0103-5665. ***Psic. Clin***, Rio de Janeiro, vol. 30, n.3, p. 409 – 425, set-dez/2018.

LOURO. Guacira Lopes. ***O corpo educado:*** Pedagogias da Sexualidade. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO. Guacira Lopes. ***Um corpo estranho:*** Ensaios sobre a sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STELLMANN. Renata. ***A masculinidade na clínica.*** Dissertação de Mestrado em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. ***Educação & Realidade.*** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 11 Set 2020.

QUARESMA DA SILVA, D. R. BERTUOL, Bruna. Estás sempre chorando, tu é de açúcar? pedagogias de gênero na educação infantil. ***Revista Iberoamericana de Educación,*** vol. 68 (2015), pp. 137-150 - OEI/CAEU.

QUARESMA DA SILVA, D. R.; Sarmento, F. D. e Fossatti, P. Género y sexualidad: ¿quédicenlas profesoras de educación infantil de Canoas, Brasil? ***Archivos Analíticos de Políticas Educativas,*** V. 20, n. 16, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/karin/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/Quaresma%20espanhol%20escola.pdf. Acesso em: 11 de out. de 2020.

QUARESMA DA SILVA, D. R. ***Mães-menininhas: A gravidez na adolescência escutada pela psicanálise e educação. Tese de Doutorado***. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

Fundamentos da interiorização do Ensino Superior Federal no Brasil: atrelamento aos Arranjos Produtivos Locais (APL)

Fundamentals of the decentralization of federal higher education in Brazil: related to Local Productive Arrangements

Fundamentos de la descentralización de la educación superior federal en Brasil: empate a los Arreglos productivos locales (APL)

Maria Nainam Silvino Araújo dos Santos[1]
Luís Henrique Romani de Campos[2]

Resumo

SANTOS, Maria Nainam Silvino Araújo dos; Campos, Luís Henrique Romani de. Fundamentos da interiorização do Ensino Superior federal no Brasil: atrelamento aos Arranjos Produtivos Locais (APL). Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 127-157, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art8

A abertura de unidades federais de ensino superior no interior do Brasil atrelada à presença de Arranjos Produtivos Locais apresenta-se como uma política includente de oportunidade educacional capaz de favorecer o desenvolvimento do local e da região onde estão inseridas. Partindo desse entendimento, este artigo buscou identificar de que forma esse processo de expansão está fundamentado considerando os seguintes critérios de análise: desdobramentos sobre a adequação das estruturas políticas de funcionamento, relações de cooperação, aprendizagem e cultura da inovação no contexto de Arranjos Produtivos Locais. Para tanto, após desenho e composição do recorte amostral, realizou-se, em um primeiro momento, a pesquisa direta, por meio de entrevistas semiestruturadas, com representantes, em diferentes graus, das Instituições Federais de Ensino Superior. Além disso, também foi realizada pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados obtidos apontam para uma necessidade de aproximação das IFES para com os diferentes atores que compõem as aglomerações produtivas, através de, entre outros aspectos, práticas de pesquisa e extensão, cooperação e parcerias locais e internacionais, identificação, reconhecimento e esforços que caminhem na direção de promover a atenção às realidades e necessidades locais a partir do olhar para as suas demandas e singularidades. Por fim, percebe-se que os efeitos observados em cada *campus*, em uma análise primária, aparentam ser derivados do capital social presente na região onde estão inseridos.

Palavras-chave: Ensino superior. Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional.

1 Economista. Mestre em Administração e Desenvolvimento. E-mail: maria.silvino-tc@fundaj.gov.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0594-4524.

2 Economista. PhD em Economia. Pesquisador titular da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: luis.campos@fundaj.gov.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0801-7857

Abstract

SANTOS, Maria Nainam Silvino Araújo dos; Campos, Luís Henrique Romani de. Fundamentals of the decentralization of federal higher education in Brazil: related to Local Productive Arrangements. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 127-157, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art8

The opening of federal units of higher education in the interior of Brazil tied to the presence of Local Productive Arrangements is presented as an inclusive policy of educational opportunity capable of favoring the development of the place and region where they are inserted. Based on this understanding, this article sought to identify how this expansion process is based considering the following analysis criteria: consequences on the adequacy of the political structures of operation, relations of cooperation, learning and culture of innovation in the context of Local Productive Arrangements. Therefore, after drawing and commscing the sample cut, a direct research was carried out, through semi-structured interviews, with representatives, to different degrees, of the Federal Institutions of Higher Education. In addition, bibliographic and documentary research was also carried out. The results obtained point to a need to bring the Federal Institutions of Higher Education closer to the different actors that make up the productive agglomerations, through, among other aspects, research and extension practices, cooperation and local and international partnerships, identification, recognition and efforts that move towards promoting attention to local realities and needs from the look at their demands and singularities. Finally, it is perceived that the effects observed in each campus, in a primary analysis, appear to be derived from the social capital present in the region where they are inserted.

Keywords: Higher Education. Public Policies. Regional Development.

Resumen

SANTOS, Maria Nainam Silvino Araújo dos; Campos, Luís Henrique Romani de. Fundamentos de la descentralización de la educación superior federal en Brasil: empate a los Arreglos productivos locales (APL). ***Rev. C&Trópico***, v. 45, n. 1, p. 127-157, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art8

A partir de la percepción de que la apertura de unidades federales de educación superior en el interior de Brasil, ligada a la presencia de Arreglos Productivos Locales, se presenta como una política inclusiva de oportunidad educativa capaz de favorecer el desarrollo del lugar y región donde se ubican, este artículo buscó identificar cómo se basó esta reciente expansión, tomando como criterio de análisis sus desarrollos sobre la adecuación de las estructuras políticas de operación, las relaciones de cooperación, aprendizaje y la cultura de la innovación en el contexto de los Arreglos Productivos Locales. Por ello, luego de dibujar y componer la muestra, se realizó una encuesta directa, en un primer momento, a través de entrevistas semiestructuradas, con representantes, en diferentes grados, de las Instituciones Federales

de Educación Superior. Además, también se llevó a cabo una investigación bibliográfica y documental. Los resultados obtenidos apuntan a la necesidad de acercar las IFES a los diferentes actores que conforman las aglomeraciones productivas a través de, entre otros aspectos, prácticas de investigación y extensión, cooperación y alianzas locales e internacionales, identificación, reconocimiento y esfuerzos que avancen en la dirección, promover la atención a las realidades y necesidades locales desde la perspectiva de sus demandas y singularidades. Finalmente, es claro que los efectos observados en cada campus, en un análisis primario, parecen derivarse del capital social presente en la región donde se ubica.

Palabras clave: Educación Superior. Políticas Publicas. Desarrollo Regional.

1. Introdução

O artigo trata da expansão da rede de ensino superior federal no interior do Brasil, lançando um olhar sobre os seus desdobramentos para com a adequação das estruturas políticas de funcionamento, relações de cooperação, aprendizagem e cultura da inovação no contexto de Arranjos Produtivos Locais.

A expansão do ensino superior se insere em uma conjuntura de esforços para a ampliação da oferta de vagas que não se limita apenas à esfera pública, mas também alcança a esfera privada dessa modalidade de ensino. Pereira e Silva (2010) discorrem que programas, tais quais o ProUni[3] (Universidade para Todos), a Universidade Aberta do Brasil (UAB)[4] e o aumento da oferta do crédito educativo por meio do FIES (Programa de Financiamento Estudantil), além do Reuni (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais)[5], são exemplos da política de fomento ao acesso ao Ensino Superior no Brasil.

Nesse cenário, o ponto de partida deste artigo é a percepção de que a questão da expansão de cunho federal, favorecida por programas como o Reuni, tende a ligar-se à aplicação de políticas atenuantes das desigualdades sociais e regionais por meio de, entre outros aspectos, da possibilidade e elevação do acesso às oportunidades educacionais de nível superior por classes da base, historicamente excluídas ou com acessos diminutos, bem como para regiões do interior do país pouco atendidas.

Nesse sentido, busca-se responder a três ordens de questionamentos, quais sejam: i. Existe adequação da estrutura e política de funcionamento das IFES em relação aos APLs? ii. Quais os tipos de cooperação e aprendizagem presentes nas conexões entre as IFES e os atores locais? e, iii. Quais são os esforços institucionais para promover a inovação como força propulsora do desenvolvimento local?

O artigo está dividido em cinco seções a partir dessa parte introdutória, que são, sequencialmente, a revisão teórica, os procedimentos metodológicos, os resultados e discussão e, finalmente, a conclusão.

3 O ProUni foi criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 2005.
4 Instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.
5 Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

2. Revisão Teórica

As políticas educacionais impulsionadas pelo governo Lula (2003-2010) foram a alavanca principal para o processo de expansão da rede federal de Ensino Superior no país e ampliação das oportunidades de acesso a essa modalidade de ensino por uma parte da população que outrora estava às margens das oportunidades educacionais. Estudos como o de Melo *et al.* (2014) corroboram o exposto ao evidenciarem que expressiva parcela de alunos dos novos *campi* criados a partir da interiorização dificilmente teriam acesso ao Ensino Superior sem as políticas de expansão das Universidades Federais.

Destacam-se, nesse contexto, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implantado, em 2017, e criado por meio do Decreto nº 6.096/2007 e da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a qual instituiu os Institutos Federais[6], como os principais catalisadores da expansão do Ensino Superior federal para o interior do Brasil. As universidades, *princípio gerador das sociedades fundadas no conhecimento*[7], estão, cada vez mais, incorporando em suas atividades aquelas que têm efeito direto no desenvolvimento local e regional. Através disso, elas passam a assumir um novo contrato com a sociedade, no qual o financiamento público para o desenvolvimento dessas atividades está condicionado pela sua contribuição direta no desenvolvimento econômico (ETZKOWITZ, 1994). Isso posto, adiciona-se que a expansão e alocação das universidades federais obedece a três dimensões: social, geográfica e de desenvolvimento. Especialmente na dimensão "desenvolvimento", se propôs alocar as UFs em municípios que abrigam Arranjos Produtivos Locais (APL) identificados ou que estejam no entorno de grandes investimentos[8].

De acordo com o Art. 6º, IV, da Lei 11.892/08, é uma finalidade e característica dos Institutos Federais

> IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008).

Diante disso, pode-se perceber que a expansão, tanto no contexto das UFs quanto dos IFs, se configura como uma política de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais. Arranjo Produtivo Local, consoante Moutinho (2010), operacionaliza a compreensão do processo produtivo e inovativo e se refere aos conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, que partilham um mesmo território.

6 As Instituições de Ensino Superior no Brasil (IES) são constituídas a partir de três opções de credenciamento: faculdades, centros universitários e universidades. Além dos credenciamentos citados existem os Institutos Federais, que são configurados como instituições de educação superior em que pode haver educação básica, profissional, pluricurricular e multicampi.

7 Além do governo e instituições dirigidas ao mercado (LUBAMBO; BASTOS, 2014). Ver mais em Etzkowitz (2009, 1994).

8 De acordo com Brasil [2021?].

Esses se articulam, formalmente ou não, com a finalidade de obtenção de ganhos econômicos através de atividades produtivas e inovativas e, como regra, são identificados a partir de uma atividade produtiva central ou um conjunto de atividades correlacionadas. Lastres e Cassiolato (2003) adicionam que além de envolverem, geralmente, a participação e a interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação,

> incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (LASTRES; CASSIOLATO, 2003, p. 3).

Cabe destacar ainda que as relações de cooperação podem ser adensadas pela presença do capital social no Arranjo. Nesse caminho, Andrade e Cândido (2013, p.4) colocam que as "ações coletivas geradoras de APLs podem ser facilitadas pelo nível elevado de capital social, que propicia relações de cooperação e favorecem o aprendizado interativo".

De acordo com a OECD – *Organization for Economic Co-operation and Development* (2000, p.87) o capital social de uma pessoa ou organização consiste em conexões com outras pessoas ou organizações. Assim, aqueles que estão embutidos em redes têm altos níveis de capital social e há um aspecto cultural ou relacional em que o capital social pode se referir a normas de reciprocidade, obrigação mútua e confiança entre pessoas ou grupos. Putnam (1995) expõe que o capital social diz respeito às características da organização social tais como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e cooperação para benefício mútuo.

Bourdieu (1980), por sua vez, destaca que o conceito de capital social surgiu como um caminho único para descrever o princípio dos efeitos sociais.

> *Le capital social est l' ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possesion d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance; ou, en d'autres termes, à l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes mais sont aussi unis par des liaisons permanentes et utiles. ces liaisons sont irréductibles aux relations objectives de proximité dans l'espace économique et social parce qu'elles sont fondées sur des échanges inséparablement matériels et symboliques (BOURDIEU, 1980, p.1).*

A presença do capital social no arranjo, além de favorecer uma relação de cooperação mais forte, também promove sinergias e externalidades positivas provocadas pela aglomeração. Assim, se constitui como um importante instrumento para a formação e sustentação de um arranjo produtivo (TEIXEIRA, 2004, p.83).

No que diz respeito à inovação, outro instrumento singularmente importante no âmbito de um APL, Resende (2010, p.30) infere que "a inovação traz consigo soluções inéditas para os problemas e permite responder às necessidades das pessoas e da sociedade". Chiarini e Vieira (2012, p. 118) revelam que no contexto *ex ante*, os ganhos consequentes do processo de inovação são mais ou menos expressivos de acordo com o papel que as universidades apresentem ao intensificarem, ou não, sua relação com a dinâmica cultural, social, política, institucional e histórica dos locais onde estão inseridas, e nada garante, *ex post*, que o conhecimento ali gerado será, efetivamente, revertido em ganhos inovativos reais para uma região e país. Assim, cabe considerar que as universidade são capazes de desenvolver o sistema inovativo através da interação com atores e canais diversos, especialmente empresas e governo. Entre os estudos referentes à análise dos atores envolvidos nessa interação destacam-se, o Sistema Nacional de Inovação, o Triângulo de Sábato e modelo da Tripla Hélice (Triple Helix).

Diversos teóricos, tais como Sbicca e Pelaez (2006), Freeman (1987) e Lundvall (2010) discorreram a respeito do Sistema Nacional de Inovação (SNI). Na definição proposta por Sbicca e Pelaez (2006), o SNI corresponde a um conjunto de instituições públicas e privadas que contribuem para o desenvolvimento e difusão de novas tecnologias. Freeman (1987, p.1) conceitua que Sistema Nacional de Inovação é uma rede de instituições dos setores público e privado, cujas atividades e interações são capazes de modificar e difundir novas tecnologias. Lundvall (2010), por sua vez, amplia a concepção de SNI ao incorporar o conjunto de instituições diversas que afetam as estratégias das empresas referentes à inovação.

Na abordagem proposta no Triângulo de Sábato é exposta uma ação decisiva no campo da pesquisa científico – tecnológica cujo resultado implica em uma ação múltipla e coordenada de três elementos fundamentais para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas, a saber: o governo, a estrutura produtiva e a infraestrutura científico-tecnológica (SÁBATO; BOTANA, 2011).

Desenvolvido por Etzkowitz e Leydesdorff (1997), o modelo denominado Tripla Hélice (TH) é composto por três fatores determinantes para a criação de um ambiente inovador, sendo eles: uma base sólida científica para o desenvolvimento e disseminação de tecnologias, o apoio governamental através de políticas públicas e a iniciativa privada (SANTOS; RIMOLI, 2016, p. 29). Nesse modelo, o conhecimento flui tanto do interior das organizações quanto das fronteiras institucionais presentes em dado segmento e a universidade é capaz de desempenhar papéis cada vez mais significativos na promoção de inovação nas sociedades dependentes do conhecimento (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000). No modelo TH, Etzkowitz (2003) valida que à universidade corresponde o papel de fonte de novos conhecimentos e tecnologias/inovações, às empresas, o de integrá-los à produção e, ao governo, cabe favorecer as relações entre universidade-empresa que possibilitem a transferência de conhecimentos pré-existentes ou gerados. No entanto, de acordo com Leydesdorff e Etzkowitz (2001), esses papéis não são invariáveis e cada instituição pode assumir o papel da outra.

Diante do exposto, é possível atentar para a existência de uma dinâmica que favorece o fluxo de conhecimento na interação universidade-empresa. Nesse caminho, Dalmarco (2012, p.43) apresenta que o estímulo para que ocorra o fluxo de conhecimento é dado pelo ator responsável por tomar a iniciativa em estabelecê-lo e o conteúdo transferido é definido pelo nível científico ou aplicado do conhecimento.

No âmbito do "fluxo de conhecimento", existem barreiras que limitam e/ou dificultam as relações de transferência de conhecimento e cooperação universidade-empresa. No cenário brasileiro, especialmente, verifica-se que entre essas barreiras estão as dificuldades culturais, burocráticas e legais tais como: não identificação de oportunidades em P&D; leitura simplista e compreensão incompleta da imagem da universidade, agente promotor de inovação, por parte das empresas; diferenças de objetivos e visões; localização geográfica; desconhecimento de como iniciar o envolvimento na parceria de cooperação e ter acesso a outros parceiros, como o governo; duração dos projetos e grau de incerteza; dificuldade de acesso ao apoio governamental ou de algum agente de intermediação; definição da propriedade das patentes e resultados, burocracia por parte das organizações, governo e da própria instituição universitária e entre outros aspectos[9].

Vasconcelos e Ferreira (2000) demonstram que, no Brasil, o número de relações de cooperação de empresas com universidades e centros tecnológicos ainda é bastante reduzido, não se tendo um ambiente que induza a empresa a investir em P&D objetivando assim absorver não apenas novas tecnologias como também pessoal capacitado. O menor comprometimento do setor privado com as atividades de P&D no Brasil contrasta com o comportamento de países desenvolvidos, o que, na argumentação dos autores supracitados, teve por consequência a perda, por parte da indústria brasileira, da oportunidade de investir no desenvolvimento de capacidade inovativa e em processos criativos de aprendizado em conjunto. Em virtude dessa cultura empresarial, grandes empresas investem em P&D mais para tropicalizar os seus produtos. Já as micro, principalmente, são carentes de tecnologia e recursos e, não poucas, desconhecem a possibilidade de efetivarem parcerias com as Instituições de Ensino Superior. Nesse processo, alguns recursos como a ação do governo, atuam como agentes que estimulam e favorecem as relações de interação entre a empresa e a universidade. Exemplo disso é a Lei Bayh-Dole *Act*[10], lei americana que permite a universidade patentear e licenciar, com exclusividade, os produtos resultantes das inovações financiadas por fundos federais. Na Europa, a Inglaterra foi o primeiro país a produzir lei similar à BDA, em 1985, concedendo às universidades o direito de patente e comercialização dos resultados de suas pesquisas[11].

9 Ver: Closs e Ferreira (2012); Costa e Cunha (2001); Cruz e Segatto (2009); Mota (1999); Villela e Almeida (2012).

10 A Lei foi proposta pelos senadores Bayh e Dole e sancionada pelo presidente norte-americano Jimmy Carter, em 12 de dezembro de 1980, como PL 96-517.

11 Em Cruz e Souza, 2014.

Gimenez e Bonacelli (2019, p.2) colocam que no Brasil,

> o envolvimento com a sociedade, especialmente com o setor produtivo, surgiu tardiamente se comparado com experiências internacionais amplamente conhecidas, como das universidades norte-americanas. Aliás, no período em que universidades estrangeiras desenvolviam e aprofundavam as suas interações com a sociedade, a própria Universidade ainda não havia sido instalada no país, pois a sua instauração e desenvolvimento, bem como a criação de estruturas de apoio transcorreram ao longo dos séculos XX e XXI.

Mais recentemente, a Lei de Inovação Tecnólogica, sancionada em 2004, trata de criar estímulos para a pesquisa aplicada no país. Nas palavras de Cruz e Souza (2014, p. 350),

> no que tange ao estímulo à produção de inovação conjunta pela empresa e universidade, a lei pouco se dedica a criar mecanismos ou arcabouço institucional para que seja efetiva a transferência tecnológica para o setor produtivo. Parece crer que a solução da pouca integração entre ambos os agentes seja somente de disponibilidade de recursos, não levando em conta o papel da estrutura de governança da transação por ela criada e dos custos transacionais associados.

No entanto, ainda que existam evidentemente barreiras à cooperação/interação, Ipiranga e Almeida (2012, p.23) enfatizam que, por outro lado, encontram-se motivos reais e relevantes para buscá-la. Considerando o lado das universidades, os referidos autores ressaltam que as pesquisas científicas no Brasil estão hospedadas, principalmente, em instituições de caráter público o que significa a captação de recursos normalmente escassos, tão essenciais para o desenvolvimento do conhecimento. Com isso, a busca por novos recursos talvez seja um importante estímulo para que as universidades e institutos de pesquisa almejem e participem do processo de cooperação com o mundo produtivo.

Diante da discussão ora exposta, é possível, portanto, concordar com Chesbrough (2003, p.191) que, cada vez mais, o sistema universitário será o lócus de descobertas fundamentais. E o segmento industrial e empresarial precisará trabalhar com as universidades para transferir essas descobertas para produtos inovadores.

3. Procedimentos Metodológicos

Em um primeiro momento, fez-se uso do levantamento realizado por Barbosa, Campos e Firmino (2015) em que ocorreu a identificação, a partir da Análise sobre o Censo da Educação Superior 2014 e do Mapa da Expansão das Universidades Federais de quais foram os *campi* abertos no interior do país a partir de 2002. Assim, foi identificado um total de 156 UFs e 194 IFs. Posteriormente, por meio dos mapeamentos realizados pelo Observatório Brasileiro de APL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs, foi possível levantar os APLs identificados no Brasil por estado e por município. De posse disso foi efetuado um cruzamento dos dados para identificar quais municípios abrigam, ao mesmo tempo, APL, UF e IF. Como resultado, encontrou-se que em 18 municípios localizados em 13 estados distribuídos em todas as regiões do país havia a interseção entre uma nova unidade de Instituição de Ensino Superior Federal com algum APL.

Uma vez definidos esses municípios procedeu-se ao envio de e-mails (em agosto de 2016), com um Roteiro de Entrevista de caráter geral semiestruturado para os gestores de cada Instituição. Durante os meses de novembro e dezembro de 2016 e janeiro e fevereiro de 2017 as solicitações foram reforçadas. Finalmente, obteve-se o retorno de 9 (nove) atores, sendo 5 (cinco) Universidades e 4 (quatro) Institutos Federais representando 8 (oito) municípios. Assim, a amostra final foi composta da seguinte forma: *Região Nordeste*: Univasf São Raimundo Nonato, no Piauí, Facisa (UFRN) e IFRN ambos em Santa Cruz e Ufersa em Pau de Ferros, no Rio Grande do Norte; *Região Norte*: IFTO Porto Nacional, no Tocatins; *Região Centro - Oeste*: IFG Aparecida de Goiânia, no Goiás, UFMS Nova Andradina, no Mato Grosso do Sul; *Região Sudeste*: Unifesp São José dos Campos, em São Paulo, e; *Região Sul*: IFRS Erechim, no Rio Grande do Sul.

Procedeu-se com a análise interpretativa da fala dos entrevistados apoiada em três aspectos expostos em Triviños (2008, p. 173): i. respostas aos instrumentos, ideais dos documentos, etc.; ii. adequação com o embasamento teórico; iii. experiência pessoal do investigador. Em tom secundário, foram realizadas buscas em plataformas oficiais e sites oficiais das Unidades de Ensino Superior, Plataforma Sucupira, Plataforma CNPq e Diretório de Grupos e Pesquisas Lattes, a fim de identificar registros de atividades que estariam ligadas às demandas e características dos APLs e das regiões onde estão presentes.

4. Resultados e discussão

4.1 Breve apresentação da amostra

O perfil da amostra deste estudo é sintetizado no Quadro 1, a seguir. A partir dos dados do Censo (IBGE, 2010) obteve-se o quantitativo populacional e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). As informações sobre o Produto

Interno Bruto (PIB) são derivadas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). A listagem da oferta de cursos e do total de egressos, por sua vez, partiu do Censo da Educação Superior (2017) e os dados foram extraídos através do software estatístico SPSS. Ainda, é importante colocar que os espaços/células que possuem o carácter "-", na coluna egressos (por sexo feminino e masculino), significa que foi preferido não enunciar os totais, uma vez que estes estão diretamente ligados aos cursos que não "conversam", em estrutura ou em potencial, com o(s) APL(s). Esses cursos receberam a nomenclatura NA - Não Atende. Nesse entendimento, outra categoria de cursos recebeu a nomenclatura AP - Atende Parcialmente, uma vez que houve o compreensão de que poderiam, em alguns aspectos (ainda que minimamente), contribuir com as empresas que compõem o(s) APL(s). Diante disso, apenas para os cursos classificados como "atendem" ou "atendem parcialmente", foram exibidos os totais de egressos. Finalmente, a identificação dos APLs presentes nos municípios da amostra, conforme já explicitado nos procedimentos metodológicos, se deu por meio das seguintes fontes: Observatório Brasileiro de APL, BNDES, Sebrae e Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs.

Quadro 1 - Perfil da amostra

Região Nordeste									
Município	População12	IDH -M13	PIB14 mil reais (2017)	PIB15 per capita (2017)	IFES	Curso	EGRESSOS16		APL17
							Feminino	Masculino	
São Raimundo Nonato (PI)	32.327	0,661	407.774	11.955,03	Univasf	Arqueologia e Preservação Patrimonial	11	9	Turismo de São Raimundo Nonato
									Apis da Serra da Capivara
									Aprisco da Serra da Capivara
						Ciências da Natureza	10	4	Artesanato da Serra da Capivara
									Ovinocaprinocultura da Serra da Capivara
Santa Cruz (RN)	35.797	0,635	562.201	14.173,01	Facisa (UFRN)	Enfermagem (NA18)	-	-	APL de Ovinocaprinocultura
						Fisioterapia (NA)			
						Nutrição (NA)			
					IFRN	Física (NA)	-	-	
						Matemática (NA)			
Pau dos Ferros (RN)	27.745	0,678	493.167	16.194,89	Ufersa	Eng. Ambiental e Sanitária (AP19)	1	1	Ovinocaprinocultura
						Eng. Civil (NA)	-	-	
						Eng. de Computação (NA)	-	-	Apicultura
						Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (AP)	37	56	
Região Norte									
Porto Nacional (TO)	49.146	0,740	2.627.604	49.738,85	IFTO	Logística (AP)	17	15	Fruticultura/Abacaxi
Região Centro - Oeste									
Aparecida de Goiânia (GO)	455.657	0,718	12.882.844	23.765,14	IFG	Dança (NA)	-	-	Tecnologia da Informação
						Eng. Civil (NA)			Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – HPPC
Nova Andradina (MS)	45.585	0,721	2.007.865	38.154,19	UFMS	Administração	23	21	APL de Vestuário Nova Costura
						Gestão Financeira	6	4	
Região Sudeste									
São José dos Campos (SP)	629.921	0,807	39.829.404	56.638,69	Unifesp	Ciência da Computação	4	12	Aeroespacial e Defesa, Tecnologia de Informação e Comunicação do Vale do Paraíba.
						Engenharia de Materiais	19	15	
						Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia	65	105	
						Matemática Computacional	0	1	
Região Sul									
Erechim (RS)	96.087	0,776	4.484.452	43.354,43	IFRS	Design de Moda	13	0	Têxtil e Vestuário do Alto Uruguai Gaúcho – Polovest.
						Marketing	8	6	

Fonte: elaboração própria.

12 Censo IBGE 2010
13 IBGE 2010
14 IBGE 2017
15 IBGE 2017
16 Censo da Educação Superior - 2017
17 Observatório Brasileiro de APL, BNDES, Sebrae e Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs
18 NA - Não Atende (cursos que não "conversam", em estrutura ou em potencial, com o APL)
19 AP - Atende Parcialmente. Se considerou que este curso poderá, em alguns aspectos, contribuir com as empresas que compõem o APL.

A partir do ***Quadro 1***, é possível perceber nos recortes regionais que os municípios do Sul e Sudeste, predominantemente, são os que possuem melhores indicadores de desenvolvimento econômico e social. No entanto, municípios como Porto Nacional-TO, Aparecida de Goiânia-GO e Nova Andradina-MS figuram, nos seus respectivos estados, entre os de melhor desempenho. Assim, percebe-se que nesses locais a presença de uma unidade de ensino superior é favorecida pela dinâmica local e suas ações e resultados, por vezes, são influenciados diretamente pelo capital social local.

Um olhar a respeito da oferta de cursos que apresentam uma ligação direta, ou, mais próxima, para com o APL mostra que essa percepção é mais facilmente aplicada e praticada nos municípios do Sul e Sudeste, sobretudo naqueles que já trazem uma cultura de favorecimento do APL, ou seja, regiões que abrigam APLs já dinâmicos e inovadores e, não apenas isso, mas também que possuem uma tradição no ensino superior. Por outro lado, a oferta de cursos da maioria dos municípios do Nordeste que integram a amostra deste estudo, a saber: Santa Cruz e Pau dos Ferros, ambos no Rio Grande do Norte, bem como do Norte e Centro-Oeste (Porto Nacional-TO e Aparecida de Goiânia-GO) distam, se não em totalidade, ao menos parcialmente, do perfil dos segmentos produtivos locais ali presentes. Diante disso, é possível que não haja, nesses locais, um indicativo de atendimento mínimo às demandas dos segmentos produtivos locais, de ações empreendedoras e inovativas, formação de capital humano e mão de obra especializada para o perfil dos APLs e entre outros aspectos.

4.2. Entrevistas

A análise do conjunto de entrevistas aponta que, no que se refere aos fundamentos das Instituições Federais de Ensino Superior e a adequação das estruturas políticas de funcionamento, houve um indicativo de preocupação com o tipo de cursos a serem ofertados para a coletividade. Nesse sentido, as Instituições relataram que realizaram estudos (anteriores à abertura do *campus* ou posteriormente) que nortearam quanto a composição da oferta de cursos. Esse tipo de iniciativa denota, ao menos em um primeiro momento, um nível de sensibilidade por parte dos gestores, para com o perfil das ocupações profissionais, a realidade do local de implantação da unidade de ensino, demanda, relevância da oferta, recursos e entre outros. Ainda, evidenciaram a existência de ações estratégicas. A partir dos relatos dos entrevistados, destaca-se uma inclinação, por parte dos formuladores e gestores, em considerar as demandas locais e um esforço para contemplá-las nas ações das IES, como segue:

1. (...) as ações estratégicas são previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é realizado de 5 em 5 anos. Após a realização do PDI, anualmente, as ações são planejadas no Plano de Ações, tendo como diretrizes as metas do PDI, e buscando também atender as demandas do setor produtivo local. IFRS Erechim
2. O planejamento é feito pelo coletivo de servidores do *campus* e são considerados os arranjos produtivos e culturais locais. IFG Aparecida de Goiânia

3. (...) desde 2009 mantemos contato com o parque tecnológico e definimos nossas ações com base na visão de crescimento da cidade, em especial do parque tecnológico. UNIFESP São José dos Campos
4. Sim. Consta no Plano de Desenvolvimento Institucional e são consideradas as demandas do setor produtivo local. IFTO Porto Nacional
5. São consideradas as demandas locais, mas também é dada prioridade para cursos que tenham alguma aderência com os cursos já existentes na Instituição. UFMS Nova Andradina

Alguns entrevistados, por sua vez, levantaram algumas limitações:

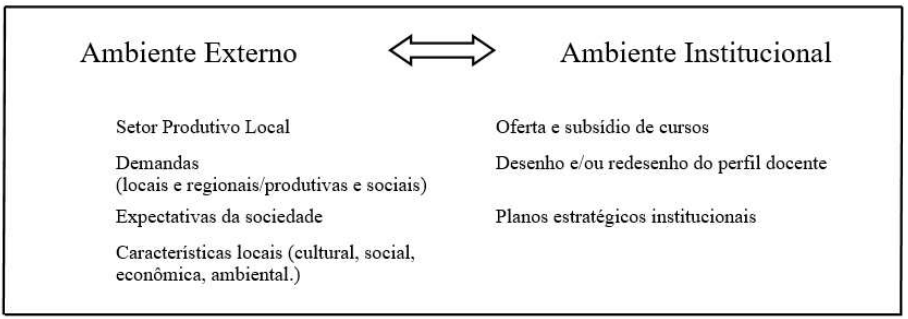
1. Há planejamento, e as demandas locais são consideradas, no entanto nem sempre atendidas devido à limitação de corpo docente e recursos financeiros. IFRN Santa Cruz
2. Sim, há planejamento estratégico. Mas é necessário fazer uma melhor aproximação entre a universidade e o setor produtivo local. UNIVASF São Raimundo Nonato

É importante mencionar que, para o momento deste estudo, não se obteve acesso aos documentos (estudos, planejamentos estratégicos, planos de desenvolvimento institucional) que nortearam a oferta de cursos. Assim, não foi possível realizar uma análise de conteúdo destes. Foram considerados, tão somente, os relatos dos entrevistados.

As ações e visão das Instituições podem ser entendidas, em sua maioria, como reflexos de um ciclo composto por um Ambiente Externo – Ambiente Institucional. O Ambiente Externo, ao qual são atribuídos fatores como: setor produtivo local, demandas, expectativas sociais e características locais, fornece às universidades uma gama de elementos que a auxilia e permite definir o seu conjunto de ações no seu Ambiente Institucional, especificamente, no que diz respeito ao direcionamento para a oferta de cursos, o desenho e/ou redesenho do perfil docente e o desenvolvimento de atividades estratégicas. Uma vez estabelecido o Ambiente Institucional, ele, em seu exercício satisfatório, tem o potencial de devolver ao Externo, entre outras coisas, o seu fator mais relevante: profissionais qualificados (capital humano) para atuar nas questões por ele reveladas[20].

20 Em Santos (2017, p. 63).

Figura 1: Ambiente Externo – Ambiente Institucional



Fonte: Santos (2017, p. 64)

Dito isso, é possível afirmar que a relevância da implantação de uma Instituição de Ensino Superior em determinada região atrela-se não apenas à sua "existência", mas também à necessidade de que a mesma conheça, dialogue e se relacione com a dinâmica social, cultural e econômica ali presente.

A maioria das IES expuseram que mantêm parcerias com sindicatos e organizações (institucionais e sociais) e, a partir disso, elaboram suas ações direcionadas, a *priori*, ao favorecimento do desenvolvimento regional.

Partindo do entendimento de que entre as principais contribuições das IES para o desenvolvimento socioeconômico na esfera micro e macro estão os incrementos ao capital humano e a formação de mão de obra qualificada, buscou-se captar as habilidades e competências das instituições na promoção desses últimos. Destaca-se que quatro centros apresentaram em suas respostas uma compreensão mais próxima do tema.

Especificamente dois desses entrevistados expuseram que, além do fornecimento e suporte à formação acadêmica (capital humano) existem expressivos incentivos às práticas integradoras com os agentes externos (nesse caso, empresas).

> 1. Atua promovendo uma formação integral (omnilateral) do estudante, para além da formação profissionalizante. Com currículos que abordam a formação humanística, social e cultural. Além disso, todos os alunos são encaminhados para o campo de estágio por meio da Coordenação de interação escola/empresa, existente no *campus*.
> IFG Aparecida de Goiânia

> 2. Como estamos num parque tecnológico, o maior do país, os estudantes convivem num ambiente de inovação; temos parcerias com empresas para P&D e diversos para estágios. Esse relacionamento com empresas inovadoras é essencial para a

> formação de jovens inovadores. Para melhorar essa interação a universidade precisa facilitar o estabelecimento de convênios, utilizando, por exemplo, o novo marco legal de CTI.
> UNIFESP São José dos Campos

Diante do exposto até o presente momento, é possível destacar, consoante Rolim e Serra (2009), que é de fundamental importância para o aperfeiçoamento da formação propiciada pelas IFES a percepção de quais são os conhecimentos e habilidades necessários para a região onde ela está inserida. A explicitação dessas necessidades requer um esforço de todos os atores regionais, forças internas e, até mesmo externas, que possam resultar em novas oportunidades, criação de incentivos, estratégias e evolução dos papéis de Universidade. Nesse caminho,

> 3. (...) medidas poderiam ser tomadas no sentido de *aumentar* o relacionamento empresa-universidade, para que os estudantes já saíssem dos bancos acadêmicos com uma maior vivência.
> UFMS Nova Andradina

> 4. (...) imagino que a universidade precisa alinhar a formação profissional com a necessidade da sociedade contemporânea e globalizada. Como por exemplo, adequação de currículos e de cursos de forma a atender a algumas especificidades do segmento produtivo local; planejamento contínuo de eventos, atividades e programas de extensão universitária e de fortalecimento de estágios curriculares.
> UNIVASF São Raimundo Nonato

Nota-se então que a fala dos entrevistados corroboram a argumentação de Saavedra (2009) de que é um desafio da universidade na atualidade reafirmar seu compromisso com a sociedade preparando o capital humano que ela necessita e demanda. Em se tratando das condições de infraestrutura (laboratórios, incubadoras, bibliotecas, etc.) foi evidenciado que em todos os *campi* há o fornecimento de um suporte, ainda que mínimo, para o desenvolvimento de pesquisas. Ao serem solicitados para que descrevessem a situação atual da infraestrutura como também a existência de investimentos/medidas para possíveis melhorias da mesma e apoio da iniciativa privada para este fim, os entrevistados colocaram que:

> 1. Cada *campi* apresenta estruturas diferenciadas, sendo que a maioria que já tem laboratórios, biblioteca e espaços para o atendimento das demandas da sociedade. O que falta ser fomentado é a implantação de incubadoras sociais e tecnológicas, pois estas estão presentes em poucos *campi* da Instituição. Até

2015 muito foi investido em infraestrutura, no entanto, com os cortes orçamentários, em 2016 este investimento foi praticamente nulo.
IFRS
A infraestrutura atende a necessidades de pesquisas na área, contudo é possível agregar valor com a aquisição de novos laboratórios. Avalia-se a criação de incubadora, contudo não possuímos até o momento.
IFRS Erechim

2. O *campus* conta com laboratório de informática, bibliotecas e está firmando parceria com a FINOVA[21], fundação de pesquisa do município. Por sermos uma universidade pública, os investimentos estão paralisados no momento. E fora isso, não há investimentos privados para melhoria da infraestrutura.
UFMS Nova Andradina

3. Temos biblioteca, diversos laboratórios e salas de estudo para os alunos. Não temos mais recursos para investimentos, somente manutenção dos laboratórios e equipamentos que já temos.
IFRN Santa Cruz

4. O *campus* ainda está em processo de implantação, mas já possui minimamente os equipamentos pedagógicos citados (laboratórios, bibliotecas, etc.). Não recebemos recursos privados e o orçamento do *campus* tem sido prejudicado nos últimos anos em virtude dos cortes para a educação promovidos pelo Governo Federal.
IFG Aparecida de Goiânia

5. No momento o *campus* está em fase de consolidação, o que significa que a infraestrutura está adquirindo um formato mais robusto, mas com fragilidades. No entanto, com a atual infraestrutura podemos tocar pesquisas e colaborar com outros pesquisadores no país, tendo em vista que as obras caminham lentamente com os cortes que o governo federal fez.
UFERSA Pau dos Ferros

21 A Fundação Instituto de Tecnologia e Inovação de Nova Andradina – FINOVA é uma fundação pesquisa criada pela Prefeitura de Nova Andradina em parceria com universidades e institutos. A FINOVA objetiva a promoção do desenvolvimento sustentável com base na Ciência, Tecnologia e na Inovação. Para mais, ver: http://www.finova.com.br/.

> 6. A estrutura atende parcialmente. – Seria necessário (grifo nosso) – Ampliação da área física de laboratórios, bibliotecas, salas de aulas, áreas de convivência (...) não recebemos até o momento nenhum investimento da iniciativa privada.
> UFRN-Facisa Santa Cruz
>
> 7. A instituição possui infraestrutura adequada para apoiar o desenvolvimento de pesquisas. Principalmente, com relação aos laboratórios e equipamento. Existem projetos de ampliação e melhoria dessa infraestrutura. Porém, não recebe apoio da iniciativa privada.
> UNIVASF São Raimundo Nonato
>
> 8. (...) todos os professores possuem sala e todos que possuem projeto de pesquisa possuem laboratórios. Dado o grande empreendedorismo dos professores, o espaço destinado à pesquisa está acabando e é preciso construir um novo edifício de pesquisa. Uma parceria público-privada seria muito oportuna.
> UNIFESP São José dos Campos
>
> 9. Biblioteca, Laboratórios em pleno funcionamento." - Investimentos em melhorias - : "Atualização do acervo bibliográfico e de equipamentos dos laboratórios. Não recebemos apoio da iniciativa privada.
> IFTO Porto Nacional

Entre os itens configurados como 'infraestruturais' mais relatados estão os laboratórios de pesquisas, bibliotecas e salas de estudo para os discentes. Ressalta-se a ausência de referências à existência de incubadoras. Outro ponto importante a ser destacado são os percalços que inibem os avanços e aperfeiçoamentos da infraestrutura das instituições: os cortes orçamentários e escassez de recursos, ausência ou fragilidades na parceria público-privada.

Com o processo de expansão da educação superior, as universidades tem recebido um aumento no número de alunos e, para acompanhar esse novo cenário dessa modalidade de ensino, os investimentos em infraestrutura precisam de igual forma, se expandir, uma vez que por meio do orçamento de capital é possível a aquisição de novos equipamentos, modernização das estruturas já existentes, construção de laboratórios, incubadoras, expansão de prédios, departamentos, entre outros, e esses, por sua vez, são essenciais para a complementaridade de uma formação superior com melhores índices de qualificação. Adicionalmente, é imprescindível que os recursos de custeio também apresentem avanços, pois, por meio deles, o bom andamento da

estrutura educacional é assegurado (a exemplo do quadro de terceirizados para limpeza dos centros) e isso favorece, entre outras coisas, a permanência e bem estar do corpo docente e discente.

Os entraves à expansão (no tocante à infraestrutura) alcançam, sobretudo, as unidades que ainda estão em fase de consolidação, com construções em andamento e projetos estruturais em desenvolvimento. Assim, se percebe que a interiorização do ensino superior federal é um processo inconcluso.

Em complemento, um ambiente que dispõe de condições ideais de infraestrutura, além de contribuir para a realização de eventos de ensino e pesquisa, favorece a realização de atividades de extensão. Através das entrevistas, foi revelado que o volume das atividades de pesquisa e extensão apresentam diferentes faces e intensidades, no entanto, em sua maioria, podem ser nomeados como "pequenos e tímidos" frente à magnitude dos segmentos produtivos locais. Na fala dos entrevistados:

> 1. (...) o envolvimento do setor produtivo local ainda é muito tímido.
> UFRN-Facisa Santa Cruz
>
> 2. Não é significativo o volume de atividades de extensão. Dentre as deficiências, poderia citar a sobrecarga de trabalho dos professores, bem como a falta de compreensão sobre o que englobaria essas atividades de extensão[22].
> UFMS Nova Andradina
>
> 3. (...) tem muito a crescer especialmente quando os setores públicos e privados começarem a colaborar efetivamente.
> UFERSA Pau dos Ferros
>
> 4. Estão crescendo. É possível fazer mais.
> UNIFESP São José dos Campos
>
> 5. Avaliamos a possibilidade de ampliar as pesquisas com o setor. Em relação às ações de extensão temos várias já consolidadas.
> IFRS Erechim
>
> 6. Não são significativos. Falta a realização de pesquisas aplicadas e uma maior interação com a comunidade local para ações

22 Sobre o aspecto da divisão do trabalho dos docentes, Dias *et al.* (2016) argumenta que a eficiências das ações por parte dos docentes (seja em pesquisa, ensino ou extensão) depende da divisão de trabalho adotada. Existem formas de divisão do trabalho que consideram as potencialidades e as preferências de cada um para as diversas atividades desenvolvidas pelo conjunto. Uma divisão de trabalho que assim age, leva a uma eficiência maior do que a divisão de trabalho em que todos realizem os mesmos montantes de cada atividade. Esta lei geral é válida também para instituições de ensino/pesquisa em nível superior.

> de extensão, que ainda são muito incipientes.
> IFG Aparecida de Goiânia
>
> 7. A pesquisa e a extensão são atividades importantes que fazem o elo de ligação entre universidade e demais setores da sociedade. A instituição deve buscar aprimorar, ampliar e fortalecer esse elo de ligação.
> UNIVASF São Raimundo Nonato
>
> 8. (...) temos muitos projetos de pesquisa e de extensão, mas nem todos são voltados às demandas locais. Precisamos nos aproximar mais da comunidade e também ter mais autonomia para definir ofertas e gerir recursos.
> IFRN Santa Cruz
>
> 9. Sim. Na conjuntura atual, está carente de fomento.
> IFTO Porto Nacional

Um dos caminhos para melhoria do cenário acima exposto é a atuação pública na promoção da interação e integração das Instituições de Ensino Superior com os diferentes atores locais. Quando questionados a respeito desse aspecto, os atores expuseram, em sua maioria, que esta atuação é quase inexistente. Apenas duas Instituições responderam positivamente em respeito à participação pública, sendo eles: IFRS Campus Erechim e Unifesp Campus São José dos Campos.

Os atores também discorreram se, diante do desenvolvimento dos papéis de ensino, pesquisa e extensão por parte das Instituições, eles consideram o seu centro de trabalho como uma referência, atuante, e/ou especializado em desenvolver o APL da região. Se sim, quais seriam os motivos? E, se não, quais as deficiências?

> 1. Deficiência: Integração dos produtores locais com a universidade.
> UFRN Santa Cruz

Na fala acima, ao revelar uma deficiência, o entrevistado aponta para o Ambiente Externo, nesse caso apresentado como produtores locais, uma tomada de iniciativa para buscar integrações com a universidade. No entanto, uma parte da literatura sobre a relação UE explicita que compete às Universidades buscarem interações com o segmento social e produtivo.

A seguir são expostas as demais falas dos entrevistados sobre este tema e as constatações e impressões das mesmas.

Reconhecimento de que as parcerias em P&D contribuem para o desenvolvimento das instituições:

> 2. Hoje a UNIFESP é um ator dos APLs, em especial de TI. Mas ainda não somos uma referência, é preciso aumentar as parcerias de P&D.
> UNIFESP São José dos Campos

Ações específicas e estratégicas para o âmbito do APL:

> 3. Acredito que atuamos efetivamente para o desenvolvimento do setor na região. Temos parcerias forte que trabalham para o desenvolvimento regional.
> IFRS Erechim

Barreiras e Limitações:

> 4. Sim, mas como disse estamos limitados devido aos cortes orçamentários e a lentidão das obras. Além de que temos muitos recém doutores e os projetos para serem aprovados contam muito com esse quesito.
> UFERSA Pau dos Ferros
> 5. Não, uma vez que o *campus* possui apenas quatro anos de funcionamento.
> IFG Aparecida de Goiânia
> 6. Não tenho ciência de um APL na região.
> UFMS Nova Andradina

Perspectivas positivas e motivações futuras:

> 7. Sim. A instituição sempre deve trilhar e olhar para esse caminho."
> UNIVASF São Raimundo Nonato
> 8. Atuante sim, de referência não. Ainda falta mais diálogo com a comunidade e maior autonomia da instituição para a contratação de servidores e aquisição de equipamentos para laboratório.
> IFRN Santa Cruz

Necessidade de fomento:

> 9. Somos agentes atuantes no desenvolvimento das APLs regionais. Necessita-se de mais instituições de fomento.
> IFTO Porto Nacional

Sobre a existência de parcerias institucionais e a forma como essas se caracterizam (eventos, treinamentos, cursos, seminários, cunho formal, informal, etc.), são apresentadas, a seguir, as principais contribuições e ponderações:

Parceiros de cooperação[23]:

> 1. Existe uma parceria entre as instituições de ensino do município com a fundação de pesquisa do município (FINOVA). Essa parceria é formal. Ainda não há resultados, pois a parceria está em fase de consolidação.
> UFMS Nova Andradina
> 2. Realizamos anualmente os seguintes eventos:
> Erechim Moda Show (6º Edição);
> Concurso Novos Designers de Moda (3º Edição);
> Desafio de Moda (2º Edição);
> Também, foi possível o Reconhecimento do APL, a conquista de recursos externos via projetos feito pelos parceiros. Em parceria já ofertamos diversos cursos com foco na costura. Para 2017 estão previstas 960 horas de curso de costura industrial. Como resultado pode se afirmar que houve por meio das ações a integração de acadêmicos e empresários, acadêmicos de diferentes instituições dos três estados do Sul, o reconhecimento do setor a nível regional e estadual, e a capacitação do setor. Planejamos um projeto em parceria com as entidades para sanar as dificuldades referente ao descarte dos resíduos têxteis e ações de capacitação.
> IFRS Erechim
> 3. Sim. Além da própria UFERSA que cuida nas capacitações, eventos, feiras, seminários, etc. Ainda contamos com parcerias com outras universidades locais e unidades como DENOCS, SEBRAE. Resultados obtivemos como: feiras, eventos, trabalhos de conscientização da comunidade rural, construção de plano diretor de alguns municípios, cursos, criação de mestrado.
> UFERSA Pau dos Ferros
> 4. Sim, a universidade sempre buscou parcerias institucionais de cunho formal, principalmente com as instituições de ensino e pesquisa. Por exemplo, a instituição fez uma parceira com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), onde docentes e discentes podem utilizar e desenvolver projetos/pesquisas dentro dos laboratórios da Fundação.
> UNIVASF São Raimundo Nonato

23 Não houve resposta por parte do IFG - Campos Aparecida de Goiânia para essa questão.

5. Sim. Instituições públicas. Finalidade: projetos de pesquisa e extensão em saúde apresentam-se com cunho formal. Benefícios: aprimoramento de políticas públicas de saúde.
UFRN-Facisa Santa Cruz
6. Temos parceria com o SEBRAE e associações de mulheres. São parcerias informais, embora já consolidadas. Estamos buscando aproximação com o CDL local.
IFRN Santa Cruz
7. Sim, há diversas parcerias com empresas como Basf, Siemmens, e também com pequenas empresas.
UNIFESP São José dos Campos
*Em entrevista para Souza (2016) – jornal O Vale, o diretor Luiz Leduíno de Salles Neto (Unifesp São José dos Campos) discorreu a respeito da interação com o Parque Tecnológico, onde a Unifesp está instalada, bem como com as empresas ali existentes e a comunidade. As pontuações expostas complementam o que foi posto até o presente momento. Como segue:
1. Temos três pilares: ser o Instituto de Ciência e Tecnologia da Unifesp, uma das melhores universidades do país em qualquer ranking e a sexta melhor na América Latina; a interdisciplinaridade, já que nossos alunos se tornam bacharéis em ciência e tecnologia e depois podem escolher entre seis cursos de formação específica; e o fato de estarmos dentro do Parque Tecnológico. Estar em São José agrega valor à Unifesp. Reunimos a qualidade da Unifesp com o potencial tecnológico de São José e da nossa região.
2. A relação com as empresas tem sido muito boa, ajudando na formação prática dos nossos alunos. Por estarmos lá, perto das empresas, fica mais fácil o contato. Temos parcerias com empresas incubadas e com as grandes empresas que estão no Parque Tecnológico, como a Embraer e a Ericsson.
3. Temos programas que estão ajudando as pessoas, como as próteses de mão impressas em 3 D e o projeto de economia solidária. E vamos inaugurar em agosto um museu da ciência, que será aberto ao público. Queremos estar cada vez mais perto da comunidade. Luiz Leduíno de Salles Neto, *apud* Souza (2016).
8. Sim. Associações e poder público municipal e estadual. Cunho formal. Capacitação dos trabalhadores, orientação quanto a processos.
IFTO Porto Nacional

Cooperação por meio da Extensão:

> 1. Existem projetos de P&D, que hoje são classificados internamente como projetos de pesquisa. Talvez o correto seria classificá-los como extensão .
> UNIFESP São José dos Campos
> 2. Sim, existem alguns projetos em andamento e outros já foram terminados. Entretanto, não existe nenhuma pesquisa realizada com os egressos ou os demandantes do setor produtivo para acompanhar essas questões.
> IFG Aparecida de Goiânia
> 3. Sim. A transferência se dá durante o processo de execução dos projetos de extensão junto à comunidade. Benefícios: desenvolvimento de produtores locais, capacitação dos profissionais locais e estabelecimento de processos mais eficientes.
> UFRN-Facisa Santa Cruz
> 4. Não, por motivos já citados nessa pesquisa.
> UFMS Nova Andradina
> 5. Sim existem projetos de extensão. Os resultados podem ser vistos na atuação dos participantes nos treinamentos, sejam palestras, cursos, concursos[24].
> IFRS Erechim
> 6. Sim. Posso citar um como: destinação de resíduos sólidos e orgânicos da feira local, resultando no aproveitamento de recursos para a área rural. Dentre outros na área de arquitetura e construção civil.
> UFERSA Pau dos Ferros
> 7. Projetos na área de desenvolvimento da mulher (Projeto Mulheres Mil), com centenas de mulheres com elevação da escolaridade e formação em diversas áreas e empreendedorismo.
> IFRN Santa Cruz

No Brasil, Rodriguez *et al.* (2008) apresentam as universidades, elemento fundamental do sistema nacional de inovação, como uma das principais incubadoras da "criação do conhecimento". Com base neste entendimento, buscou-se junto aos entrevistados respostas para os seguintes questionamentos: 1) a instituição dedica esforços à produção e disseminação de inovações para o setor produtivo local? Se sim, quais? e, 2) é possível apontar os resultados já alcançados e as perspectivas com respeito aos que estão em andamento? Se não, quais as dificuldades/motivos? As respostas e impressões são postas a seguir.

24 De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão do IFRS, é diretriz fundamental da Política de Extensão da Instituição o atendimento às demandas do setor produtivo local. A divulgação e transferência dos resultados se dá através da participação dos APLs, dos sindicatos, das organizações sociais e das próprias escolas.

Para o questionamento 1:

> 1. Sim. Através de desenvolvimento de *softwares,* informação, por exemplo.
> UFERSA Pau dos Ferros
> 2. Sim, por meio dos projetos podemos identificar as demandas e conquistamos o APL, projetos de capacitação e constantemente mantemos novas ações previstas.
> IFRS Erechim
> 3. Sim, nas áreas de avicultura e geração alternativa de energia. Temos ainda projetos nas áreas de tecnologias sociais e inclusão.
> IFRN Santa Cruz
> 4. Com certeza, a instituição tem esse papel de buscar esforços à produção e disseminação de inovações para o setor produtivo local. Principalmente, através do desenvolvimento científico potencializado pelas ações de pesquisa e de inovação tecnológica e projetos desenvolvidos pela instituição.
> UNIVASF São Raimundo Nonato
> 5. Os trabalhos de inovação estão em fase inicial e de consolidação.
> IFTO Porto Nacional
> 6. Em parte.
> UFRN-Facisa Santa Cruz

Evidências da relação de cooperação universidade-governo para inovação:

> 7. "A instituição participa em parceria com a prefeitura municipal da criação de um Centro de Inovação Tecnológica que atuará junto aos polos industriais e centro empresarial local" (IFG Aparecida de Goiânia).
> Evidências da relação de cooperação universidade-empresa para inovação e a empresa como demandante de pesquisa:
> 8."Participamos de encontros universidade-empresa, onde as universidades apresentam suas áreas e possíveis soluções e as empresas suas demandas." (UNIFESP São José dos Campos)

Evidências negativas:

> 9. "Não." (UFMS Nova Andradina).

Para o questionamento 2.

Apenas um entrevistado respondeu positivamente a essa questão: 1. "Sim. Algumas empresas estão procurando o *campus* para parcerias e incubadoras estão sendo estudadas para serem criadas logo, logo." (UFERSA Pau dos Ferros)

Essa fala evidencia a intenção da interação universidade-empresa por iniciativa da empresa. Isso demonstra, entre outras coisas que, possivelmente, os empresários estão entendendo a universidade como uma força geradora de benefícios inovativos para o seu segmento.

No conjunto dos que responderam negativamente[25], destaca-se a colocação abaixo exposta:

> 2. Não há resultados alcançados. Temos problemas quando se trata de inovação para com o setor produtivo. Posso citar a falta de afinidade de alguns cursos de graduação, como as licenciaturas. E ainda a falta de preparo dos próprios professores, que não despertam para a possibilidade de produzir conhecimento útil a partir de suas pesquisas.
> UFMS Nova Andradina

A esse respeito, sublinha-se que embora não apresentem afinidade direta com o setor produtivo local, os cursos de graduação do tipo licenciaturas são de expressiva importância social uma vez que atuam nos gargalos e favorecem a melhoria da formação básica em diversas regiões do país e, a partir disso, os indivíduos contemplados com o acesso ao ensino advindo desse pessoal licenciado, poderão alocar-se em cursos das mais diversas áreas de atuação, estando entre eles os que diretamente conversam com as demandas produtivas locais.

Dentre as várias possibilidades de interação com a sociedade, especialmente com o setor produtivo, além da possibilidade e potencialidade de estimular o empreendedorismo e a inovação, Gimenez e Bonacelli (2019) citam: palestras, seminários, encontros, *workshops*, consultorias e aconselhamento às empresas além da realização de pesquisas. Adicionam que entre as mais significativas estruturas formais desenvolvidas ou apoiadas pelas universidades para tais finalidades estão os parques tecnológicos; as incubadoras; empresas juniores; e os núcleos de inovação tecnológica/escritórios de transferência de tecnologia. Finalmente, apesar de existirem casos notáveis de envolvimento com atividades ligadas à cultura da inovação, empreendedorismo e ações de transferência de tecnologia e propriedade intelectual, estes envolvimentos não são consensuais e não estão generalizados no Brasil. Adiciona-se a isso a existência daqueles que são

> contrários ao engajamento com o setor produtivo por entenderem que esses direcionamentos pressupõem posturas utilitaristas que interferem na pureza de princípios e ideais que entendem intocáveis e absolutos, especialmente, a autonomia,

25 As justificativas centram-se na não sistematização dos resultados.

> a liberdade para definição da agenda de pesquisa, visão ou postura que tem sido nomeada de "Torre de Marfim". [...] Entretanto, também, é importante considerar que existem entraves causados pela falta de uma cultura institucional favorável, bem como de recursos financeiros e humanos a serem destinados a essa interação (GIMENEZ; BONACELLI, 2019, p.20).

Dito isso, a fala do entrevistado da UFMS Nova Andradina (já exposta) reforça e exemplifica esse aspecto percebido pelas autoras, sendo, portanto, um cenário não isolado, e sim, comum na realidade brasileira, sobretudo quando as universidades são tidas como Torres de Marfim.

5. Considerações Finais

O conjunto das entrevistas reportou para um cenário em que se percebe, a partir da heterogeneidade nas respostas, dois perfis de IFES. O primeiro deles comporta as IES instaladas em locais com uma visível presença de capital social e tradição no ensino e pesquisa, conhecedoras das realidades locais, tais como a existência de APLs e as demandas inerentes, atuantes em parcerias, ações integradoras, empreendedoras e inovativas, formação de capital humano e aprimoramento das competências profissionais e transferência de tecnologia. O segundo perfil abriga as IFES onde isso é mais incipiente e até mesmo inexistente.

Com base nisso, são sugeridas algumas recomendações que vislumbram maiores esforços das IES em implementarem e/ou fortalecerem os seguintes pontos: i. elevar a aproximação com os diferentes atores que compõem os APLs através da cooperação, parcerias e práticas integradoras; ii. direcionar pesquisas e atividades de extensão para às necessidades dos segmentos produtivos; iii. fazer com que os conhecimentos gerados, os resultados das pesquisas e das inovações cheguem aos seus potenciais utilizadores; iv. formar profissionais que tenham conhecimentos a respeito das necessidades da região e cujas habilidades sejam pertinentes para atuar nesses pontos; v. capacitar e incentivar o corpo docente para atuarem com mais afinco no ambiente empreendedor bem como para produzir conhecimento a partir de suas pesquisas que sejam aplicáveis às singularidades de cada local; vi. aumentar a participação pública especialmente em investimentos em infraestrutura e fomento à pesquisa e inovação; vii. buscar parcerias privadas, sejam elas para a expansão e/ou reforço da infraestrutura, convênios para estágios e desenvolvimento de P&D; viii. sistematizar e divulgar a produção científica, tecnológica e intelectual, acompanhamento do perfil dos egressos; ix. avaliar a atual oferta de cursos e estudar/considerar abrir novos cursos que apresentem um perfil mais aproximado da realidade dos segmentos produtivos e que busquem atender as demandas locais; x. avaliar a atual oferta de pós-graduação e estudar/considerar a implantação de cursos para esta modalidade de ensino que conversem com as dinâmicas locais; xi.

buscar parcerias e relações internacionais, tanto para o desenvolvimento de pesquisa quanto para de mobilidade acadêmica, para que com isto os alunos expandam seus horizontes de conhecimento e vivências sociais e práticas (a exemplo de mobilidade internacional para estágios) que poderão ser convertidas em atuações para o desenvolvimento de seus locais de origem; xii. buscar atividades interdisciplinares, criação de grupos de pesquisa, grupos de apoio e planejamento institucional e relações com outros centros, *campus* e instituições de ensino para cooperação, compartilhamento do conhecimento, favorecimento de inovações, entre outras coisas. É importante colocar que tais recomendações devem ser consideradas também como tópicos de próximas pesquisas.

Por fim, sublinha-se que, a partir desse exercício de exame e identificação dos pontos fortes e dos obstáculos da experiência da política de interiorização do ensino superior público nos limites da amostra, espera-se contribuir para a complementaridade e possível elaboração de políticas mais adequadas às singulares realidades locais e regionais, posto que a avaliação da política traz subsídios para novas ações na direção de avanços do conhecimento e da capacidade inovativa do APL. Nesse caminho, cabe destacar também que a análise das relações entre as IES e os APLs oferece respaldo à confecção de políticas mais fidedignas das necessidades destes e isso é potencialmente capaz de contribuir diretamente para o desenvolvimento local bem como de sua esfera de alcance.

Referências

ANDRADE, E. O.; CÂNDIDO, G.S. Capital social no contexto de arranjos produtivos locais e sua contribuição para o desenvolvimento local: um estudo de caso no setor coureiro-calçadista de Campina Grande-PB. ***In***: Qualit@s Revista Eletrônica**.** ISSN 1677 4280 Vol.14. No 2. 2013.

BARBOSA, P. H. F.; CAMPOS, L. H. R.; FIRMINO, A. L. S. A Expansão das Universidades Federais no Interior do Brasil: diferenças regionais e seus efeitos possíveis. ***In***: XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2015, Curitiba. Enaber 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2021.

BOURDIEU, P. Le capital social. ***In***: Actes de la recherche em sciences sociales. Vol. 31, 1980. p.2-3. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_03355322_1980_num_31_1_2069>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CHESBROUGH, H. ***Open Innovation***: The New Imperative for Creating and Profiting from Technology. Harvard Business School Press, Boston, MA, 2003.

CHIARINI, T.; VIEIRA, K, P. Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. ***Rev. Bras. Econ.*** [online]. 2012, v. 66 n. 1 / p. 117–132. ISSN 0034-7140. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402012000100006.

CLOSS, L. Q.; FERREIRA, G. C. 2012. A transferência de tecnologia universidade-empresa no contexto brasileiro: uma revisão de estudos científicos publicados entre os anos 2005 e 2009. ***Gestão e Produção***, São Carlos, v. 19, n. 2, p. 419-432.

COSTA, V. M. G.; CUNHA, J. C. A universidade e a capacitação tecnológica das empresas. ***Revista de Administração Contemporâne****a*, V. 5, n.1, p. 61-81, 2001.

CRUZ, E. M. K.; SEGATTO, A. P. 2009. Processos de comunicação em cooperações tecnológicas universidade-empresa. ***Revista de Administração Contemporânea***, Curitiba, v. 13, n. 3, art. 5, p. 430-449.

CRUZ, H. N.; SOUZA, R. F. Sistema Nacional de Inovação e a Lei da Inovação: Análise comparativa entre o ato Bayh-Dole e a Lei da Inovação Tecnológica. ***RAI*** - ***Revista de Administração e Inovação,*** v. 11, n. 4, 2014, p. 329-354 - São Paulo. ISSN: 1809-2039. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=97332901015.

DALMARCO, G. Fluxo de conhecimento na interação universidade-empresa: uma análise de setores tradicionais e de alta tecnologia no Brasil e na Holanda. 2012, 191f. **Tese** (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38849/000824284.pdf?. Acesso em: 22 mai. 2016.

DIAS, A. *et al*. Impulsionando a Inovação à consolidação da rede que conhece o nosso chão, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. ***Fundação Joaquim Nabuco***, 2016, 124 p. SBN 978-85-7019-669-9

ETZKOWITZ, H. Academic-industry relations: a sociological paradigm for economic development. ***In***: LEYDERSDORFF, L.; VAN DEN BESSLAAR, P. Evolutionary economics and chaos theory: new directions in technology studies. London: Pinter, 1994. p. 139-151.

ETZKOWITZ, H. ***Innovation in Innovation*****:** The Triple Helix of University-Industry Government Relations. Social Science Information, September, vol. 42, n. 3, 293-337, 2003.

ETZKOWITZ, H. ***Hélice Tríplice:*** Universidade-indústria-governo: inovação em movimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. Introduction to special issue on science policy: dimensions of the triple helix of University-industry-government relations. ***Science and Public Policy***, v. 24, p. 2-5, 1997.

ETZKOWITZ, H.; LEYDSDORFF, L. ***Universities in the global knowledge economy: a triple helix of academic-industry-government relations***. London: Cassel, 1997.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university–industry–government relations. ***Elsevier Science B.V***. 2000. All rights reserved. Research Policy 29. Pages 109–123.

FREEMAN, C. ***Technology policy and economic performance: lessons from Japan.*** London: Pinter, 1987.

GIMENEZ, A.M.N.; BONACELLI, M.B.M. Para além da torre de marfim: fomentando a cultura do empreendedorismo, da inovação e das interações da universidade com o setor produtivo. ***Revista Electrónica Mensual Debates sobre Innovación***. 2019. ISSN: 2594-0937

IPIRANGA, A. S. R.; ALMEIDA, P.C.H. O tipo de pesquisa e a cooperação universidade, empresa e governo: uma análise na rede nordeste de biotecnologia. ***Revista OES***. Salvador, v.19 - n.60, p. 17-34 - Janeiro/Março – 2012.

LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. The transformation of university-industrygovernment relations. ***In***: Eletronic Journal os Sociology, 2001. Disponível em: <http://www.sociology.org/content/vol005.004/th.html> Acesso em: 20 mai. 2012.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO,J.E. ***Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais***. RedeSist. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/SEBRAE, 2003.

LUNDVALL, B-Å. ***Knowledge management in the learning society***. 2010. Disponível em: <ftp://ftp.mct.gov.br/Biblioteca/396-Knowledge_management_learning_society.pdf>. Acesso em: 6 mai. 2016.

LUBAMBO, C, W.; BASTOS, I, A, C, F. A Interiorização das Universidades Públicas em Pernambuco: Opiniões sobre a Institucionalização e seus Impactos. ***In***: A Interiorização Recente das Instituições Públicas e Gratuitas de Ensino Superior no Nordeste: Efeitos e Mudanças – FUNDAJ, 2014.

MELO, P. B. (org.) ***Interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Norte e Nordeste:*** efeitos e mudanças. Recife: Fundaj, 2014. Relatório de Pesquisa.

MOTA, T. L. N. G. 1999. ***Interação universidade-empresa na sociedade do conhecimento: reflexões e realidade***. v.28, n.1, p. 79-86.

MOUTINHO, L.M.G. ***Nota Técnica 02*** – Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos Arranjos Produtivos Locais. Análise do Mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste, e Mato Grosso e dos impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Recife/PE, ago. 2010.

OECD. Organization for Economic Cooperation and Development. ***Knowledge Management in the Learning Society***. Paris: OECD, 2000.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L.F.S.C. ***As políticas públicas do ensino superior no governo Lula:*** expansão ou democratização? Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul.-dez. 2010.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: America's declining social capital. ***Journal of Democracy***. v. 6, n. 1, p.65-78, jan. 1995.

RESENDE, D. N. ***Transferência de Tecnologia: as práticas actuais e uma Metodologia para análise subjectiva das instituições***. 2010. 265 f. Tese (PhD thesis). Universidade de Aveiro – DEGEI, Aveiro-Portugal, 2010.

REUNI. ***Reestruturação e Expansão das Universidades Federais***. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/. Acesso em: 5 mai. 2016.

RODRIGUEZ, A; DAHLMAN, C; SALMI, J. ***Knowledge and innovation for competitiveness in Brazil***. Washington, DC: The International Bank for Reconstruction and Development, World Bank, 2008. ISBN 978-0-8213-7438-2.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O caso da região Norte do Paraná. ***Revista de Economia***, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/16710/11109>. Acesso em: 28 set. 2016.

SAAVEDRA, G. M. L. Problemática y desafíos actuales de la vinculación universidad empresa: El caso mexicano. ***Actualidad Contable FACES***, v 12, n 19, p. 100-119, 2009. Disponível em:<http://www.redalyc.org/pdf/257/Resumenes/Resumen_25715409009_1.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2016.

SÁBATO, J. A.; BOTANA, N. La ciencia y la tecnologia en el desarrollo futuro de America Latina. ***In***: SÁBATO, J. A. (Comp.). El pensamiento latino-americano en la problemática ciencia-tecnología-desarrollo-dependencia (recurso eletrônico). Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional, 2011. cap. 10. p. 215-230.

SANTOS, M. N. S. A. A Abertura de Unidades Federais de Ensino Superior no Interior do Brasil e seus desdobramentos sobre os APL's. 2017. 115 f. ***Dissertação*** (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

SANTOS, L. C. T.; RIMOLI, C. A. Aplicação do Modelo Hélice Tripla de Inovação em redes de PMEs: o caso da vitivinicultura em Jundiaí (SP). ***Revista Visão: gestão organizacional***, v. 05, p. 24-38, 2016. Disponível em: http://periodicosuniarp.com.br/visao/article/view/860/450. Acesso em 21 mar. 2017.

SBICCA, A.; PELAEZ, V. Sistemas de Inovação. ***In***: PELAEZ, V; SZMRECSÁNYI, T. Economia da inovação tecnológica. São Paulo: HUCITEC, Ordem dos economistas do Brasil, 2006.

SOUZA, C.C. [***on line***] Unifesp quer criar 8 novos cursos em São José dos Campos até 2020. O Vale, São José dos Campos, 19 jun. 2016. Disponível em: <http://www.ovale.com.br/2.620/unifesp-quer-criar-8-novos-cursos-em-s-o-jose-ate-2020-1.692194>. Acesso em: 12 dez. 2016.

TEIXEIRA, K. H. Capital social e arranjo produtivo local: um estudo do caso Pingo D'água. 2004, 96f. ***Dissertação*** (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola. Fortaleza, 2004.

TRIVINOS, A.N.S. ***Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo***. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELOS, M.C. R. L.; FERREIRA, M. A. T. 2000. A contribuição da cooperação universidade/empresa para o conhecimento tecnológico da indústria. ***Perspectivas em Ciência da Informação***, v. 5, n. 2, p. 167-182.

VILLELA, T. C.; ALMEIDA, C. C. R. 2012. Relações universidade-empresa no estado de Mato Grosso no período 2002-2008: um estudo comparativo a partir do diretório de grupos de pesquisa do CNPq. ***Revista de Administração***, São Paulo, v. 9, p. 222-249.

Infraestrutura escolar: uma análise de sua importância para o desempenho de estudantes de escolas públicas

School infrastructure: an analysis of its importance for the performance of public school students

Infraestructura escolar: un análisis de su importancia para el desempeño de los alumnos de las escuelas públicas

Raphael Rodrigues de Andrade[1]
Luís Henrique Romani de Campos[2]
Heitor Victor Veiga da Costa[3]

Resumo

ANDRADE, Raphael Rodrigues de; CAMPOS, Luís Henrique Romani de; COSTA, Heitor Victor Veiga da. Infraestrutura escolar: uma análise de sua importância para o desempenho de estudantes de escolas públicas. **Rev. C&Trópico**, v. 45, n. 1, p. 159-190, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art9

O presente artigo objetivou analisar até que ponto a infraestrutura afeta o desempenho escolar dos alunos, a partir do caso particular da rede pública de ensino, bem como, estimar o efeito das variáveis de infraestrutura e outras influências educacionais sobre esse processo de aprendizagem, através do Modelo de Regressão Linear Múltipla. Para isso, foram utilizados os bancos de dados gerados pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), examinando uma amostra do desempenho dos alunos do 6º ano do ensino fundamental (antiga 5ª série) das escolas públicas da cidade do Recife, por meio da aplicação de duas provas de matemática, ao início e final do ano de 2013, e do Censo Escolar 2013, para as demais variáveis ausentes na base de dados da Fundaj. Para estimação das variáveis de Infraestrutura e outras influências educacionais, foram utilizados o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e o método de seleção de variáveis de Akaike (AIC). De acordo com o modelo econométrico, os índices estudados: espaço pedagógico (bibliotecas, laboratórios, quadras e auditórios); computadores, internet e equipamentos; e serviços de utilidade pública (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de lixo), mostram aumentar o desempenho escolar dos alunos, apenas

1 Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural na Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, atuando na linha de pesquisa de Políticas Públicas, Gestão Pública e Administração Pública. https://orcid.org/0000-0001-9004-7109; rafael_rodrigues277@hotmail.com

2 Pesquisador titular Na Fundação Joaquim Nabuco, Graduação em Ciências Econômicas pela UEM; Mestrado em Economia pela UFPB; Doutorado em Economia pela UFPE. https://orcid.org/0000-0002-0801-7857; luis.campos@fundaj.gov.br

3 Graduação em Estatística - Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. https://orcid.org/0000-0003-2525-6689; hvvdc1@de.ufpe.br

quando associada a outras variáveis, que atendam às condições pré-estabelecidas. A principal conclusão do artigo é demonstrar que as decisões de investimento em infraestrutura não devem ser dissociadas de outras políticas educacionais.

Palavras-chave: Infraestrutura. Influência. Aprendizagem Escolar.

Abstract

ANDRADE, Raphael Rodrigues de; CAMPOS, Luís Henrique Romani de; COSTA, Heitor Victor Veiga da. School infrastructure: an analysis of its importance for the performance of public school students. **Rev. C&Trópico**, v. 45, n. 1, p. 159-190, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art9

This article aimed to analyze the extent to which infrastructure affects students' school performance, based on the particular case of the public school system, as well as to estimate the effect of infrastructure variables and other educational influences on this learning process, through the Multiple Linear Regression Model. For this, the databases generated by the Joaquim Nabuco Foundation (Fundaj) were used, examining a sample of the performance of students in the 6th year of elementary school (formerly 5th grade) from public schools in the city of Recife, through the application of two math tests, at the beginning and end of the year 2013, and the 2013 School Census, for the other missing variables in the Fundaj database. To estimate the Infrastructure variables and other educational influences, the Ordinary Least Squares Method (OLS) and the Akaike variable selection method (AIC) were used. According to the econometric model, the indexes studied: pedagogical space (libraries, laboratories, courts and auditoriums); computers, internet and equipment; and public utility services (water supply, electricity, sewage and garbage collection), show an increase in students' school performance, only when associated with other variables that meet pre-established conditions. The main conclusion of the article is to demonstrate that infrastructure investment decisions must not be dissociated from other educational policies.

Keywords: Infrastructure. Influence. School learning.

Resumen

ANDRADE, Raphael Rodrigues de; CAMPOS, Luís Henrique Romani de; COSTA, Heitor Victor Veiga da. Infraestructura escolar: un análisis de su importancia para el desempeño de los alumnos de las escuelas públicas. Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 159-190, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art9

Este artículo tuvo como objetivo analizar en qué medida la infraestructura afecta el desempeño escolar de los estudiantes, con base en el caso particular del sistema escolar público, así como estimar el efecto de las variables de infraestructura y otras influencias educativas en este proceso de aprendizaje, a través de la Múltiple

Lineal. Modelo de regresión. Para ello, se utilizaron las bases de datos generadas por la Fundación Joaquim Nabuco (Fundaj), examinando una muestra del desempeño de estudiantes de 6 ° año de primaria (antes 5 ° grado) de escuelas públicas de la ciudad de Recife, mediante la aplicación de dos pruebas de matemáticas, al inicio y al final del año 2013, y el Censo Escolar de 2013, para las otras variables faltantes en la base de datos Fundaj. Para estimar las variables de infraestructura y otras influencias educativas se utilizó el método de mínimos cuadrados ordinarios (MCO) y el método de selección de variables de Akaike (AIC). Según el modelo econométrico, los índices estudiados: espacio pedagógico (bibliotecas, laboratorios, juzgados y auditorios); computadoras, internet y equipos; y los servicios públicos (agua, luz, alcantarillado y recolección de basura), muestran un aumento en el desempeño escolar de los estudiantes, solo cuando se asocian con otras variables que cumplen con las condiciones preestablecidas. La principal conclusión del artículo es demostrar que las decisiones de inversión en infraestructura no deben disociarse de otras políticas educativas.

Palabras clave: Infraestructura. Influencia. Aprendizaje Escolar.

1. Introdução

O debate político acerca da qualidade da educação brasileira nas últimas décadas leva à convergência do lugar comum de que a mesma é de baixa qualidade e que precisa ser priorizada pelos gestores públicos. Contudo, pouca concordância no meio político existe quanto aos caminhos a serem tomados para a melhoria da qualidade da educação. No final do século XX, o principal esforço foi o de ampliar a oferta da educação básica em nível fundamental, tendo como principal meta a sua universalização. Uma vez atingidos altos níveis de atendimento da população infantil, novos desafios são postos no início do século XXI. Entre eles está a melhoria da infraestrutura e dos recursos físicos escolares objetivando melhoramento do processo de aprendizagem (AZANHA, BOBBIO, CARVALHO, 1998; 2004; 2004).

Dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2011) revelam a magnitude deste desafio. Analisando os países da América Latina estimaram que cerca de 88% da infraestrutura das escolas da educação básica não dispunham de laboratórios de ciências, 73% não tinham espaço para alimentação (refeitório), 65% eram desprovidas de salas de informática, 40% não eram equipadas com biblioteca e 35% não ofereciam nenhum espaço para a prática de esportes.

A pesquisa ainda revela que a situação se torna mais preocupante quando se trata da oferta de outros serviços como água potável, onde, uma em cada cinco escolas não ofertam; 10% não dispõem de energia elétrica; um terço dos colégios não oferece número suficiente de banheiros aos alunos e as condições básicas de funcionamento para os professores e estudantes que frequentam essas escolas são insuficientes (BID, 2011).

A situação pernambucana parece não ser muito diferente da brasileira e da América latina. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) indicou, em 2011, que cerca de 13% das escolas possuem laboratório de ciências, 61% possuem sala de informática e apenas 52% das escolas públicas pernambucanas dispõe de bibliotecas, demonstrando a ausência de uma estrutura física e educacional que estejam voltadas à garantia da melhoria da qualidade de ensino (QEDU, 2011).

Diante dessa realidade o presente artigo tem por objetivo, analisar até que ponto a infraestrutura escolar afeta o desempenho dos alunos, a partir do caso particular da rede pública de ensino do Recife. Para isto estima o efeito das variáveis de infraestrutura (energia elétrica, água tratada, quadras, laboratórios e outros equipamentos físico-materiais) e outras influências educacionais (estrutura familiar, renda e amizades) sobre esse processo de aprendizagem, através de análises de regressões e também observa o perfil das escolas que compõem a amostra. O ponto de partida foi o banco de dados gerado pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), examinando uma amostra do desempenho dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental (antiga 5ª série) das escolas públicas da cidade do Recife, por meio da aplicação de duas provas de matemática, ao início e final do ano de 2013.

Este artigo é composto de mais 4 seções além desta introdução. Na primeira apresenta-se o referencial teórico que discute como a infraestrutura escolar é importante para o processo de aprendizagem e quais outras variáveis podem interferir nesse processo. Em seguida, apresenta-se a metodologia e a abordagem estatística utilizada. Outra seção apresenta os resultados e explora os achados apresentando como a infraestrutura se relaciona com outras variáveis educacionais. Por fim, são propostas consequências destes resultados para a condução de políticas públicas em educação básica.

2. Infraestrutura escolar e aprendizagem

O aluno e a sua contínua necessidade de desenvolvimento deve ser o ponto de partida para o planejamento da estruturação de uma unidade escolar. Nesse sentido, o processo de formação do espaço escolar, também compreendido neste artigo como infraestrutura, deve considerar os diversos fatores e características físicas que garantam ambientes seguros, corretamente iluminados e que facilitem o aprendizado. Afirma Vital Didonet, em publicação para o Fundescola (2002):

> O espaço escolar não é apenas um 'continente', um recipiente que abriga alunos, livros, professores ou um local em que se realizam atividades de aprendizagem. Mas é também um 'conteúdo', ele mesmo é educativo. Escola é mais do que quatro paredes; é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento; tem que despertar interesse em aprender; além de ser alegre aprazível e confortável, tem que ser pedagógico. Há uma 'docên-

> cia do espaço'. Os alunos aprendem dele lições sobre a relação entre o corpo e a mente, o movimento e o pensamento, o silêncio e o barulho do trabalho, que constroem conhecimento (por que silêncio na biblioteca e barulho na oficina, no ateliê de artes ou mecânica?). [...] Por isso, é importante que as escolas sejam espaços funcionais, produtivos e produtores de aprendizagem.

Ao analisar o caso norte americano, Cynthia e Tschannen-Moran (2008) demonstram que a infraestrutura escolar, mais do que permitir que as atividades educacionais efetivamente ocorram, é um dos fatores que colaboram para o bom clima entre os alunos, a motivação dos professores e a participação da sociedade na vida escolar.

Analisando as contribuições de Didonet (2002), é possível destacar que o espaço escolar deve ser planejado e pensado como um local acolhedor e prazeroso para o aluno, produzindo nele uma sensação de abrigo, de forma que possibilite o surgimento de outras sensações, como segurança e satisfação, que são determinantes para o aprendizado.

Apesar de serem conceitos que estão intimamente ligados, Espaço Escolar, Infraestrutura e ambiente, Forneiro e Zabalza (apud HORN, 2004, p.35) fazem uma distinção interessante entre os mesmos. Admitem que o termo espaço escolar ou infraestrutura está relacionado ao espaço físico onde as atividades são desenvolvidas, envolvendo móveis, materiais e equipamentos, como salas de aula, instalações hidráulicas e elétricas entre outras características que deem suporte para o desenvolvimento do aluno; já o ambiente refere-se à interação que ocorre dentro desse espaço físico, envolvendo fatos e relações entre as pessoas que ali circulam.

Pensar o espaço escolar ou infraestrutura é tratar de questões físico-materiais como o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos; garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e aos equipamentos e laboratórios de ciências em cada edifício escolar, bem como garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência (PNE, 2015).

Por outro lado, pensar o ambiente é considerar as interações entre alunos, alunos/professores ou alunos/professores/espaços, vivenciando experiências capazes de estimular a criatividade e a imaginação, bem como desenvolver distintas formas de comunicações com outros indivíduos (BARBOSA; HORN, 2001, p. 68).

Uline (2008) destaca como as diversas características da infraestrutura podem afetar o aprendizado dos alunos, desde as questões biológicas (como iluminação, barulho e conforto térmico) a psicológica/sociais (pintura da escola e nível de manutenção da mesma), influenciando não apenas na qualidade da infraestrutura como também no ambiente escolar em que o aluno está inserido. Mais do que isto, a autora destaca que a infraestrutura também afeta a motivação do quadro de professores.

Diante do exposto, é factível que o espaço escolar ou infraestrutura seja pensado e estruturado como um local adaptável, com ambientes que propiciem e favoreçam a troca de conhecimento e saberes de cunho social e cultural, assim como de experiências cognitivas e afetivas entre os seus participantes.

Antunes (2002) declara que a aprendizagem é o ato de reestruturar o sistema de pensamento com o qual se percebe as coisas no entorno. Para Grossi (2004), a aprendizagem é uma construção por meio da qual os conhecimentos estão em constante processo de formação, e sua aquisição se dá internamente ao indivíduo ou externamente a ele, em momentos bem definidos. Todavia, dialogar sobre a aprendizagem em si não se constitui uma tarefa fácil, em virtude das inúmeras *surveys* e avaliações que já foram realizadas por diversos estudiosos, possibilitando ao assunto uma larga interação com as demais áreas do conhecimento e suas dimensões.

No contexto escolar a título de exemplo, é possível identificar diversos estudos sobre os fatores que mais afetam o processo de aprendizado do aluno, e como consequência desses estudos, muitos investimentos são realizados dentro dos espaços escolares na expectativa de se obter melhores resultados educacionais. Em nível nacional, esse assunto vem sendo tratado por um conjunto de planos, leis e normas, com intuito de adequar os espaços escolares a um padrão básico de estrutura, bem como atingir uma melhoria na qualidade da educação brasileira.

O primeiro plano a ser destacado é o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), que tem por objetivo "verificar se os elementos que compõem a escola estão estruturados para a oferta de educação de qualidade" (p. 19, Lei 9.394/96 (LDB) Lei de Diretrizes e Bases, Art. 4º, Inciso IX, que prioriza a recuperação da infraestrutura das unidades escolares, como bibliotecas e laboratórios, assegurando os padrões mínimos da qualidade e funcionamento, que influenciam de forma significativa tanto o desempenho acadêmico como o processo de aprendizagem.

O outro plano de destaque e também norteador dos quesitos básicos reativos à infraestrutura é o Plano Nacional de Educação (PNE - Meta 7.18), que tem por objetivo assegurar a todas as escolas públicas da educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, bem como garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências em cada edifício escolar.

A presença desse tipo de infraestrutura dentro de uma escola é tida como outra fonte de aprendizado para o aluno, funcionando como uma fonte complementar à sala de aula, possibilitando ao mesmo a aquisição de uma maior independência no processo de aprendizado, contribuindo para a aquisição de novos conhecimentos. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento; tem que despertar interesse em aprender; além de ser alegre aprazível e confortável, tem que ser pedagógico (BRASIL, 2006). Quanto à organização das salas, Barbosa e Horn (2001) afirmam ser fundamental que se considere a sala como parte integrante da ação pedagógica e destacam que são fatores determinantes dessa organização o número de crianças, as faixas etárias, as características do grupo e a parceria entre professores e aluno.

Segundo Barbosa e Horn (2001), a organização adequada desses espaços, bem como dos materiais que os integram (panos, tapetes, estantes, cortinas e outros), atuam como fatores primordiais no desenvolvimento da autonomia intelectual e social dos estudantes.

Em consonância com a Resolução nº. 216 de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre as boas práticas para o serviço de alimentação, bem como da preparação dos alimentos, limpeza, manutenção desses ambientes, as escolas devem se adequar a tais exigências para atender aos princípios legais. Fatores como merenda escolar, cozinhas, refeitórios e cantinas também foram tópicos destacados como relevantes para uma composição de uma estrutura básica escolar de acordo com o PNE (2015).

Em relação à acessibilidade, as unidades escolares precisam pensar a acessibilidade física como um elemento essencial para a promoção da inclusão educacional, tendo em vista a sua responsabilidade em garantir o acesso de todos os alunos, nos mais diversos ambientes da escola, com facilidade, autonomia e segurança.

A acessibilidade pode se apresentar de diversas formas dentro de um espaço escolar, a depender das necessidades da Pessoa com Deficiência. As condições físicas nas escolas de uma forma geral são bem precárias, principalmente, quando essas são construções antigas ou patrimônios históricos onde as modificações são limitadas. Sendo assim, uma unidade escolar pode se deparar com diversas necessidades de adaptação, se possuir um aluno deficiente visual, a escola necessitará de pisos táteis, de avisos em Braille nas entradas; caso o aluno seja deficiente auditivo, a escola precisará do apoio de um intérprete de libras, para realização da tradução, caso o aluno possua deficiência física como cadeirante, banheiros precisam ser adaptados, salas, rampas de acesso terão que ser construídas segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, além do suprimento de outras necessidades estabelecidas por leis como no artigo 227, parágrafos 1º e 2º da Constituição Federal, na qual consta que as escolas são obrigadas a oferecer as condições mínimas para àqueles que possuem necessidades especiais, garantindo o direito de igualdade e Art. 8º, que dispõe sobre as Condições Gerais da Acessibilidade (BRASIL, 2004).

Diante das informações que foram apresentadas, observa-se que a infraestrutura exerce influência direta sobre o desenvolvimento educacional. A estrutura em condições ideais atrai e estimula o aluno ao seu crescimento, enquanto em condições insalubres geram desejo de abandono da unidade escolar e queda do rendimento.

Hanushek e Woessman (2017) propõem uma função de produção educacional. Nela a infraestrutura é apenas um bloco do conjunto de fatores que levam ao aprendizado. Também são citados o *background* familiar, o ambiente institucional e a habilidade individual.

Os desafios apresentados no presente século vêm exigindo cada vez mais dos indivíduos, desde a infância à fase adulta, o desenvolvimento de competências que o auxiliem no alcance do sucesso, seja acadêmico, profissional ou pessoal. Dentro dessa perspectiva, a escola assume um importante papel, como um local privilegiado e facilitador para a aquisição dessas competências primordiais ao desenvolvimento humano. No entanto, esse sucesso educacional não é de exclusividade da escola, a existência de fatores externos como background familiar e social no período de escolarização, está intimamente ligada a essa conquista (SOARES; COLLARES, 2006; SOUZA, 2009).

Levando em consideração o contexto familiar, muitos estudos protagonizam a família como o principal norteador do aprendizado escolar, influenciando a criança desde a motivação para os estudos, como para o desenvolvimento de competências interpessoais e de relacionamentos, seja com professores ou colegas (BRADLEY, et al., 1988; STEVENSON; BAKER, 1987). Ainda segundo os autores, aspectos como a situação econômica da família, a estrutura do lar, o clima e o envolvimento dos pais na vida escolar do aluno, são fatores de grande relevância ao seu desempenho.

Coleman (1966), em uma pesquisa encomendada pelo governo americano, para 600 mil alunos, intitulada "*Equality of educational opportunity*" concluiu que o fator causal do desempenho dos alunos, estava relacionado ao perfil familiar e a vizinhança no qual o mesmo está inserido. De acordo com seu estudo, famílias de maior poder aquisitivo, com boa formação, presentes na vida escolar da criança, propiciam melhor desempenho escolar.

Nessa perspectiva, percebe-se que o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos se caracteriza como um fator preponderante ao desenvolvimento acadêmico e educacional dos mesmos (CONNORS; EPSTEIN, 1995; BAKER; STEVENSON; 1987; DEARING *et al*., 2006).

Por outro lado, Harris (1995) argumenta que a rede de amizades ou relacionamento social desempenha um papel relativamente mais importante do que os pais ou ambiente familiar. Ela acredita que a busca pela aceitação ou inserção em grupos faz com que a criança mude o seu comportamento ou personalidade na tentativa de não ser excluída socialmente, e essa mudança na maioria das vezes se dá na ausência da supervisão dos pais.

Para Patacchini *et al.* (2011), os amigos são propulsores de interação e motivação no processo de aprendizagem. Um aluno em sala de aula pode desempenhar diversos papéis a depender do contexto ou do grupo que participa, seja influenciando ou sendo influenciado.

Além da rede de amizades e do suporte afetivo e econômico da família, outra variável correlacionada a essas últimas é o efeito territorial. Os territórios são definidos a partir das relações sociais, econômicas e políticas entre os indivíduos, em determinados tipos de espaços ou ambientes, entre eles o entorno escolar (Fonseca e Leal, 2008). Dessa forma, pensar território também é expor os efeitos que dele são produzidos, desde a violência urbana a demais formas de violência no entorno da escola e na vizinhança das moradias dos alunos, que acabam afetando diretamente o seu desempenho de forma negativa.

Discorrer sobre outras influências educacionais e mostrar a relação existente com o processo de aprendizagem do aluno não é algo simples, em virtude da imensidão de variáveis existentes. Entretanto, optou-se por destacar àquelas variáveis de maior influência (positiva ou negativa) para o desempenho educacional do aluno, de acordo com a ênfase dada pela literatura.

3. Descrição dos Dados e Metodologia

Este artigo utiliza o banco de dados gerado pela pesquisa realizada na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Intitulada Acompanhamento Longitudinal do Desempenho Escolar de Alunos da Rede Pública de Ensino Fundamental do Recife. A referida pesquisa examinou uma amostra do desempenho dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental (antiga 5ª série) das escolas públicas da cidade do Recife/ Pernambuco, por meio da aplicação de duas provas de matemática elaboradas pela Fundaj (aplicadas ao início do ano de 2013 – Prova 1 e final do ano de 2013 – Prova 2); e quatro tipos de questionários destinados aos alunos, pais ou responsáveis, professores e diretores, permitindo a coleta de uma grande variedade de dados, capazes de expor a realidade educacional das escolas avaliadas e de seus alunos. Ao todo foram pesquisados 4.191 alunos, 3.670 pais ou responsáveis, 120 diretores e 131 professores de 120 escolas espacialmente distribuídas em 6 Regiões Político-Administrativas (RPA's), subdivididas em 18 microrregiões na cidade do Recife. Além dessa fonte de dados, também se fez necessário realizar uma consulta ao Censo Escolar (2013).

Nesse questionário, há uma grande variedade de perguntas sobre infraestrutura feitas, principalmente aos diretores das escolas. Ao contrário do Censo Escolar, a base de dados da Fundaj foi construída a partir de questionários que permitissem captar as impressões da quantidade e da qualidade da infraestrutura das escolas. Para organizar a tabulação dessas informações, dividiram-se as variáveis em três grupos distintos. O primeiro grupo foi denominado "Espaço Pedagógico" e é composto da junção de espaços como salas, bibliotecas, laboratórios, quadras de esportes e auditórios. O segundo grupo, denominado de "instalações de higiene e alimentação", é composto por banheiros, bebedouros, cantinas e refeitórios. Ainda dentro desse grupo, são observados a disponibilização da acessibilidade em banheiros e nas vias de acesso à escola. O terceiro grupo, "computadores e internet", engloba a utilização de computadores e internet para professores e alunos, bem como o uso de outros recursos eletroeletrônicos, como fitas de vídeos, máquinas copiadoras, impressoras, retroprojetor, televisão, antena parabólica, linha telefônica e aparelho de som.

Também foi necessário compatibilizar a base de dados da Fundaj com dados provenientes do Censo Escolar. Agregou-se à base de dados da Fundaj as informações relativas aos serviços de utilidade pública (Abastecimento de água, Energia elétrica, Esgotamento sanitário e Coleta de lixo) que, por existirem no Censo Escolar, não foram levantadas na pesquisa original. O Quadro 1 sumariza as informações das variáveis chave deste artigo.

Quadro 1 – Categorização das variáveis de Infraestrutura

Blocos	Variáveis
I - Espaço Pedagógico	Bibliotecas, Laboratórios, Quadras de esportes, Auditórios
II - Instalações de Higiene e Alimentação	Banheiros, Bebedouros, Cantinas/Refeitórios
III - Computadores, Internet e Equipamentos	Computadores Internet Máquinas copiadoras, Impressoras, Retroprojetor, Televisão, Linha telefônica Aparelho de som
IV - Serviços de Utilidade Pública (CENSO 2013)	Abastecimento de água, Energia elétrica, Esgotamento sanitário, Coleta de lixo

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do PNE e Fundaj 2017.

As variáveis dos blocos (I, II, III) apresentadas no Quadro 1, estão estruturadas através de duas medidas de categorias "Quantidade" e "Condições". A primeira está subdividida em "Suficiente, Insuficiente e Inexistente" e a segunda em "Satisfatória, insatisfatória e Sem Uso". Essa estrutura permitiu à pesquisa não apenas a realização de uma análise isolada das referidas categorias, como também o cruzamento entre elas, possibilitando aferir a quantidade e a qualidade dos recursos existentes nas escolas da amostra em estudo, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Cruzamento das medidas "Quantidade x Condições"

	QUALIDADE		
QUANTIDADE	**Satisfatória**	**Insatisfatória**	**Sem Uso**
Suficiente	Qtde. Suficiente e Cond. Satisfatória	Qtde. Suficiente e Cond. Insatisfatória	Qtde. Suficiente e Cond. Sem Uso
Insuficiente	Qtde. Insuficiente e Cond. Satisfatória	Qtde. Insuficiente e Cond. Insatisfatória	Qtde. Insuficiente e Cond. Sem Uso
Inexistente	Qtde. Inexistente e Cond. Satisfatória	Qtde. Inexistente e Cond. Insatisfatória	Qtde. Inexistente e Cond. Sem Uso

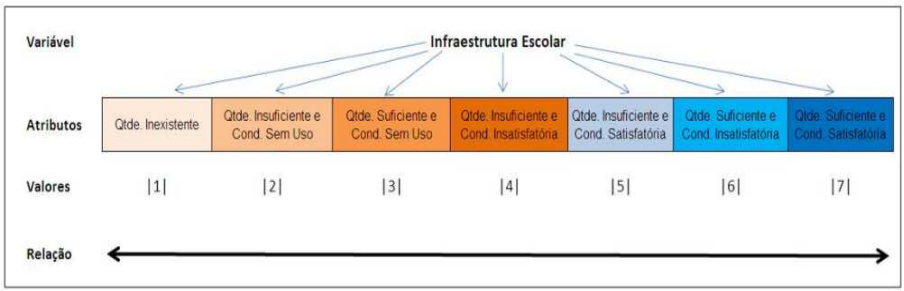
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados Fundaj.

Após a realização do cruzamento das informações do "Quadro 2", as medidas (Qtde. Inexistente e Cond. Satisfatória, Qtde. Inexistente e Cond. Insatisfatória, Qtde. Inexistente e Cond. Sem Uso) da área não hachurada, retornaram valores igual a zero, tornando o seu uso desnecessário pela ausência de valores. Já para os cruzamentos restantes (área hachurada com graduação de cores) do referido quadro, foram gerados valores superiores a zero, sendo possível a sua análise. No tocante ao termo "Qtde. Inexistente", o mesmo não retornou valores maiores que zero quando cruzados com as demais medidas, sendo necessário analisá-lo de forma isolada. A partir desse ajuste realizado nos cruzamentos, optou-se pela criação de uma escala de medida. Essa escolha se deu por algumas razões, entre elas destaca-se a redução da complexidade dos dados, simplificando a análise, ao combinar muitas variáveis em um único valor de medida, realização de comparações entre variáveis, contribuindo para o desenvolvimento de análises de regressão, bem como o uso de técnicas de correlação estatística, além disso, diminui o erro das mensurações, aumentando a fidedignidade das medidas finais.

Segundo Herrero e Cuesta (2005), a estrutura do processo de medição possui quatro níveis estruturais: 1) variável (propriedade que será medida); 2) o atributo (é o grau em que se comporta a variável – exemplos: bom, médio e ruim); 3) o valor (é a atribuição numérica dada ao grau – exemplos: 1, 2, 3), e 4) relação ("ligação" entre os vários valores da variável).

De acordo com o conceito apresentado, definiu-se como Variável Central: infraestrutura escolar; como Atributo: o cruzamento das medidas (Quadro 2); como Valores: escala de 1 (um) até 7 (sete), crescendo de forma gradual do valor 1 (representando quantidade inexistente), até 7 (para quantidade e condições satisfatórias), conforme apresentado na figura abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Definição de valores para os atributos de medição



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados Fundaj 2017.

Para além da infraestrutura escolar, também foram selecionadas outras variáveis que de alguma forma influenciaram o aprendizado dos alunos, compreendida nesta pesquisa como "outras influências educacionais", como estrutura familiar, renda, bem como do relacionamento do aluno com os seus pais ou responsáveis. Para seleção

e definição das variáveis que poderiam compor o bloco "outras influências educacionais" tomou-se como base o Quadro 3 que reproduz tabela de Melo et al.(2017) que utiliza a mesma base de dados que esta pesquisa.

O referido quadro está distribuído em três colunas, sendo a primeira coluna composta pelos construtos, a segunda coluna por sua vez é composta pelas perguntas oriundas dos questionários da pesquisa da Fundaj/2013, e a terceira e última coluna exibe a quantidade de respostas possíveis para cada uma dessas perguntas.

Quadro 3 – Suporte Familiar na Visão do Aluno

Construto	Pergunta	Nº de categorias
RECURSOS FAMILIARES		
Envolvimento dos Pais		
Suporte familiar na visão do Aluno – SFVA	Quem é a pessoa que acompanha mais de perto sua vida escolar?	9
	Seus pais (ou responsável) frequentam as reuniões escolares?	4
	Seus pais (ou responsável) conversam sobre o que acontece na escola com você?	4
	Seus pais (ou responsável) ajudam você a fazer a lição de casa?	4
	Seus pais (ou responsável) cobram se você fez a lição de casa?	4
Capital Cultural		
Relação com pais na visão do Aluno – RPA	Quando você faz alguma coisa errada seus pais (ou responsável) fazem o quê?	6
	Seus pais (ou responsável) almoçam ou jantam com você?	4
	Seus pais (ou responsável) vão ao cinema ou teatro com você?	4
	Seus pais (ou responsável) conversam com seus amigos?	4
	Seus pais (ou responsável) ajudam você? Ou estudam com você?	4

Fonte: MELO et al (2017).

Cada um dos construtos apresentados no quadro acima (Relação com pais na visão do Aluno – RPA e Suporte Familiar na Visão do Aluno – SFVA) estão estruturados por questões que exercem uma influência direta no desempenho escolar dos alunos, bem como no seu desenvolvimento intelectual e social (MELO *et al.*, 2017).

No processo de construção da modelagem estatística considerou-se a estrutura das variáveis selecionadas na base de dados, bem como a quantidade de variáveis

que hipoteticamente exerçam alguma influência no processo de aquisição de conhecimento do aluno. Dessa forma, optou-se pela utilização do modelo econométrico de Regressão Linear Múltipla. Esse modelo parte da suposição da existência de uma relação linear entre o valor médio de uma variável y (variável dependente) e K variáveis (variável independente ou explicativa).

Dado o objetivo central deste trabalho, que é analisar o efeito da infraestrutura sobre o processo de aprendizagem do aluno, o seguinte modelo foi estimado:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \mu \qquad (2)$$

Em que:

Y = Nota 2 (variável dependente);
X_1 = Nota 1 (variável independente);
X_2 = Espaço Pedagógico;
X_3 = Instalações de Higiene e Alimentação;
X_4 = Computadores, Internet e Equipamentos.

Esta aplicação se deu com objetivo de se compreender como a variável dependente (), Nota 2, reagia sobre o efeito da infraestrutura (. De acordo com Ding e Lehrer (2007), a nota inicial (Nota 1) quando inserida no modelo de regressão, além de se tornar uma proxy valiosíssima, capturando a história pregressa do aluno e de seu contexto social, ela também tenta corrigir eventuais problemas de endogeneidade no modelo de regressão.

Além dessas variáveis centrais, também foram utilizadas variáveis que contemplem outros aspectos do desempenho escolar dos alunos, conforme foi detalhado no referencial teórico. De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, as novas variáveis a serem incluídas na estimação do modelo está relacionada às outras influências educacionais, ou seja, renda, suporte familiar ou informações sociodemográficas dos alunos. Sendo assim, as variáveis selecionadas para se verificar o que de fato vem influenciando o processo de aprendizagem dos alunos e que também servirão para a construção do modelo econométrico estão relacionadas no Quadro 4.

Para construir a variável Suporte Familiar, foram agrupados os construtos SFVA (Suporte Familiar na Visão do Aluno) e RPA (Relação com os Pais na Visão dos Alunos). Quando SFVA e RPA pertenciam à categoria "Grupo alto" a variável suporte familiar recebia a categorização "alto", do contrário, era categorizada como "baixo". As variáveis, Raça/Cor e Quantidade de Quartos, também receberam o mesmo tratamento, com exceção apenas para a idade.

Quando os alunos forem de Raça/Cor não-branca ", e quando for branca. Já para a Quantidade de Quartos, a variável assume valor "1" quando o aluno possuir dois quartos ou mais em sua residência e "0" se possuir 1 quarto ou nenhum.

Essas variáveis *dummies* foram utilizadas com o intuito de observar o comportamento escolar do aluno, quando combinadas a outras variáveis independentes, buscando uma estimação menos enviesada para o modelo, foi possível chegar à seguinte estimação:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + \beta_5 X_5 + \beta_6 C_1 + \beta_7 C_2 + \beta_8 C_3 + \beta_9 (X_1)^2 + \beta_{10} X_1 X_5 + \beta_{11} (X_1)^2 X_5 + \beta_{12} X_1 X_4 + \beta_{13} C_1 X_2 + \beta_{14} X_2 X_3 + \beta_{15} X_2 C_2 + \varepsilon \quad (3)$$

Quadro 4 – Descrição das variáveis usadas no modelo econométrico

Variável	Descrição
Nota 2 ()	Variável dependente, segunda prova realizada ao fim do ano
Nota 1	Variável independente, primeira prova realizada no início do ano
Espaço Pedagógico	Bibliotecas, Laboratórios, Quadras de esportes, Auditórios
Instalações de Higiene e Alimentação	Banheiros, Bebedouros, Cantinas/Refeitórios
Computadores, Internet e Equipamentos	Computadores, Internet, Máquinas copiadoras, Impressoras, Retroprojetor, Televisão, Linha telefônica Aparelho de som
Idade	Variável que representa a idade do indivíduo
Suporte Familiar	Variável dummy SFVA e RPA que assume valor 1 quando o suporte familiar na visão do aluno é baixo e 0 quando for alto. O suporte familiar na visão do aluno é alto, se só se, SFVA e RPA forem altos, caso contrário, será considerado baixo.
Quantidade de quartos	Variável dummy que assume valor 1 quando o aluno possui dois quartos ou mais em casa e 0 se possuir 1 quarto ou nenhum.
Raça	Variável dummy que assume " se o aluno for da raça não-branca e " se for da raça branca

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da Fundaj.

A referida estimação foi realizada em primeiro momento através da aplicação de uma equação de Regressão Linear Múltipla (Mínimos Quadrados Ordinários). No segundo momento, uma análise gráfica foi feita buscando entender a relação entre as variáveis explicativas e a variável resposta, resultando em um modelo com 38 parâmetros.

Por fim, o método de seleção de variáveis (algoritmo ***Stepwise***[4]) utilizando o critério de informação de ***Akaike***[5](AIC) foi utilizado a fim de reduzir a dimensão do modelo, o que resultou no modelo final com o total de 16 parâmetros.

4 **Stepwise:**. No algoritmo Stepwise um teste F é utilizado, para seleção ou exclusão de variáveis de um modelo, verificando a importância das mesmas, por meio da sua significância estatística. Fonte: http://www.portalaction.com.br/analise-de-regressao/4251-selecao-stepwise.

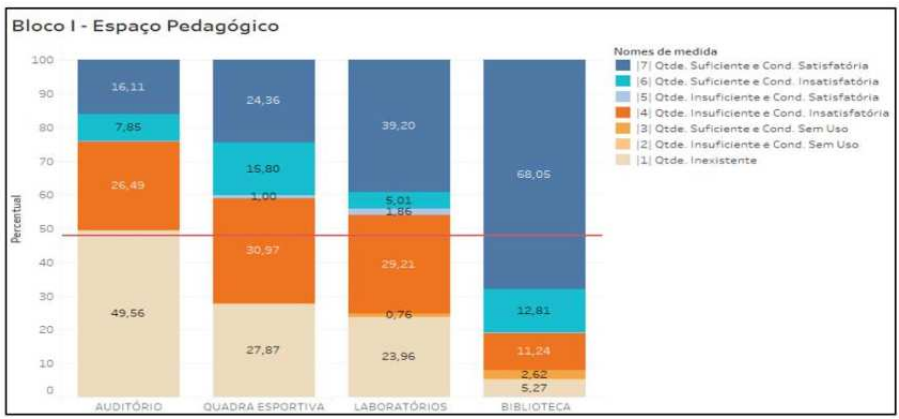
5 **Akaike(AIC):**. O critério de informação de Akaike (AIC) desenvolvido a partir a distância de Kullback-Leibler (K-L), a qual é uma distância entre o modelo verdadeiro, que geralmente é uma abstração, e o modelo candidato, possui a finalidade de aproximar o modelo estimado o mais próximo da realidade. Fonte: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0621277_10_cap_05.pdf.

4. Resultados

Uma vez especificado o modelo e definidas as variáveis, esta seção se destina em apresentar, por meio de gráficos e tabelas, as estatísticas relacionadas à infraestrutura das escolas, destacando como elas estão equipadas em termos de espaço físico e dos serviços de utilidade pública disponíveis nesses locais. Em seguida, serão demonstrados os resultados finais das estimativas do modelo, bem como das interações entre as variáveis estudadas.

O primeiro gráfico dessa seção (Gráfico I) apresenta o percentual médio de informações sobre a quantidade/qualidade das bibliotecas, laboratórios, quadra de esportes e auditório (Bloco – Espaço Pedagógico). Observando o gráfico e os valores em destaque, é possível perceber que no tocante à medida "Quantidade Suficiente/Condições Satisfatórias" as variáveis: Biblioteca, Laboratórios, Quadra esportiva e Auditório, apresentaram valores bem diferenciados. Cerca de 68,05% dos alunos da amostra em análise estudam em escolas nas quais os diretores declararam que a quantidade de bibliotecas são suficientes e a qualidades delas são satisfatórias; essa mesma medida também se aplica à variável laboratórios, em que 39,20% dos entrevistados informaram que tanto o laboratório de ciências como o de informática possuem quantidades suficientes com qualidades satisfatórias. Já para as variáveis Quadra esportiva e Auditório respectivamente, à medida em que o destaque foi "Quantidade Insuficiente/Condições Insatisfatórias", com 30,97% para quadras esportivas e 26,49% para auditórios.

Gráfico 1 - Percentual dos alunos que estudam em escolas onde os diretores declararam a situação do Espaço Pedagógico (Bloco I)



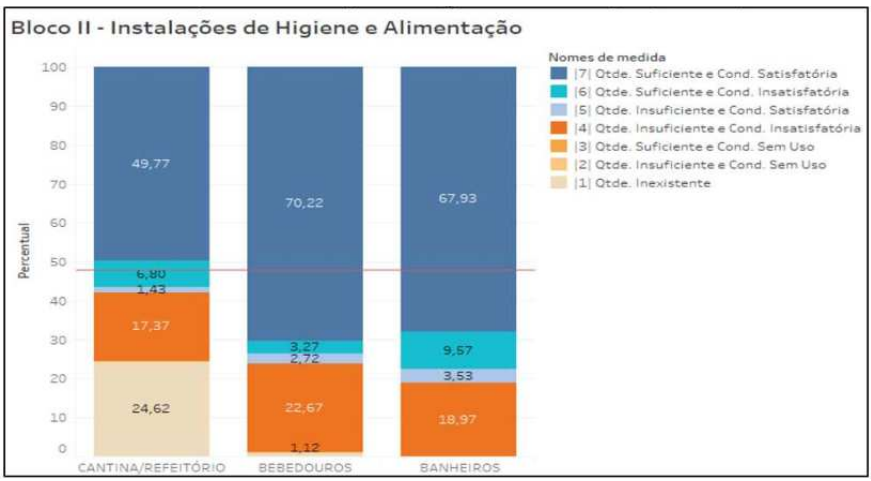
Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Fundaj.

Esses resultados apresentados, positivos para as variáveis "bibliotecas" e "laboratórios", e os negativos para "auditórios" e "quadras", coincidem com as decisões tomadas pela política pública educacional do Pacto Pela Educação – PPE (2009) que teve por objetivo inicial priorizar a recuperação dos espaços físicos das escolas sucateadas, com ênfase na disponibilização de equipamentos como bibliotecas e laboratórios (ciências e informática), buscando atender a um padrão mínimo de funcionamento escolar (SEPLAG, 2011).

Também é possível identificar de acordo com o gráfico, a partir da sua linha mediana, que aproximadamente 50% dos alunos da Rede Pública (Municipal e Estadual) da RMR, possuem os quatro espaços pedagógicos (biblioteca, laboratórios, quadra esportiva e auditório), ainda que essas condições sejam insatisfatórias com quantidades insuficientes como é o caso dos auditórios e quadras, onde 49,56% e 27,87% respectivamente, inexistem nas dependências da escola.

O gráfico 2, por sua vez, estruturado pelo Bloco - Instalações de Higiene e Alimentação (banheiros, bebedouros, cantinas/refeitórios), revela que 18,97% dos alunos possuem quantidades insuficientes de banheiros e que as condições de uso desses são insatisfatórias. Ou seja, um percentual razoável das escolas não é provido de uma quantidade satisfatória desse equipamento em condições adequadas. Considerando que se tratam de instalações básicas, esse percentual ainda é considerado alto, em virtude de sua grande utilidade no ambiente escolar, tanto por parte dos alunos como dos professores. A presença de bebedouros também é expressiva, embora 22,67% considerem que a quantidade e as condições ainda são insuficientes nas escolas. No tocante a variável cantinas/refeitórios, o referido gráfico apontou que 49,77% possuem instalações desse tipo, em condições satisfatórias e em quantidades suficientes e apenas 17,37% informaram que não, ou seja, as quantidades/condições são sim, insuficientes e insatisfatórias.

Gráfico 2 - Percentual dos alunos que estudam em escolas onde os diretores declararam a situação das instalações de higiene e alimentação (Bloco II)



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Fundaj.

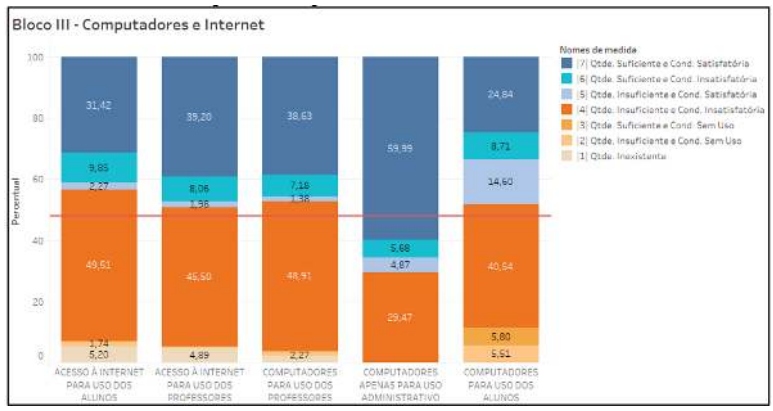
De acordo com a Resolução nº. 216 de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre as boas práticas para o serviço de alimentação, bem como da preparação dos alimentos, limpeza, manutenção desses ambientes, as escolas devem se adequar a tais exigências para atender aos princípios legais. Fatores como merenda escolar, cozinhas, refeitórios e cantinas também foram tópicos destacados como relevantes para uma composição de uma estrutura básica escolar de acordo com o Censo Escolar (2006).

Mesmo sendo alvo de legislações, por se tratar de um requisito básico na composição da estrutura escolar, os referidos equipamentos ainda carecem de muita atenção por parte dos formuladores das políticas públicas no quesito melhoria da qualidade, pois o que se percebe é uma grande preocupação em oferecer o espaço, mas pouco esforço para mantê-lo nas condições de uso.

Os gráficos seguintes (Gráfico 3 e Gráfico 4) relacionam as variáveis contidas no BLOCO III (Computadores, Internet, Máquinas copiadoras, Impressoras, Retroprojetor, Televisão, Linha telefônica, Aparelho de som). Para melhor compreensão, as variáveis foram separadas em dois grupos distintos, sendo o primeiro compreendido por computadores e internet e o segundo por equipamentos. É importante ressaltar que a disponibilização desses equipamentos eletrônicos dentro do ambiente escolar tem o objetivo de auxiliar o aluno em seu processo de aprendizado, ilustrando os conhecimentos teóricos de uma maneira mais interativa e prática, gerando uma alternativa adicional à figura do professor na transmissão de informações e conhecimentos para os alunos (FUNDAJ, 2009, p.34).

O Gráfico 3, compreendido pelo primeiro grupo, traz a disponibilidade de computadores e internet tanto para uso dos alunos como para os professores, e os resultados apresentados mostram que as variáveis (acesso à internet e uso dos computadores) tiveram quantidades insatisfatórias com condições insuficientes em todos os seus itens, com exceção apenas para a variável "computadores para uso administrativo", com quantidades/qualidades acima de 50%.

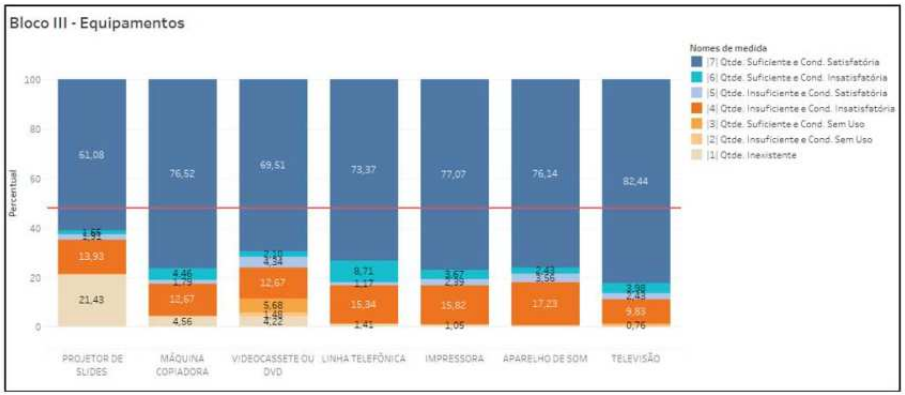
Gráfico 3: Percentual dos alunos que estudam em escolas onde os diretores declararam possuir computadores e internet (Bloco III)



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Fundaj.

Por sua vez, no Gráfico 4, composto pelo grupo dos equipamentos, verificou-se que todos os itens elencados tiveram quantidades satisfatórias e condições suficientes, ou seja, é comum a presença de máquinas copiadoras, impressoras, DVD's, TV's e demais equipamentos em condições de usabilidade no ambiente escolar como apresenta o gráfico abaixo.

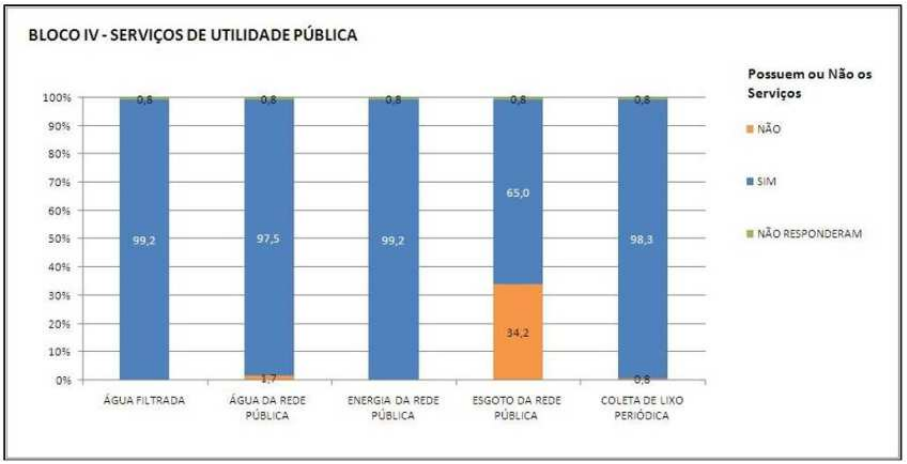
Gráfico 4: Percentual dos alunos que estudam em escolas onde os diretores declararam possuir equipamentos eletrônicos (Bloco III)



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Fundaj.

Por fim, no último bloco (serviços de utilidade pública) relacionado às variáveis de infraestrutura escolar, Gráfico 5, buscou-se avaliar através do cruzamento realizado com o CENSO/2013, a existência ou não de serviços como abastecimento de água encanada e filtrada, energia elétrica, esgoto sanitário e coleta de lixo, nas escolas da Rede Pública.

Gráfico 5: Cruzamento dados Fundaj/2013 e Censo/2013 (Bloco IV)



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Fundaj.

O que se pôde perceber, por meio do gráfico acima, é que do total das 120 escolas da amostra, quase 100% delas desfrutam, em suas dependências, dos serviços básicos de utilidade pública, ou seja, dispõem de abastecimento de água encanada e filtrada, energia elétrica e coleta de lixo, com exceção apenas da variável "Esgoto da Rede Pública", em que 34,2% escolas afirmaram não possuir acesso à rede pública de esgoto. Esse último dado destaca uma realidade um pouco preocupante, em virtude de ser uma área urbana e não rural, onde os recursos são mais acessíveis de um modo geral e possuem uma estrutura político-administrativa mais organizada.

No tocante às informações relativas a outras influências educacionais, como estrutura familiar do aluno, o perfil socioeconômico do mesmo e de como essas varáveis afetam o seu desempenho escolar, investigou-se a relação do suporte familiar na perspectiva do aluno.

De acordo com os dados apresentados na pesquisa, "A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar", a presença materna é a figura familiar mais presente na vida do aluno, seja em um contexto de alto suporte familiar (Grupo Alto – GA)[6], com 86% de participação, ou com suporte familiar menos favorável (Grupo Baixo - GB), com 78,5%. Em ambos os casos, a mãe é a representante mais frequente.

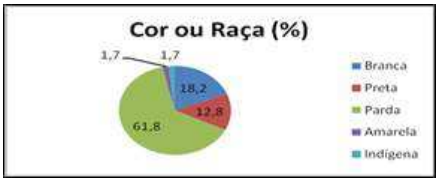
Embora a diferença de valores entre os alunos com alto e baixo suporte familiar não seja expressiva, o Grupo Alto (GA) registrou percentuais mais elevados para a opção "sempre ou quase sempre" nas respostas dadas pelo estudante em relação à participação da mãe, ou seja, mães do Grupo Alto, sempre ou quase sempre, frequentam as reuniões escolares, conversam sobre o que acontece na escola e ajudam os filhos a fazer a lição de casa. Essa mesma proporção se torna inversa quando se trata da participação dos pais na vida escolar do aluno, em que eles "nunca ou quase nunca" podem estar presentes, na visão dos alunos.

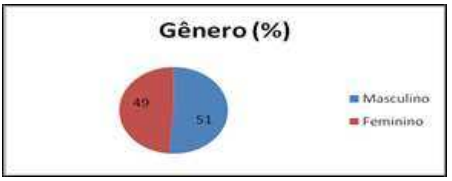
Referente ao perfil dos alunos e ao percentual médio dos que compõe a amostra, o Quadro 5, a seguir, destacou que 51% dos estudantes são do sexo masculino, 61,8% se declararam pardos e 51,5% estão no 6º ano do Ensino Fundamental com idade de 11 anos, idade adequada para esta série.

6 5Grupo Alto – GA: Concentra estudantes com uma situação mais elevada tanto de acompanhamento nos estudos, quanto de relação com os pais ou responsáveis, com 55,35%;

Grupo Baixo – GB: Concentra os alunos com uma situação menos favorável, inversa ao GA, com 44,64%. Fonte: A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2017, Brasília

Quadro 5: Perfil dos Alunos por Idades, Cor/Raça e Gênero





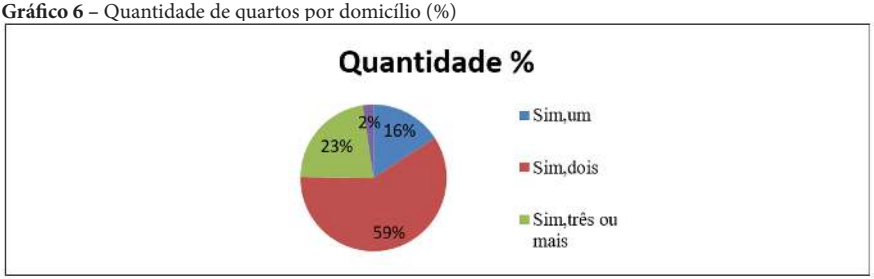
Idades	9	10	11	12	13	14	15	16	17
%	0,4%	13,0%	51,5%	21,6%	8,7%	3,3%	1,0%	0,3%	0,1%

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Fundaj.

Para avaliar a situação socioeconômica da vida do aluno, foi realizado o teste t-student para comparação das médias de cada variável apresentada no Quadro 6. Dentre as variáveis que apresentaram maior significância estatística destacaram-se: "quantidade de quartos" e se o aluno "possui ou não empregada doméstica". Após a identificação dessas variáveis, um processo de estimação foi feito utilizando cada uma delas como *pro*xy do nível socioeconômico, retornando com o melhor resultado "quantidade de quartos", sendo esta a variável escolhida.

Ao analisar a referida variável de acordo com Gráfico 6, observa-se que apenas pouco mais de 50% dos alunos dispõem de dois quartos em sua residência, e 13,9% ainda dividem o quarto com outros membros da família. Em razão de estarmos falando de um quesito básico, em uma região relativamente desenvolvida e urbanizada (Recife), tal informação tem impacto preocupante não apenas na vida dessa família, como também e principalmente no processo de formação e aprendizado desse aluno.

Gráfico 6 – Quantidade de quartos por domicílio (%)



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Fundaj.

Os resultados da regressão com o melhor ajustamento são relatados na Tabela 1. Algumas variáveis foram mantidas mesmo sem apresentarem testes t significativos porque apresentam interações com outras variáveis significantes, não fazendo sentido desconsiderá-las. A raça/cor foi mantida por ser variável de descrição do aluno que, se analisada sem variáveis de controle, tende a apresentar significância com a nota.

Tabela 1 – Resultados da regressão

Variável	Estimativas	Desvio Padrão	Estatística t	p-valor
Intercepto	76,799	9,245	8,31	0,000
Nota 1	-1,338	0,364	-3,68	0,000
Espaço pedagógico	-3,121	0,896	-3,48	0,001
Espaço de higiene e alimentação	-2,209	0,612	-3,61	0,000
Espaço de informática e equipamentos	-1,194	0,867	-1,38	0,169
Idade	-2,262	0,553	-4,09	0,000
Suporte familiar	3,557	1,463	2,43	0,015
Quantidade de quartos	-3,189	1,859	-1,72	0,086
(Nota 1)²	0,025	0,005	5,26	0,000
Raça/Cor	0,324	0,599	0,54	0,589
Idade*(Nota 1)²	-0,002	0,000	-3,99	0,000
(Nota 1)*(Espaço de informática e equipamentos)	0,050	0,020	2,54	0,011
(Nota 1)*(Idade)	0,088	0,030	2,89	0,004
(Espaço pedagógico)*(Espaço de higiene e alimentação)	0,436	0,141	3,10	0,002
(Espaço pedagógico)*(Suporte familiar)	-0,652	0,304	-2,14	0,032
(Espaço pedagógico)*(Quantidade de quartos)	0,945	0,389	2,43	0,015
Desvio padrão dos resíduos = 13,228				
R^2 = 32,62%				
R^2 ajustado = 32,29%				
Estatística F = 102,195 e p-valor = 0				
G.L. dos resíduos = 3167				

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da Fundaj.

A nota 1 (primeira avaliação) possui uma relação polinomial com a nota 2 (segunda avaliação) e de formato côncavo, ou seja, para quem tirou notas baixas na nota 1 a tendência é que a nota 2 não mude muito, mas, à medida que a nota na primeira avaliação aumenta, a segunda nota tende a diminuir. Essa relação se torna ainda mais evidente quando a idade do aluno é avançada (alunos que se encontram em situação de distorção idade-série), já que a variável Idade faz produto com o termo linear e quadrático da Nota1. Além disso, o termo linear da Nota1 ainda possui um cruzamento com o bloco de infraestrutura referente aos equipamentos de informática, o que diminui essa defasagem. Dessa maneira, para medir o efeito individual das variáveis explicativas em relação à Nota 2 calculou-se o efeito marginal dos dados. Para a nota 1 obteve-se:

$$\frac{\partial y}{\partial x_1} = -1{,}338 + 0{,}05x_4 + 0{,}05x_1 - 0{,}004x_1x_5 + 0{,}088x_5$$

Considerando que as médias para 1, 4 e 5 são respectivamente 42,339; 5,796 e 11,325, e aplicando-se os referidos valores na equação acima, se obteve como resultado 0,1472433, ou seja, na média o efeito marginal da Nota 1 sobre o desempenho final do aluno (Nota 2) é positivo.

Já para o produto do termo linear da nota1 com o bloco de equipamentos de informática, têm-se que:

$$\frac{\partial^2 y}{\partial x_1 \partial x_4} = 0{,}05$$

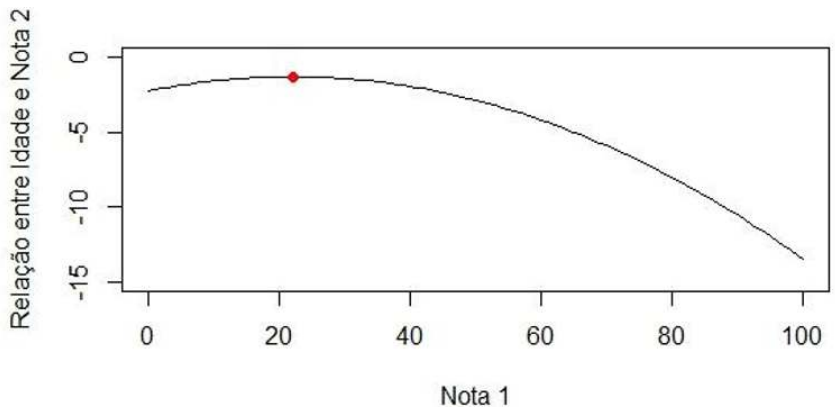
Assim, observa-se que independentemente da idade ou Nota 1, quanto melhor for a infraestrutura melhor será a Nota 2. Entretanto, observa-se que o investimento em equipamentos de informática diminui o efeito negativo do background escolar (bagagem pregressa do aluno antes da primeira prova).

Para a idade, tem-se que,

$$\frac{\partial y}{\partial x_5} = -0{,}002x_1^2 + 0{,}088x_1 - 2{,}262 \Rightarrow \frac{\partial x_5}{\partial y} < 0, \forall x_1$$

A relação da idade com a nota 2, forma uma parábola em função da nota 1, sendo assim, como a nota 1 varia de 0 a 100 a derivada nunca irá alcançar valores positivos. Através do gráfico abaixo é fácil ver esse resultado:

Gráfico 7 -Variação da Idade com Nota 2



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da Fundaj. Programa R-Studio 3.4.1

Dentre as variáveis de infraestrutura (Espaço Pedagógico, Higiene e Alimentação e Equipamento de Informática) todas apresentam estimativas positivas, quando interagem com alguma outra variável explicativa (Suporte Familiar, Renda e Nota 1), sendo assim, o efeito individual de cada variável de infraestrutura está condicionado a alguma outra variável. Computando as derivadas parciais tem-se:

$$\frac{\partial y}{\partial x_2} = -3{,}097 + 0{,}44x_3 + 0{,}915c_2 - 0{,}682c_1$$

$$\frac{\partial y}{\partial x_3} = -2{,}254 + 0{,}44x_2$$

$$\frac{\partial y}{\partial x_4} = -1{,}646 + 0{,}061x_1$$

Verifica-se para o bloco de espaço pedagógico () que para o acréscimo de uma unidade desta variável o desempenho do aluno abaixa em -3,097, contudo, esse efeito pode mudar de acordo com as outras variáveis. Para esta análise a seguinte inequação será estudada:

$$\frac{\partial y}{\partial x_2} > 0$$

O que implica:

$$x_3 > \frac{0{,}682c_1 - 0{,}915c_2 + 3{,}097}{0{,}44}$$

Sendo assim, a desigualdade vale se:

$$c_1 = 1 e c_2 = 1 \rightarrow x_3 > 6{,}509\ (a)$$
$$c_1 = 1 e c_2 = 0 \rightarrow x_3 > 8{,}587$$
$$c_1 = 0 e c_2 = 0 \rightarrow x_3 > 7{,}038$$
$$c_1 = 0 e c_2 = 1 \rightarrow x_3 > 4.959(b)$$

Logo, para os casos (a) e (b), quão melhor for à estrutura referente ao espaço pedagógico, ou seja, quanto melhor forem as bibliotecas, os laboratórios, auditórios e quadras esportivas, maiores serão os resultados no desempenho do aluno na Nota 2.

Entretanto, observa-se para o caso (a), os alunos com baixo suporte familiar e melhor situação econômica somente vão se beneficiar da melhoria do espaço pedagógico se já estiverem com boa infraestrutura de Higiene e Alimentação. Já para os demais casos, o que se percebe é que alunos com baixa renda não usufruem do espaço como os demais dos casos *a* e *b*.

Para o bloco das instalações de Higiene e Alimentação, a interpretação é similar, mas agora o efeito negativo de Higiene e Alimentação (é reduzido por Espaço Pedagógico , ou seja, para que os espaços de Higiene e Alimentação influenciem positivamente o desempenho dos alunos se faz necessário que haja um investimento em paralelo no Espaço Pedagógico escolar, demonstrando a necessidade de melhoria simultânea nos equipamentos de infraestrutura e não apenas de maneira isolada.

$$\frac{\partial y}{\partial x_3} > 0 \; se, e \; somente \; se, x_2 > 5{,}122$$

Dessa maneira, as instalações de higiene e alimentação terão efeito positivo sobre o desempenho do aluno caso o espaço pedagógico alcance valores maiores que 5,122.

Já para o bloco dos equipamentos de informática (Computadores, Internet, máquinas copiadoras, TV, Telefones e impressoras), à medida que a Nota 1 aumenta, o investimento nesses equipamentos aumenta o resultado da Nota 2. Daí segue-se para análise de:

$$\frac{\partial y}{\partial x_4} > 0 \Rightarrow -1{,}194 + 0{,}05x_1 > 0$$

Onde, a desigualdade é verdade quando:

$$x_1 > 27{,}035$$

Sendo assim, quando o aluno atinge Nota 1 maior que 27,035 o efeito referente aos equipamentos de informática e seus derivados sobre o desempenho final (Nota 2) do aluno torna-se positivo.

Realizando o procedimento anterior para as variáveis categóricas temos o seguinte resultado:

$$\frac{\partial y}{\partial c_1} = 3{,}747 - 0{,}682x_2 \; se \; c_1 = 1$$

$$\frac{\partial y}{\partial c_2} = -2{,}966 + 0{,}915x_2 \; se \; c_2 = 1$$

$$\frac{\partial y}{\partial c_3} = 0{,}243 \; se \; c_3 = 1$$

Se o aluno possui um suporte familiar baixo então, o intercepto será acrescido de 3,747, entretanto, como ela faz produto com , seu efeito não será positivo e sim negativo. Além disso, seu efeito é amplificado a depender do espaço pedagógico oferecido pela escola. Assim, compreende-se que ainda que o aluno estude em uma escola com uma infraestrutura equipada, esse, caso possua um baixo suporte familiar, não irá usufruir dos mesmos, gerando um impacto negativo em seu desempenho acadêmico e consequentemente em sua avaliação final.

No tocante à variável Renda, têm-se que quando o número de quartos da moradia do aluno é maior ou igual a dois, a Nota 2 do aluno é aumentada a partir de valores maiores que 3,24 obtidos na primeira avaliação. Ou seja, alunos que possuem uma boa situação econômica familiar tendem a apresentar um melhor desempenho na segunda nota. Já para alunos de raça/cor não branca a nota na avaliação 2 aumenta em 0,243, contudo, este aumento não é significativo (p-valor = 0,59).

5. Notas Conclusivas

O presente estudo teve por objetivo analisar até que ponto a infraestrutura escolar afeta o desempenho dos alunos, a partir do caso particular da rede pública de ensino do Recife. Com esses resultados, pretende-se contribuir para a continuidade das pesquisas sobre o papel da infraestrutura escolar no processo de aprendizagem do aluno, bem como servir de evidência empírica para gestores públicos no processo de formulação das políticas públicas educacionais. Embora não haja um consenso por parte da literatura, o estudo realizado por meio da meta-análise indica que a infraestrutura escolar se constitui como uma ferramenta importante para o desenvolvimento escolar dos alunos.

Para o alcance desse objetivo, foram estruturados três novos blocos de variáveis relacionadas à infraestrutura escolar (Bloco I - Espaço pedagógico; Bloco II - Instalações de higiene e alimentação; Bloco III - Computadores e internet). Após a estruturação das variáveis, as análises foram divididas em três momentos: em primeiro lugar, foi observado por meio da estatística descritiva à situação da infraestrutura das 131 escolas, o suporte familiar e por fim o perfil socioeconômico e sociodemográfico desses estudantes. Na sequência, foi tratada a relação do ganho de conhecimento do aluno sobre o efeito da infraestrutura, através da aplicação de uma equação de Regressão Linear Múltipla (Mínimos Quadrados Ordinários). No terceiro momento, uma análise gráfica foi feita, buscando entender a relação entre as variáveis explicativas e a variável resposta, o que resultou em nosso modelo final com o total de 16 parâmetros.

Os resultados mostram que o indicador de infraestrutura apresenta estimativas positivas, quando interagem com alguma outra variável explicativa (Suporte Familiar e Renda), sendo assim, o efeito individual dos blocos I, II e III de infraestrutura está condicionado a outras variáveis. Esses resultados corroboram o estudo realizado por Coleman (1966), "*Equality of educational opportunity*", chegando à conclusão de que o fator causal do desempenho dos alunos estava relacionado ao perfil familiar. De acordo com seu estudo, famílias de maior poder aquisitivo, com boa formação, presentes na vida escolar da criança, propiciam melhor aproveitamento do espaço escolar, inclusive da infraestrutura.

Ao avaliar a influência do Espaço Pedagógico no rendimento escolar dos alunos, verificou-se que esses espaços só influenciam positivamente o estudante quando este, em primeiro lugar, dispõe de uma condição financeira mais elevada e; em seguida, possua um bom suporte familiar. Quando essas condições são atendidas (suporte familiar alto e condições financeiras elevadas) os equipamentos de bibliotecas, laboratórios, quadras de esportes e auditórios, influenciam positivamente o desempenho escolar do aluno. Do contrário,suporte familiar baixo e condições financeiras inferiores), ainda que a escola oferte tais espaços o aproveitamento por parte desse aluno será defasado, quando comparado à primeira situação.

No tocante às Instalações de Higiene e Alimentação, observa-se uma relação de interdependência com o Espaço Pedagógico, ou seja, para que os espaços de Higiene e Alimentação (Banheiros, Bebedouros, Cantinas/Refeitórios) influenciem positivamente o desempenho dos alunos, se faz necessário que haja um investimento em paralelo no Espaço Pedagógico escolar, demonstrando a necessidade de melhoria simultânea em ambos os equipamentos e não apenas de maneira isolada.

Em se tratando dos Equipamentos de Informática (Computadores, Internet, máquinas copiadoras, TV, Telefones e impressoras), os dados revelam que esses, diferentemente dos outros blocos, para produzir uma melhoria curricular positiva, irá depender minimamente da participação e do interesse do aluno pela escola. Ou seja, investimentos direcionados a esse rol de tecnologias se apresentam como uma alternativa "simples" e "rápida" para se obter melhores resultados, seja em avaliações internas ou em testes padronizados, fazendo desse equipamento um dos principais alvos no processo de elaboração e planejamento das políticas públicas educacionais. Esse entendimento ainda se alinha com Glewwe (2013), de acordo com a sua pesquisa, tal componente, quando empregado no contexto escolar, melhora o rendimento cognitivo dos estudantes e consequentemente o seu desempenho.

Assim, é possível perceber que não há por parte da própria literatura um consenso sobre a importância, e nem o impacto, de cada uma dessas variáveis no tocante ao aprendizado do aluno. O que há na verdade é uma compreensão, com base nos estudos feitos, de que a infraestrutura se constitui como uma ferramenta importante para o desenvolvimento escolar dos alunos, fazendo dela uma pauta recorrente na formulação de políticas públicas. Ainda de acordo com Glewwe (2013), isso se dá muito provavelmente em virtude da abordagem empírica escolhida nestas pesquisas, o que acaba afetando os seus resultados e no caso da infraestrutura, compreende-se que, em muitos pontos, os estudos empíricos não levam a conclusões definitivas sobre a sua importância (ou não).

Dessa maneira, mesmo que os resultados aqui apresentados sejam de relevância acadêmica, melhorias no modelo econométrico podem ser implementadas com o intuito de resolver as possíveis falhas existentes entre a variável resposta e as variáveis explicativas.

Referências

ALBERNAZ, Ângela; FERREIRA, Francisco H. G.; FRANCO, Creso. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. ***Texto para Discussão nº 455***. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.

ANDRADE, Dalton F. de; TAVARES, Heliton R.; VALLE, Raquel da C. ***Teoria de Resposta ao Item***: conceitos e aplicações. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística - ABE, 2000.

ANTUNES, Celso. ***Novas maneira de ensinar, novas formas de aprender***. Porto Alegre: Artmed, 2002.

AZANHA, José Mario Pires. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. ***Educ. e Pesq***. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 335-344, mai./ago. 2004.

BARBOSA, Maria Eugênia F.; FERNANDES, Cristiano. A escola brasileira faz diferença? Uma investigação dos efeitos da escola na proficiência em matemática dos alunos da 4ª série. ***In:*** FRANCO, Creso (Org.). Avaliação, ciclos e promoção na educação. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 121-153.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. ***In:*** CRAIDY, Carmem (Org.). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67-79

BEATON, Albert E.; ALLEN, Nancy L. Interpreting scales through scale anchoring. ***Journal of Educational Statistics***, v. 17, p. 191-204, 1992.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento - ***Infraestructura Escolar y Aprendizajes en la Educación Básica Latinoamericana***: Un análisis a partir del SERCE - 2011 Disponível em:http://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2011-10-18/infraestrutura-escolar-e-reducacionais-america-latina,9615.html.

BOBBIO, Norberto. ***A era dos direitos***. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BONTORIM MAURIA BELTRAME ; MOURA, G. R. S. . Edificações escolares: infra-estrutura necessária ao processo de ensino e aprendizagem. ***Travessias*** (UNIOESTE. Online), v. 3, p. 1-15, 2009.

BRASIL. ***Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar, Fundo de Fortalecimento da Escola FUNDESCOLA*** / MEC.2006.

_____. Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL-ato2004. Acesso em: 5 junho. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 5 junho. 2017.

BRADLEY, R. H et al. (1998). Home environment and school performance: a ten--year follow-up and examination of three models of environmental action. Child Development, 59, p. 852-867. ***In:*** A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar – 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.

BUCHMANN, C.; HANNUM, E. Education and stratification in developing countries: a review of theories and research. ***Review of Sociology***, v. 27, p. 77-102, 2001.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca. "Democratização do ensino" revisitado. ***Educação e Pesquisa***, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 327-334, mai./ago. 2004.

CASTRO, Cláudio de Moura; FLETCHER, Philip. ***A escola que os brasileiros frequentaram em 1985***. Rio de Janeiro: Ipea, Iplan,1986.

CAVALCANTI, L.S. ***Geografia e práticas de ensino***. Goiânia: Alternativa, p.31-32, 2002.

CERQUEIRA, C. A.; SAWYER, D. R. O. T. Tipologia dos estabelecimentos escolares brasileiros. ***Revista brasileira de Estudos Populacionais***, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 53-67, jan./jun. 2007.

COLEMAN, J. S.; CAMPBELL, E. Q. (1966). Equality of Educational Opportunity. Washington DC: US Government Printing Office. ***In:*** A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar – 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.

CONNORS, L. J.; EPSTEIN, J.L. (1995).Parent and school partnerships. In: M. A. Bornstein (Ed.) Handbook of parenting. Vol.4, Applied and practical parenting. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, p.437-458. ***In:*** A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar – 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.

DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma. ***Psicologia na educação***. São Paulo: Cortez, 1993.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paideia – Cadernos de Psicologia e Educação, 17,36, p. 21-32***. In:*** A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar – 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.

DEARING, E. et al. (2006). Family involvement in school and low-income children's literacy: Longitudinal Associations between and within families. Journal of Educational Psychology, vol.98(4), p.653-664. ***in***: A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar – 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.

DUARTE, Jesús; GARGIULO, Carlos; MORENO, Martín. ***School infrastructure and learning in Latin American elementary educatio***n: an analysis based on the Serce. Inter-AmericanDevelopmentBank, 2011.

DIDONET, Vital, 2002, texto programa Salto para o Futuro, Escola do sonho á realidade, Padrões mínimos de qualidade do ambiente escolar. ***in:*** http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/122307Aescolaqueremos.pdf. acesso em: 23 mar. 2018.

DING, W AND LEHRER, S. F. Do peers affect student achievement in china's secondary schools? The Review of Economics and Statistics, v. 89(2), p. 300-312, May, 2007. ***In:*** RAPOSO, Isabel Pessoa de Arruda. O papel da rede de amizades e da formação aleatória de turmas por faixa etária sobre o desempenho escolar. Recife: UFPE, 2015.

EDUCAÇÃO, Todos Pela, 2016. Taxa de conclusão do Ensino Médio aos 19 anos aumenta 15 pontos percentuais em dez anos - Reportagens TPE. ***in:*** https://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/36965/em-uma-decada-taxa-de- conclusao-do--ensino-fundamental-cresce-15-pontos-percentuais/. Acesso em: 23 abril 2018.

FLETCHER, Philip R. ***À procura do ensino eficaz***. Relatório técnico. Departamento de Avaliação da Educação Básica. Brasília: MEC-Daeb, 1998.

FORNEIRO, Lina Iglesias. A Organização dos Espaços na Educação Infantil. ***In:*** ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Coordenação de Estudos Econômicos e Populacionais. (2013). ***Acompanhamento longitudinal do desempenho escolar de alunos da rede pública de ensino fundamental do Recife***.

_____, Eficiência Educacional das Escolas Públicas do Ensino Fundamental do São Francisco Pernambucano: Uma Avaliação a partir da Técnica de Análise Envoltória de Dados, 2009.

GIL, Antonio Carlos. ***Como elaborar projetos de pesquisa***. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLEWWE, ET AL. (2013). "Education Policy in Developing Countries".TheUniversity of Chicago Press. ***Citado em***: "O Impacto da Infraestrutura Escolar no Rendimento dos Alunos" (2014).

GROSSI, E. ***Como areia no alicerce***: ciclos escolares. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HARRIS, J. R. Where is the child's environment? A group socialization theory of development.PsychologicalReview, v. 102(3), p. 458-489, 1995. ***In***: O papel da rede de amizades e da formação aleatória de turmas por faixa etária sobre o desempenho escolar.

HATTIE, John. ***Visible learning***. A synthesis of over 800 meta-analyses relating to achievement. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2009.

HORN, Maria daGraça de Souza.Sabores, cores, sons, aromas. ***A organização dos espaços na educação infantil.*** Porto Alegre: Artmed, 2004.

JESUS, Girlene Ribeiro de; Laros, Jacob Arie. Eficácia escolar: regressão multinível com dados de avaliação em larga escala. ***Avaliação Psicológica***, v. 3, n. 2. Porto Alegre, nov. 2004, p. 21-31.

KLEIN, R. Utilização da Teoria de Resposta ao Item no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). ***Ensaio***, Rio de Janeiro, v. 40, n. 11, p. 283-296, 2003.

KRAMER, Sônia. ***Com a pré-escola nas mãos***. São Paulo: Ática, 2000.

KRUEGER, James; LEWIS-BECK, Michael. (2008). "Is OLS Dead?" The Political Methodologist, vol 15, no 2: 2–4. In FIGUEIREDO FILHO, Dalson et al. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). ***Revista Política Hoje***, v. 20, n. 1, 2011.

LEE, V. L. Utilização de modelos lineares hierárquicos lineares para estudar contextos sociais: o caso dos efeitos da escola. ***In:*** BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Ed.). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 273-296.

LEAL, Adílio Alves; FONSECA, Gildette Soares. (2008), "Território: Categoria geográfica das múltiplas perspectivas", trabalho apresentado no ***XV Encontro Nacional de Geógrafos***, São Paulo.

MELO, Patrícia; CAMPOS, Luis Henrique Romani de; CAMBOIM, Michela; RAPOSO, Isabel. (2017). A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar. ***18º Congresso Brasileiro de Sociologia***, 2017, Brasília. Que sociologias fazemos? Interfaces com os contextos locais, nacionais e globais. Brasília: Universidade de Brasília, 2017. 1. 23.

MANSKI, C. F. Identification of endogenous social effects: the reflection problem. The Review of Economic Studies, v. 60(3), p. 531-542, Jul., 1993. ***In:*** : O papel da rede de amizades e da formação aleatória de turmas por faixa etária sobre o desempenho escolar.

NETO, Joaquim José Soares et al. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. ***Estudos em Avaliação Educacional***, v. 24, n. 54, p. 78-99, 2013.

OLIVEIRA, Marcos Ruben de; LAROS, Jacob Arie. Construtos mensurados no Censo Escolar 2002 – Ensino Fundamental. ***Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación***, v. 5, n. 2e, 2007.

PATACCHINI, E, RAINONE, E AND ZENOU, Y. Dynamic aspects of teenage friendships and educational attainment,CEPR Discussion Paper 8223, 2011. ***In:*** O papel da rede de amizades e da formação aleatória de turmas por faixa etária sobre o desempenho escolar.

PINTO, C. C. X. Semiparametric estimation of peer effects.2008. Tese de Doutorado - University of California, Berkeley. ***In:*** O papel da rede de amizades e da formação aleatória de turmas por faixa etária sobre o desempenho escolar.

PNE. Observatório do – ***Estratégias do Plano Nacional da Educação*** – MEC/Inep/Deed/Censo Escolar. Recife: 2015. Disponível em: http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/estrategias/7-18-infraestrutura . Acesso em: 8 de jun. 2017.

QEDU, Use dados. ***Transforme a educação*** – Matrículas e Infraestrutura, 2011. Disponível em: http://www.qedu.org.br/estado/117-pernambuco/censo-escolar?year=2011&localization=0&dependence=0&education_stage=0&item=-servicos. Acessado em 25 jul. 2017.

RECIFE. Prefeitura. ***A cidade do Recife***. Disponível em: http://geo.dieese.org.br/recife/perfil_territorio.php?area=2 Acesso em: 20 jul.2017.

RODRIGUES, Margarida Maria Mariana. Instrumentos de avaliação educacional: uma visão pedagógica e psicométrica integradas, estudo das provas do SaebEst. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013 99 de Matemática 8ª série – 1997 e 1999. ***Dissertação (Mestrado em Psicologia)*** – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2002.

SEPLAG, ***Pacto Pela Educação,*** 2011. Citado em:"Avaliação de Impacto da Política de Gestão por Resultados do Pacto Pela Educação do Governo do Estado de Pernambuco. 2015.

_____, Pacto Pela Educação, 2011. Disponível em: http://www.seplag.pe.gov.br/web/pped/pacto-pela-educacao Acesso em 25 jul 2017.

SINTEPE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado (Sintepe) - "***A infraestrutura das escolas públicas estaduais de Pernambuco***", 2014. Disponível em: https://www.sintepe.org.br/site/v1/index.php/saiunamidia/4268-sintepe-divulga-pesquisa-sobre-infraestrutura-escolar-no-estado> Acessado em 18/07/2017 às 17:43.

SOARES, J. F.; COLLARES, A. C. M. (2006). Recursos Familiares e o Desempenho Cognitivo dos Alunos do Ensino Básico Brasileiro. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.49(3), p.615-650. ***In:*** A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar – 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.

SOMMER, R. (1973). ***Espaço Pessoal.*** São Paulo: EDUSP, by: O ambiente da escola – o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola–natureza em educação infantil. Gleice Azambuja Elali, Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n2/19047.pdf em: 8 jun. 2017.

SOUZA, J. (2009). A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG. In: A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar – 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.

STEVEMSON, D. J.; BAKER, D. P. (1987).The Family-school relation and the child's school performance.Child Development, 58, p. 1348-1357. ***In:*** A medida do capital cultural familiar no desempenho escolar – 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.

ULINE, Cynthia; TSCHANNEN-MORAN, Megan. The walls speak: The interplay of quality facilities, school climate, and student achievement. ***Journal of educational administration***, v. 46, n. 1, p. 55-73, 2008.

WOOLDRIDGE, Jefrey M. ***Introdução à econometria***: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

ZABALZA, Miguel,A. ***Qualidade em educação infantil***. Porto Alegre: Artmed.1998.

As mulheres de Fernando: Uma leitura do cotidiano feminino no presídio de Fernando de Noronha (1850 - 1888)

Fernando's women: A reading of women's daily life in the prison of Fernando de Noronha (1850 - 1888)

Las mujeres de Fernando: Lectura de la vida cotidiana de las mujeres en la prisión de Fernando de Noronha (1850 - 1888)

Roberta Duarte da Silva[1]

Resumo

SILVA, Roberta Duarte da. As mulheres de Fernando: Uma leitura do cotidiano feminino no presídio de Fernando de Noronha (1850 - 1888). **Rev. C&Trópico,** v. 45, n. 1, p. 191-205, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art10

Ao nos deslocarmos para Fernando de Noronha no período oitocentista, nos vemos em uma ilha - presídio, em que são ausentes certos elementos de controle, tais como celas, algemas e muros. Militares e sentenciados conviviam nas mesmas condições, existindo em alguns casos laços de amizades, que propiciavam regalias a alguns sentenciados dispostos a ajudar na vigilância de outros presos. As mulheres encontravam-se inseridas nesse contexto, mas se enquadraram em certa invisibilidade perceptível nos rastros deixados nos tantos ofícios trocados entre a administração de Pernambuco e o presídio, tornando assim os significados dessa presença misteriosa. Viviam, em alguns casos, como além daqueles paredões de água salgada, inseridas num modelo patriarcal de sociedade, ou seja, no universo do mundo privado, ocupadas com o trabalho doméstico e no cuidado com seus maridos e filhos. Contudo, seus poderes dentro do presídio eram demais significantes, para encerrá-las dentro de alguns papéis e costumes secularmente estabelecidos. Assim, através de leituras e interpretações de fontes primárias e secundárias, este artigo tem como objetivo realizar uma análise do cotidiano das mulheres no presídio de Fernando de Noronha no período imperial, dentro de uma perspectiva de gênero, procurando apresentar de maneira clara e objetiva as especificidades dessa realidade histórica, bem como a relevância da presença feminina nesse universo carcerário, em que suas artes do fazer humanizaram as relações sociais e o cotidiano desse presídio.

Palavras-chave: Mulheres. Presídio. Gênero.

1 Mestre em História pela UFPE (2013), especialista em Gestão Educacional pela FAFIRE (2020) e professora certificada do Google Education (2020). Atualmente é professora de História da Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes e desenvolve projetos nas áreas de Patrimônio, História, Educação Tecnológica e Metodologias Ativas. E-mail: profrobertaduartes@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4188-4274.

Abstract

SILVA, Roberta Duarte da. Fernando's women. A reading of women's daily life in the prison of Fernando de Noronha (1850 - 1888). Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 191-205, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art10

When we move to Fernando de Noronha in the nineteenth century, we find ourselves on an island - a prison, in which certain elements of control, such as cells, handcuffs and walls, are absent. Military personnel and convicts lived together under the same conditions, and in some cases there were bonds of friendship, which provided perks to some convicts willing to help in the surveillance of other prisoners. The women found themselves inserted in this context, but they fit into a certain perceptible invisibility in the traces left in the many offices exchanged between the Pernambuco administration and the prison, thus making the meanings of this mysterious presence possible. In some cases, they lived beyond those saltwater walls, inserted in a patriarchal model of society, that is, in the universe of the private world, occupied with housework and caring for their husbands and children. However, their powers within the prison were too significant to confine them within some secularly established roles and customs. Thus, through readings and interpretations of primary and secondary sources, this article aims to carry out an analysis of the daily lives of women in the Fernando de Noronha prison during the imperial period, within a gender perspective, seeking to present clearly and objectively the specificities of this historical reality, as well as the relevance of the female presence in this prison universe, in which their arts of making humanized social relations and the daily life of this prison.

Keywords: Women. Prison. Gender.

Resumen

SILVA, Roberta Duarte da. Las mujeres de Fernando. Lectura de la vida cotidiana de las mujeres en la prisión de Fernando de Noronha (1850 - 1888). Rev. C&Trópico, v. 45, n. 1, p. 191-205, 2021. DOI: https://doi.org/10.33148/cetropicov45n1(2021)art10

Cuando nos trasladamos a Fernando de Noronha en el siglo XIX, nos encontramos en una isla, una prisión, en la que están ausentes ciertos elementos de control, como celdas, esposas y muros. El personal militar y los presos convivían en las mismas condiciones, y en algunos casos existían lazos de amistad, lo que brindaba beneficios a algunos presos dispuestos a ayudar en la vigilancia de otros presos. Las mujeres se encontraron insertadas en este contexto, pero encajan en una cierta invisibilidad perceptible en las huellas dejadas en los múltiples oficios intercambiados entre la administración de Pernambuco y la prisión, posibilitando así los significados de esta presencia misteriosa. En algunos casos, vivían más allá de esos muros de agua salada, insertos en un modelo patriarcal de sociedad, es decir, en el universo del mundo privado, ocupados en las tareas del hogar y cuidando a sus maridos e

hijos. Sin embargo, sus poderes dentro de la prisión eran demasiado importantes para confinarlos dentro de algunos roles y costumbres establecidos secularmente. Así, a través de lecturas e interpretaciones de fuentes primarias y secundarias, este artículo tiene como objetivo realizar un análisis de la vida cotidiana de las mujeres en el penal de Fernando de Noronha durante el período imperial, dentro de una perspectiva de género, buscando presentar de manera clara y objetiva las especificidades de esta realidad histórica, así como la relevancia de la presencia femenina en este universo carcelario, en el que sus artes de humanizar las relaciones sociales y la vida cotidiana de esta prisión.

Palabras Clave: Mujeres. Prisión. Género.

1. Introdução

O presídio de Fernando de Noronha é percebido no século XIX, preenchendo uma função fundamental no Império Brasileiro: o papel de presídio central, recebendo presos de praticamente todas as províncias e dos mais variados crimes. Transformou-se em um celeiro de réus de todos os tipos, ou, como nas palavras de um comandante do período, "um seguro depósito para os desvairados" (APEJE, FN 2, 1838, p. 352). Mas essa história tem seu princípio séculos antes.

A ilha de Fernando de Noronha foi doada como sesmaria a Fernão de Magalhães em 1503, permanecendo por muito tempo no esquecimento e abandonada, sendo lembrada pelos pernambucanos apenas quando foi invadida pelos holandeses em 1635. Os flamengos permaneceram até 1654, quando foram expulsos. O governo de Pernambuco, sentindo a necessidade de povoar e fortificar a ilha, em virtude de uma nova invasão, agora da Companhia Francesa das Índias Orientais em 1737, tratou de providenciar as obras de estruturação da ilha, principalmente após a carta régia deste mesmo ano que ordenava que a ilha fosse fortificada e cultivada. O Estado passou, pois, a enviar militares condenados ao carrinho que trabalhavam na construção e manutenção das fortalezas do arquipélago. Como Sublinha Marcos Costa, é a partir da lei de 3 de outubro de 1833 que passa a vigorar o regime civil no presídio, recebendo oficialmente fabricantes e introdutores de moeda falsa, condenados à pena de galés (COSTA, 2007).

Em 1877, a jurisdição do presídio seria transferida do Ministério de Guerra para o Ministério da Justiça, fato este que iria acarretar em grandes transformações, pois várias propostas e projetos de reforma seriam desenvolvidos. Prevalecia no cotidiano de Fernando, uma realidade carcerária singular quando comparada a outras realidades afins. Militares e sentenciados conviviam na mesma condição, existindo em muitos casos laços de amizades entre ambos, que propiciavam regalias para alguns sentenciados que se dispusessem a ajudar na vigilância dos outros presos. Dentre esses privilégios podemos citar a ocupação de cargos importantes, constituição de comércio e recebimentos de soldos, como podemos verificar no documento a seguir:

> Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que nesta data remeto ao senhor inspetor da tesouraria de fazenda, (...) a quantia de setecentos e oitenta, trezentos e dezoito reis, provenientes da 5ª parte das gratificações dos sentenciados empregados neste presídio, vencidas nos meses de janeiro a junho do corrente ano (APEJE. FN18, p. 296).

As mulheres estavam inseridas nesse contexto, contudo, a invisibilidade que as foram relegadas nos documentos oficiais torna essa presença misteriosa e instiga investigações. Não se trata de uma escassez ou falta de documentação em si, mas sim de certos privilégios de abordagens que eram direcionados por e para os seres masculinos, característica essa predominante por muito tempo. Seriam as mulheres silenciosas? Indaga Michelle Perrot (PERROT, 2005, p.9). Acreditamos que a questão vá mais além, elas foram silenciosas, mas, sobretudo, silenciadas por uma narrativa histórica que valorizava os grandes acontecimentos, os grandes feitos e os grandes homens. Uma narrativa que refletia o modo pelo qual eram percebidos seus papéis na sociedade, ou seja, ligados ao mundo privado e seu ordenamento. Desta maneira, fazer história das mulheres "[...] é, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viam" (PERROT, 2005, p.11). Essa extensa historiografia do silêncio, tão comentada por Perrot em suas obras, e que perdurou por muito tempo, acabou submersa por narrativas históricas que trouxeram à superfície histórias de muitas mulheres que estavam esquecidas neste oceano de excluídos.

Ao imaginarmos o espaço ocupado pelas mulheres no período oitocentista, momento este marcado pela rigidez dos padrões morais e de conduta que pesavam fortemente sobre sua conduta, vemos surgir à nossa frente uma realidade de limites e imposições que faziam parte do cotidiano dessas personagens. A sociedade brasileira no século XIX excluía as mulheres de participar da esfera pública, relegando-as ao mundo privado de suas residências, de seus casamentos, de suas tarefas domésticas, de sua função como mãe e esposa.

É comum verificarmos nas fontes da época que a atenção é direcionada ao mundo público e aos personagens que dela participam, ou seja, os homens, sendo as mulheres totalmente excluídas desse espaço. Prevaleciam fortemente no imaginário social do período crenças de que moças de *boa família*, moças *honestas*, não poderiam trabalhar principalmente em atividades que tinham a ver com o ser masculino, como instituições políticas, atividades jurídicas, comerciais, entre outras. A essas moças caberia estritamente o mundo privado, ou seja, preocupações em garantir um bom casamento, lições direcionadas ao trabalho doméstico, e ao cuidado com os maridos e as crianças. Era algo que aparecia como algo instintivo e emanado do amor comum a todos os seres femininos, algo que lhe era imposto desde sua infância como algo natural, como sublinha Beauvoir: "A menina será esposa, mãe, avó; tratará da casa, exatamente como fez sua mãe, cuidará dos filhos como foi cuidada: tem 12 anos e sua história já está escrita no céu (...)" (BEAUVOIR, 1970, p. 40).

Apenas as mulheres de baixa renda, ou as tidas como *desonestas* ou *perdidas*, que realizavam algumas atividades fora do mundo privado. Em virtude de suas condições, tinham que trabalhar em pequenas atividades, para poderem ajudar seus esposos ou pais. Atuavam nos mercados e feiras, com a venda de víveres, realizavam trabalhos domésticos nas casas das famílias de alta renda, entre outros. No recife oitocentista, percebemos claramente essa realidade, visto que a cidade demandava essa mão de obra barata, já que o trabalho escravo estava sendo paulatinamente substituído pelo trabalho livre. O cotidiano das cidades realmente tornava-se um atrativo para a imigração, principalmente para as mulheres sozinhas e de baixa renda, pois, como salienta Marcus Carvalho "[...] era mais fácil traçar relações significativas com maior independência do que permitiam os rígidos códigos morais" (CARVALHO, 2003, p. 48).

O preconceito e a discriminação faziam parte do cotidiano dessas mulheres, que, devido a suas condições financeiras, contrariavam os padrões de uma sociedade tradicional, a qual via nos trabalhos fora de casa um espaço inseguro, pouco honroso para mulheres direitas: "havia assim uma noção popular de honra que impelia a mulher a evitar a rua, um espaço masculino nos códigos patriarcais" (CARVALHO, 2003, p. 48). Contudo, não havia muitas alternativas, e muitos trabalhos fora de casa tornaram-se característicos de mulheres, inclusive as atividades comerciais, pois, como afirma Michelle Perrot, no período oitocentista, nota-se um acentuado desenvolvimento na aptidão comercial feminina, que negocia tanto em lugares fechados, como em lugares livres (PERROT, 1988).

Embora fossem mulheres honestas, a demanda sexual fazia parte de seu cotidiano, e muitas vezes exigências de trabalhos sexuais eram algumas das obrigações das empregadas que trabalhavam nas casas de família. Não descartamos, porém, que a prostituição também se tornava uma alternativa para essas mulheres de baixa renda, não sendo um trabalho fixo, como percebemos na realidade atual, mas sim uma opção de sobrevivência frente às dificuldades que enfrentavam. Era comum a mentalidade da época, associar a mulher à culpa de seduzir o sexo oposto, e até mesmo pelo estupro, sendo ela a causadora de desordens na sociedade.

Diante do que foi exposto, convido-os a conhecerem, nas próximas páginas, as trajetórias de algumas mulheres que habitaram o presídio de Fernando de Noronha no século XIX. Mulheres que, por trás das imagens construídas e do silenciamento que lhes foram impostos, teceram seus caminhos dentro desse cotidiano carcerário, forjaram laços de solidariedade com os outros habitantes da ilha, negociaram e estabeleceram táticas de resistência às normas impostas dentro desta realidade prisional.

2. Signos de uma prisão: cotidiano e vivências numa ilha-presídio

Retornando ao presídio de Fernando de Noronha, percebemos uma questão muito importante envolvendo essa presença feminina: a mulher era vista como elemento de ordem. Mas nem sempre foi assim, visto que no princípio era proibida sua entrada, ordem essa que se estendia até mesmo às mulheres dos funcionários militares,

sendo este tema de bastante polêmica. Essa interdição, provavelmente teve origem de uma ordem régia que vedava a presença feminina na ilha, seja qual fosse sua condição. Esse é um aspecto que realmente merece toda a atenção, e acreditamos que se encontrava relacionado a duas suposições: a primeira estaria ligada à questão da sobrevivência no citado presídio, visto que, com a presença de mulheres na ilha, os custos do governo com alimentação seriam maiores, e logo, ficaria demasiadamente caro aos cofres públicos manter o presídio; a segunda relacionava-se ao comportamento feminino, mais precisamente a sua conduta sexual, em que as relações com os sentenciados e oficiais poderiam causar distúrbios à ordem no presídio.

Por tais motivos, as mulheres passariam um longo tempo sem pisar nas areias de Fernando. Contudo, com o passar dos anos, não demorou muito para que a ausência de mulheres no presídio passasse a ser vista de um modo negativo, tendo em vista a má conduta da população masculina. Não eram raras as situações de violência, brigas, fugas, e inclusive, casos da prática da sodomia[2] entre sentenciados e oficiais, ocorrências que não se alinhavam com a ordem e moralidade preterida ao cotidiano do presídio. Diante de tais fatos, foi apenas uma questão de tempo para que tais problemas fossem identificados, e logo a presença de mulheres no presídio passasse a ser altamente defendida, configurando uma mudança de discurso quanto a essa questão.

Como podemos observar em um ofício datado de 26 de dezembro de 1797, encaminhado ao rei de Portugal, Dom Francisco de Souza Coutinho, por Bernardo Ferreira Portugal, funcionário do governo responsável por observar os diversos aspectos do presídio de Fernando de Noronha e apontar melhorias nas condições de sobrevivência de seus habitantes. Um dos principais aspectos abordados foi a questão da ausência feminina, a qual, segundo o autor, se apresenta como um dos grandes males à conduta dos sentenciados:

> Para aquela ilha se não consentem passar mulheres e nem nela existe uma só, da falta deste sexo nascem horrorosos crimes, a sodomia, a bestialidade e a malice, são tão frequentes como o simples couto nos países de dissolução. A corrupção faz com que se façam com publicidade e pompa casamentos entre pessoas do mesmo sexo e que estes, infelizes se denominem por maridos e mulheres [...] (PORTUGAL, 1916, p. 134 e 135).

2 Sodomia era um termo comumente utilizado para identificar relações sexuais homossexuais entre pessoas adultas e do mesmo sexo. Esta prática foi considerada como crime pelos portugueses ainda no século XIII, cabendo à Justiça Real, ao Bispo e, sobretudo, ao Tribunal da Santa Inquisição, a perseguição e condenação à morte na fogueira dos infelizes sodomitas. No século XIX, a sodomia ou a pederastia, outro termo utilizado no período para identificar relações homossexuais entre pessoas adultas, não apareceria no Código Penal Civil de 1830 como um crime, porem continuava sendo altamente censurada e perseguida quem porventura a praticasse. A repreensão era ainda mais forte principalmente entre os militares, cuja criminalização da homossexualidade aparece instituída até os dias atuais no Código Penal Militar, em que o artigo 235 estabelece: "Praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar". Sobre esse assunto Cf. Código Penal Militar. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/ Del1001.htm Acesso em: 25 jan. 2021 e MOTT, 1992, p.169-190.

Possivelmente, em virtude de tais motivos, a ordem régia que determinava a proibição do envio de mulheres ao presídio de Fernando de Noronha foi revogada pela carta régia dirigida ao governador da capitania de Pernambuco, o general Luiz do Rego Barreto em 13 de agosto de 1817, pois não tinha mais fundamento manter essa proibição, visto que ela estimulava "a diminuição da povoação" no presídio, tendo a administração de recorrer à população do reino para deixar a ilha sempre habitada. É importante considerar que a presença de mulheres no presídio, ao mesmo tempo em que combateria a homossexualidade, serviria para normatizar e reforçar a heterossexualidade entre aqueles homens, que, de acordo com os relatos, se entregavam à sodomia e a outras situações tidas como pecado dentro daqueles paredões de água salgada. Por isso, a nupcialidade tinha que ser estimulada, pois além de manter uma mão-de-obra disponível para as diversas construções e plantações espalhadas pela ilha, era necessária para reforçar entre os sentenciados um ideal de família que se alinhasse àquela realidade carcerária.

Seguindo tais direcionamentos, aproximadamente um mês depois da divulgação da revogação, o governador Luiz do Rego Barreto recomendava ao comandante do presídio de Fernando de Noronha que "[...] povoada [...] a ilha de casais evitam-se todos estes inconvenientes; ganham eles amor à propriedade, ao país natal, e às comodidades que cada um pode achar no modo de vida a que se aplicar" (COSTA, 1877, p. 92). Percebe-se que a formação de núcleos familiares ganhava relevo nesse contexto, sendo percebida como um dos principais elementos à manutenção da ordem e da moralidade no presídio. Ademais, com a presença de casais, Fernando de Noronha não mais sofreria com a falta de pessoas para trabalhar em seus diversos serviços, problema esse bastante recorrente nesse período, e que preocupava muitos comandantes e presidentes de província.

Partindo dos dados analisados, percebe-se que é a partir da década de 1860 que se nota um acentuado aumento da entrada de mulheres no presídio, tanto para viverem ao lado de seus maridos, ou mesmo sentenciadas que para lá eram enviadas para cumprir suas sentenças. Parte desse aumento pode ser justificado graças a um relatório escrito pelo conselheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, que esteve no presídio em inícios da década de 1860. O entendimento deste relatório, denominado *A Ilha de Fernando de Noronha, considerada em relação ao estabelecimento de uma colônia agrícola-penitenciária*, apresentado ao ministro de Guerra em 1863, é de extrema importância para a compreensão da formação social da ilha-presídio, e, então, da participação feminina nesse contexto, pois o citado documento dá origem ao primeiro regulamento do presídio em 1865. A citada reforma se embasa principalmente em algumas mudanças na administração do presídio, influindo principalmente nas condutas do comandante e funcionários, e na promoção de um trabalho "moralizador", com o estabelecimento de uma colônia agrícola penitenciária. Para ele, a desmoralização de alguns costumes e a falta de uma prática e cultura religiosas intensivas contribuíram para promover a desordem no presídio, e, por isso, sugere a estruturação da igreja e um trabalho missionário mais incisivo (ROHAN, 1865).

No que tange à presença feminina especificamente, Rohan verifica também sua importância para a reorganização do Presídio, e estimula não só a entrada das esposas de sentenciados e dos funcionários, mas também mulheres infratoras solteiras ao presídio, incentivando uniões legítimas. Esse fato é de muita relevância para a construção da conjuntura social do presídio, que, a partir desse momento, passará a não ser constituído apenas de funcionários militares ou sentenciados, mas também de famílias, sendo essa unidade fundamental para o bom andamento da ordem, que, segundo Marcos Costa era de muita relevância, afirmando em passagem ser essencial "(...) a presença de mulheres, da família e a constituição de núcleos familiares" (COSTA, 2007, p. 59). A família torna-se de fato um elemento de unidade interna, em virtude de sua importância para prender tanto o funcionário como o sentenciado à ilha, evitando assim fugas e sublevações constantes. E o significado vai mais além, pois complementa a idealização que Rohan possuía para o presídio atuando, sobretudo, como elemento moralizador para o indivíduo.

As mulheres nessa conjuntura tomam um papel de destaque, e não é em vão que tem sua entrada facilitada e estimulada fortemente a partir desse momento. Além de contribuírem para a moralização do preso como já foi citado, participavam na continuidade e unidade desses núcleos familiares, promovendo assim um aumento populacional para o Brasil, problema esse comum no período. Como salienta José Murillo de Carvalho, em sua obra *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, em fins do século XIX, ocorre de fato um crescimento populacional relativo no Brasil em virtude, sobretudo, de um relevante aumento na imigração estrangeira. Contudo, um problema desse enorme fluxo de imigração era o desequilíbrio de gênero entre os habitantes, pois, na população total, havia uma predominância do sexo masculino em detrimento do feminino (CARVALHO, 1987). Assim, a nupcialidade era fortemente estimulada, e este fato não poderia ser diferente no contexto prisional de Fernando, onde o estabelecimento desses núcleos familiares iria contribuir também no sentido de diminuir esse desequilíbrio entre os sexos, fator esse tão determinante para a promoção da moralidade tão almejada.

Através da análise minuciosa de nossas fontes primárias, verificamos que, ao longo de todo o século XIX, a formação social do presídio foi marcada por uma diferença acentuada dos sexos, o que acarretava muitos problemas ligados a questões de ordem e moralidade, problemas esses que os militares tinham que enfrentar e encontrar soluções. Como exemplo, podemos citar um crime de defloramento ocorrido em finais de 1867. A história tem princípio em 15 de novembro, quando o comandante do presídio oficia ao presidente da província de Pernambuco, solicitando providências quanto ao seguinte fato:

> O soldado do 9° batalhão de infantaria da guarda nacional de Olinda Bellarmino Veríssimo de Barros, que fazia parte do destacamento deste presídio, pediu em casamento a filha do sentenciado João de Medeiros Braga, Carolina Maria da Conceição, e com o consentimento paterno correrão as devidas proclamas [...] uma vez que o nubente havia logrado deflorar a referida

> menor que está em estado de gravidez. Recusando-se, porém, o nubente a realizar a sua promessa, procurei por todos os meios razoáveis persuadi-lo da conveniência deste casamento, como uma reparação de ofensa de que fora autor [...] (APEJE – PE, FN 13, 1867, p. 164).

De um lado, apresentava-se Carolina Maria da Conceição, natural de Fernando de Noronha, solteira, com idade de 14 anos, que vivia acompanhada de seu pai, o sentenciado João de Medeiros Braga. Do outro, Bellarmino Veríssimo de Barros, natural de Paudalho, solteiro, com idade de 22 anos, soldado do 9º batalhão de infantaria da guarda nacional de Olinda, que fazia parte do destacamento do presídio. No depoimento de Bellarmino, ele afirma que realmente pediu a filha do sentenciado João de Medeiros em casamento, e que somente ia à casa da moça "quando o pai estava em casa", mas que ao contrário das acusações não tinha deflorado a moça e "[...] que nada lhe devia" (APEJE – PE, FN 13, 1867, p. 172) e, portanto, não se casaria.

O padre do presídio, frei David da Natividade, destacou a boa índole da jovem Carolina Maria, e confirmou o pedido de casamento por parte de Bellarmino, cobrando as diligências necessárias por parte do comando do presídio, para que a moça não acabasse seguindo pelo caminho da prostituição. Ou seja, vendo que o soldado queria se esquivar do compromisso, o padre do presídio procurou buscar o auxílio do comandante para pressionar o jovem a seguir com o casamento. Como podemos observar a questão sai do âmbito privado e adentra no espaço público envolvendo outras instituições (igreja e estado), comprovando assim como a questão da honra feminina estava atrelada a toda sociedade.

Passados dois meses da ocorrência, mais precisamente no dia 19 de janeiro de 1868, aconteceu na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios o casamento do guarda nacional, Bellarmino Verissimo de Barros, com a menor Carolina Maria da Conceição, na presença de empregados e de muitos habitantes do presídio. Para o comandante Francisco Joaquim Pereira Lobo, este foi um ato que "[...] veio garantir a moralidade e paz das famílias dos infelizes sentenciados e servir de exemplo a aqueles que se esquecem do respeito devido a sociedade" (APEJE – PE, FN 13, 1868, p. 229).

Podemos observar que através do casamento a paisana Carolina Maria da Conceição conseguiria simbolicamente um passaporte necessário para se tornar uma mulher virtuosa. Por outro lado, não sabemos se Carolina desejava realmente se casar com o soldado Bellarmino, sua voz e opinião não importavam neste contexto. Mas esta união apresentava-se como a única alternativa que ela tinha para recuperar sua imagem de mulher honrada, uma condição importante a ser almejada pelas mulheres dos oitocentos, independentemente de suas vontades e desejos.

Diante do fato narrado, podemos perceber como a ausência de um número maior de mulheres no presídio estava ocasionando diversos tipos de desordens entre aquela população carcerária. Outros tipos de transgressões também seriam presenciados nesse cotidiano prisional, tais como pederastia e homossexualidade, casos esses que estimularam mais ainda a vinda de mulheres solteiras para o presídio.

Se por um lado a presença feminina no Fernando de Noronha foi amplamente defendida por comandantes e juristas por um longo período, sendo vista como essencial ao ordenamento dos habitantes daquela instituição, por outro lado observamos que essas personagens passaram a traçar rotinas destoantes com os ideais de moralidades pretendidos àquela realidade carcerária. A prostituição, por exemplo, passaria a ser um dos muitos percursos trilhados pelas mulheres naquela instituição.

De acordo com a historiadora Margareth Rago, a prostituição era classificada pelo saber médico e criminológico como um "vício" que tendia a alastrar-se e corromper todo um corpo social (RAGO, 1985, p. 85). Pensamento que se alinhava com aquilo que o Dr. Bandeira Filho defendia em seu relatório, o qual enxergava a prostituição como um dos "vícios das prisões" que mais atormentava a moralidade daquele cárcere. Segundo esse jurista, para aquelas mulheres que se dirigiram a Fernando de Noronha com a finalidade de cumprirem suas sentenças, não existiam muitas possibilidades de trabalho. Quando não eram empregadas nos serviços domésticos de algumas repartições, suas obrigações se resumiam em raros momentos a lavar roupas da enfermaria e do destacamento, gozando de plena liberdade no restante do tempo. Logo, acabavam vivendo "[...] na mais escandalosa prostituição" (BANDEIRA FILHO, 1880, p. 32), sendo este o modo pelo qual elas cumpriam suas penas. Quanto às paisanas, não seria muito diferente. Considerando algumas exceções, que de acordo com o citado jurista não eram muitas, não havia "mulher honesta naquele lugar" (BANDEIRA FILHO, 1880, p. 32). Ele continua relatando:

> A prostituição assumiu proporções assustadoras; há meninas de oito e nove anos já pervertidas e depravadas, com ciência e consciência de seus pais; o próprio casamento muitas vezes procurado para fins ignóbeis, a ponto de os maridos aconselharem suas mulheres a infidelidade, para auferir lucros (BANDEIRA FILHO, 1880, p. 32).

A narrativa impressiona. Até mesmo o casamento, percebido no projeto de reforma do conselheiro do Ministério de Guerra como um elemento essencial ao ordenamento do presídio, é desacreditado. Inclusive meninas de oito e nove anos de idade aparecem envolvidas nessas imoralidades. Mas cabe ressaltar que, embora fosse considerada uma desordem e uma ofensa à moral e aos bons costumes, a prostituição sobreviveu em Fernando de Noronha em razão da falta de mulheres no presídio. Eram essas personagens de condutas imorais que apaziguavam os ânimos da população masculina daquele cárcere, mesmo em meio a tantas proibições impostas por alguns comandantes.

Seria o caso da paisana Luzia Maria Eleutéria que, em junho de 1870, encaminhou uma petição à presidência da província solicitando permissão para se dirigir ao presídio de Fernando de Noronha. No dia 11 de julho, sabendo do deferimento do requerimento de Luzia Eleutéria, o comandante Sebastião Antônio do Rego Barros fez questão de informar que a citada peticionária já esteve no presídio anteriormente,

sendo expulsa junto com seus filhos por ser "[...] de maus costumes e tendo a casa sempre frequentada por sentenciados dava lugar a constantes desordens" (APEJE – PE, FN 14, 1870, p. 266). Como se pode observar, Luzia Eleutéria teve sua conduta reprimida e acabou sendo expulsa do presídio. Porém, não concordando com essa decisão, insistiu perante o presidente da província o seu retorno a Fernando de Noronha. Provavelmente, neste espaço insular, ela tinha mais oportunidades de ganhos e de sustento, comparado à cidade do Recife.

Assim como Luzia, existiram tantas outras que insistiram cotidianamente para se dirigir àquela ilha-presídio, como a paisana Maria do Carmo da Soledade, que convenceu o presidente da província de Pernambuco a conceder-lhe a licença necessária para continuar vivendo no presídio, mas que, segundo opinião do comandante José Antônio Pinto, não deveria ali permanecer, pois "[...] insiste com as sentenciadas prevalecendo-se da condição de não ser considerada presa, para prosseguir nos meios que muito ofende a moralidade" (APEJE – PE, FN 06, 1855, p. 246).

Algumas vezes a estratégia utilizada para conseguir permissão para entrar no presídio era o comércio de gêneros, visto que essa atividade muitas vezes acobertava a prática de ilicitudes por parte de seus envolvidos. Em 9 de novembro de 1869, a paisana Maria Josefa Lopes solicitava retornar ao dito cárcere, a fim de negociar os objetos deixados quando ainda era sentenciada. O comando do presídio não concordaria com o deferimento da petição, por alegar que a suplicante já teria vendido os objetos que alegou possuir, e principalmente, por ser considerada "[...] de péssima conduta e ter, quando sentenciada, dado lugar a desordens entre os sentenciados e o próprio marido da suplicante que dela muitas vezes se queixou a este comando" (APEJE – PE, FN 14, 1869, p. 180).

Com a instituição do regulamento do presídio de 1885, essa questão tomaria novos rumos: todas as mulheres de mau procedimento que existissem em Fernando de Noronha deveriam ser retiradas da ilha. A prostituição não seria mais permitida nem tolerada. Logo, percebemos um movimento de expulsão de várias mulheres cujos comportamentos não se alinhavam com os pilares de moralidade pretendidos para aquela realidade. Em 22 de setembro de 1886, as paisanas tidas como "incorrigíveis", Maria do Espírito Santo de Jesus, Francisca Maria da Conceição e Maria Filomena de Oliveira eram embarcadas para a capital da província de Pernambuco (APEJE – PE, FN 25, 1886, p. 308). Em 19 de dezembro de 1888, seria a vez da paisana Raymunda Rufina de Aquino e Silva, mulher do sentenciado Manoel Correia, ser encaminhada à cidade do Recife por ser infiel ao seu marido e promover desordens entre sentenciados (APEJE – PE, FN 27, 1888, p. 275). Por vezes, o pedido podia partir do próprio marido, como aconteceu em fevereiro de 1889, em que o sentenciado José Antônio de Oliveira encaminharia uma petição ao comando do presídio solicitando a transferência de sua esposa à capital da província de Pernambuco, em virtude de seus maus procedimentos com outros sentenciados (APEJE – PE, FN 28, 1889, p. 142). Era necessário dar novos contornos àquele cotidiano carcerário, e a presença dessas mulheres não mais se ajustava ao ideal de moralidade e ordem preterida naquela instituição.

Seguindo outros caminhos, percebemos que as mulheres de baixa renda, geralmente esposas dos sentenciados ou mesmo algumas sentenciadas, recorriam ao comércio a retalho de víveres para ajudarem seus esposos e garantirem suas sobrevivências dentro desta ilha-prisão. Esse comércio independente foi sendo estabelecido paulatinamente na realidade do presídio, preenchendo uma lacuna deixada pelas necessidades da população. De fato, não sabemos uma data precisa acerca de seu princípio, mas, em inícios do século XIX, já podíamos encontrar roçados particulares e pequenas vendas funcionando ativamente. A liberdade que foi criada para o surgimento dessa atividade comercial pode ser percebida pelo próprio afrouxamento das leis e normas do presídio, como já foi apontado, bem como da própria deficiência de abastecimento dos vários gêneros.

É comum na documentação os relatos de diversos comandantes reclamando da grande demora dos navios, patachos ou escunas mercantis, que eram enviados para o presídio sob ordem do presidente da província, com os diversos gêneros para o abastecimento do presídio. Sem falar quando os alimentos já chegavam apodrecidos em virtude do tempo da viagem, e logo inconsumíveis por qualquer indivíduo. Percebe-se certo descaso, por parte do governo, com as diversas questões relacionadas ao presídio, que se refletem na falta de gêneros para a população, remédios para a enfermaria, equipamentos de trabalho, e até mesmo na deficiência do contingente militar frente à população carcerária.

Esse descaso e a falta de gêneros de primeira necessidade vão estimular o crescimento desse comércio, que cada vez mais consegue alcançar mais espaço dentro do cotidiano do presídio. Não é à toa que, em meados do século XIX, já vemos a presença na ilha de inúmeras casas de negócios, lideradas por homens e mulheres, que eram paisanos ou sentenciados, contudo com uma mesma designação: vivandeiros (as). É interessante analisarmos a narrativa de um comandante em 1869, sobre a existência dessas casas de negócios:

> Tendo encontrado neste presídio alguns sentenciados distraídos do serviço nacional e estabelecidos com casa de comércio de gêneros alimentícios, e julgando por demais prejudicial à disciplina e a moralidade que aqui devem ser mantidas(...) (APEJE, FN 14, 1869, p. 90).

Percebemos um discurso bastante carregado de conceitos de moralidade, honestidade e disciplina, criticando a liberdade alcançada por esses sentenciados, que acabavam se desviando dos serviços obrigatórios do presídio. Esse mesmo comandante também faz apontamentos significantes acerca das mulheres à frente dessas casas de negócios:

> (...) algumas mulheres de sentenciados tinham nas casas em que habitam com seus maridos, gêneros a venda, apresentando-se elas como donas de tais negócios, alegando não serem senten-

> ciadas, estarem no gozo de seus direitos civis, e haverem obtido portarias da presidência para trazerem ou receberem gêneros do Recife, resolvi pedir a Vossa Excelência se digne esclarecer-me se devo ou não consentir que elas continuem a negociar aqui. (APEJE. FN 14. 1869, p. 90).

O discurso agora já toma outra vertente, pois não se trata apenas da questão da liberdade alcançada por essas mulheres dentro do presídio, mas relaciona-se diretamente com os códigos morais e patriarcais que predominavam na sociedade da época, e que transpassaram aqueles paredões de água salgada. Todavia, códigos morais e discursos patriarcais à parte, percebemos que existia uma presença ativa no comércio independente da ilha de homens e mulheres, que alcançaram uma notável liberdade de movimento, dirigindo essas atividades.

Em virtude de tais liberdades, esses vivandeiros em geral sempre foram alvos de acusações e perseguições. Muitos desses comerciantes de fato praticavam o comércio ilícito de certos gêneros para o presídio, como os das *bebidas espirituosas*, ou seja, aguardentes e vinhos, com sentenciados e oficiais. Sem falar dos altos preços a que eram vendidos esses gêneros, tendo em vista a dificuldade de consegui-los, bem como a falta de normas eficazes que controlassem esses abusos. Fica claro como essas pequenas atividades comerciais eram altamente rentáveis para quem dela participava, propiciando uma ascensão social dentro do presídio. Em virtude da demora do abastecimento vindo da província, e até mesmo pela má qualidade dos gêneros enviados, muitos comandantes tinham que recorrer a esses comerciantes para alimentar a população prisional como um todo. E muitas vezes quando os vencimentos de sentenciados e soldados atrasaram, tinham que recorrer à compra de produtos aos vivandeiros, e até mesmo à contração de empréstimos.

As relações de poder que vão sendo estabelecidas ultrapassam um entendimento imediato, visto que se percebe em Noronha uma construção singular das relações sociais totalmente desconexa com a realidade vivenciada além daqueles paredões de água salgada. Comandantes e oficiais vão se submetendo a esses pequenos comerciantes, os quais concentravam em suas mãos o poder econômico da prisão. Contudo, várias foram as tentativas para tentar diminuir esse poder, e até mesmo cessar essas atividades, mas esbarravam no afrouxamento das leis e normas, e na própria necessidade existente no presídio, que demanda deste comércio.

3. Considerações finais

Gênero e cotidiano foram as temáticas centrais analisadas nos 37 volumes pertencentes à série Fernando de Noronha, localizados no APEJE – PE. Percebemos, através dessa documentação, a pluralidade de mulheres que compunham o cotidiano do presídio de Noronha, que contribuíram relevantemente para tornar o estudo desse cotidiano uma tarefa tão instigante quanto interessante. Foram essas personagens,

cada qual dona de uma singularidade particular, que teceram importantes redes de sociabilidades com os outros moradores do presídio, estabelecendo diversos poderes dentro dessa realidade, ou, como numa abordagem Foucaultiana, constituindo micro-poderes. Entender as múltiplas relações de gêneros que se desenvolveram neste espaço torna-se imprescindível para a compreensão do real papel de Fernando de Noronha para a formação do Estado brasileiro.

Os arranjos familiares estabelecidos para a manutenção da ordem no presídio ultrapassaram suas intenções imediatas, a de promover a moralização dos presos, e contribuíram para a humanização das relações dentro do presídio. A maioria dessas famílias tinham em suas casas os espaços onde poderiam esquecer por um momento a realidade de portas afora. Com o regulamento do presídio de 1865, é importante ressaltar que foi estabelecida a criação da Escola de Primeiras Letras, separadas pelo gênero, ou seja, uma para o sexo feminino e outra para o sexo masculino, característica essa da sociedade oitocentista. A escola para o gênero feminino ficaria sendo regida por uma professora de primeiras letras contratada pelo governo provincial que ministrava lições para todas as meninas todos os dias úteis pela manhã e à tarde. A escola para o gênero masculino seria regida por um Padre, que ficaria responsável pelas aulas de todos os meninos da ilha.

As dificuldades de sobrevivência neste ambiente carcerário muitas vezes atrapalhavam o andamento dessas aulas, e enfrentavam, frequentemente, problemas com relação à frequência dos alunos, pois, entre outros fatos, em algumas situações, muitas das crianças não tinham nem roupas para se deslocar à aula.

Dificuldades à parte, percebemos que a existência dessa escola, além de promover a manutenção da ordem no presídio, contribuiu relevantemente para humanizar as relações sociais ali existentes, tendo em vista que algumas crianças teriam acesso à educação, mesmo que em condições desfavoráveis.

De fato, Noronha inaugura um presídio *singular* dentro de seus paredões de água salgada, totalmente divergente com a realidade do mundo fora daquele contexto. A distinção do público e privado não é tão rígida, implicando numa conjuntura social bastante interessante, em que homens e mulheres, de diferentes categorias sociais, ocupavam o mesmo espaço, viviam nas mesmas condições e sofriam com os pilares do esquecimento e isolamento que era relegado a este presídio. Percebemos também que as fronteiras sexuais e sociais eram indefinidas, embora estivessem presentes. Contudo, perdiam-se frente ao cotidiano singular daquela ilha-prisão. Tendo em vista que os padrões sociais e culturais eram tão rígidos naquele período, tornou-se um costume encerrar as mulheres dentro de algumas tradições, cotidianos, valores, e papéis. Mas percebemos que, mesmo com essas limitações, elas se faziam presentes nas diversas atividades do presídio, exercendo múltiplos poderes dentro daquele espaço.

Os poderes que essas mulheres de fato exerceram são bem complexos para um entendimento imediato, e nada como um processo sistemático da prática de pesquisa para tentar descortinar os registros dessa presença no citado presídio. Nesse sentido, longe de encerrar as possibilidades de análise, esse artigo pretendeu instigar novas discussões, que esperamos desenvolver em próximas oportunidades.

Referências

BANDEIRA FILHO, Antonio Herculano de Souza. Informações sobre o presídio de Fernando de Noronha. ***In:*** Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e secretário de estado dos Negócios da Justiça. Rio de janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

BEAUVOIR, Simone de. ***O segundo sexo***. Volume 1: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CARVALHO, José Murillo. ***Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi***. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Marcus J. M. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850. IN, ***Revista Afro-Àsia*** – Centro de Estudos Afro-Orientais– UFBA. Bahia: Editora Universitária, 2003. Edição: 29-30. ISSN: 1981-1411.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. ***A Ilha de Fernando de Noronha, notícia histórica, geográfica e econômica.*** Recife: M. Figueiroa de Faria, 1877.

COSTA, Marcos Paulo Pedrosa. ***O caos ressurgirá da ordem***: Fernando de Noronha e a reforma prisional no império. João Pessoa: Dissertação (Mestrado) UFPB/CCHLA, 2007.

PERROT, Michele. ***Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. ***As mulheres, ou os silêncios da história.*** São Paulo: Edusc, 2005.

PORTUGAL, Bernardo Ferreira. Informação sobre a ilha de Fernando de Noronha. ***In:*** Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Volume IV – Bahia. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1916.

RAGO, Margareth. ***Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890 – 1930.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. A Ilha de Fernando de Noronha: considerada ao estabelecimento de uma colônia agrícola-penitenciária. ***In:*** Relatório apresentado à Assemblea Geral Legislativa, pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1865.

Fontes Manuscritas

Série Fernando de Noronha – Volumes: 01 a 28. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano – APEJE- PE.



Alfredo Volpi
Litogravura, s/data
Acervo Fundação Joaquim Nabuco

Fundação Joaquim Nabuco

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 0304-2685
770304 268000